



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Ciências Sociais

Geisa Elmokdisi Pedrosa Bordenave

**Histórias em três tempos: lutas por moradia em um contexto
político-religioso na Zona Oeste do Rio de Janeiro**

Rio de Janeiro

2019

Geisa Elmokdisi Pedrosa Bordenave

**Histórias em três tempos: lutas por moradia em um contexto político-religioso
na Zona Oeste do Rio de Janeiro**



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro Área de concentração: Ciências Sociais

Orientadora: Prof.^a Dra Patrícia Birman

Rio de Janeiro

2019

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

B728 Bordenave, Geisa Elmokdisi Pedrosa.
Histórias em três tempos: lutas por moradia em um contexto político-
religioso na Zona Oeste do Rio de Janeiro / Geisa Elmokdisi Pedrosa
Bordenave. – 2019.
171 f.

Orientador: Patrícia Birman.
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Instituto de Ciências Sociais.

1. Ciências Sociais – Teses. 2. Direito à moradia – Teses. 3.
Habitação – Teses. I. Valença, Marcelo Mello. II. Universidade do Estado
do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Sociais. III. Título.

es

CDU 3(815.3)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Geisa Elmokdisi Pedrosa Bordenave

**Histórias em três tempos: lutas por moradia em um contexto político-religioso
na Zona Oeste do Rio de Janeiro**

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Ciências Sociais.

Aprovada em: 22 de abril de 2019.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Patrícia Birman (Orientadora)
Instituto de Ciências Sociais – UERJ

Prof.^a Dra. Carly Machado
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ

Prof.^a Dra. Márcia Pereira Leite
Instituto de Ciências Sociais – UERJ

Prof. Dr. Edson Miagusko
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ

Prof.^a Dra. Adriana Fernandes
Instituto de Ciências Sociais – UERJ

Rio de Janeiro

2019

DEDICATÓRIA

Às mulheres de Shangri-lá, Esperança e Guerreiras Urbanas, e à todas que precisam travar tantas lutas no decorrer da vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe, que incansavelmente, me apoiou e apoia na caminhada da vida e na trajetória acadêmica. À minha filha, Clarice, que chegou no meio do doutorado, e já me ensinou tanto...

Às mulheres maravilhosas que me acolheram no campo de pesquisa e tornaram esta tese possível: Jurema, Claudia, Neide, Aline, Amanda, Marlene, Kathleen. À todas as mulheres de Esperança e Guerreiras da Esperança, e aos que compõem a UMP-RJ, meu muito obrigada e minha admiração.

Agradeço à Adriana Fernandes e Edson Miagusko pelas questões levantadas na qualificação, sugestões e apoio. À Grazia de Grazia e Alexandre Silva pela acolhida e apoio durante a pesquisa. À Maria Amélia e Sandra Kokudai, que possibilitaram meu primeiro contato com este campo, que tanto me move.

Às professoras e professores que marcaram minha trajetória até aqui, servindo de inspiração, em especial minha orientadora Patricia Birman, pelos ensinamentos e conselhos valiosos. Também à Andrea Moraes, Carly Machado, Myriam Lins de Barros, Miriam Sepúlveda, Marcia Leite, Patricia Farias, Sandra Carneiro, Rosane Prado, José Reginaldo Santos Gonçalves, José Sergio Leite Lopes e Beatriz Heredia (*in memoriam*).

Ao meu querido amigo Sergio Murilo, que mesmo de longe, me acompanha e apoia. Também à Giancarlo Zeni e Gabriela Galvão, pela amizade e pelas risadas diárias e terapêuticas. Às minhas amadas amigas Ana Carolina Ferraz, Suellen Guariento e Heloisa Lobo, que compõem a rede de amizade feminina indispensável.

Aos funcionários da secretaria, especialmente Sônia e Wagner. Aos colegas do grupo de pesquisa Distúrbio e a todos os professores e funcionários da Uerj, que resistem cotidianamente, apesar de todos os esforços dos (des)governos do Estado para sucatear a nossa universidade. Resistiremos.

À Faperj, que também apesar de precarizada pelos (des)governos do Estado, foi responsável pelo financiamento que viabilizou a realização desta pesquisa.

O cronista que narra os acontecimentos, sem distinguir entre os grandes e os pequenos, leva em conta a verdade de que nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história. Sem dúvida, somente a humanidade redimida poderá apropriar-se totalmente do seu passado. Isso quer dizer: somente para a humanidade redimida o passado é citável, em cada um de seus momentos. Cada momento vivido transforma-se numa *citation à l'ordre du jour* – e esse dia é justamente o do juízo final.

Walter Benjamin – Obras escolhidas. V. 1. Magia e técnica, arte e política, 1987.

RESUMO

BORDENAVE, Geisa. *Histórias em três tempos: lutas por moradia em um contexto político-religioso na Zona Oeste do Rio de Janeiro*. 2019. 171 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

Nesta tese busco descrever as narrativas e trajetórias de lutas por moradia de atores vinculados à União por Moradia Popular do Rio de Janeiro, destacando os conflitos e tensões que perpassam a construção (ou a tentativa de construção) de cooperativas habitacionais na cidade. Trago para isto três histórias: a primeira, Shangri-lá, construída na década de 90, aparece como uma narrativa mítica e concretizada através de uma parceria com a Igreja e *mobilização da comunidade*. A segunda, Esperança, inaugurada em 2015, é também um exemplo a ser seguido, no entanto, em outros moldes: foi construída através de financiamento público oriundo do programa federal MCMV Entidades. Trata-se, portanto, de um outro modo de construir cooperativas, e exige outras formas de operar por parte daqueles que *lutam* por moradia. A terceira, Guerreiras Urbanas, por estar em fase de organização e em um momento político ainda mais complexo, é uma história marcada sobretudo, por dificuldades e incertezas. Assim, a tese busca partir da experiência de Shangri-lá, que tem sua história repetida sob uma perspectiva de forte valorização do passado, passando pelas experiências contemporâneas de luta por moradia destes grupos vinculados à UMP-RJ na região de Jacarepaguá, Zona Oeste do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Luta por moradia. Cooperativas habitacionais. Movimentos de moradia. MCMV Entidades.

ABSTRACT

BORDENAVE, Geisa. *Stories in three times: struggles for housing in a political-religious context in the West Zone of Rio de Janeiro*. 2019. 171 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

In this thesis, I seek to describe the narratives and trajectories of the struggle for housing of actors linked to the Union for Popular Housing of Rio de Janeiro, highlighting the conflicts and tensions that pervade the construction (or attempted construction) of housing cooperatives in the city. To fulfill this objective I bring three stories: the first one, Shangri-lá, built in the 90s, appears as a mythical narrative, concretized through a partnership with the Church and community mobilization. The second one, Esperança, inaugurated in 2015, is also an example to be followed, but in other ways: it was built through public funding from the federal MCMV Entities program. It is, therefore, another way of building cooperatives, and requires other forms of operation on the part of those struggling for housing. The third, Urban Warriors, due to the fact that they are in the process of organizing and in an even more complex political moment, is a story marked mainly by difficulties and uncertainties. Thus, the thesis seeks to start from the experience of Shangri-la, which has its story repeated under a perspective of strong appreciation for the past, passing through the contemporary experiences of the struggle for housing of these groups linked to the UMP-RJ in the region of Jacarepaguá, West Zone of Rio de Janeiro.

Keywords: Fight for housing. Housing cooperatives. Housing movements. MCMV Entities.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Barracão da Cooperativa Esperança.....	17
Figura 2 – Interior do barracão da Cooperativa Esperança	17
Figura 3 – Casas da Cooperativa Shangri-lá.....	31
Figura 4 – Planta da Cooperativa Esperança	59
Figura 5 – Faixa fixada no muro da Cooperativa Esperança	81
Figura 6 – Palco na inauguração da Cooperativa Esperança.....	82
Figura 7 – Inauguração da Cooperativa Esperança	83
Figura 8 – Casa da Cooperativa Esperança.....	84
Figura 9 – Casas da Cooperativa Esperança e vista da rua.....	84
Figura 10 – Bandeiras dos movimentos no ato no prédio da Caixa Econômica ...	148
Figura 11 – Ato no prédio da Caixa no dia internacional do Habitat	150
Figura 12 – Leitura da carta dos movimentos na Caixa Econômica	151
Figura 13 – Manifestantes na Esplanada em Brasília.....	155
Figura 14 – Ato contra o impeachment.....	156

LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

BRT	Bus Rapid Transit
CAO	Comissão de Acompanhamento de Obras
CEB	Comunidade Eclesial de Base
CEDAE	Companhia Estadual de águas e Esgotos do Rio de Janeiro
CONAM	Confederao Nacional das Associaoes de Moradores
ConCidades	Conselho Nacional das Cidades
CMP	Central de Movimentos Populares
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
FBR	Fundao Bento Rubião
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
Fiocruz	Fundao Oswaldo Cruz
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econmicas
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
IPPUR	Instituto de Pesquisa em Planejamento Urbano
MCMV	Minha Casa Minha Vida
MNLM	Movimento Nacional de Luta por Moradia
MTSM	Movimentos dos Trabalhadores em Saúde Mental
PAC	Programa de Acelerao do Crescimento
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PMRJ	Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro
PT	Partido dos Trabalhadores
SPU	Secretaria de Patrimônio da União
UFF	Universidade Federal Fluminense
UNMP	União Nacional por Moradia Popular
UMP-RJ	União por Moradia Popular do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	12
1	SHANGRI-LÁ E AS COOPERATIVAS HABITACIONAIS NO RIO DE JANEIRO – ENTRE A PARCERIA COM A IGREJA CATÓLICA E OS FINANCIAMENTOS PÚBLICOS	26
1.1	A memória de Shangri-lá – Uma narrativa mítica	26
1.2	CEBs e as influências católicas no ideário da União e das cooperativas	31
1.3	Jurema e suas memórias	33
1.3.1	<u>Infância, violência, trabalho e as remoções</u>	36
1.3.2	<u>De Realengo a Shangri-lá e o início do engajamento político</u>	42
1.4	Os “grupos de Jacarepaguá” e o campo de pesquisa	47
1.5	De Shangri-lá à Esperança – Uma nova forma de construir cooperativas habitacionais?	49
2	ESPERANÇA - O BAIRRO COLÔNIA E A INAUGURAÇÃO DA COOPERATIVA HABITACIONAL	55
2.1	Colônia Juliano Moreira – De instituição psiquiátrica ao “bairro Colônia”	55
2.2	A Colônia e a Cooperativa Esperança	57
2.3	Moradores antigos e moradores recentes da Colônia	59
2.4	Rumores, inseguranças e ameaças	62
2.5	Luta por moradia e a narrativa do sacrifício	64
2.6	A primeira reunião em Esperança	68
2.7	O risco de impeachment e a tensão sobre a “posse das casas”	70
2.8	Tensões, inseguranças e preparativos	75
2.9	A inauguração de Esperança	79
2.10	Tensões e questões pós-inauguração	84
2.11	As narrativas das mulheres de Esperança – o engajamento e os impactos da luta pela moradia em suas trajetórias	91
2.11.1	<u>Kathleen</u>	94
2.11.2	<u>Marlene</u>	97
2.11.3	<u>Neide</u>	100

3	O GRUPO GUERREIRAS URBANAS: AS INCERTEZAS E AS DIFICULDADES DE UM GRUPO EM FASE DE ORGANIZAÇÃO	103
3.1	A primeira reunião de Guerreiras Urbanas	106
3.2	Quem está aqui pela primeira vez?	109
3.3	A oração e a leitura da ata	113
3.4	“Ir ou não ir aos atos?” e o caso de Rosemeire	115
3.5	O que forma uma “família” e quem pode participar da cooperativa?	117
3.6	O Cadastro do grupo Guerreiras Urbanas	120
3.7	Tensões e desconfianças em relação à coordenação	123
3.8	O desânimo e a vontade de desistir	126
3.9	“A gente precisa entender o que está acontecendo no país!”	128
3.10	A unificação dos grupos: Guerreiras da Esperança	132
4	AFINAL, QUEM É O MOVIMENTO? UM EMARANHADO SOBRE SOCIEDADE CIVIL, IGREJA E UNIÃO POR MORADIA POPULAR .	136
4.1	União por Moradia Popular: <i>Estado, Igreja e sociedade civil</i>	136
4.2	Afinal, quem “é movimento”?	140
4.3	A propriedade coletiva e a propriedade individual	141
4.4	Por que as pessoas <i>não se mobilizam</i> (da maneira esperada pela União)?	143
4.5	O ato do Dia internacional do habitat	146
4.6	“Não vai ter golpe” – Frustração e o significado do <i>golpe de 2016</i> para a União	152
4.7	As eleições presidenciais de 2018 – “apunhalada pelas costas” ..	157
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	159
	REFERÊNCIAS	162
	ANEXO A – Folheto elaborado pela FBR	168
	ANEXO B – Formulário para cadastro do grupo Guerreiras Urbanas ..	170

INTRODUÇÃO

Meus primeiros contatos com as pessoas que se tornaram minhas principais interlocutoras nesta pesquisa de campo se iniciaram alguns anos antes do meu ingresso no doutorado. Por isso trarei aqui, brevemente, algumas memórias destes primeiros contatos. Em 2007, quando realizava graduação em Serviço Social, fui estagiária em uma Organização Não Governamental¹, durante um ano e meio, em um programa intitulado *Direito à moradia*. A atuação da equipe do programa – composta por uma assistente social, dois arquitetos, um engenheiro e um advogado – se dava como uma assessoria técnica aos grupos organizados com o objetivo de formar cooperativas habitacionais. A assistente social, Maria Amélia, era minha supervisora e a responsável pelo *trabalho técnico-social*, que eu acompanhava mais de perto. O diálogo constante com um determinado movimento popular de luta por moradia era parte fundamental do trabalho realizado, e foi a partir disto que conheci e me aproximei inicialmente de algumas lideranças da União por Moradia Popular do Rio de Janeiro (UMP-RJ).

Durante o período de estágio, Maria Amélia, assim como outros profissionais da equipe, me contavam cotidianamente como *estava difícil conseguir financiamento* para a construção de moradias naquele momento. Este era um ponto que gerava angústia para os funcionários, pois a instituição dependia do *dinheiro dos projetos para se manter*. Segundo a assistente social, desde 2003, com a eleição do presidente Lula, as instituições de cooperação internacional², que antes destinavam recursos para as populações pobres do Brasil, deixaram de fazê-lo, tendo em vista que *o país agora tinha um governo popular*. Assim, uma nova perspectiva de acessar recursos estava colocada, no entanto, aparentemente ainda se configurava como um caminho a ser descoberto pelos próprios *técnicos*: havia naquele momento o programa Crédito

¹ A ONG (Organização Não Governamental) aqui mencionada é a Fundação Centro de Defesa dos Direitos Humanos Bento Rubião (FCDDHBR), fundada em 1986, e com sede no centro da cidade do Rio de Janeiro. A ONG foi fundada com o intuito de dar continuidade a um trabalho iniciado pela Pastoral de Favelas da Arquidiocese do Rio de Janeiro, atuando no campo do direito à moradia, contra as remoções e pela regularização fundiária em favelas da cidade: <http://bentorubiao.org.br>.

² Conforme ainda desenvolverei em ponto posterior da tese, a primeira cooperativa habitacional construída através da atuação conjunta da UMP-RJ e a Fundação Bento Rubião utilizou financiamento oriundo de uma instituição vinculada à Igreja Católica na Alemanha chamada MISEREOR.

Solidário³, no entanto, inúmeras dificuldades burocráticas⁴ dificultavam o acesso aos recursos para a construção das habitações. Também estava colocada uma nova lógica de operar para a União por Moradia Popular: se antes da eleição de Lula, as cooperativas habitacionais eram construídas através do financiamento de instituições de cooperação internacional e organização dos próprios membros dos grupos, através de rifas, por exemplo, agora estava colocada a necessidade de reivindicar que o governo eleito investisse em moradia popular e oferecesse meios para que os movimentos de moradia acessassem e gerissem estes recursos através da autogestão⁵ na habitação. A parceria com a Igreja Católica, através de instituições estrangeiras, pastorais de favelas e Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) estava sendo substituída por instâncias do Estado e políticas públicas.

Durante os dois anos em que atuei como estagiária *no Bento*⁶ conheci e tive boa aproximação com as principais lideranças da UMP-RJ, principalmente Jurema e Claudio, que são *coordenadores nacionais*. Participei de muitas reuniões e assembleias, quase sempre acompanhada por Maria Amélia e a arquiteta do programa, Sandra Kokudai. Durante este período como estagiária acompanhei principalmente a *novela da contratação*⁷ de Esperança. Havia a expectativa de que o contrato com a Caixa fosse assinado a qualquer momento e as obras pudessem ser iniciadas, no entanto, isto não ocorreu durante o período em que realizei o estágio. Esta foi uma frustração para mim, pois o *momento do mutirão* era muito valorizado nas falas dos funcionários da instituição, e eu havia nutrido alguma expectativa de acompanhar este processo durante o meu estágio. Evidentemente a frustração maior não era minha: naquele momento o grupo Esperança, que já se reunia regularmente há cinco anos, via o tempo de *espera* e de *luta* se prolongar mais do que previsto

³ O Crédito Solidário é definido no site da Caixa Econômica Federal como “um programa que permite as famílias agrupadas por uma cooperativa, associação ou entidade privada sem fins lucrativos utilizarem o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) para compra ou reforma da casa própria”. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/voce/habitacao/habitacao-popular/credito-solidario-fds/Paginas/default.aspx>, acesso em 12/03/2019.

⁴ Tratarei em outros pontos da tese sobre a questão dos empecilhos burocráticos.

⁵ Conforme aponta Ferreira (2015): “a autogestão não está associada à forma de construção, mas à autonomia dada a um grupo organizado por uma associação comunitária ou cooperativa que tomará as decisões referentes ao empreendimento: sua localização, projeto, acabamentos, forma de construção, entre outros aspectos.” Nos casos relatados nesta tese há a conjugação da autogestão e do sistema de mutirão, mas isto nem sempre ocorre.

⁶ Esta é a forma como minhas interlocutoras e interlocutores se referem à instituição.

⁷ Utilizo aqui a categoria “novela da contratação” (SANTO AMORE; RIZEK, 2014; CAMARGO, 2016) para me referir a estes longos processos que envolvem os entraves na organização até que o *contrato seja assinado*.

inicialmente. Como tratarei mais adiante, foram no total dezesseis anos até que a construção da cooperativa habitacional se concretizasse.

Durante este período de estágio conheci Jurema, que quase sempre comparecia às reuniões com sua neta Vitória, de quem ela cuidava para que sua filha pudesse trabalhar. Sempre me impactou a forma como ela se colocava nas reuniões: firme e questionadora. Nas reuniões com o *peçoal da Caixa*, frequentemente os funcionários do Bento ficavam receosos em relação ao que ela diria e qual seria sua postura, pois sua fama era de *brigona*. Não demorei a perceber que ela se orgulhava disso, e que fazia parte de seu modo de operar. Tratava-se, como ela mesma me disse – posteriormente, já na pesquisa de campo que deu origem a esta tese – de uma estratégia para que prestassem atenção no que ela tinha a dizer. Para ela a *briga* era parte fundamental da *luta pela moradia*: a *briga* aparece como um sinônimo de luta política, ou um determinado modo de fazer política, onde torna-se necessário elaborar estratégias para fazer com que os outros a ouvissem. Não foram poucas as vezes em que a ouvi dizer que ia *lá brigar com o pessoal da Caixa* por conta da demora na assinatura do contrato, e que *com esse pessoal, só conversa não resolve*.

No fim de 2008 o meu estágio foi concluído e passei por um período de afastamento em relação aos atores aqui mencionados. No entanto, mesmo de longe, mantinha contatos periódicos com Maria Amélia, Sandra, Jurema e Cláudio. Nos falávamos eventualmente e eu soube de alguns acontecimentos durante este tempo: Esperança assinou o contrato com o Crédito Solidário e este foi um momento bastante comemorado. A frustração veio quando o dinheiro não foi liberado por razões que nenhum dos envolvidos com quem conversei soube especificar: *questões burocráticas*. Mineiro e Rodrigues (2012) analisam estes empecilhos burocráticos que muitas vezes impedem a contratação através de grupos organizados para a autogestão como uma postura do Estado de “arbitrariedade e preconceito”: de acordo com os autores os movimentos populares são frequentemente obrigados a provar sua “capacidade e integridade moral” para acessar os recursos, que na maior parte das vezes não conseguem passar da etapa de projetos piloto. Assim, os autores analisam esta postura do Estado como uma estratégia para “vencer pelo cansaço”, e esta é uma análise feita também pelos meus interlocutores. Com frequência, Jurema menciona que o MCMV Entidades *foi feito pra não dar certo*, mas que com *muita insistência* os movimentos populares têm conseguido acessar os recursos. Percebi ao longo da realização da pesquisa que o Estado é acionado muitas vezes como um possível parceiro, mas em diversas outras como o inimigo a ser vencido, reafirmando

por vezes uma certa noção de dicotomia entre Estado e sociedade⁸. Analisando os dados sobre as contratações mais tarde, soube que nenhum projeto do Rio de Janeiro acessou o financiamento do Crédito Solidário, embora outros estados tenham conseguido. Jurema sempre conta que o Crédito Solidário ficou apelidado pelos movimentos como *Crédito Solitário*, dada a dificuldade de acessar os recursos.

Em 2008 surge uma nova possibilidade de financiamento: o Minha Casa Minha Vida Entidades (MCMV Entidades)⁹. O lançamento deste novo programa pelo governo federal ocasionou a *migração* do grupo Esperança, que já havia assinado o contrato do Crédito Solidário para o MCMV Entidades. Segundo relatos de Jurema, o movimento avaliou que as chances de conseguir contratar através deste novo programa era maior. Durante o período em que estive afastada esta transição me foi relatada por Jurema e Maria Amélia como um processo tranquilo, e que trazia uma dimensão positiva, no entanto, mais tarde – conforme relatarei mais adiante na tese – durante a pesquisa de campo do doutorado soube por outros interlocutores que esta mudança gerou muitos conflitos e frustrações, afinal, era necessário antes cancelar um contrato já assinado, mesmo sem ter a certeza de que conseguiriam acessar os recursos do MCMV Entidades.

Redescobrimo o campo

Em 2014 iniciei o doutorado com a ideia inicial de realizar uma pesquisa sobre a cooperativa habitacional Esperança, que naquele momento, estava em fase de finalização das obras. Eu tinha, então, fragmentos do início da organização da cooperativa em minhas memórias e não havia acompanhado o início do processo de obras, mas havia a possibilidade de acompanhar o fim deste processo e a inauguração da cooperativa habitacional. À esta altura eu já não tinha mais os contatos das lideranças e a assistente social que foi minha supervisora, já não fazia mais parte do quadro de funcionários da Fundação Bento Rubião.

⁸ Esta abordagem dicotômica entre Estado e sociedade, baseada em uma lógica racional-legal tem sido amplamente questionada por pesquisadores (DAS, POOLE, 2004; BIRMAN, LEITE, MACHADO, SÁ CARNEIRO, 2014), no entanto, o que afirma aqui, é que por vezes esta perspectiva aparece nas falas de meus interlocutores, que enxergam o Estado como um inimigo que o povo precisa enfrentar.

⁹ Sobre o Minha Casa Minha Vida e suas diferentes vertentes – uma delas é o MCMV Entidades – uma vasta literatura tem sido produzida tanto nas Ciências Sociais, como na Arquitetura e Urbanismo. Alguns deles são: Santo Amore; Shimbo; Rufino. 2015; Rizek, 2014; Cardoso, 2013; Lago, 2011; Rolnik, 2015.

Minha entrada no campo de pesquisa para a realização da tese se deu através do resgate dos contatos com lideranças da União através da rede social *Facebook*. Também através desta mesma rede contatei Sandra Kokudai, arquiteta da Fundação Bento Rubião, que na ocasião me informou que as obras da cooperativa estavam *na reta final*. Assim, o início de minha pesquisa se mostrava como uma redescoberta de um campo no qual eu havia estado em um passado recente. Também este meu contato anterior com as interlocutoras e interlocutores como estagiária evidentemente marcou minha entrada e permanência no campo.

Em uma de minhas primeiras visitas à cooperativa Esperança, no bairro Colônia, reencontrei um amigo de graduação, Alexandre, que era agora assistente social da FBR e fazia visitas regulares à cooperativa por conta desta função. Durante os primeiros meses era, com frequência, Alexandre quem me convidava para as reuniões e assembleias, pois já sabia do meu interesse de pesquisa. Neste momento inicial eu só tinha o telefone do Alexandre e da Jurema. Busquei não fazer do Alexandre meu principal mediador no campo por conta do receio de ficar demasiadamente associada à FBR, sobretudo considerando que eu já havia sido estagiária da instituição e foi assim que conheci a maioria das pessoas ali. Desta forma, mesmo quando Alexandre me chamava para algum evento ou reunião, eu entrava em contato com Jurema para saber os detalhes.

No decorrer dos primeiros meses da pesquisa ocorreu uma maior aproximação minha com as mulheres que faziam parte da coordenação de Esperança, como Marlene e Kathleen, e principalmente Jurema, que é uma das principais lideranças da União no Rio de Janeiro¹⁰. Conversávamos bastante sobre as obras e o processo de construção da cooperativa, pois elas sabiam do meu interesse de pesquisa. Geralmente as conversas com as mulheres da coordenação e com Jurema aconteciam no interior do barracão – um grande barraco de madeira montado no meio da cooperativa, onde estava instalada a cozinha comunitária e aconteciam os almoços e reuniões.

Sempre que eu chegava à cooperativa me dirigia ao barracão para conversar com as pessoas que lá estavam, já que no restante da cooperativa se encontravam as pessoas que estavam concentradas na execução do trabalho nas obras. Eventualmente algumas reuniões eram mais reservadas e por isso aconteciam não

¹⁰ A UNMP (União Nacional por Moradia Popular) possui representação estadual no Amazonas, Alagoas, Bahia (UMP-BA), Goiás (UEMP-GO), Maranhão (UMP-MA), Minas Gerais (UEMP-MG), Pará (UNMP-PA), Paraná (UMP-PR), Paraíba (UNMP-PB), Pernambuco (UMP-PE), Rio de Janeiro (UMP-RJ), São Paulo (UMM-SP), Sergipe (UNMP-SE) e Tocantins (UMP-TO).

no barracão, mas dentro de uma das casas, que à essa altura, já estavam quase finalizadas. Este foi o caso de uma das primeiras reuniões que participei, em março de 2015, onde havia uma evidente tensão por parte das mulheres da coordenação para que fosse definida a data em que poderiam se mudar para as casas da cooperativa. Além disso, estava em discussão a preparação de um ato político em defesa da então Presidenta da República Dilma Rousseff. Em outro momento da tese trarei mais detalhes sobre desdobramentos e tensões e sobre o momento político do país para o grupo e o movimento aqui etnografados.

Figura 1 – Barracão da Cooperativa Esperança



Figura 2 – Interior do barracão da Cooperativa Esperança



Fonte: Acervo da UMP-RJ

As primeiras idas a campo

Durante os primeiros meses de pesquisa de campo, eu era frequentemente apresentada por Jurema às outras pessoas como *ex-bento rubião*. A frase era quase sempre dita desta forma: *Essa é a Geisa, ex-bento rubião*. Alguns outros integrantes da coordenação como Claudio, Fernando e Neide também lembravam de mim da época em que era estagiária e me apresentavam desta forma aos demais. Era recorrente que em minha presença o assunto principal se tornasse a relação do movimento e da cooperativa com a FBR. Em minhas primeiras visitas à Esperança, no início de 2015, as reclamações e críticas à FBR eram constantes. Segundo Jurema, a instituição estaria mais focada no grupo da Gamboa – outra cooperativa em processo de organização – e teria deixado Esperança de lado. Contou-me também que uma das integrantes da equipe da FBR havia dito para ela que eles *os deixam sozinhos porque já sabem o que fazer, já aprenderam*. Apesar de me receberem sempre de forma simpática e cordial, nos primeiros meses eu notava certa desconfiança presente. Expliquei algumas vezes que estava ali sem nenhum vínculo com a FBR, e que estava realizando uma pesquisa para o meu doutorado, mas a desconfiança permaneceu por um tempo. Quanto mais eu conversava com Jurema e as demais mulheres da coordenação, mais pude perceber que essa desconfiança dava lugar a um certo entusiasmo pela minha presença. Parecia haver, para elas, um reconhecimento de seu sucesso: a *luta bem-sucedida* que havia resultado na construção de suas casas era lembrada cada vez que eu, ou algum outro pesquisador / entrevistador aparecia por ali.

Jurema se tornou uma de minhas principais interlocutoras nos grupos Esperança e Guerreiras Urbanas¹¹. As mulheres que compõem as coordenações de ambos os grupos também foram interlocutoras com as quais adquiri proximidade ao longo da pesquisa. É importante mencionar que inicialmente eu não cogitava pesquisar o grupo Guerreiras Urbanas, e apenas comecei a fazê-lo por sugestão da Jurema. Em nossas conversas na cooperativa Esperança – que estava em fase final de execução das obras quando iniciei a pesquisa de campo – Jurema sempre mencionava o grupo Guerreiras Urbanas com entusiasmo: contava que a *plenária* contava sempre com um grande número de pessoas – *maioria de mulheres* – e o fato

¹¹ Estas foram as duas cooperativas que acompanhei durante a pesquisa de campo. Esperança é uma cooperativa habitacional de 70 casas já construída, na região de Jacarepaguá, e Guerreiras Urbanas ainda se encontra em fase de organização, realizando reuniões mensais. Tratarei das mesmas com mais detalhes no decorrer da tese.

de não haver uma intermediação da FBR também era citada como um elemento positivo, relatado com empolgação. A primeira vez que a União seria a própria *entidade organizadora* de uma cooperativa habitacional era relatada como uma vitória do movimento, que estava construindo sua *autonomia*. Foi quando pensei que seria interessante acompanhar os dois grupos e poder refletir sobre as diferentes etapas em que se encontravam cada um deles: um na fase final das obras e outro no início de uma organização e, portanto, sem certezas sobre terreno ou crédito para construção.

Com o passar do tempo, deixei de ser apresentada como *ex-bento rubião* e passei a ser apresentada muitas vezes por Jurema como sua amiga. De fato, estabeleceu-se entre nós uma relação cada vez mais próxima. Esta proximidade com Jurema, obviamente, marcou profundamente a minha posição no campo. Por um lado, fui frequentemente convidada para participar de reuniões mais restritas, que seriam destinadas apenas a participantes da coordenação ou da União e isto me possibilitou ter bastante contato com o lado da *organização* do grupo – como são realizados os *cadastros* e como são planejadas as reuniões, por exemplo. Por outro lado, sendo enxergada pela maioria das pessoas como uma “auxiliar da coordenação” ou “amiga da Jurema”, senti dificuldades em travar conversas mais abertas com as pessoas que não faziam parte da coordenação e nem tinham proximidade com as lideranças da União. Desta forma, além de Jurema, minhas principais interlocutoras foram as mulheres que faziam parte das coordenações de ambos os grupos.

O meu lugar no campo foi se configurando como uma figura de *apoio*, uma vez que não era parte da coordenação, comissão e nem da União. Percebo que as pessoas “de fora”, geralmente pesquisadores, que freqüentam as reuniões são mencionadas e vistas como *apoio: pessoas que querem ajudar, que acreditam no movimento, acreditam no projeto*. Isto eventualmente aparece como discurso utilizado pelas lideranças para estimular as pessoas, partindo do princípio de que se pessoas que são de fora, e não tem nenhum interesse pessoal envolvido no projeto, estão ali, é porque se trata de um projeto que possui credibilidade, que é sério em sua proposta. Sempre que fui perguntada ou percebi que era necessário dizer qual era meu objetivo ali, eu mencionava que era pesquisadora e explicava um pouco sobre isso. No entanto, foram poucas as vezes em que fui apresentada como pesquisadora pelos coordenadores ou pela Jurema. Em algumas conversas no decorrer da etnografia notei que para Jurema o nome “pesquisador” parecia carregar uma dimensão negativa. Ela chegou a me dizer em uma conversa que *os pesquisadores só chegam*

ali, pegam informação, e depois nunca mais aparecem. Aparentemente para ela, o fato de eu estar há um longo tempo acompanhando os grupos e as reuniões me colocava em um outro lugar, que não era o de *pesquisador* que ela já conhecia.

O fato de ser vista como “apoiadora” do movimento me gerava alguma inquietação, afinal, por mais que eu admirasse o engajamento político do movimento, o meu papel naquele momento era de pesquisadora. Como enfatiza Enne (2014) este é um conflito comum entre etnógrafos que atuam em campos onde existe a demanda por ação e posicionamento políticos. Ao mesmo tempo, busquei não encarar isso como um grande dilema ou questão: ao longo da etnografia minha preocupação maior era acompanhar as reuniões, me aproximar das pessoas e não me colocar como a pesquisadora engajada que estava ali para ensinar algo para eles, como frequentemente é a postura dos pesquisadores e profissionais que passam por este campo. Esta foi uma postura que busquei adotar e que Enne (2014) também aponta: tratava-se de uma tentativa de desenvolver uma relação mais baseada em parceria que em autoridade.

Durante duas conversas – uma com Grabas, que faz parte da coordenação do grupo Guerreiras da Esperança¹², e outra com Neide, que é moradora de Esperança – me foi dito que eu deveria pensar em uma *contrapartida para o grupo*. Assim, eles decidiram me colocar a questão e em certa medida, a exigência, de que eu deveria, enquanto pesquisadora, não apenas usar dados e informações para realizar o meu trabalho, mas que também deveria pensar como aquele trabalho poderia ser revertido *em benefício para o grupo*. Esta é uma questão que me angustiou durante o trabalho: como estabelecer uma parceria no campo, me afastando do pesquisador que faz uso utilitário dos dados, sem que isto tenha uma dimensão positiva para o grupo envolvido? Por outro lado, eu também buscava me afastar do pesquisador “que ensina” algo para o grupo, e com frequência, a contrapartida de outros pesquisadores girava em torno de oferecer cursos e/ou palestras, reforçando esta dimensão da qual busquei me afastar. Como também aponta Enne (2014) esta é uma questão que desafia o pesquisador minimamente empático e comprometido com os atores de seu campo, que, impotente, muitas vezes não vê formas de oferecer alguma contrapartida

¹² Grabas fazia parte da coordenação de outro grupo que não foi incluído nesta pesquisa, também vinculado à União, chamado Nova Esperança. No entanto, este grupo sofreu um esvaziamento em dado momento da pesquisa e se unificou com o grupo Guerreiras Urbanas, formando o Guerreiras da Esperança. Grabas passa então a fazer parte da coordenação do grupo Guerreiras da Esperança. Este episódio será relatado em um ponto posterior da tese.

para que não seja apenas o pesquisador que “usa o grupo para produzir conhecimento”.

Em minhas idas a campo a pergunta sobre meu local de residência era muito frequente. De certa forma, creio que isto não seja peculiar do grupo em questão, mas algo comum no Rio de Janeiro. Ao refletir sobre isto lembro de uma conversa que tive com uma amiga pesquisadora paranaense, Heloisa Lobo, e ela me dizia que achava muito curioso como os cariocas sempre a perguntavam onde ela morava no Rio. Considerando a desigualdade que marca a cidade, dizer onde se mora mapeia e demonstra qual é o seu lugar social nesta hierarquia: a zona sul, assim como Barra e Recreio, são marcados como lugares de elite – evidentemente não de forma homogênea – e outros bairros da zona norte e oeste marcados para os lugares dos mais pobres, havendo também no interior de cada uma destas regiões da cidade inúmeras subdivisões e hierarquias. Dentro de Jacarepaguá, por exemplo, há aqueles bairros considerados “melhores” e “piores”, mais perigosos e mais tranquilos. O que me chamava a atenção era que no lugar do já conhecido por mim “Onde você mora?”, a conversa começava na maior parte das vezes com a pergunta “Você é de Jacarepaguá mesmo?”. O fato de eu não ser de Jacarepaguá gerava um certo estranhamento, mas o fato de eu morar em um bairro do subúrbio, Bento Ribeiro, parecia proporcionar uma sensação de identificação. Muitos não conheciam Bento Ribeiro, mas associavam a algum outro bairro próximo que lhes fosse mais familiar, como Madureira, por exemplo.

Muitos dos pesquisadores que por ali passavam eram estrangeiros e moravam em bairros da zona sul. Devido às relações estabelecidas entre Pastoral de Favelas e instituições de cooperação internacional europeias, como a instituição alemã ligada à Igreja Católica MISEREOR, era frequente que pesquisadores europeus realizassem pesquisas nas cooperativas construídas no Brasil. Muitas vezes estes pesquisadores apresentavam propostas de oficinas e cursos, que, de forma geral, não faziam muito sucesso entre os grupos. Assim que iniciei a pesquisa de campo em Esperança, havia um pesquisador com o objetivo de oferecer aulas de francês aos jovens moradores da cooperativa, no entanto, não conseguiu alunos para fazê-lo.

Uma das minhas principais preocupações ao longo do processo do trabalho de campo foi de buscar não estar presa à narrativa política do movimento e tentar compreender e me aproximar das pessoas que não possuem vínculos com a organização do movimento. No entanto, os caminhos da pesquisa me levaram a um aprofundamento cada vez maior de minha relação com Jurema, e isto parecia

ocasionar um afastamento em relação àqueles que não estavam nem na coordenação e nem no movimento. É importante assinalar que a maior parte dos membros da coordenação dos grupos afirmam não fazer parte da União, e até mesmo se opõem a ela em diversas situações.

Esperança e Guerreiras Urbanas e os atores envolvidos nestes grupos

Conforme mencionei anteriormente meus principais interlocutores no campo foram as lideranças da União e as pessoas que compõem as coordenações dos grupos pesquisados – Esperança e Guerreiras Urbanas¹³. Conforme afirmado anteriormente, a maior parte dos membros das coordenações não fazem parte da União, sendo esta relação marcada por discordâncias e por vezes conflitos.

Tanto em Esperança quanto em Guerreiras é possível vislumbrar uma divisão entre: o grupo geral, composto pelas pessoas que ali estão para conseguir uma moradia (geralmente chamado de “as famílias” ou “a plenária”), e que evidentemente é muito heterogêneo; dentro deste grupo estão ainda as pessoas que fazem parte das coordenações e comissões, que também buscam uma moradia, mas que possuem funções e atribuições na organização do grupo (das quais tratarei de forma mais minuciosa em ponto posterior da tese); e as poucas que se consideram como “membros da União”, e que são os responsáveis por fazer as mediações com as diversas instâncias do Estado, como é o caso da Jurema. Os dois primeiros grupos são heterogêneos (o grupo de moradores e os que participam das comissões) e formados majoritariamente por mulheres negras moradoras da região de Jacarepaguá.

Nas falas de minhas interlocutoras, o papel da União aparece como sendo o de apoiar o grupo, principalmente nas esferas políticas organizadas. Com frequência, Jurema chegava de Brasília, de encontros com outros membros da União ou de espaços institucionais, como o Conselho das Cidades, para dar notícias ao grupo sobre as possibilidades de sucesso do projeto, baseada nesta inserção que só ela ali tinha. É uma relação, portanto, marcada por forte ambiguidade: se de um lado, Jurema, assim como outras lideranças, é vista como a pessoa que possui os contatos necessários para que o grupo alcance o objetivo de construir suas moradias, por outro,

¹³ Durante a pesquisa de campo Guerreiras Urbanas passa a se chamar Guerreiras da Esperança por conta de uma mudança na estrutura do grupo, no entanto, só tratarei disto mais adiante, e durante a maior parte da tese irei me referir através do nome que era dado naquele momento da pesquisa.

há um forte teor de desconfiança. Esta desconfiança é facilmente percebida nas conversas com pessoas que compõem o grupo. Muitas vezes ouvi antes ou depois das reuniões que *eles [da União] sabem de coisas que não contam pra gente*, e mesmo insinuações de *que quem está no movimento deve levar alguma vantagem*. Há, portanto, uma carga de desconfiança que se conecta com uma determinada sensação de que as pessoas que compõem o grupo podem estar sendo enganadas ou usadas pelos integrantes do movimento ou mesmo da coordenação.

Neste emaranhado também se percebe uma desconfiança de alguns membros da coordenação em relação ao movimento, que compartilham da sensação de que estão sendo usados para fins políticos, uma vez que quase todos os membros da União possuem filiação partidária declarada. Jurema muitas vezes expõe o desconforto e insatisfação que essa desconfiança gera. Para ela, trata-se de uma ingratidão, considerando que o *movimento trabalha pelo coletivo*, para garantir o direito à moradia destas pessoas, e são vistos com desconfiança.

A escolha das pessoas que irão compor a coordenação costuma ocorrer através de “indicação” de outras pessoas, o que parece trazer algum constrangimento, dado que há uma quase completa impossibilidade de recusa: pode ser de pessoas do grupo geral, outros membros da coordenação ou de representantes da União. Trago a seguir de forma breve, dois exemplos de como se deu a “escolha” de um membro do grupo para fazer parte da coordenação – um exemplo do grupo Esperança e outro do grupo Guerreiras Urbanas.

Kathleen, que fez parte da coordenação de Esperança, conta que foi *jogada no fogo pelo pessoal da coordenação*. Durante cinco anos Kathleen foi a secretária da cooperativa Esperança, escrevendo atas das reuniões, auxiliando na organização da parte financeira, entre outras atribuições. Ela conta que começou ajudando Neide, que era secretária, mas estava sobrecarregada. Como o *trabalho estava ficando bom*, em uma das reuniões ela foi indicada e acabou ficando oficialmente com a função de “secretária”.

O Claudio e o pessoal da coordenação me jogou no fogo. Nem me avisaram. ‘Olha, gente, vamos hoje indicar uma secretária. Estamos indicando a Kathleen’. Eu só fiz assim ó, “O quê?”. Aí todo mundo: É. A Kathleen, a Kathleen. Aí ele falou pra mim: O que você espera, Kathleen? Tá, né? Fazer o quê? Desistir eu não ia, né? E o trabalho tava ficando bom. Aí eu comecei assim. E foi cinco anos lá fazendo esse trabalho.

Claudia, que faz parte da coordenação do grupo Guerreiras Urbanas, também conta uma situação semelhante, onde sua entrada na coordenação esteve associada a uma

certa pressão de outros membros do grupo, pois ela era uma pessoa *falante*. É comum que as pessoas do grupo se refiram às que compõem a coordenação como aquelas que tem maior habilidade de comunicação e facilidade para falar. Na plenária, é raro alguém se manifestar durante as reuniões para expressar algum posicionamento ou opinião, e parecem ver nos membros da coordenação uma espécie de porta-voz. Muitos relatam a timidez de estar à frente do grupo e falar para todos, inclusive alguns membros da coordenação mencionam esta vergonha.

Eu falo demais, né? Muito falante, muito falante... Tudo que o pessoal falava, eu tinha alguma coisa. Eu perguntava, eu questionava quando eu não concordava. O pessoal ficava: Claudia, fala não sei o que, fala, fala, fala. E eu ia e falava. Tudo que eu não concordava, que eu achava que não tava bom eu falava. E o pessoal da plenária começou a dizer: entra pra coordenação, entra pra coordenação. E eu: não, não. Aí nós tivemos uma companheira na tesouraria que ela tinha entrado pra coordenação, aí ela falou assim: vem pra coordenação que você fala muito, então você vai ajudar a gente a lutar, resolver as coisas e tal. Aí foram falando, o pessoal falando, e ela muito ali em cima... Aí eu entrei, entrei por isso. Fui levada pelo pessoal mesmo, pelo muito falar.

Durante os primeiros meses da pesquisa de campo, Marcio, o único homem que fazia parte da coordenação do grupo Guerreiras Urbanas, era o principal condutor das reuniões. Após a saída dele, Claudia e Amanda assumiram juntas esta função. Até o momento em que as últimas idas a campo foram feitas elas eram as responsáveis por conduzir as reuniões¹⁴.

A estrutura da tese

Neste tópico inicial busquei trazer a contextualização do meu campo e exemplos tanto de Esperança quanto de Guerreiras Urbanas. Nas partes posteriores a tese está organizada da seguinte forma: a segunda parte se concentra na história de Shangri-lá, que é contada como uma narrativa mítica e exemplo a ser seguido pelas demais cooperativas e grupos vinculados à União. Shangri-lá, construída na década de 90, é exemplo não só por ter sido bem-sucedida na construção das trinta e duas casas, mas também pela forma como foi realizada: sem financiamento público e através da *mobilização da comunidade* – que como veremos a seguir, envolve os mais variados atores.

¹⁴ Tratarei da dinâmica das reuniões e dos assuntos abordados em um ponto posterior da tese.

A terceira parte se concentra na construção e inauguração de Esperança, em 2015, uma cooperativa de setenta casas localizada no bairro Colônia – área da antiga Colônia Juliano Moreira – e que se constitui enquanto uma situação completamente diferente de Shangri-lá. Isto porque o financiamento foi acessado através de uma política pública (MCMV Entidades), estando, portanto, associada a um momento político muito distinto. Esperança representa também uma luta bem-sucedida, mas em um contexto bem diferente do primeiro exemplo. Não se trata de uma narrativa mítica, mas de um relato permeado por dificuldades, empecilhos e entraves e com a centralidade de um financiamento público que possibilitou a construção da cooperativa.

A quarta parte se concentra no grupo Guerreiras Urbanas, que ao longo da pesquisa de campo passou a ser chamado de Guerreiras da Esperança. Como se trata de um grupo ainda em *fase de organização* possui caráter bem diferente dos anteriores: o grupo é fluido, e embora muitas pessoas permaneçam, há uma constante rotatividade das pessoas e *famílias* que o compõem. Não havendo terreno definido e nem mesmo financiamento garantido, o grupo apresenta alta instabilidade. Assim, mesmo aqueles que permanecem participando das reuniões demonstram insegurança e desconfiança. Além disso, a conjuntura política a partir de 2016 torna-se extremamente desfavorável, e havia durante a realização do trabalho de campo um grande receio de que o grupo não conseguisse alcançar seu objetivo: a construção das casas. Assim, a etnografia do grupo Guerreiras se concentrou nas dificuldades. As reuniões que acompanhei durante a pesquisa de campo são perpassadas pelas desconfianças, incertezas e desânimo por parte de todos os atores envolvidos.

Na quinta e última parte da tese me concentro na análise das reuniões onde participavam majoritariamente pessoas vinculadas à União por Moradia Popular e componentes das coordenações dos grupos. Assim, se trata de seminários, capacitações e encontros promovidos pela União, nos quais o foco principal se concentrava na questão da *formação política*. O objetivo nesta última parte é explorar pontos referentes à visão política das lideranças da União, que aparecem no decorrer da tese, mas não são devidamente desenvolvidas nas primeiras partes, como é o caso da discussão que faz referência à questão da propriedade coletiva e individual, e também a frustração por parte das lideranças da União diante da dificuldade de realizar a mobilização / formação política das pessoas e famílias que compõem os grupos.

1 SHANGRI-LÁ E AS COOPERATIVAS HABITACIONAIS NO RIO DE JANEIRO – ENTRE A PARCERIA COM A IGREJA CATÓLICA E OS FINANCIAMENTOS PÚBLICOS

1.1 A memória de Shangri-lá – Uma narrativa mítica

Aqui nós estamos em uma cooperativa dentro de uma favela. Shangri-lá é uma cooperativa dentro de uma favela, e Shangri-lá é a mãe de todas as outras cooperativas. Lá atrás quando o pessoal da Igreja propôs uma transformação da vida das pessoas, eu não entendi direito. Fiquei desconfiada. Pensava: ‘o que eles estão querendo?’. A gente morava em barraco. Pagava aluguel e morava em barraco. Quando meu filho foi diagnosticado com tuberculose por causa das péssimas condições da nossa moradia... Aí eu repensei a minha vida, decidi acreditar nessa mudança e me mobilizar. [...] O pessoal da alvenaria chamava a gente de favelado. Agora o povo daqui é que chama os outros de favelados, mas a gente tenta fazer a união da comunidade (Jurema, moradora de Shangri-lá, coordenadora nacional da União por Moradia Popular do Rio de Janeiro).

Entre o final da década de 90 e início dos anos 2000 ocorreu a construção da Cooperativa Habitacional Shangri-lá, situada no interior da favela Jardim Shangri-lá, no bairro da Taquara¹⁵. A cooperativa está localizada em um terreno totalmente cercado por muros e um portão grande, que costuma permanecer aberto¹⁶. Para chegar em Shangri-lá é necessário descer do ônibus na Estrada do Rio Grande – uma via extensa que perpassa alguns bairros de Jacarepaguá – e caminhar pela rua Japomirim. Esta rua é quase completamente residencial, contando com uma igreja evangélica, um pequeno bar e um salão de beleza. Caminhando até o fim da rua chega-se a um beco, típico de áreas de favela, estreito, onde não é possível passar de carro. O beco vai ficando mais estreito, até que se chega a uma parte um pouco mais ampla e se pode ver o portão que dá acesso à cooperativa à direita. Este tipo de entrada, segundo Jurema, faz com que as pessoas pensem que se trata de uma *favela perigosa*. Shangri-lá é considerada por ela e outras pessoas com quem conversei como uma *favela tranquila*, pois é *pequena*, *próxima ao asfalto*, e *não há problemas com o tráfico ou tiroteios*.

¹⁵ A região de Jacarepaguá está situada na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. Atualmente Jacarepaguá engloba doze sub-bairros: Anil, Cidades de Deus, Curicica, Freguesia, Gardênia Azul, Jacarepaguá, Pechincha, Praça Seca, Tanque, Taquara e Vila Valqueire. No ano de 2011, Colônia – área da antiga Colônia Juliano Moreira – foi definido como mais um sub-bairro.

¹⁶ De acordo com dados do Censo Demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a favela Jardim Shangri-lá contava com 260 domicílios particulares e 835 habitantes.

A narrativa mítica da construção da cooperativa habitacional Shangri-lá tem início em uma tragédia que pode ser compreendida como um “evento crítico” (DAS, 1995). Conta-se que houve uma enchente que deixou diversas famílias desabrigadas. Muitas pessoas perderam todos os objetos e bens pessoais, e não tinham onde morar após esta enchente. Houve então uma *mobilização da comunidade* e uma iniciativa de um grupo católico que coordenava um “círculo bíblico”¹⁷ na região, resultando na construção das vinte e nove casas que formam a cooperativa. A proposta do grupo era de implementar uma “transformação social”, melhorando as “condições de vida dos moradores da favela” (HOPPE, 2017). Assim, os “barracos de madeira” deram lugar às casas de alvenaria, que foram construídas pelos próprios moradores em “regime de mutirão”. Outros atores estiveram envolvidos na construção destas casas: a FBR, prestando assessoria técnica e a UNMP. Durante a construção desta cooperativa criou-se a UMP-RJ, associada à UNMP, e Jurema, que era moradora de Shangri-lá, se tornou coordenadora nacional do movimento.¹⁸

A fala de Jurema, citada no início deste capítulo ocorreu durante uma reunião, realizada em Shangri-lá, em 2017, com representantes de diversos grupos que estão vinculados à UMP-RJ. A “história de Shangri-lá”, tal como apresento aqui, foi contada para mim diversas vezes, desde 2007, quando fui estagiária de Serviço Social da FBR, até a conclusão deste trabalho, tanto por funcionários da FBR, como por integrantes da União. Particpei de várias reuniões, especialmente de movimentos de moradia, em que Jurema e outros representantes da União, apresentam a Cooperativa Shangri-lá como “o início da história das cooperativas habitacionais no Rio de Janeiro”. A história de Shangri-lá, mais do que um *exemplo bem-sucedido de luta pela moradia* se coloca como uma narrativa mítica / heroica, que como tal, é recontada inúmeras vezes.

Diversos trabalhos também já registraram e analisaram a história de Shangri-lá, com enfoque na transformação do espaço e construção da cooperativa habitacional, tais como Antas (2000), Huguenin (2012) e Jacques (2013). Os trabalhos

¹⁷ As reuniões dos círculos bíblicos na região eram organizadas por católicos da Igreja Sagrada Família. As reuniões semanais eram realizadas nas casas dos moradores da favela, já que a paróquia era distante para muitas pessoas. Estes círculos bíblicos originam a CEB Padre Josimo Tavares (HOPPE, 2017).

¹⁸ A União por Moradia Popular (UMP-RJ) é um movimento social que atua na “luta por moradia popular” e está vinculada à União Nacional por Moradia Popular (UNMP). No decorrer deste texto utilizarei o nome “União” para me referir a este movimento, pois é desta forma que meus interlocutores se referem a ele. A UMP-RJ surge exatamente neste momento de criação da Cooperativa Shangri-lá.

anteriormente mencionados demarcam também questões negativas, e questionam o sucesso da cooperativa sob o ponto de vista das pessoas que ali moram. Segundo Huguenin (2012) grande parte dos moradores considera que a cooperativa *não funcionou* como deveria, pois, as pessoas não preservaram, após o mutirão, *laços de união e solidariedade*. No entanto, aqui me interessa o acionamento da memória de Shangri-lá, sobretudo por integrantes do movimento como um exemplo a ser seguido, buscando compreender os entrelaçamentos entre memória individual e memória coletiva, tendo como ponto de partida as memórias de Jurema. Ao longo do trabalho de campo notei que os relatos desta memória referente à construção de Shangri-lá são utilizadas principalmente em reuniões com pessoas “de fora”: integrantes de outros movimentos de moradia, representantes de instituições e órgãos públicos com as quais a UMP-RJ precisa negociar, tais como a Caixa Econômica e a Secretaria de Patrimônio da União.

A memória de Shangri-lá é utilizada pelas lideranças e coordenadores dos grupos pesquisados como uma forma de legitimação da luta pela moradia, simbolizando o resultado de uma luta bem-sucedida. Parto aqui da compreensão segundo a qual a memória não se constitui apenas como a lembrança do passado ou o ato meramente individual de recordar, mas através de sua dimensão simbólica que dá sentido e configura as práticas de grupos e atores sociais (ECKERT; ROCHA, 2000). A fala de Jurema no início deste capítulo me parece emblemática, pois conjuga a sua memória individual, associada à memória coletiva de Shangri-lá. A memória aparece nos relatos sob a perspectiva destacada por Halbwachs (2013): são, quase sempre, fragmentos do passado lembrados em certa medida com o intuito de cristalizar e legitimar os valores do grupo, enfatizando os laços entre os membros do grupo. Assim, ao longo da realização do trabalho de campo e conforme ocorreu uma aproximação maior com as interlocutoras e interlocutores, ficou mais nítido que a história de Shangri-lá é extremamente importante para os grupos e tem papel fundamental na própria criação e legitimação da UMP-RJ, conseqüentemente para o reconhecimento de Jurema como uma liderança importante neste contexto de *luta pela moradia*.

Além das unidades habitacionais, no mesmo terreno foi construído um centro comunitário com dois andares. Na parte inferior há uma cozinha industrial e dois banheiros; na parte superior um amplo salão, que é ainda hoje utilizado para reuniões

de grupos que pretendem formar outras cooperativas habitacionais ligadas à União¹⁹ – das quais falarei mais adiante – e também pela Igreja Católica para a catequese.

Segundo informações publicadas pela FBR e confirmadas por lideranças da União, o dinheiro necessário para a compra do terreno de Shangri-lá foi conseguido em parte através de rifas realizadas pelas famílias envolvidas, mas houve uma doação anônima que correspondia a 80% do total do valor. Apesar de não haver certeza sobre a procedência da doação, algumas pessoas da FBR e da União já mencionaram que a suspeita é de que a mesma tenha vindo de um padre da Igreja Católica da região. Já o recurso financeiro necessário para a construção das moradias foi conseguido através de financiamento da FBR, que possuía um sistema chamado de “fundo rotativo”, onde grupos organizados para construir suas próprias moradias poderiam obter empréstimos. À medida em que estas dívidas eram pagas à FBR, novos grupos poderiam receber este empréstimo com a mesma finalidade. Segundo informações de funcionários da FBR, este sistema não é mais utilizado por conta do alto índice de inadimplência.

A cooperativa Shangri-lá foi construída através de *mutirão* e *autogestão*, que são duas categorias, no contexto pesquisado, utilizadas sempre juntas e associadas à ideia de *cooperativismo*. A ideia de *mutirão* diz respeito mais especificamente ao modo de execução das obras: as famílias envolvidas constroem as suas próprias casas, embora, em momentos específicos, haja utilização de mão-de-obra remunerada. A *autogestão* diz respeito a todo o processo, seja anterior ao início das construções, durante ou após. Está, portanto, associada à noção de que o grupo é responsável por sua própria gestão e que todas as decisões devem ser tomadas por todos os componentes do grupo que forma a cooperativa – ou que pretende formar – através das assembleias realizadas periodicamente. É relevante mencionar que o *processo autogestionário* em cooperativas habitacionais, nem sempre acontece desta forma, como já apontaram alguns pesquisadores. Muitas cooperativas construídas por autogestão contam com a contratação de construtoras e grandes escritórios. Há processos em que a população possui menos controle e acesso à gestão dos recursos envolvidos, e há casos que privilegiam o envolvimento das pessoas durante todo o processo, e são, portanto, considerados como os casos “virtuosos” (RIZEK; BERGAMIM; BARROS, 2003).

¹⁹ Atualmente há dois grupos deste tipo que utilizam o espaço citado: Guerreiras Urbanas, cujas reuniões tenho acompanhado desde 2015 e o grupo Nova Esperança.

A UNMP defende a autogestão como uma maneira não só de construir casas, bairros ou equipamentos sociais, mas como uma forma de construção de poder popular. Ao controlar recursos públicos e processos, lutamos contra o clientelismo e a manipulação do poder público sobre a população e as organizações sociais. Construímos alternativas de gestão onde somos sujeitos de nossa história.²⁰

Foi através da associação entre a CEB e a FBR, com base nas ideias do “cooperativismo uruguaio”²¹ - um *intercâmbio* entre os dois países foi promovido pela FBR antes da construção de Shangri-lá e foi um momento marcante, segundo meus principais interlocutores -, que se estabelece no Rio de Janeiro a UMP-RJ, associada à UNMP. Até os dias atuais, parte das lideranças da União no Rio de Janeiro são oriundas da CEB citada anteriormente. Os discursos das lideranças da União no Rio de Janeiro são permeados pela noção de “criação de laços de solidariedade”, associados à “luta política” – constituindo uma espécie de “religião civil” (BELLAH, 1985; LEITE, 2003). O próprio processo de mutirão é diversas vezes, citado nos discursos dos meus interlocutores como um momento de construção de “laços” e de “cidadania”.

O mutirão é um grande momento de integração de famílias, das famílias aprenderem até a estar junto, a conviver junto, a trabalhar junto, a brigar por um ideal. Então assim, acho que nesse momento é um momento de integração, né? (Jurema).

Jurema costuma enfatizar que ela *já tem a sua casa*, mas mesmo assim *continua na luta para que outros também conquistem sua moradia*, reafirmando esta noção de “generosidade e envolvimento voluntário com o bem comum”. É possível perceber um importante entrelaçamento entre uma “moral católica”, a atuação da UMP-RJ e a forma como estas cooperativas se constroem.

Nesta mesma época, outras cooperativas foram construídas, não só em Jacarepaguá, mas também em São Gonçalo, sempre com influência e apoio da Igreja

²⁰ “UNMP, Ofício ao Ministério das Cidades, abril de 2003”. A citação encontra-se no artigo “Do Crédito Solidário ao MCMV Entidades: uma história em construção” dos autores Edilson Mineiro e Evaniza Rodrigues.

²¹ Refiro-me aqui a um determinado modelo de política habitacional bastante comum no Uruguai, baseado na ideia de “*cooperativa de vivenda por ayuda mutua*”, que inspirou outras cidades da América Latina a adotarem estas ideias. No Brasil, as primeiras cooperativas habitacionais baseadas nestas ideias de *ayuda mutua*, aqui conhecidas como mutirões autogestionários, ou mutirões com autogestão, surgiram em São Paulo, na década de 80 (BARAVELLI, 2006).

Católica e da FBR, não havendo financiamento público. Os recursos administrados pela FBR eram oriundos de entidades privadas europeias²².

Figura 3 – Casas da Cooperativa Shangri-lá



Fonte: Acervo da UMP-RJ (2015)

1.2 CEBs e as influências católicas no ideário da União e das cooperativas

A construção de Shangri-lá ocorreu na segunda metade da década de 90 – momento marcado pelo declínio das CEBs – que tiveram seu auge entre as décadas de 70 e 80 (DOIMO, 1995). As CEBs são consideradas como frutos de uma aproximação da Igreja Católica “com setores populares de forma crítica, amparada pelas orientações do Concílio Vaticano II e da Teologia da Libertação” (HADDAD, 2014), que ocorre também como uma resposta ao regime militar instaurado no Brasil na década de 60.

O Concílio Vaticano II é citado como um divisor de águas no que se refere a uma nova postura da Igreja Católica, que assumiria neste momento uma “opção preferencial pelos pobres” (SANCHIS, 2007). De acordo com Löwy (1991) a Teologia da Libertação legitimou e deu as bases para um campo movimentista que articulava setores da Igreja Católica, movimentos religiosos laicos, intervenções pastorais de base popular e as Comunidades Eclesiais de Base, constituindo o que Löwy (1991) identifica como o Cristianismo para a Libertação. Os atores que aparecem como

²² A principal entidade que fornecia estes recursos era a MISEREOR, sediada na Alemanha e vinculada à Igreja Católica do país.

fundamentais para a construção e Shangri-lá estão todos conectados à Igreja Católica: Pastoral de Favelas, MISEREOR e a CEB Josimo Tavares, que é criada neste momento de inflexão das CEBs justamente por conta da construção desta cooperativa habitacional.

A narrativa mítica de Shangri-lá é permeada por valores e ideais que são oriundos das CEBs: a necessidade de *união do povo* e da *construção de laços de solidariedade* para a luta pela moradia. Destaco aqui o que já mencionei anteriormente: a construção de Shangri-lá se atrela não só à criação da CEB Josimo Tavares, mas também à própria consolidação da representação da União por Moradia Popular no Rio de Janeiro. Conforme foi dito no tópico anterior uma das críticas mais comuns feitas tanto por membros da União, quanto de pesquisadores que analisam a cooperativa de Shangri-lá é de que os laços comunitários e de solidariedade não se prolongaram após o término do mutirão. Analiso esta crítica como uma romantização do ideário de comunidade, tal como defendida pela Teologia da Libertação, onde predominaria um ideal comunitário que teria como base a “solidariedade política entre os pobres” (BIRMAN, 2008, p. 107). Trata-se, portanto, de um conjunto de valores morais que consolidariam os pobres organizados como uma comunidade harmônica.

É interessante mencionar que o centro comunitário que é citado como a sede da CEB Josimo Tavares por determinados atores (HOPPE, 2017) é também citado como sede da União no Rio de Janeiro. Este território que se constrói como a cooperativa habitacional Shangri-lá é marcado, portanto, por múltiplos atores que se constituem como movimentos políticos e religiosos. Este viés católico que marca a construção de Shangri-lá tem consequências não apenas no que se refere à atuação da União no Rio de Janeiro, mas também considerando a forma como os grupos Esperança e Guerreiras Urbanas irão se estruturar e organizar. Isto pode ser percebido através de ações e práticas como as orações que são realizadas antes de reuniões e assembleias, nas imagens católicas presentes no centro comunitário de Shangri-lá (onde são realizadas as reuniões dos demais *grupos de Jacarepaguá*) ou mesmo na já mencionada retórica que remete à união das pessoas os laços de solidariedade.

Nas paredes do centro comunitário da cooperativa Shangri-lá é possível observar mensagens católicas, imagens do Papa e da Campanha da Fraternidade, assim como mensagens que ressaltam os valores e princípios de “união” e “solidariedade”, sem referências religiosas explícitas, mas baseadas em princípios

que valorizam a dimensão da colaboração coletiva: *Nenhum de nós é tão bom quanto todos nós juntos*. As imagens católicas, segundo Jurema, foram colocadas pelas pessoas que utilizam a sala para a catequese das crianças da região. Já as mensagens de “união e solidariedade” foram colocadas *pelas coordenações dos grupos de Jacarepaguá*.

No tópico a seguir trago algumas memórias de Jurema, com o objetivo de analisar e compreender de forma entrelaçada a narrativa coletiva de Shangri-lá e a narrativa individual da principal liderança da União na região de Jacarepaguá.

1.3 Jurema e suas memórias

Jurema é moradora de Shangri-lá, uma das principais lideranças da União por Moradia Popular do Rio de Janeiro e no Brasil, e se tornou minha principal interlocutora durante a pesquisa de campo. Não é novidade que as relações firmadas no interior do campo etnográfico determinam os rumos da pesquisa, assim, conforme já destaquei anteriormente, minha relação com Jurema marcou profundamente minhas relações e interlocuções durante a realização da pesquisa de campo. No processo de organização dos dados e informações que constavam em meu diário de campo me dei conta de que ela não somente uma interlocutora importante, ou mesmo a principal interlocutora. Mais do que isso, sua figura muitas vezes se colocava como um fio condutor de minhas análises. Foi quando optei por incluir na tese este tópico, que privilegia a trajetória de Jurema e suas memórias, buscando destacar também como ela se tornou uma liderança do movimento em questão. Durante uma tarde em sua casa, conversamos longamente sobre isso. Apresentei a ela a proposta de contar um pouco da sua vida em meu trabalho, já que era ela uma figura tão central em meu campo. Jurema pareceu entusiasmada com a ideia, embora comedida em manifestar animação. Outros trabalhos já haviam sido feitos sobre Shangri-lá, a maioria por pesquisadores da área da Arquitetura e Urbanismo, mas segundo ela me relatou, sua história não era contada, e essa possibilidade a animava, pois, seus *netos um dia poderiam ler*. Aliás, este era um tópico que já havia aparecido em conversas anteriores que tivemos: a pouca ênfase que os pesquisadores costumavam dar para a atuação do movimento de moradia no processo de organização e construção de cooperativas.

Já havíamos conversado algumas vezes sobre episódios de sua vida. Ela já tinha me contado que havia trabalhado desde cedo e durante muitos anos em *casa de*

família, sempre sem carteira assinada e nenhuma garantia. Nossas conversas, no entanto, na maior parte das vezes giravam mais em torno de questões políticas do que trajetória de vida propriamente dita, embora ambas, obviamente estivessem entrelaçadas. Jurema conta com orgulho sua mudança de postura em relação à *forma de se colocar no mundo.* Ela conta que *morria de vergonha* de falar, por não ter estudado – *minha escola foi a escola da vida, repete sempre* – mas que hoje, não tem mais esse problema: *acho que por ter ficado tanto tempo calada, hoje falo pra caramba,* afirma com um sorriso discreto. Não foram poucas as vezes em que ela enfatizou que não possuía *estudo e formação* como outros coordenadores da União. Ela conta que muitos coordenadores fizeram faculdade, mas que ela, não teve oportunidade de estudar e *aprendeu tudo na escola da vida mesmo.*

Como eu pretendia falar sobre a trajetória de vida de Jurema, fui até sua casa, já na etapa final da pesquisa de campo, em dezembro de 2018, para que tivéssemos uma conversa mais focada nisto. Como disse antes, eu já tinha algumas informações que obtive através de nossas muitas conversas ao longo dos anos de pesquisa e até mesmo de um período anterior à realização da etnografia, mas elas estavam muito dispersas. Além disso, muitas delas haviam ocorrido em grupo, onde não havia a possibilidade de aprofundar muito o que estava sendo dito. Outra questão que eu me colocava era buscar saber especificamente o que ela queria contar.

Partindo da compreensão de que o ato de narrar possui valor simbólico na construção de sentido da história vivida, entre tantas outras possíveis (ECKERT; ROCHA, 2000), minha intenção era deixar Jurema o à vontade para contar os episódios que achasse relevantes sobre sua trajetória de vida. Jurema construiu sua narrativa iluminando os momentos em que se viu diante de dificuldades no que se refere à situação precária de moradia. Veena Das (1995) aponta que as narrativas pessoais são também narrativas políticas e isto se nota muito facilmente na narrativa de Jurema, que durante o seu ato de narrar fez de sua trajetória, desde a infância, uma trajetória de *luta por moradia.*

Propus à Jurema que falássemos um pouco de sua vida, e assim ela selecionou informações e episódios marcantes de sua trajetória. Era uma tarde ensolarada de dezembro. Cheguei à Shangri-lá em um dia de semana – o que ocorre raramente, já que as reuniões são sempre aos fins de semana – e rapidamente fui detectada como “de fora” pelas crianças que brincavam em uma piscina de plástico montada na parte comum da cooperativa. Ouvi um garoto perguntar ao outro “Hoje tem reunião?”, e o

outro “Tá maluco? Hoje não.” Assim que entrei Jurema acenou pra mim de sua varanda, no segundo andar, pedindo que eu subisse até sua casa.

Neste dia conversamos a sós por aproximadamente três horas e meia. Seu marido estava em casa, mas apenas me cumprimentou rapidamente quando cheguei e não permaneceu na sala enquanto conversávamos. Quando entrei em sua sala ela começou a me contar sobre alguns problemas que estavam ocorrendo no grupo Gamboa, e mais uma vez, sobre instabilidades com a Fundação Bento Rubião, que havia demitido mais uma funcionária importante na instituição. Isto a estava preocupando, e antes de iniciarmos nossa conversa, ela se comunicava por *whatsapp* com Felipe, que é também coordenador da União, e Grazia, assistente social que os assessora. Terminou de trocar algumas mensagens, e começamos nossa conversa.

Assim que começamos a conversar ela me disse: *Eu já falei com o Felipe que agora não dou mais entrevista pra ninguém. Só pra você e pra ele. Falei pra Grazia também: agora só dou entrevista pra Geisa e pro Felipe. Não quero mais não. Tô cansada.* Ela diz ainda que é *muita gente que passa por aqui, entrevista e vai embora. A gente nem sabe para quê usam as informações depois.* A sensação de que os pesquisadores a usam como objeto já havia aparecido em outras conversas que tivemos, e sobretudo, o que parece a incomodar é o fato de que sua figura não é valorizada nestas pesquisas. A maioria das pesquisas, segundo ela, acabam por destacar a atuação do movimento, sem quase mencioná-la, ou, ainda pior, mencionar apenas a FBR, sem mencionar o movimento.

Ainda um pouco antes de começarmos a entrevista ela recebeu uma ligação de sua filha, que a avisou sobre a marcação de uma consulta médica de seu neto, e ela a avisou: *Eu agora vou começar aqui uma entrevista com a Geisa. Estou precisando mesmo conversar com alguém que me entenda, que pense como eu.* Naquele momento também entendi um pouco de que forma nossa conexão tinha se estabelecido. Jurema me considerava, por nossas conversas sobre política, alguém com pensamentos parecidos com os dela, e disposta a ouvi-la.

Em seu convívio familiar, Jurema, com frequência, dizia se sentir incompreendida: seu marido e filhos não valorizam sua inserção no movimento e na política em geral, afirmando que *ela já tem sua casa e não precisava ficar se desgastando.* Além disso, segundo ela, o engajamento no movimento lhe demanda muita dedicação, e conseqüentemente, diminui o tempo que passaria com sua família.

1.3.1 Infância, violência, trabalho e as remoções

Olha, Geisa, eu não tive uma vida fácil. É aquilo que eu sempre costumo dizer pras pessoas... Sou filha de mineiro com carioca, neta de índio com português, então é uma mistura muito grande da família. Meu pai assim... Meu pai por ser mineiro, aquele jeito duro de ser... Ele teve uma infância muito ruim, e ele transferiu a crueldade que foi feita com ele até por consequência da vida, ele transferiu isso pros filhos. Meu pai foi aquele tipo de pessoa... Éramos 6 meninas. A gente parecia cigano. Cada momento você tava num lugar diferente. Quando a gente morava no Recreio, meu pai trabalhava vendendo terra, terra de bolso. Se fosse no dia de hoje ele simplesmente seria preso por desmatamento. Ele limpava os morros em Jacarepaguá, no Recreio... E a gente tinha que puxar toda aquela terra pra baixo pra encher caminhão. E a gente pequeno tinha que fazer isso, principalmente eu como a mais velha, tinha que ajudar muito nisso por conta dos meus irmãos menores. Era muito pouco dinheiro e muito filho, então a gente tinha que fazer isso (Jurema).

Ela começa relatando sua infância, e se emociona muito já nos primeiros minutos de nossa conversa, ao falar do pai, que segundo ela, era uma figura marcada pela agressividade no relacionamento com a esposa e os filhos. Assim que menciona o pai pela primeira vez, ela chora, e segue contando o quanto sua infância foi difícil. Durante nossa conversa na sala de sua casa, em alguns momentos o marido dela passava por nós, em silêncio. Jurema estava sentada de frente para mim, e por vezes, ia até a porta da sala fumar um cigarro. A conversa seguia.

A gente parecia cigano. Cada momento você tava num lugar diferente. Quando a gente morava no Recreio, meu pai trabalhava vendendo terra, terra de bolso. Se fosse no dia de hoje ele simplesmente seria preso por desmatamento. Ele limpava os morros em Jacarepaguá, no Recreio... E a gente tinha que puxar toda aquela terra pra baixo pra encher caminhão. E a gente pequeno tinha que fazer isso, principalmente eu como a mais velha, tinha que ajudar muito nisso por conta dos meus irmãos menores. Era muito pouco dinheiro e muito filho, então a gente tinha que fazer isso (Jurema).

A precariedade da sua vida e as dificuldades que giravam em torno da questão da moradia tiveram lugar central na construção da narrativa de Jurema. A dificuldade de se estabelecerem em um local é relatada como um sofrimento: estavam *cada dia em lugar*, dizia ela: *a gente parecia cigano*. Quando moravam no Recreio, Jurema conta que sofreram remoção por conta de uma *briga fundiária* que havia no local.

A gente morava num local onde havia uma briga fundiária, que a terra não era nem de um nem de outro, mas as duas famílias que moravam se sentiam donas desse local. Aí eu me lembro assim... Um dos momentos marcantes da minha vida foi quando meu pai ele se mudou... Nós se mudamos do mesmo terreno, mas de um local pro outro. Nesse momento ele construiu uma casa de pau a pique, e eu me lembro que a prefeitura pra remover a

gente, e eles botaram cabo de aço em volta da casa pra tentar derrubar, e aí não conseguiram derrubar por conta que a gente tava todo mundo dentro da casa, que ele botou todo mundo dentro de casa. E a outra é porque o cabo de aço ele se entrelaçou nos cipós com bambu, e eles não conseguiram derrubar, mas removeram a gente assim mesmo (Jurema).

Os locais de moradia que Jurema e sua família tiveram ao longo de sua infância, juventude e idade adulta sempre foram na zona oeste: Recreio, Camorim, Santa Cruz, Bangu e Realengo. Após a remoção relatada na fala anterior ela conta que *foram morar em uma favela no Camorim*. Morando em Camorim e estudando em Vargem Grande, Jurema conta que ela e os irmãos passaram a não ir à escola com regularidade: *a gente foi impedido quase que de estudar, por isso hoje eu costumo dizer que a minha escola foi a escola da vida, né?*

Eu me lembro de fatos assim... Uma vez eu faltei, fiquei um mês sem ir no colégio. Aí antigamente as escolas, antigamente o diretor ia em casa pra saber porque que o aluno tá faltando. Aí eu me lembro que quando a kombi do colégio passou, que era uma kombi que eles usavam, passou procurando onde que morava a minha família. Quando eu vi a Kombi eu saí, eu tava dentro do rio. E aí quando eu cheguei, na hora que eu cheguei o meu pai tava exatamente mentindo pra diretora. Falou pra ela que eu não fui pra escola porque eu tava dentro do Rio tomando banho. E era mentira dele. Eu tava no rio exatamente puxando areia pra vender [ela conta este episódio com a voz embargada, segurando o choro]. Naquele dia ali ela... Chamou ele pra conversar, conversou com ele no particular. E no outro dia eu fui pro colégio fazer a tal da prova, que era uma prova que eu tinha faltado. E ela comigo na escola conversou e perguntou o que estava acontecendo, porque ela percebeu a minha ansiedade de querer falar com ela naquela hora ali. Mas eu tinha medo, que quando ela saísse eu ia apanhar (Jurema).

Logo após narrar a situação acima transcrita, Jurema conta que não ficaram mais muito tempo morando neste lugar, pois houve a *remoção da favela*. Esta foi a segunda remoção pela qual Jurema e sua família passaram, e após esta, *foram parar em Bangu*. Ela relata que a remoção havia dado direito ao seu pai a ter duas casas em Santa Cruz, no Conjunto Antares, mas enquanto as mesmas ainda estavam em fase de construção, ficaram morando em um apartamento localizado em Bangu provisoriamente. Jurema comenta que não sabe precisar os anos em que ocorreram essas mudanças, pois não guarda datas. Suponho, no entanto, que este episódio tenha ocorrido na década de 70, pois alguns pesquisadores apontam a construção do Conjunto Antares, fruto de uma forte política de remoções no Rio de Janeiro nesta

época que fomentava o afastamento das populações pobres para as regiões mais afastadas da zona oeste da cidade²³.

Em diversos momentos de nossa conversa a questão da agressividade e violência de seu pai vinha à tona. A chegada de Jurema e sua família em Bangu ficou marcada por dois episódios: seu pai foi preso por engano assim que eles chegaram ao bairro, pois segundo ela havia um retrato falado de um homem muito parecido com ele. Por isto, seu pai ficou preso durante uma semana, e sua mãe, que não trabalhava, precisou arranjar um trabalho em um aviário próximo à casa deles.

Nesse mesmo dia que nós fomos morar, o meu pai foi na padaria comprar pão, porque não tinha chego ainda, o mobiliário, fogão, nada disso tinha chego. E ele foi comprar pão pra tomar café e comer pão com água porque não tinha como fazer comida. De repente chegou uma vizinha saldando a gente que tinha chego e falou 'acabaram de prender um senhor ali agora'. Aí quando nós saímos pra ver tinha sido o meu pai. Tinha um retrato falado de uma pessoa que tava sendo procurada, e o retrato era idêntico ao meu pai. O meu pai ficou preso uma semana, e a gente ficou meio perdido sem saber o que ia fazer. Aí nesse período a minha mãe... Essa mesma vizinha ficou com muita pena da gente, começou a ajudar, e arrumou um trabalho pra minha mãe no aviário. Nesse período minha mãe começou a trabalhar, e o meu pai voltou pra casa (Jurema).

Ela conta, chorando bastante, o episódio em que ela e os irmãos presenciaram uma forte cena de agressão. Sua mãe havia começado a trabalhar há apenas duas semanas por conta da prisão do pai. Na mesma semana em que o pai voltou para a casa, ela conta que ele olhou pela janela e viu sua mãe na calçada fumando um cigarro e conversando com a vizinha: *minha mãe não fumava*, diz Jurema. Ela diz que ela e os irmãos eram muito pequenos e não entenderam direito o que aconteceu para deixar o pai tão furioso: *a gente era pequeno e não maldava certas conversas que eles tinham*. O pai foi até a calçada e a mandou entrar em casa. Ela conta que o pai foi direto com a sua mãe para o banheiro, e de fora, ela e os irmãos ouviam o pai *bater muito na mãe*. Jurema e os irmãos começaram a bater na porta e pedir que o pai parasse com aquilo. Ao se abaixar para olhar por baixo da porta do banheiro, ela disse que *só viu o sangue escorrendo pelo canto*.

Não podia gritar, não podia chamar a atenção de ninguém, porque a gente tinha medo do que poderia acontecer. Mas eu me lembro que quando a gente conseguiu, batendo na porta... Ele abriu a porta, e quando conseguimos levantar ela do chão, ela tava com o olho roxo, a boca toda machucada. Ele tinha batido muito nela. Aí dali ela ficou em casa, não foi trabalhar, porque ela

²³ Sobre este processo de remoções nas décadas de 60 e 80 e a criação dos conjuntos habitacionais no bairro de Santa Cruz ver Silva (2017).

não tinha como trabalhar com o rosto daquele jeito. Aí ele foi, arrumou um trabalho de pedreiro, e começou a trabalhar (Jurema).

Ela se emociona ao lembrar. Seca as lágrimas, e continua: *meu pai era um homem muito machista. Eu acho que é por isso que hoje eu tenho muita dificuldade de lidar com homem machista, sabe? Tenho muita dificuldade.* Jurema conta que pouco depois do episódio acima relatado, *veio a remodificação*, e eles foram morar em Santa Cruz, no conjunto habitacional Antares²⁴. As lembranças que Jurema relata do tempo em que moraram neste conjunto também são negativas: a área *vivia em crise* e havia muitos *bandidos* na vizinhança. Outra dificuldade relatada por ela dizia respeito às casas que foram recebidas por conta da remoção. Ela conta que como receberam duas casas no conjunto e as mesmas ficavam em ruas diferentes. A estratégia de sua família era dormir cada noite em uma casa para que nenhuma delas fosse ocupada. Em sua fala, Jurema destaca que o problema principal era a quantidade de *bandidos* na vizinhança. Para ilustrar conta duas histórias. Na primeira ela relata que um bandido entrou na caixa d'água de sua casa para se esconder da polícia:

Teve um dia que a gente escutou... A casa era muito baixa, o pé direito da casa era muito baixo. Mas eu ouvia o barulho da água caindo na caixa, que a água da caixa era bem em cima do banheiro. Quando chegou de manhã que meu pai foi tomar banho, não tinha água. Ué, mas tem alguma coisa errada. Não era, a gente estava dormindo e não vimos. Tinha tido uma batida policial de madrugada, e tinha um bandido escondido dentro da caixa d'água nossa. Então ele tava com um canudo pra respirar, mergulhado na caixa. O pé dele tava na boca do cano que descia água, então tampou a água. Quando raiou o dia, deu seis e meia, que a polícia foi embora, o cara saiu e a água voltou ao normal. Mas a gente viu quando ele saiu molhado da caixa d'água (Jurema).

Jurema conta que para *ganhar um trocadinho* fazia sobancelha na casa das mulheres e também *touca* para o cabelo ficar *espichadinho*, já que naquela época *não tinha escova para alisar o cabelo*. Ela ia com frequência na casa da esposa de um bandido justamente por conta destes serviços que oferecia. O seu pai começou a ficar preocupado quando este bandido, que morava em frente à casa deles, passou a ficar *muito atrás* de Jurema pra fazer as coisas pra ele, pedindo pequenos favores e oferecendo dinheiro.

Aí uma vez eu vi ele andando, só que conforme ele andava sem camisa e de short, eu vi que ele tinha um monte de calombo nas costas. Era bala, era

²⁴ Jurema sempre menciona que não se lembra das datas em que ocorreram as mudanças, no entanto, neste ponto é possível supor que este episódio se passa em meados da década de 70, pois é o período em que o conjunto habitacional Antares foi construído.

balas que ele tinha nas costas. Aí eu cheguei em casa e comentei com o meu pai. E esse cara vivia atrás de mim pra fazer as coisas pra ele lá.

Com receio de quais seriam as intenções deste bandido, que buscava se aproximar de Jurema, o seu pai *acabou passando as casas* e eles foram morar no Recreio, no Terreirão, pagando aluguel: *porque aí o dinheiro que ele recebeu ele meteu o pau em tudo, que o meu pai era assim*. No Terreirão *não deu certo* e eles foram morar em outro lugar, no Recreio mesmo. Jurema conta que era uma *ocupação em barraco de madeira*, sem luz elétrica e sem água: *era um barraco comprido, como se fosse um vagão de trem*.

Durante o período em que moraram neste barraco a mãe de Jurema se *entregou ao alcoolismo* e morreu pouco tempo depois. O pai, que *também era alcóolatra*, morreu em seguida, quando ela tinha *18 ou 20 anos*. Antes da morte de seu pai ela relata que ficaram morando no barraco ela, ele e suas duas irmãs mais novas – as outras já tinham saído de casa. Ela conta que as três trabalhavam fora, mas todo o dinheiro que recebiam eram obrigadas a entregar para o pai. Ela e as irmãs mais velhas trabalharam durante algum tempo com *limpeza de rua, retirada de entulho e limpeza de apartamentos para entregar na Barra da Tijuca: na época que construiu o Novo Leblon eles contrataram muita gente*.

O meu pai todo dinheiro que a gente recebia era para dentro de casa. Todo. Era chegar, recebia o pagamento e tinha que dar na mão dele. E ele entrava em contato com as patroas pra saber quanto é que pagava. Você não podia tirar uma moeda, era só a passagem. Era desse jeito, você pode perguntar a qualquer irmã minha que elas vão te dizer isso.

Ela relembra que tinha muito medo de ficar sozinha com as irmãs neste barraco, pois quando chovia *alagava muito*. Ela relata com a voz embargada, segurando o choro, as vezes em que *perderam tudo* por conta das enchentes.

Uma vez eu me lembro que quando nós acordamos de manhã nossa marmitta tava boiando, porque a água... Encheu tanto que a cama subiu e a gente não sentiu. Então a gente saía de manhã com a calça dobrada até o joelho, pra poder entrar na Kombi que pegava a gente de manhã pra levar, pra chegar na rua e arriar a roupa pra ir trabalhar.

O pai a deixava sozinha com as irmãs mais novas em casa durante longos períodos, e ela conta que por isso, decidiu ir embora: *eu pensei comigo, eu saindo daqui, ele vai ser obrigado a ficar com as menor em casa, e eu saí*. Assim, Jurema relata que saiu de casa e foi morar com uma tia. Esperou o pai dormir, pegou suas

coisas, e foi embora sem avisar. Passou a fazer flores de plástico artesanais pra vender: *fiquei com câimbra nos dedos de tanto que fiz flores pra poder tirar meus documentos*. Não conseguiu trabalho de carteira assinada, mas conseguia algum dinheiro trabalhando *em casa de família*. Mesmo morando com a tia ela ainda mandava dinheiro para a casa do pai para ajudar com as irmãs mais novas. Quando seu pai adoeceu, ela conta que voltou para casa para cuidar das irmãs, e com sua morte, elas foram *parar no orfanato*, mas ela conseguiu reverter esta situação.

Porque mesmo eu estando afastada eu tinha que mandar dinheiro pras minhas irmãs que estavam lá. E aí calhou dele ficar doente, e eu tive que voltar pra poder assumir as meninas. Aí nesse período eu já tinha conhecido o pai do meu filho mais velho, que calhou que eu engravidei dele, e não sabia que ele era primo de terceiro grau. Não sabia que ele era meu primo. Aí engravidei dele, e nesse momento ele foi uma pessoa boa pra mim, porque ele foi como se fosse o tutor das minhas irmãs pra tirar elas do orfanato, porque aquilo me deixava muito mal.

Jurema casou com seu atual marido quando seu primeiro filho tinha 9 meses, e foi morar com ele no quintal da sogra em Curicica: *toda a família morava no quintal*. Neste momento Jurema relata novamente uma história de remoção: *o dono do terreno vendeu, e mandou todo mundo cada um caçar o seu rumo e ir embora*.

Nesse momento eu não tinha a clareza que eu tenho hoje, porque era uma posse, e tinha pessoas que moravam lá há anos. Então como ninguém tem direito de nada, saiu todo mundo com uma mão na frente e outra atrás. Ele teria que indenizar todo mundo. Mas eu não entendia da situação.

Após esta remoção Jurema, o filho e o marido foram morar em um morro chamado São Sebastião, em Realengo, que ela aponta como o pior lugar em que já morou durante a vida, devido principalmente à precariedade da construção e das condições de vida: *já passei por vários lugares, mas nunca morei num lugar tão ruim*.

O nosso barraco ele foi construído com pernas de madeiras, perna mesmo... Como se fosse um pau a pique, mas no morro. Então assim... A porta, ainda fizeram a porta que abria pra fora, então quando o vento batia você tinha que sair de dentro de casa. Parecia que o barraco ia sair rodando no morro abaixo. E aí quando eu fui pra lá, que era eu, meu filho e meu marido, e minha irmã mais nova morava comigo... Uma cunhada que mora aqui, foi morar comigo lá, com três filhos pequenos. Foi ficar de companhia comigo porque eu tava grávida da minha filha.

Além da fragilidade do barraco onde moravam, que parecia correr o *risco de rolar morro abaixo*, havia a falta de água encanada. Jurema conta que para conseguir um pouco de água era necessário acordar cedo para colocar o seu balde na fila. Havia

uma borracha que era ligada na nascente do morro: *tinha um momento que enchia todas as latas, os baldes, e o cara ia lá tirar a borracha que era pra juntar água pra de noite, na nascente*. Como ela era recém-chegada no morro, as pessoas mais antigas não deixavam seu balde encher. Ela descobriu espiando pela janela que sempre que seu balde enchia, alguém pegava a sua água e colocava o balde novamente na fila. Depois de algum tempo nesse morro, eles ainda se mudaram para um outro barraco, que era próximo ao barraco de uma outra irmã sua que morava ali: *continuou a mesma miséria, que era miséria total, mas a gente pelo menos passou a estar mais próximo da família*. Este foi o último lugar em que Jurema morou antes de chegar em Shangri-lá.

1.3.2 De Realengo a Shangri-lá e o início do engajamento político

A sogra de Jurema já morava em Shangri-lá, que na época, era *uma favela com barracos de madeira*, e falou pra ela: olha, de vez em quando aparece algum barraco vazio aqui. Jurema tinha acabado de ter sua segunda filha, quando decidiu não ficar mais em Realengo. Ela conta que, como estavam passando por dificuldades financeiras, às vezes precisava ir e voltar a pé de Realengo até Shangri-lá para buscar mantimentos para sua casa. Morar em Shangri-lá significaria estar mais perto desta rede de apoio, que se tornara ainda mais importante com a chegada de mais um filho. Assim, mesmo sem um barraco vazio em vista, ela decidiu ir com o marido e os filhos para a casa da sogra, e *esperar um barraco desocupar*.

Quando *desocupou um barraco*, Jurema já tinha arrumado trabalho em casa de família, e *calhou de naquele ano a patroa trocar os móveis*: foi assim que ela ganhou todos os móveis para mobiliar o barraco.

Aí eu consegui mobiliar razoavelmente o barraco que eu fui morar, e dali a gente pegou mais um e começamos a melhorar, melhorar as condições pelo menos de conseguir pagar um aluguel... Porque aí ele começou a trabalhar e eu também. Pagava aluguel, pagava a conta de luz. Só não pagava a água, mas pagava a luz certinho. Botamos a nossa vida em dia.

Jurema conta com orgulho o momento em que, finalmente, havia conseguido colocar *a sua vida em dia*. Apesar da precariedade do barraco em que morava em Shangri-lá – tinha que colocar pano nas paredes para o pessoal de fora não ver a parte de dentro e era necessário cobrir tudo com plástico quando chovia pra não

molhar os móveis e demais objetos – ela conta orgulhosa que finalmente conseguia, junto com o marido, que trabalhava como pedreiro, pagar todas as contas em dia e comprar comida para a família. Foi neste momento que *chegou o pessoal da Igreja*, e tem início a história de Shangri-lá relatada no início deste capítulo. O grupo composto por católicos de um círculo bíblico ligado à paróquia da região levava para os moradores da favela Shangri-lá uma proposta de transformar as moradias, propondo a compra do terreno e a construção de casas de alvenaria, que seriam realizadas em mutirão pelos próprios moradores. Jurema conta que as reuniões aconteciam na Igreja porque *ali não tinha condição*. Moravam no terreno dezesseis famílias, e todas participavam das reuniões, menos a família de Jurema.

Quando apareceu esse grupo da Igreja dizendo que tinha um trabalho pra fazer com as comunidades, que não era só oração, mas era ação e prática, parará... E aí eu por ter apanhado todo esse percurso que eu te falei, eu ficava muito desconfiado com eles, né? Muito desconfiada. Eu achava que eles queriam tirar proveito. Eu não ia à igreja. Meu trabalho... Eu ia trabalhar na casa da madame, chegava oito horas da manhã, saía seis. Mas eu tinha todo mês pra mim o meu dinheiro pra comprar a minha comida, botar comida em casa, meus filhos ter o que comer... Pagar o meu aluguel. Pra mim já era o suficiente. Só que Deus estava reservando uma coisa melhor e eu não sabia.

Jurema conta um episódio específico que a fez reconsiderar a desconfiança em relação ao grupo da Igreja: ela viu Arnóbio e Olívio, que eram do círculo bíblico, chegando na favela em um dia de forte chuva. Os dois dividiam um guarda-chuva quebrado e chegavam na favela para verificar se as pessoas estavam precisando de alguma ajuda por conta da chuva. Ela diz que naquele dia ela questionou se havia *alguma coisa de errado com ela*, afinal, se alguém tinha algo a oferecer eram eles, e não ela. A partir deste momento começou a frequentar as reuniões realizadas na Igreja e buscar *entender melhor qual era a proposta*. A partir disto também tem início sua aproximação com a Fundação Bento Rubião e o próprio movimento de moradia.

Porque eu comecei a raciocinar o seguinte: tirar proveito de quê? Só se for meus filhos pra levar, porque eu não tenho nada pra oferecer. Pelo contrário, eles é que tem alguma coisa pra oferecer. Não iam sair da casa deles, do conforto, pra vir pra cá com uma chuva dessas, né? Atender a gente aqui. Aí eu comecei a acompanhar algumas reuniões, comecei a entender qual era o objetivo deles. Não era só rezar, né? Tanto que a gente depois transformou isso aqui numa Comunidade Eclesial de Base. A nossa prática era exatamente o contrário da Igreja. Aí eu comecei a acompanhar muito seminário em várias ONG's, No próprio Bento Rubião, na FASE, CEDAC... Fui me capacitando, né?

Jurema conta que foi com o apoio da Pastoral de Favelas que os moradores descobriram que o terreno no qual estavam construídos os barracos era na verdade uma posse. Assim, as famílias que ali moravam, pagando aluguel, já tinha quase todas direito ao usucapião. *As famílias mais antigas* estavam ali há mais de vinte anos. Jurema era a moradora mais recente, e estava ali há três anos: *foi quando eu comecei a entender um pouco o que era usucapião*. O grupo da Igreja, junto com a Pastoral de Favelas, buscou a “proprietária” do terreno, a quem os moradores pagavam aluguel, para conversar sobre a situação:

Aí eles explicaram pra ela: olha, pela lei eles tem direito, vai ter que indenizar todo mundo. E quando colocar pelo valor que ela pediu no terreno, quando você somava os anos que as pessoas estavam, ela ia receber pra poder indenizar todo mundo. Então ela resolveu passar pra gente e deixar a gente no terreno, porque a igreja foi e comprou esses terrenos.

Foi a partir desta interlocução dos moradores com a Pastoral de Favelas que a Fundação Bento Rubião passa a ser um dos atores envolvidos no projeto de construção da cooperativa habitacional de Shangri-lá. Jurema conta que a equipe da FBR fez o projeto arquitetônico: foram três modelos propostos para que os moradores escolhessem qual seria colocado em prática. Ela relata, com entusiasmo, que a opção por esse projeto arquitetônico se deu levando em conta que nele seria possível incluir mais famílias, além das dezesseis que já moravam no terreno. A proposta então foi de trazer para o terreno, e para a cooperativa, outras famílias que morassem na favela em condições de extrema precariedade.

Foi quando eles fizeram três modalidades, e entre as três nós optamos por essa aqui. Porque já foi se aproximando a época da enchente que teve em Jacarepaguá, e a gente entendeu que o terreno aqui ele comportava mais 16 famílias. Nós trouxemos mais 13 famílias de fora, que foi na época da enchente, pessoas que a gente resgatou com tuberculose, que morava insalubre, lugar horrível. E a gente conseguiu ficar sensível àquela situação, e trouxemos as famílias pra junto da gente. E aí fizemos o projeto com a Fundação Bento Rubião, com a entidade Misereor, aonde foi contemplado com recurso pro projeto.

O início da construção da cooperativa de Shangri-lá marca também a aproximação de Jurema com a União por Moradia Popular. Ela conta que um de seus primeiros contatos com o movimento se deu em Brasília, em um ato pela moradia. Ela foi convidada pela equipe da FBR para participar da manifestação, e foi quando começou *a entender melhor esse processo do movimento de moradia*. Ela relembra que isto ocorreu durante o governo Erundina, que foi prefeita de São Paulo no período

de 1989-1992²⁵. Este foi um período marcado por significativos investimentos em moradia popular baseado em mutirões autogeridos na cidade de São Paulo, que fortaleceu e consolidou o movimento de moradia paulistano. Assim como outros movimentos desta área, a União por Moradia Popular se fortaleceu durante este período, e foi ampliado para outros estados, inclusive o Rio de Janeiro. Jurema relembra com orgulho que quando houve a proposta da coordenação nacional da União de que o Rio de Janeiro passasse a ter uma base regional, com o intuito de ampliar o movimento e consolidar a luta por moradia no estado, o seu nome foi indicado para a coordenação em um encontro que ocorreu em Pernambuco:

Quando veio a proposta da União... Da União nacional fortalecer o Rio de Janeiro por conta dessa experiência de Shangri-lá. Era a primeira cooperativa de geração de emprego e renda com autogestão, e uma discussão da propriedade coletiva. E aí foi um encontro em Pernambuco onde tava eu, tava.. Tinha vários companheiros do Rio, e tava o Valério do Bento Rubião acompanhando. O Donizete chamou a gente, que era o coordenador da União nessa época, e falou: Olha, vocês precisam tirar uma coordenação do Rio, e tem que ser hoje. Aí naquele dia assim... A gente já tinha chego de dois dias de viagem de ônibus, todo mundo morto de cansaço. Mas a gente tinha que fazer uma reunião no final da noite pra tentar pelo menos pensar em quem a gente poderia indicar pra uma coordenação, porque no outro dia a gente tinha que apresentar na plenária da União. Aí naquele momento ali o nome mais indicado foi o meu, eu entrei pra coordenação da União.

A entrada de Jurema no movimento de moradia se deu atrelada aos outros atores que estavam envolvidos na construção da cooperativa, como a Pastoral de Favelas, a Comunidade Eclesial de Base e a FBR. Jurema afirma que *nunca foi católica, nunca foi à missa*, mas sempre teve esse contato estreito com as instâncias da Igreja mais voltadas para a *prática*, e menos para a *reza*.

Jurema relembra que os primeiros projetos da União no Rio de Janeiro – como Ipiiba, localizado em São Gonçalo e Shangri-lá – foram construídos através de financiamento de instituições internacionais, como a MISEREOR. No Brasil não havia apoio do governo ou políticas públicas que possibilitassem a construção de cooperativas habitacionais através dos movimentos sociais: *a gente estava tentando eleger um governo popular, mas não conseguia*. O momento político pelo qual passa

²⁵ Os mutirões autogeridos do governo Erundina em São Paulo são considerados a “primeira geração de mutirões” no Brasil. Ainda hoje o movimento de moradia de São Paulo é citado pelas lideranças da União do Rio de Janeiro como “mais forte e organizado”, e o motivo que se atribui é o fato de terem tido apoio do governo do PT durante o fim da década de 80 e início da década, colaborando para sua organização e consolidação. Sobre a “primeira geração de mutirões” em São Paulo ver Carvalho (2004).

o país é mencionado como empecilho para novas contratações e construção de novas cooperativas: *desde o governo Temer – instalado após o golpe de 2016 que tirou a presidente Dilma do poder – tudo está mais difícil. Ela, no entanto ressalta: o povo acha que se não tem poder público a gente não pode construir, fica desanimado. Mas isso aqui foi tudo construído sem poder público, sem governo. Não teve governo aqui não. A gente fez rifa, fez o nosso fundo, teve o dinheiro da MISEREOR, não teve nada de governo aqui em Shangri-lá.*

Da União estar no Conselho das Cidades, que aí você abre novos horizontes, você começa a acompanhar melhor. Participei das conferências todas municipais, todas as conferências estaduais, pra chegar á Conferência Nacional e ser indicada como conselheira nacional, né? Então como o Conselho não fomos nós que acabamos com ele. Nós tomamos um golpe no governo, e o conselho ele se estagnou... Mas nós não consideramos que o Conselho acabou. Então eu hoje ainda sou conselheira nacional, independente de ter reunião ou não. Parou mesmo. No governo Temer parou tudo. Não teve mais nenhuma reunião. A gente tentou várias vezes chamar uma reunião, mas não houve. Então assim... Eu agradeço muito... O alcance da minha vida hoje, eu não pensava chegar. Nunca imaginei chegar onde eu cheguei. Onde eu tô chegando, né? Porque eu não morri, eu tô chegando ainda.

Após a eleição de Lula, Jurema conta que as possibilidades de financiamentos via políticas públicas passaram a ser o horizonte do movimento. Além do Minha Casa Minha Vida Entidades foram criados diversos espaços institucionais citados na fala anterior de Jurema. A sua participação no Conselho das Cidades aparecia em diversas outras conversas que tivemos ao longo do tempo de pesquisa, já que por conta desta inserção ela tinha acesso a diversas informações, como por exemplo quando seriam abertas “novas chamadas” para a contratação do MCMV Entidades e possíveis mudanças nos critérios.

Jurema fala de sua entrada e sua atuação na União sempre com bastante entusiasmo, e enfatiza a satisfação em cumprir um papel relevante junto ao movimento *para construir moradia para esse povo que tanto precisa.*

Eu não sei se eu estaria em outro movimento, se eu posso estar em outro movimento. Mas eu me identifico muito com a União de Moradia, por ela ter exatamente a nossa metodologia, que sempre foi a nossa do início. Que é trabalhar a participação do povo, a participação popular, fazendo essa discussão de propriedade coletiva, de autogestão, de associação de moradores. Ter tudo isso ali dentro, e a gente dali conseguir fazer esse arranjo todo, e a gente conseguir construir moradia pra esse povo que tanto precisa.

O *desânimo* e a *vontade de desistir* em momentos difíceis aparecem com frequência nas diversas conversas que tivemos ao longo da pesquisa: o não reconhecimento de sua dedicação por parte do grupo e de familiares parece estar associado a este desânimo. Eventuais desentendimentos em reuniões e plenárias muitas vezes são situações que fazem Jurema questionar se deseja ou não permanecer como liderança da União, e por vezes, ocorre um afastamento temporário. No fim da construção de Esperança, em março de 2015, ocorreu um desentendimento entre Jurema e um morador da cooperativa. Segundo ela, ele estava insatisfeito porque *ela estava se metendo muito* e havia dito que *se ela não ia pagar as casas de ninguém, também não deveria se meter tanto*. Jurema ficou extremamente chateada, e me contou a situação indignada. Dizia: *nem meu marido grita comigo!* A situação rendeu ainda discussões e desentendimentos posteriores, o que fez com que Jurema ficasse algumas semanas sem participar das reuniões e plenárias do grupo. Em nossa entrevista, Jurema conta que apesar do desânimo, *não se vê fora do movimento*.

Eu não sei se eu estaria em outro movimento, se eu posso estar em outro movimento. Mas eu me identifico muito com a União de Moradia, por ela ter exatamente a nossa metodologia, que sempre foi a nossa do início. Que é trabalhar a participação do povo, a participação popular, fazendo essa discussão de propriedade coletiva, de autogestão, de associação de moradores. Ter tudo isso ali dentro, e a gente dali conseguir fazer esse arranjo todo, e a gente conseguir construir moradia pra esse povo que tanto precisa. Então assim... Eu não consigo hoje me ver fora. Eu falo... Tem momento que eu quero sair, quero me afastar, mas eu sinto que ainda tem uma veiazinha pulsando aqui que quer que eu continue no movimento, né? Mas tá difícil. E agora a tendência é ficar mais difícil ainda.

Na fala acima Jurema faz referência às dificuldades impostas pela conjuntura política do país. A expectativa em 2019, segundo ela, é de corte de verbas para a habitação popular e a extrema dificuldade em dialogar com as instâncias do poder público. Assim, ela aponta a necessidade de retomar outras formas de trabalho e de financiamento que não operem através de dinheiro público – como foi o caso de Shangri-lá. A seguir trarei algumas considerações sobre os *grupos de Jacarepaguá vinculados à União*.

1.4 Os “grupos de Jacarepaguá” e o campo de pesquisa

Existiam no início desta pesquisa, cinco grupos citados por meus interlocutores como os “grupos da União em Jacarepaguá”. Eram eles: Shangri-lá, Herbert de

Souza, Esperança, Nova Esperança e Guerreiras Urbanas. Os dois grupos que acompanhei durante a pesquisa de campo, como já foi dito anteriormente, foram Esperança e Guerreiras Urbanas, ambos oriundos da *fila de espera*²⁶ que se formou a partir de Shangri-lá.

Conforme já mencionado, Esperança é uma cooperativa já construída, composta por setenta casas, localizada no bairro Colônia. Entre janeiro e maio de 2015 acompanhei reuniões e assembleias, a finalização das obras e preparativos para a inauguração, que ocorreu em maio de 2015. Já o grupo intitulado Guerreiras Urbanas está em “fase de organização”: as reuniões ocorrem mensalmente, no centro comunitário de Shangri-lá. No entanto, ainda não há “contrato assinado”. Isto significa que não há um terreno definido para a construção, nem mesmo financiamento. Acompanhei as reuniões deste segundo grupo desde setembro de 2015 até o fim do trabalho de campo em 2018.

Esperança foi escolhida para ser pesquisada por ser a primeira - e única até o término desta tese - a ser construída através do financiamento do programa federal Minha Casa Minha Vida Entidades no estado do Rio de Janeiro. O grupo Guerreiras Urbanas existe há aproximadamente seis anos, e o que me atraiu inicialmente foi a perspectiva de que a cooperativa também seria construída no bairro Colônia. Além disso, é o primeiro grupo organizado pela União no qual a FBR não seria a “entidade organizadora”²⁷. Pela primeira vez no Rio de Janeiro, o próprio movimento social, no caso, a UMP-RJ, pretendia ser a entidade organizadora de uma cooperativa e receber o financiamento sem intermediários.

Visitei a cooperativa Esperança pela primeira vez em janeiro de 2015. Minha entrada se deu através de contato com membros da UMP-RJ e da FBR. Em sua maioria, pessoas que eu já conhecia da época em que fui estagiária de Serviço Social da FBR. Esta entrada foi, por um lado, facilitada por esse contato anterior, mas também gerou alguma desconfiança por parte destas lideranças. Havia a nítida preocupação de que minha pesquisa privilegiasse a FBR como a principal responsável pela construção das cooperativas. Segundo relatos destas lideranças, a União recebe

²⁶ De acordo com Jurema esta *fila de espera* é formada geralmente no momento em que as casas já estão sendo construídas, e isto faz com que uma grande quantidade de pessoas interessadas em obter uma casa apareça. Como no momento em que se inicia a construção o grupo já está “fechado”, forma-se uma fila de espera para o próximo projeto.

²⁷ “Entidade organizadora” é um termo utilizado pela Caixa Econômica para se referir à pessoa jurídica que representa o grupo que formará a cooperativa. Esta pessoa jurídica representante é quem de fato, assina o contrato, recebe o financiamento, e repassa para o grupo organizado.

pouco destaque nos trabalhos que são feitos a respeito destas cooperativas, e o papel da FBR acaba sendo quase sempre supervalorizado: *a gente trabalha pra caramba, faz tudo praticamente sozinho, mas na hora do reconhecimento, dos prêmios, são eles que ganham*. De fato, tive acesso a alguns trabalhos – monografias, dissertações e teses – sobre estas cooperativas que sequer mencionam a União. Esta parceria entre a União e a FBR aparentemente tem se tornado mais frágil, considerando que esta insatisfação é verbalizada não só para mim, mas também para representantes da própria instituição em reuniões, como presenciei posteriormente.

A questão da invisibilidade do trabalho da União em algumas pesquisas também me levou a questionar as diversas formas de relatar as experiências destas cooperativas habitacionais. Grande parte dos trabalhos realizados no Rio de Janeiro sobre elas valoriza a atuação das organizações sem fins lucrativos e de atores do poder público, em detrimento da atuação da União – que tem sua atuação reduzida, ou mesmo anulada nestas narrativas. Outras narrativas destacam como central a atuação da Igreja Católica e da CEB, dando também um reduzido destaque à União. O espaço que eu nomeei no item anterior de “centro comunitário de Shangri-lá” – e assim chamei porque assim me foi apresentado pelos interlocutores - é apontado como a “sede da CEB Josimo Tavares” em outros trabalhos. Não se trata aqui de realizar uma crítica a estas outras formas de narrar as experiências destas cooperativas, mas sim de ressaltar que devido aos caminhos que percorri durante a realização da pesquisa privilegiarei a ótica dos representantes deste movimento de moradia para compreender as tensões, conflitos e formas de organização das cooperativas que pesquisei.

1.5 De Shangri-lá à Esperança – Uma nova forma de construir cooperativas habitacionais?

A forma de acessar o financiamento necessário para a construção e moradias é assunto recorrente durante minha pesquisa de campo. No caso de Shangri-lá, temos a ausência do poder público e a presença da Igreja Católica e organizações não-governamentais. Já no primeiro mandato de Lula, de acordo com Jurema, as perspectivas de construir habitação popular através das verbas do poder público se coloca como uma possibilidade.

A partir do ano de 2004 uma nova possibilidade de financiar moradias populares surge através de um programa lançado pelo governo federal: o chamado “Crédito Solidário”. Apesar de terem sido construídas diversas unidades habitacionais em outros estados, - tais como Belo Horizonte, Fortaleza e São Paulo²⁸, - através deste sistema de crédito, o programa *não vingou* no Rio de Janeiro. Diversos autores apontam que esta desigualdade entre estados se deu por questões políticas – e isto não se refere somente ao programa Crédito Solidário, mas também outros programas que possibilitaram a construção de habitações populares no regime de “mutirão e autogestão”.

As três cidades [Belo Horizonte, Fortaleza e São Paulo] ainda que em momentos diferentes, foram governadas pelo Partido dos Trabalhadores. Nelas era possível observar, apesar de todas as diferenças, a presença e a visibilidade dos chamados movimentos de moradia (RIZEK; BARROS, 2006, p. 379).

Devido ao fracasso do programa Crédito Solidário no Rio de Janeiro, o mesmo foi ironicamente apelidado por militantes da União e também por membros da equipe da FBR de “Crédito Solitário”. O grupo Esperança, chegou a “assinar o contrato” para construção através deste programa, porém, não chegaram a receber de fato o financiamento.

No ano de 2009 surge o programa Minha Casa Minha Vida, e junto dele, uma variação que permitiria aos grupos organizados acessar um crédito para construir suas próprias moradias no sistema de “mutirão e autogestão”: o Minha Casa Minha Entidades. Representantes da União e da FBR levaram até o grupo Esperança a proposta de “migrar” para o MCMV, considerando que haveria mais chances de conseguir o financiamento através deste novo programa. A partir de então, a cooperativa Esperança desfez o contrato com o Crédito Solidário e conseguiu ser inserida neste novo programa do governo federal no ano de 2009. Segundo relatos de integrantes do grupo Esperança o MCMV trouxe a possibilidade de reintegrar ao grupo pessoas que haviam sido excluídos por conta dos critérios do Crédito Solidário, que exigia que *o nome estivesse limpo*. Algumas pessoas haviam sido excluídas por possuírem dívidas no Sistema de Proteção ao Crédito (SPC). Esta mudança de contrato, no entanto, gerou desconfiança e ansiedade nos componentes do grupo, que já estavam há anos com o contrato assinado, aguardando liberação de

²⁸ Dados quantitativos detalhados do Programa Crédito Solidário estão na tese “Autogestão e habitação: entre a utopia e o mercado” de Regina Fátima Ferreira (Rio de Janeiro, 2014).

financiamento. Diante desta nova situação, eles precisaram desfazer um contrato para assinar outro, o que, segundo relatos, eles sequer sabiam se conseguiriam concretizar. O relato a seguir é de Neide, uma das moradoras de Esperança:

Porque a gente tinha um contrato com o crédito solidário, então teve que desfazer esse contrato. Porque se jogasse o nosso nome novamente no Minha Casa Minha Vida ia constar o nome no sistema do crédito solidário. Então teve que se fazer um destrato, uma coisa que foi uma novidade até pra Caixa Econômica, porque não tinha sido feito. Então fazer novamente... Fazer um destrato pra refazer um contrato. Aí houve um período também de incerteza, que a gente não tinha noção se eles realmente iam conseguir migrar, né?

A partir do Minha Casa Minha Vida Entidades o surgimento de novas cooperativas habitacionais passa a ser mais acelerado, embora o Rio de Janeiro seja uma das capitais com menor número de experiências deste tipo. Até março de 2019 somente uma cooperativa habitacional – Esperança – havia sido construída através de recursos oriundos do MCMC Entidades

O Minha Casa Minha Vida surge em 2009 como um programa econômico. Foi concebido pelos ministérios da Casa Civil e Fazenda em diálogo com o setor imobiliário e da construção civil, buscando de forma declarada o “enfrentamento da chamada crise dos suprimentos americanos que recentemente tinha provocado a quebra de bancos e impactado a economia financeira mundial” (AMORE; RUFINO; SHIMBO, 2015). É esta uma das principais críticas que os pesquisadores têm feito ao programa: ele não foi concebido para ser uma política de habitação social, mas sim com a intenção de alavancar a economia. Isto ocorre num contexto de crescente “financeirização” da habitação, onde vivemos a desconstrução da noção de habitação como um bem social, associada à sua transformação em mercadoria e ativo financeiro (ROLNIK, 2015).

A mercantilização da moradia, bem como o uso crescente da habitação como um ativo integrado a um mercado financeiro globalizado, afetou profundamente o exercício do direito à moradia adequada pelo mundo. A crença de que os mercados poderiam regular a alocação da moradia, combinada com o desenvolvimento de produtos financeiros experimentais e “criativos”, levou ao abandono de políticas públicas em que a habitação é considerada um bem social, parte dos bens comuns que uma sociedade concorda em compartilhar ou prover para aqueles com menos recursos – ou seja, um meio de distribuição de riqueza. (ROLNIK, 2015, p.34)

É interessante observar que uma das críticas realizadas por meus interlocutores na pesquisa de campo, principalmente lideranças dos movimentos de

moradia, é de que o diálogo com “a Caixa” – Caixa Econômica Federal – é sempre muito complicado. O MCMV Entidades, apesar de ser uma vertente do MCMV tradicional²⁹, que traz a proposta de dialogar com movimentos populares e “tornar a moradia acessível às famílias organizadas por meio de cooperativas habitacionais, associações e demais entidades privadas sem fins lucrativos”³⁰, não dispõe de uma estratégia diferenciada no que diz respeito às regras e diretrizes do programa. Um exemplo é a impossibilidade de registrar o conjunto de unidades habitacionais como uma “cooperativa habitacional”. Embora o termo apareça no texto retirado acima do site da Caixa, o termo não pode aparecer nos contratos. A única alternativa é a propriedade individual, assim como no MCMV tradicional.

A lógica da propriedade individual como única forma de acesso à moradia tem sido alvo de inúmeras críticas por parte de movimentos sociais e pesquisadores. Muito se diz sobre a “ideologia da casa própria”, que estaria enraizada no Brasil, impedindo que outra estratégia de acesso à “moradia digna”³¹ para classes populares seja implementada, como por exemplo, o aluguel social (MILANO, 2013). Há ainda outra questão: estima-se hoje que o déficit habitacional poderia ser solucionado através da ocupação de imóveis vazios já existentes. O que significa dizer que, mais do que produzir novas unidades habitacionais, precisaríamos de estratégias que possam garantir que a função social da propriedade prevaleça sobre o direito à propriedade privada (ARANTES, 2012, p.7).

Mesmo onde a privatização de estoque público não ocorreu de forma drástica, a transferência ideológica da responsabilidade por prover habitação para o mercado foi hegemônica, e o paradigma da “casa própria” transformou-se em modelo praticamente único de política habitacional. Esse processo eclipsou outras formas de posse bem estabelecidas, tais como a habitação para aluguel (pública e privada) e algumas formas de propriedade cooperativa e coletiva. (ROLNIK, 2015, p. 42)

²⁹ Uso aqui a nomenclatura MCMV tradicional para marcar a distinção entre esta modalidade predominante e o MCMV Entidades. Em alguns textos este programa aparece referido apenas como PMCMV (Programa Minha Casa Minha Vida) ou MCMV (Minha Casa Minha Vida) ou também como MCMV Empresas (ROLNIK, 2014).

³⁰ Trecho retirado do site da Caixa Econômica Federal. Disponível em: http://www1.caixa.gov.br/gov/gov_social/municipal/programas_habitacao/entidades/entidades.asp. Acessado em 01/11/2016, às 15:12h.

³¹ Meus interlocutores frequentemente utilizam o termo “moradia digna”, tanto os integrantes da União, como moradores de Esperança, e membros da FBR. Embora nenhum deles durante conversas ou entrevistas tenha definido o significado deste termo, compreendo aqui “moradia digna” como o direito à moradia associado ao direito à cidade (LEFEBVRE, [1968] 2008), que garantiria o acesso a serviços e infraestrutura necessária para a vida dos sujeitos na cidade. (PATERNIANI, 2013; LIMA; ARAÚJO, 2012; HARVEY, 2008).

Há ainda alguns pesquisadores que afirmam que o MCMV contribuiu significativamente para o “boom imobiliário” do Brasil.

Vivemos um paradoxo: quando finalmente o Estado brasileiro retomou o investimento em habitação, saneamento e transporte urbano de forma mais decisiva, um intenso processo de especulação fundiária e imobiliária promoveu a elevação do preço da terra e dos imóveis, considerada a “mais alta do mundo”. Entre janeiro de 2008 e janeiro de 2015, o preço dos imóveis subiu 265,2%, no Rio de Janeiro; e 218,2%, em São Paulo, liderando o aumento, entre as capitais do país. (MARICATO, 2015, p. 58)

Sendo assim, compreendemos facilmente por que em termos quantitativos a produção de moradias através do MCMV Entidades é ínfima quando comparamos à produção do MCMV executado pelas empreiteiras. O MCMV operado pelo mercado, guiado pela lógica do lucro para o setor privado, continua sendo o modelo hegemônico. Outro ponto duramente criticado por pesquisadores diz respeito à localização dos conjuntos e cooperativas habitacionais, antes mesmo da implementação do programa.

Segundo Amore (2015), analistas já apontavam para o risco de repetir os mesmos erros do BNH em relação à produção habitacional localizada em áreas com precária infraestrutura urbana, considerando a completa desarticulação em relação às matérias urbanísticas e às ações municipais de uso e regulação do solo (AMORE, 2015). Desta forma, a questão do acesso à terra, considerado o “nó da política urbana brasileira” (AMORE, 2015) e da segregação socioespacial nas metrópoles do país, eram apontados como o “principal gargalo” que não estava sendo enfrentado. Tal como previsto, as moradias populares continuaram a ser construídas majoritariamente nas periferias urbanas, salvo raras exceções. Sendo assim, o programa permanece perpetuando um padrão de cidade segregada e precária para os mais pobres – mal servida de transporte, infraestrutura e ofertas de serviços urbanos.

Aos movimentos de moradia restam as fronteiras da cidade, em áreas mal servidas de equipamentos sociais e serviços públicos básicos, a começar pelo transporte, serviço que estabelece as distâncias cotidianas na cidade. Em termos locacionais, podemos entender a conquista da moradia digna pelos movimentos sociais como a conquista da periferia (LAGO, 2012, p. 87).

Todos os interlocutores durante a pesquisa de campo buscam enfatizar que o “grande trunfo” do MCMV Entidades é a qualidade das construções. *A autogestão é lenta, mas vai ver quando constrói rapidinho o que acontece*, afirmou uma das moradoras de Esperança durante uma reunião com representantes de outros grupos

e movimentos de moradia. Nesta mesma reunião, diversos participantes – oriundos de várias cooperativas habitacionais – relataram situações em que as construções do MCMV operado por empreiteiras, se mostraram de péssima qualidade. Em um caso específico, em Jacarepaguá, ouvi relatos de que as janelas haviam despencado antes mesmo dos apartamentos serem ocupados pelos moradores. O MCMV Entidades frequentemente aparece como uma possibilidade de construir habitação popular de melhor qualidade e com menor custo, compreendendo que a participação da população (os futuros moradores) torna isto possível. É importante enfatizar que isto não é exatamente uma novidade na produção habitacional brasileira. Diversos outros programas já surgiram desde os anos 80 em São Paulo com a proposta de, numa associação entre poder público e movimentos de moradia, produzir unidades habitacionais para as camadas populares com menor custo através do sistema de mutirão (RIZEK, 2006).

2 ESPERANÇA - O BAIRRO COLÔNIA E A INAUGURAÇÃO DA COOPERATIVA HABITACIONAL

2.1 Colônia Juliano Moreira – De instituição psiquiátrica ao “bairro Colônia”

A Cooperativa Esperança foi construída na região de Jacarepaguá, na área da antiga Colônia Juliano Moreira, recentemente transformada no bairro Colônia. Entre as décadas de 1910 e 1950 foram instalados na região de Jacarepaguá³² os seguintes hospitais: Colônia de Curupaity (para tratamento de pacientes de hanseníase), Colônia Psychopatas-Homens (para o tratamento de alienados, e posteriormente denominada Colônia Juliano Moreira), o Sanatório Santa Maria e o Hospital de Curicica, para atendimento de pacientes de tuberculose (COSTA, 2015). O modelo adotado era o de colônia autossustentável, que foi utilizado para o tratamento de pacientes com doenças mentais, tuberculose e lepra durante o início do século XX em todo o Brasil (HOPPE, PONTENGY, 2015). A área rural, com paisagem bucólica, era considerada favorável para o tratamento destes pacientes. O modelo das “colônias de alienados”, tal como a Colônia Juliano Moreira, era baseado na ideia de liberdade proporcionada pelo trabalho ao ar livre e pelo “tratamento heterofamiliar”, ou seja, propiciar o contato dos pacientes com “pessoas sadias” – funcionários e familiares dos funcionários que residiam na Colônia.

Durante a década de 70 teve início um longo processo de deterioração das instalações da Colônia Juliano Moreira. Este período ficou marcado por mobilizações da sociedade em torno da redemocratização do país e ganhou força o movimento antimanicomial, que culminou, na década de 80 na chamada “reforma psiquiátrica”. No Rio de Janeiro, o Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM) se torna um movimento estratégico na construção de reformas no campo da saúde mental, alterando o modelo de tratamento até então vigente, a partir do conceito de “desinstitucionalização” (AMARANTE, 1995). Em consonância com esta reforma na área da psiquiatria, na década de 80, a Colônia Juliano Moreira passa por intensas modificações em seu modelo de tratamento, abolindo eletrochoques, lobotomias e abuso de leurolépticos, e deixando de aceitar internações de longa permanência

³² A região de Jacarepaguá está situada na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. Atualmente Jacarepaguá engloba onze sub-bairros: Anil, Cidades de Deus, Curicica, Frequesia, Gardênia Azul, Jacarepaguá, Pechincha, Praça Seca, Tanque, Taquara e Vila Valqueire.

(HOPPE; PONTENGY, 2015). O fim das instituições asilares para tratamento de patologias mentais leva a uma mudança de paradigma, que resulta num esvaziamento de pacientes dos pavilhões, que vão, aos poucos, sendo desativados ou substituídos por centros de atenção psicossocial e residências terapêuticas. Como resultado disto, ocorre a municipalização da área e a transformação do território em um bairro³³, que atualmente está sob jurisdição da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro (PMRJ)³⁴, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e do Exército Brasileiro. A divisão ficou da seguinte forma, segundo o levantamento técnico de dados secundários sobre a região do campus Fiocruz Mata Atlântica (2010): Setor 1 – Cessão de uso para a Fundação Oswaldo Cruz; Setor 2 – Secretaria Municipal de Saúde; Setor 3 e 3A e 3 B – Secretaria Municipal de Habitação; Setor 4 - Ministério do Exército; Setor 4 A – Agente Imobiliário; Setor 5 – Hospital Raphael de Paula Souza – SMS; Setor 6 - Centro de Referência Hélio Fraga. Posteriormente, o setor 6 será incorporado ao setor 1, na passagem da responsabilidade da administração do hospital para a própria Fiocruz (GIFALLI, 2015).

Na década de 90, dado o esvaziamento dos pavilhões da Colônia, intensificou-se um processo de “ondas de ocupações” no território da Colônia. Assim, ampliam-se as áreas residenciais no território, que são hoje conhecidas como as “comunidades da Colônia”: Antiga Creche, Área Verde, Dois Irmãos, Entre Rios, Vila Arco-íris e Vale do Ipê. Estas “comunidades” aparecem no relatório final sobre o processo de municipalização e redefinição da área, publicado pelo Ministério da Saúde no ano de 2003, como “invasões irregulares” que precisam ser “combatidas”.

Principalmente nas últimas décadas, suas terras foram alvo de ocupações diversas. Cerca de 10% da área atual é formada por uma densa favela (área extramuros); por outro lado, aproximadamente 50% integra uma reserva de mata atlântica. A transferência dessa unidade requer, assim, um melhor dimensionamento da área necessária aos serviços municipais e o enfrentamento das invasões irregulares que lesam o patrimônio público e desnudam uma problemática de origem socioeconômica (BRASIL, 2001).

Desde o ano de 2009 abriu-se a perspectiva de profundas mudanças no território da Colônia com a aplicação de investimentos governamentais em infraestrutura urbana na região através do PAC-Colônia (Programa de Aceleração do Crescimento). Este programa do governo federal previa a “instalação de saneamento

³³ O reconhecimento da Colônia como um bairro do município do Rio de Janeiro ocorre somente no ano de 2011.

³⁴ Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Habitação.

básico, arruamentos, construção de moradias populares, regularização fundiária, instalação de equipamentos educativos e culturais.” A chegada do PAC na Colônia, que ocorre através de um acordo de Cooperação Técnica entre União e Município do Rio de Janeiro, resulta na construção de aproximadamente 6.000 unidades habitacionais na região, através do Morar Carioca, projeto da Prefeitura do Rio, e também do Minha Casa Minha Vida, programa do governo federal (HOPPE; PONTENGY, 2015).

2.2 A Colônia e a Cooperativa Esperança

A “chegada do PAC na Colônia”, no ano de 2009, traz intensas modificações para o território. É a partir desta mudança de cenário, que torna a Colônia um bairro, e não mais uma instituição fechada, que se cria a possibilidade e expectativa, por parte da UMP-RJ e da FBR, de conseguir um terreno na Colônia para a construção das casas da Cooperativa Esperança. Nesta época, como estagiária da FBR, presenciei o entusiasmo da equipe do programa Direito à Habitação com a possibilidade de conseguir construir cooperativas habitacionais nesta região.

Os muros que tornavam a Colônia Juliano Moreira uma instituição fechada e isolada do entorno foram derrubados, fazendo com que a mesma passasse a ser acessível por dois lados: a antiga entrada pela Rua Sampaio Correa, onde ainda existe uma guarita desativada, e a nova forma de acessar, pela Estrada do Guerenguê. Além das diversas obras de infraestrutura urbana que ocorrem com recursos do PAC, a região – não só da Colônia, mas de Jacarepaguá de um modo geral – mudaram consideravelmente a forma como o bairro se relaciona com o restante da cidade.

Com a construção da Transolímpica e implantação do BRT (*Bus Rapid Transit*)³⁵ acessar as consideradas áreas nobres da Zona Oeste da cidade, como a Barra da Tijuca e o Recreio dos Bandeirantes ficou mais rápido. Esta nova modalidade de transporte público modificou significativamente a forma como as pessoas entram,

³⁵ O *Bus Rapid Transit* – BRT – ou Transporte Rápido por Ônibus é um sistema de transporte coletivo que transita por faixas exclusivas. O BRT no Rio de Janeiro começa a ser construído em 2012 e ainda não foi concluído. São três corredores: Transoeste, que liga a Barra da Tijuca ao bairro de Santa Cruz; Transcarioca, que liga Barra da Tijuca ao Aeroporto Tom Jobim e a Transolímpica que liga O Recreio ao bairro de Deodoro (e está ainda em construção). (<http://www.brtrio.com> . Acessado em 28/11/2017, às 10:55h)

saem e mesmo circulam no interior da região de Jacarepaguá. É praticamente obrigatório utilizar o BRT em pelo menos em algum trajeto do deslocamento.

Em minha primeira ida à região, ainda como estagiária da Fundação em Bento Rubião, nos anos de 2008 e 2009, para chegar até Jacarepaguá, partindo de Bento Ribeiro (Zona Norte do município do Rio de Janeiro), eu precisava pegar um ônibus até Madureira e outro até Jacarepaguá. Com a implantação do BRT passou a ser necessário que eu pegasse o mesmo ônibus até Madureira, de lá o BRT até a Taquara, e depois outro ônibus até a Colônia (ou até a Cooperativa Shangri-lá, quando era este o meu destino).

Desde o ano de 2009, a assessoria técnica da Fundação Bento Rubião, juntamente com a União por Moradia Popular do Rio de Janeiro, buscou a cessão de um terreno para construção da Cooperativa Esperança junto à Secretaria de Patrimônio da União (SPU). O objetivo era conseguir um terreno em Jacarepaguá, considerando que os integrantes do grupo são moradores desta região. O financiamento da construção das casas, inicialmente seria realizado através do programa Crédito Solidário, o que acabou não se concretizando, e o mesmo foi concedido pelo programa Minha Casa Minha Vida Entidades. No entanto, nenhum destes financiamentos incluía a compra de um terreno.

No ano de 2011 houve a definição por parte da SPU de que um terreno na rua Sampaio Correa, “ao lado da banca de jornal” – o segundo ponto de ônibus da Colônia – seria cedido para que o grupo Esperança³⁶ construísse as oitenta casas previstas. A notícia, aguardada durante muitos anos, evidentemente foi recebida com muito entusiasmo. Neide, moradora de Esperança, e uma de minhas principais interlocutoras, relata este episódio de forma muito emotiva, assim como o momento posterior em que, o grupo “perdeu” este terreno. Segundo os relatos, *moradores antigos*³⁷ – chamados pelos moradores de Esperança de *herdeiros da Colônia* - reivindicaram este terreno para a construção de uma praça pública. Por conta desta reivindicação, o grupo Esperança foi remanejado para outro terreno próximo, também na Colônia. As obras ainda não tinham sido iniciadas, mas muito trabalho já havia sido

³⁶ Durante o texto utilizo algumas vezes o termo “Cooperativa Esperança” e em outras “Grupo Esperança” para me referir ao grupo pesquisado. É importante mencionar que ambas as nomenclaturas são utilizadas por meus interlocutores. Com mais frequência, integrantes da União por Moradia Popular ou da assessoria técnica – assistentes sociais, arquitetos - utilizam o termo “cooperativa”, enquanto os moradores utilizam com mais frequência o termo “grupo”.

³⁷ No próximo tópico desenvolverei com mais detalhes a questão dos “moradores antigos” e “moradores recentes” da Colônia.

feito: planta do loteamento e das casas, assim como certidões necessárias junto à CEDAE e Light. Neide conta que ficou revoltada na reunião em que souberam que esta troca teria que ser feita, pois isto significava percorrer trâmites burocráticos extremamente demorados novamente, e que o trabalho anteriormente realizado tinha sido em vão.

As certidões da CEDAE, da Light, da Rio Águas, planta do loteamento, das casas... A gente já tinha tudo pronto. Ter que abrir mão daquele terreno... Aquilo caiu igual uma bomba na minha cabeça. Eu abri um escândalo, arrumei uma confusão. Eu disse que não aceitava. Eu saí da reunião chorando, eu fui pela rua igual uma louca chorando. Desaba um sonho, né?³⁸

Neide hoje considera sua reação exagerada, e a define como *um grande erro*, pois no fim das contas, o novo terreno *acabou sendo muito melhor*: no terreno antigo as casas seriam construídas no “estilo Shangri-lá”, todas juntas, uma em cima e outra embaixo. Não haveria quintal para cada casa, somente uma grande varanda comum que ligaria todas as casas. No terreno novo, com mais espaço, foi possível que cada casa tivesse um pequeno quintal na frente, área de serviço nos fundos, e um muro separando uma casa da outra.

Figura 4 – Planta da Cooperativa Esperança



Fonte: Acervo da Fundação Bento Rubião (2015)

2.3 Moradores antigos e moradores recentes da Colônia

A transformação da Colônia Juliano Moreira em um bairro resultou em uma maior heterogeneidade no que diz respeito à população residente. Quando a Colônia

³⁸ Os relatos que constam neste texto foram retirados de entrevistas e conversas realizadas com mulheres moradoras de Esperança durante e após a construção das casas. As conversas ocorreram dentro da própria cooperativa, na maioria das vezes, dentro da casa das próprias mulheres.

ainda era uma instituição fechada, além dos internos, somente funcionários e seus familiares moravam neste território. Com a gradativa desativação dos pavimentos da instituição, ao longo das décadas de 70 e 80, a maioria dos “funcionários mais abastados” se mudou da Colônia, vendendo suas casas para outros funcionários, ou mesmo para “pessoas de fora”, ou seja, que nunca tiveram relações de trabalho com o hospital (HOPPE, POTENGY, 2015). Os “moradores antigos” são, em parte, ex-funcionários da Colônia e familiares, mas também há os que “vieram de fora”, e são considerados “antigos” pelo tempo de moradia (DELGADO; VENANCIO, 1989). Os moradores ex-funcionários e familiares são chamados pelos moradores de Esperança de *herdeiros da Colônia*. Em diversas conversas em Esperança me foi dito que *o início foi muito difícil, porque o pessoal da Colônia não queria a gente aqui*. Em algumas conversas fui informada que *este pessoal era não somente os moradores antigos, mas também milicianos³⁹ que atuam na área da Colônia*.

Neide, que é agente comunitária, conta que *tentava vender a imagem do grupo Esperança para os moradores antigos*. Há duas questões que causam desconforto nos “moradores antigos”, segundo ela: de um lado, o medo de que venham *pessoas perigosas e bandidos* para a Colônia. Neide relata o seguinte diálogo que teve com uma *moradora antiga: de onde vocês vieram? Do Alemão?*, Neide respondeu: *Não, não. A gente é daqui de Jacarepaguá mesmo. Eu moro no Mapuá, aqui pertinho*.

Ser de Jacarepaguá aparece como um argumento utilizado com frequência pelos moradores de Esperança aparentemente com o objetivo de justificar um determinado direito a este território, que é a Colônia. *Ser de Jacarepaguá* parece também ser uma forma de aproximação e de se diferenciar dos supostos *bandidos* que viriam de favelas mais distantes e consideradas perigosas, como o Alemão, citado na fala da moradora. Há também outra questão: os *moradores antigos* consideram injusto que *pessoas que vieram de fora* tenham acesso à moradia de qualidade, enquanto existem *moradores antigos da Colônia* morando em condições de extrema precariedade. Existe então uma noção segundo a qual o direito ao território e às casas

³⁹ As categorias “milícia” e “milicianos” aparecem durante a pesquisa de campo e geralmente é solicitado pelos meus interlocutores que algumas informações sejam ocultadas. De acordo com a pesquisa realizada por Cano e Duarte (2012): “o tema das milícias adquiriu notoriedade no Rio de Janeiro no ano de 2006, quando o termo foi cunhado para descrever grupos de agentes armados do Estado (policiais, bombeiros, agentes penitenciários etc.) que controlavam comunidades e favelas, oferecendo “proteção” em troca de taxas a serem pagas pelos comerciantes e os residentes. Estes grupos passaram também a lucrar com o controle monopolístico sobre diversas atividades econômicas exercidas nestes territórios, como a venda de gás, o transporte alternativo e o serviço clandestino de TV a cabo.”

novas construídas na Colônia teriam que ser preferencialmente destinadas àqueles que já habitavam aquele espaço.

Chegaram ao ponto de dizer na minha cara que não era justo eles estarem com merda entrando dentro de casa, sendo moradores daqui há 20 anos, e a gente estar ganhando um condomínio de luxo (Neide).

Uma questão que gerava tensão e ansiedade no grupo nos meses que antecederam a inauguração de Esperança era a construção de um gigantesco conjunto habitacional - aproximadamente 1.200 unidades - do MCMV tradicional realizado exatamente ao lado da cooperativa Esperança. Diversas pessoas comentaram comigo que havia o rumor de que em uma data específica do mês de março ocorreria a mudança das pessoas que morariam naquele conjunto ao lado, e que as casas de Esperança também seriam ocupadas por pessoas deste grupo desconhecido. O conjunto do MCMV ao lado foi durante algum tempo alvo de muita desconfiança e desconforto. Chamou minha atenção um episódio em particular: inicialmente o projeto das moradias que compõem a cooperativa Esperança previa que as casas não teriam muros ou grades. Com a *chegada* deste conjunto habitacional mencionado anteriormente, levantou-se a possibilidade de modificar este projeto. Diante da desconfiança e do medo suscitado por estes novos moradores ainda desconhecidos, o grupo decidiu em assembleia que o melhor seria que as casas passassem a ter muros e grades. Alguns relatos foram aparecendo espontaneamente em minhas idas ao campo, fazendo referência a este caso. Uma interlocutora disse em uma conversa que tivemos: *aqui é muito tranquilo, não tem barulho, mas não sabemos como vai ser quando chegar a turma do funil né?*. Os moradores da Cooperativa Esperança pareciam ver os novos vizinhos de forma semelhante a como foram vistos pelos *moradores antigos*: como potencialmente perigosos.

[...] a gente cogitou a possibilidade de colocar cerca viva. E isso permaneceu essa proposta até quando a gente migrou pro crédito solidário... Só que quando a unidade começou a perceber a migração que teve dentro da colônia, essa construção dos prédios aí [...] O pessoal ficou com medo. Aí começaram a pedir pra colocar muro, a gente levou pra plenária e a plenária aprovou. Apesar de eu ser contra [...] eu acho que muro você perde a graça da casa, entendeu? Esse negócio de muro isso é coisa de cadeia. Eu não gosto de muro. Mas aí assim, é decisão do coletivo, eu tenho que acatar a decisão do coletivo. Aí colocaram muro. [...] Mas fazer o que, né? É decisão da autogestão (Jurema).

Há, portanto, em jogo, uma explícita divisão entre *estabelecidos* e *outsiders* (ELIAS; SCOTSON, 1994), onde os estabelecidos são os moradores antigos em

relação aos recém-chegados e os *outsiders* moradores de Esperança; em outro momento, em relação aos futuros moradores do MCMV tradicional, são os moradores de Esperança que se colocam como estabelecidos em relação aos *outsiders* que ainda chegarão. Assim, uma trama de rumores e inseguranças perpassa as relações na área da Colônia: os moradores antigos em relação aos moradores novos, que inclui as pessoas de Esperança; e os moradores de Esperança em relação aos futuros moradores do MCMV de prédios. As relações e tensões em relação à milícia local também aparecem no emaranhado de situações relatadas de forma mais ou menos explícita durante as conversas na pesquisa de campo.

Neide me contou que se arrependeu de ter escolhido a localização de sua casa ao lado dos prédios – no momento da escolha as obras ainda não haviam sido iniciadas e não se sabia que haveria aquela construção ao lado. A desconfiança dos moradores de Esperança em relação aos que morarão no conjunto ao lado é perpassada por julgamentos morais e medo: *não sabemos de onde eles vieram, se são bandidos*, dizia uma das moradoras de Esperança para mim durante uma conversa. É curioso observar que a desconfiança sempre perpassa a dúvida sobre qual é a origem dos futuros moradores: *de onde eles vêm?* Aparentemente esta informação traz mais ou menos insegurança: caso sejam de outras regiões de Jacarepaguá, vê-se com menos desconfiança, caso sejam de favelas consideradas violentas, vê-se com maior desconfiança. A origem do morador ou ao menos o seu último local de moradia parece indicar se este pode ser considerado como *bandido* ou não.

2.4 Rumores, inseguranças e ameaças

O medo de que o terreno fosse “invadido” / “ocupado” foi bastante relatado por minhas interlocutoras. No caso do grupo Esperança, este medo se referia principalmente ao período que antecedeu o início das obras, embora este medo também tenha surgido durante a execução das obras. Há inclusive uma postura por parte dos representantes da União por Moradia Popular de não revelar para os participantes do grupo qual é o terreno, antes do início das obras. No período que antecede as obras somente as principais lideranças e a assessoria técnica sabem qual é exatamente o terreno. Jurema, representante da UMP, sempre diz: *se a gente fala qual é o terreno, um fala pro outro, e quando a gente vê tá ocupado*.

Quando o terreno de Esperança foi *definido* e a informação foi passada para todos os integrantes do grupo, imediatamente cercaram o terreno: *a gente assinou o contrato, assumiu o terreno, logo em seguida, construímos o barracão* (Neide). O *recurso* demorou um ano para ser *liberado* pela Caixa Econômica Federal. Durante todo este período, o grupo se revezou para *dormir no barracão* com o objetivo de evitar uma possível *invasão*, enquanto aguardavam a liberação do financiamento que possibilitaria o início das obras: [...] e *a gente ficou dormindo no barracão, vindo pra cá trabalhar final de semana, tendo que cumprir dezessete horas semanais*. No grupo Guerreiras Urbanas, que ainda não possui terreno definido, este “segredo” frequentemente gera rumores e desconfiança. Ouvi certa vez em uma reunião: *eles já sabem qual é o terreno, mas não falam pra gente*.

Cercamos com arame. E aí dois dias depois que a gente cercou, veio uma pessoa que se intitulava o tomador de conta da colônia, e aí me chamou. Me chamou e falou que a gente teria que tirar o arame, porque aqui era uma área que as crianças soltavam pipa, que os pacientes do hospital andavam de manhã, e que a gente ia arrumar problema. Aí eu voltei pra discutir com a coordenação, colocamos pra coordenação... E aí eu fiz uma proposta que era tirar todos os araminhos, mas não tirar o arame da cerca. Porque se a gente tirasse a cerca, a gente ia estar abrindo guarda pra ele que a todo momento que eles reclamassem de alguma coisa a gente ia ter que retirar. Então se ele chegasse e falasse ‘essa casa aqui vai ter que sair’, a gente ia ter que tirar. Então eu propus, o grupo concordou, nós tiramos o arame.

Algumas moradoras, durante o período “pós-obra”⁴⁰ relataram, em conversas que tivemos que no início das obras da cooperativa se sentiram apreensivas com relação à sua segurança. Um episódio relatado por mais de uma pessoa, em ocasiões diferentes é sobre o corpo de uma mulher desconhecida que teria sido encontrado em uma das casas ainda em construção. Não havia ninguém na casa, e quando as pessoas chegaram de manhã para trabalhar no mutirão, encontraram a mulher assassinada no interior da casa. Não se sabe se a mulher era moradora da região. Diversas pessoas interpretaram o ocorrido como uma ameaça ao grupo. A situação permaneceu durante um tempo gerando discordâncias e complicações no interior do grupo, porque na ocasião, diversas pessoas do grupo disseram que não iriam querer morar na casa onde o corpo foi encontrado. De acordo com Jurema *depois isso foi esquecido*.

⁴⁰ Em todos os relatos de minhas interlocutoras ocorre essa inscrição no tempo, tendo como referência o “mutirão” / “as obras”. Sempre se indica se o episódio relatado foi antes, durante ou após o término das obras em mutirão.

Durante o período inicial de construção das casas da cooperativa Esperança houve também um episódio onde um computador deixado em uma das casas foi roubado. Segundo uma das moradoras, nesta ocasião, algumas pessoas do grupo quiseram *ir reclamar com os milicianos* para tentar reaver o que foi levado. No entanto, a *decisão do grupo* foi de não o fazer, pois pedir *ajuda* a estas pessoas poderia significar criar algum tipo de vínculo, ou mesmo nas palavras dos meus interlocutores *ter que dar algo em troca*. Segundo Jurema, é importante não *dialogar* ou *negociar* com a milícia, para que não sejam obrigados, por exemplo, a ter que pagar por *proteção*. A *milícia* ou os *tomadores de conta da Colônia* são citados em poucas conversas, geralmente conversas mais restritas, onde estou dialogando com uma ou duas pessoas, no máximo. A milícia nunca é mencionada de forma explícita em conversas em grupo, reuniões ou assembleias. Em algumas situações as pessoas me pediram diretamente que eu *tomasse cuidado com o que ia escrever*, pois temiam por sua segurança e de sua família. Em uma das minhas primeiras idas a campo comentei com uma moradora que achei a Colônia bem sossegada e silenciosa. Minhas idas eram quase sempre em finais de semana, e nunca ouvi sequer uma música alta. A interlocutora me respondeu: *não pode colocar música alta porque a milícia não deixa* e rapidamente mudou de assunto.

2.5 Luta por moradia e a narrativa do sacrifício

- Quanto tempo vai demorar pra sair a casa?
- Vai depender da luta de vocês.

A construção de uma cooperativa habitacional é permeada por dificuldades. No caso de Esperança, foram *dezesseis anos de muita luta*. Esta categoria – *luta* -, que é extremamente heterogênea, tem permeado minhas observações e análises referentes ao campo de pesquisa. Tenho buscado partir da concepção de luta que é trazida pelas interlocutoras em quase todas as conversas, reuniões e entrevistas para compreender quais caminhos e estratégias são utilizadas pelas “cooperadas” durante todo o processo.

A *luta* pode se referir aos trâmites burocráticos exigidos pelos diversos agentes do Estado – Caixa Econômica Federal, CEDAE, Light, Secretaria de Patrimônio da União; a luta do trabalho pesado das obras e a dificuldade de trabalhar em “regime de mutirão”; a luta das mulheres que precisam conciliar o cuidado da casa, dos filhos e o

mutirão; a luta dos militantes para garantir o “caráter político” da cooperativa. A luta em relação aos trâmites burocráticos, que muitas vezes causam atrasos na execução das obras, e mesmo impedem as assinaturas dos contratos é frequente nos grupos organizados para a autogestão habitacional. No caso de Esperança a dificuldade de diálogo com a Caixa também aparece atrelada à uma não compreensão da dinâmica do movimento social por parte dos atores do Estado, representado pela Caixa Econômica.

Durante um seminário promovido pela União e pelo Observatório das Metrôpoles, no centro do Rio de Janeiro, Luciana Lago⁴¹ contou que há alguns anos uma gerente do Crédito Solidário em Brasília deu um relato dizendo: *quando disseram que eu tinha que lidar com movimento social fiquei sem entender. Eu não sabia o que era movimento social e tive que aprender na marra.* A gerente disse que levou um susto quando pela primeira vez as lideranças entraram na sala dela, pois *não sabia o que era reivindicação* e como isso funcionava. Jurema também relata dificuldades em relação ao diálogo com os técnicos da Caixa devido à frequente *dança das cadeiras*. Segundo ela, a Caixa muda os técnicos de setor sempre que o mesmo começa a ter uma maior proximidade com as lideranças dos movimentos: *a gente chega lá, procura o fulano, e aí falam pra gente que ele agora tá em outro andar.* Ou seja, para ela, há uma estratégia por parte de agentes do Estado que consiste em trocar funcionário que vai dialogar diretamente com o movimento social com o intuito claro de dificultar o andamento do processo.

Os empecilhos burocráticos tornam cada fase do processo extremamente demorada, sempre *emperrando* por conta de alguma burocracia. Um exemplo utilizado frequentemente é o episódio em que o grupo estava prestes a iniciar as obras, mas para isso precisavam registrar um contrato em cartório. Entre idas e vindas, dificuldades e empecilhos, demoraram um ano para conseguir realizar o registro.

Acho que o cartório tem que entender qual é a proposta e dar... Não que a gente queira ter privilégio, mas dar um tratamento diferenciado. Porque você ficar um ano no cartório pra liberar um contrato... A gente tem que tentar trabalhar isso com a Caixa, porque a partir do momento que a família assina, começa a contar tempo. Ela assina pra encaminhar pro cartório, se o cartório leva um ano... Você tá um ano de obra atrasada. Então acho que isso também dificulta muito o nosso trabalho.

⁴¹ Luciana Lago é professora e pesquisadora do IPPUR/UFRJ, vinculada ao grupo de pesquisa intitulado Observatório das Metrôpoles, e possui vasta produção literária sobre políticas habitacionais e o MCMV.

O caso do cartório é um entre muitos que me foram relatados. Estes entraves burocráticos que envolvem negociações e diálogos com as diversas instâncias do poder público são os capítulos que compõem a “novela da contratação” (SANTO AMORE; RIZEK, 2014; CAMARGO, 2016). Uma vez *assinado o contrato* são muitas as exigências e complicações que surgem em relação ao poder público para que de fato a construção da cooperativa habitacional seja iniciada, e posteriormente, concluída. Em janeiro de 2015, quando comecei a acompanhar o grupo Esperança para a pesquisa de campo, o problema que estava mobilizando e preocupando todos naquele momento era em relação à CEDAE (Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro). As obras estavam praticamente finalizadas, no entanto, para que as pessoas pudessem se mudar para as casas construídas, era necessário que o abastecimento de água fosse feito pela CEDAE. Durante uma reunião do grupo, uma das futuras moradoras presentes sugeriu que alguém fosse até a CEDAE para cobrar esclarecimentos sobre a demora da solução deste problema. Jurema estava presente e rapidamente respondeu:

Nem adianta a gente ir lá. Quem tem que ir é o Alexandre (arquiteto). Eu sei como é que é isso. Já fui lá cobrar essas coisas outra vez e eles chegam e falam ‘Você é arquiteta? É engenheira? Então não posso falar nada pra você. É assim que eles fazem.

A exigência de conhecimento técnico para que se possa estabelecer diálogo com a população, assim postergando soluções e desqualificando suas demandas é algo que ocorre com frequência. Há em jogo uma ilegibilidade (DAS, 2004) ordinária que é engendrada por um certo grau de opacidade nos planos e nas práticas governamentais (BIRMAN; FERNANDES; PIEROBON, 2014). A dificuldade de acessar informações relevantes para o processo de construção da cooperativa e os diversos empecilhos burocráticos que são parte da *novela da contratação* aparecem nitidamente como um determinado modo de operar das instâncias do Estado com relação às populações pobres e movimentos populares.

Na mesma reunião em que ocorreu a fala citada acima, a assistente social disse aos presentes: *todos tem que lutar pra dar certo. Tem que estudar, ter conhecimento pra poder saber por onde lutar*. As populações pobres aparecem muitas vezes como sujeitos insuficientemente socializados na lei, insuficientemente civilizados ou racionais, tendo, portanto, suas demandas desconsideradas (DAS e POOLE, 2008). As *lutas* em relação ao Estado, frequentemente representados por funcionários da

Caixa e outros órgãos, são frequentes. Os representantes dos movimentos sociais envolvidos, na maior parte das vezes, conhecem bem estes caminhos, e constroem diferentes agências e agenciamentos (FERNANDES, 2015), ao formular suas reivindicações e demandas.

A *luta* surge diversas vezes, como uma espécie de “narrativa do sacrifício” (MIAGUSKO, 2011). São as idas e vindas, a vontade de desistir, a persistência de continuar participando de reuniões mesmo sem “garantias”, o atraso na execução das obras, o mutirão nos fins de semana, assembleias que terminam de madrugada, a vigília para *tomar conta do terreno*. Os relatos são permeados da ideia de esforço e exaustão – são sempre *narrativas de sacrifícios*. Para o grupo Esperança, que conseguiu concluir a construção das moradias, o orgulho de não ter desistido parece se tornar emblemático desta luta bem-sucedida.

Desde as primeiras reuniões do grupo em questão até a inauguração da cooperativa Esperança muitas pessoas desistiram, embora as desistências ocorram principalmente no período que antecede a *assinatura do contrato*. Uma representante de um movimento de moradia de São Paulo afirmou durante uma reunião em que estive presente – e onde estavam diversos membros de cooperativas e futuras cooperativas habitacionais – que sempre que perguntavam para ela quanto tempo ia *demorar pra sair a casa* ela respondia: *vai depender da luta de vocês*. Em outras ocasiões a narrativa passa por outro caminho: a valorização do longo tempo de luta. O tempo é também a prova de que a luta foi “dura”. O tempo é a matéria de que a “luta” é feita (VIANNA, 2015), uma espécie de comprovação da resistência, prova de que houve força para concluir a trajetória de luta e obter a recompensa final, que é neste caso, a moradia.

A categoria “luta” adquire na fala de meus interlocutores um sentido “ético, e também épico” (COMERFORD, 1999), que visa demonstrar uma postura de resistência e enfrentamento diante das dificuldades que encontram no caminho para alcançar o objetivo almejado. Este objetivo aparece na fala da União e da FBR como um direito que é negado a determinada parte da população, e que portanto, deve ser alcançado através de “luta”. O “direito à moradia” aparece atrelado à noção de “direito à cidade”, categoria amplamente utilizada tanto na academia quanto por movimentos sociais urbanos, e que surge na década de 60 na obra de Henri Lefebvre, definido como uma “plataforma política a ser construída e conquistada pelas lutas populares

contra a lógica capitalista de produção da cidade, que mercantiliza o espaço urbano e o transforma em uma engrenagem a serviço do capital” (TRINDADE, 2012, p. 78).

As dificuldades do mutirão com frequência apareciam nas conversas com minhas interlocutoras do grupo Esperança. Cada *núcleo familiar* da cooperativa tinha a obrigação de cumprir 17 horas semanais de trabalho. Isto quer dizer que em famílias onde houvesse várias pessoas aptas a trabalhar no mutirão esta carga horária seria dividida, porém, no caso de famílias com apenas uma pessoa com condições de trabalhar no mutirão, a mesma teria que cumprir toda a carga horária sozinha. Esta regra parecia sobrecarregar principalmente as “mulheres sozinhas com filhos”, que precisavam se dividir entre o seu trabalho, cuidado da casa e dos filhos, e as 17 horas semanais de trabalho no mutirão. Embora a sobrecarga de trabalho no que se refere ao mutirão esteja muito presente nos relatos de minhas interlocutoras, também aparece uma certa familiaridade com o *trabalho na obra*. Duas mulheres com quem conversei em Esperança, Nilda e Wanda, mencionaram que já estavam acostumadas a lidar com obra, porque haviam acompanhado o processo de construção na casa dos seus pais.

O processo de autoconstrução de moradias, conforme apontam pesquisas na área de Arquitetura e Urbanismo, desde a década de 80, é extremamente comum nas classes populares, e esta construção geralmente se estende ao longo de muitos anos (MARICATO, 1978). Maricato (1978) também enfatiza que a lógica do mutirão e de uma “solidariedade forçada” se observa neste processo de construção de moradias das classes pobres. O processo de “bater a laje”, por exemplo, é um exemplo comum de etapa do processo de construção de moradia em colaboração, na maior parte das vezes contando com apoio de familiares (FELTRAN, 2010), mas também de vizinhos e amigos. Voltarei à questão específica das mulheres ainda neste capítulo. Trago no próximo tópico um relato de minha primeira visita à Esperança.

2.6 A primeira reunião em Esperança

Era fevereiro de 2015. Cheguei neste sábado à Cooperativa Esperança por volta das 10 horas da manhã. Era a primeira visita que eu realizava à cooperativa. Já sabia que haveria uma *reunião de coordenação*, pois Alexandre, assistente social da FBR, havia me passado essa informação no dia anterior por telefone. A indicação que eu havia recebido era de que deveria descer *no ponto da banca de jornal*, assim que

o ônibus *entrasse na Colônia Juliano Moreira*. Pedi informação ao motorista e ele me indicou o ponto em que deveria descer. Desci e segui pela rua que dava acesso à cooperativa, chegando até o local sem grandes dificuldades. Caminhando pelas ruas da cooperativa era possível identificar um grande número de pessoas trabalhando nas construções.

As obras estavam já em fase de conclusão, e havia uma grande expectativa em torno de uma data para a “inauguração”. Todas as conversas que tive neste dia ou presenciei giravam em torno dos problemas burocráticos que ainda precisavam ser solucionados para que houvesse a definição da data em que as pessoas poderiam se mudar para as casas. Numa conversa com Neide, Marlene (ambas futuras moradoras e integrantes da coordenação do grupo) e Neli (irmã de Neide e antiga integrante da CEB Josimo Tavares) soube que o grupo ainda estava com problemas em relação ao fornecimento de água e energia elétrica. Neli me dizia: *a água tá irregular, não tá chegando ainda em todas as casas*. A instalação da energia elétrica também ainda não havia sido feita, apesar das solicitações junto à Light. Marlene, que faz parte da coordenação, parecia muito tensa em relação à indefinição da data, e me dizia que apesar destes problemas de infraestrutura ainda não resolvidos, era importante *fixar uma data* para que as pessoas pudessem se *organizar* e também *animar o povo*.

Neli, que é irmã de Neide, não faz parte do grupo Esperança, mas me dizia que gosta de estar por perto para oferecer apoio à cooperativa e ao movimento, apesar disso complementou me dizendo que *não era da União*. Depois que Marlene e Neide se afastaram conversamos durante um bom tempo sobre minha pesquisa e ela, que é professora de Sociologia na rede pública se mostrou bastante interessada: me indicou alguns livros e fez algumas sugestões. Neli tem tido durante muito tempo um importante envolvimento com a CEB Josimo Tavares, mas isto não veio à tona nesta nossa conversa inicial. Descobri somente posteriormente em uma conversa mais longa com sua irmã. Em seguida chegaram Alexandre, da FBR e Fernando, da coordenação, e então seguimos para o barracão, onde aconteceria a reunião. Estavam presentes na reunião de coordenação: Alexandre, Fernando, Marlene, Neide, Claudio e Neli (considerados “apoio”, por não serem parte do grupo, mas participarem de reuniões com o intuito de *ajudar a coordenação*).

Durante os primeiros meses da pesquisa de campo – entre fevereiro e abril de 2015 – estes eram os principais pontos que geravam discussões e tensões no interior do grupo: as questões pendentes que precisavam ser resolvidas com as diversas

instâncias do Estado, como CEDAE e Light. A situação se prolongava por meses e isto aumentava a apreensão dos futuros moradores, que queriam definir o quanto antes a data para a inauguração da cooperativa. Jurema, como liderança da União, enfatizava sempre que era necessário resolver os problemas de fornecimento de água e luz antes que as pessoas se mudassem, pois caso fosse feito de outra forma, poderia haver consequências negativas para a União, que seria *taxada de irresponsável* junto à Caixa Econômica Federal: *como vai deixar o povo morar sem água e sem luz?*

Nesta primeira reunião em que participei havia também uma outra questão: de acordo com Claudio, as pessoas já estariam realizando modificações e incluindo objetos pessoais nas casas, como por exemplo, fazendo a instalação de ventiladores de teto. Segundo ele, isto não poderia ser feito antes da inauguração, pois a Caixa precisava vistoriar as casas assim que terminadas as obras e todas deveriam estar iguais, sem modificações de nenhum tipo. Houve um evidente descontentamento por parte de Neide, que afirmou que então as regras teriam que valer para todo mundo. Ela afirmou demonstrando certa irritação: *tem que ter regras pra todo mundo. O problema é que a gente fez vista grossa pra uns e outros, e aí agora como é que faz? Não pode dizer que um pode e outro não pode.* O assunto rendeu durante aproximadamente uma hora sem que se chegasse a uma solução sobre o que fazer com as modificações que já tinham sido realizadas.

Desde este primeiro momento pude perceber que os principais pontos geradores de tensão envolvem as regras da Caixa e as questões burocráticas. Esta relação entre as instâncias do Estado é sempre mediada pelas lideranças da União ou os apoiadores, que geralmente aparecem como pessoas consideradas aptas tecnicamente para compreender as exigências da Caixa, como é o caso de Claudio.

2.7 O risco de impeachment e a tensão sobre a “posse das casas”

Dia primeiro de março, domingo. Neste dia, ao chegar na cooperativa, fui informada de que haveria uma reunião da União e da coordenação do grupo. Fui convidada por Jurema a participar. A reunião foi realizada dentro de uma das casas da cooperativa e foram colocados na sala da casa dois longos bancos de madeira e algumas pessoas se sentaram no chão. Estavam presentes alguns membros da coordenação de Esperança como Marlene, Fernando e José Carlos. Além de Claudio

e Jurema, representantes da União, e Grazia, assistente social que prestava assessoria para o grupo de forma voluntária – sem vínculo com a FBR, que era a responsável oficial pela “assessoria técnico-social” do grupo.

Antes do início da reunião foi proposto por Claudio que todos se levantassem para rezar um “pai nosso”. Grazia manifestou sua desaprovação dizendo que nem todos compartilham da mesma religião e que isto *pode ser motivo para excluir pessoas*. Claudio respondeu rapidamente afirmando que o *pai nosso é universal*, ao que ela prontamente respondeu *claro que não é universal, Claudio. Eu sou cristã, mas nem todo mundo é. Tem que ter cuidado com isso*. O assunto não teve maiores desdobramentos. Todos os presentes rezaram o “pai nosso” conforme proposto por Claudio e a reunião prosseguiu.

Um dos assuntos que estava em pauta nesta reunião era a convocação de um ato que ocorreria no mês seguinte contra o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff. Havia preocupação sobre como seria realizada a “mobilização das pessoas”. Precisaria, segundo Claudio, haver o maior número possível de pessoas de cada grupo da União presente neste ato. Jurema comentou que as pessoas do grupo Esperança não costumam se mobilizar para participar de atos: depois que as casas foram construídas as pessoas acham que o mundo parou aqui. Claudio enfatiza que *tem que cobrar, senão o povo não vai*, demonstrando certa impaciência. As demais pessoas presentes na reunião pareciam concordar, algumas acenando positivamente com a cabeça, mas não se manifestaram. A preocupação com o tema passava não só pelo desinteresse da grande maioria dos membros dos grupos / cooperativas de atos e manifestações políticas deste tipo (atos e manifestações em ruas e prédios públicos), mas também pelo fato de que muitos concordavam com o *impeachment* e consideravam este uma mudança positiva: *nem todos os companheiros apoiam a Dilma e isso é um problema. Pode ser que tenha mesmo o impeachment*, afirmou Claudio.⁴² Para Claudio e Jurema, lideranças da União, a possibilidade da concretização do *impeachment* da presidente Dilma se colocava como uma ameaça ao movimento de moradia e ao próprio MCMV Entidades. No entanto, esta análise não era a mesma que a maioria das pessoas dos grupos fazia.

⁴² A falta de interesse nos ditos “atos políticos” é uma questão presente em muitos momentos no campo, tanto nas assembleias, quanto nas reuniões da União. Este ponto gera muitas tensões entre “movimento”, “coordenações” e “famílias”. Desenvolverei melhor este ponto em outro capítulo da tese.

A manifestação *pró-Dilma* estava prevista para ocorrer dois dias antes do ato *pró-impeachment*, no dia 13 de março. Grazia se mostrou bastante preocupada com a escolha da data, e disse que caso a manifestação do dia 13 ficasse esvaziada poderia dar ainda mais força aos que estariam no dia 15 reivindicando o *impeachment* da presidente: *se o ato ficar vazio vai ser vergonhoso e pode haver perda de poder, fortalecendo o outro ato que ocorrerá dois dias depois.*

Claudio, Jurema e Marlene relataram durante a reunião que recentemente tem sido *alvo do ódio ao PT*. Jurema contou, indignada, que havia ouvido uma pessoa do grupo afirmar recentemente *se eu vejo essa sapatão eu encho ela de bala*, fazendo referência à presidente Dilma. O posicionamento favorável ao Partido dos Trabalhadores (PT) parecia ser hegemônico naquele pequeno grupo presente, embora, segundo relatos, não o fosse na maior parte do grupo que compõe a cooperativa.

Durante a reunião assuntos diferentes foram surgindo e sendo colocados em discussão. Levantou-se uma questão sobre a *organização da cooperativa*. Jurema e Marlene demonstraram preocupação em relação aos “condomínios”, que ainda não tinham seus respectivos “síndicos”. Isto se tornou uma questão porque a Caixa⁴³ não aceita que o “empreendimento”⁴⁴ seja registrado como uma “cooperativa”. Em outra ocasião Jurema me contou já ter ouvido de um representante da Caixa que *cooperativa é coisa de pilantra*. Sendo assim, as casas precisam ser registradas como pertencentes a um “condomínio”. A “cooperativa Esperança”, precisou então ser registrada em seis condomínios. Cada quadra é um condomínio e possui um síndico. Na prática, de acordo com o que foi conversado nesta reunião, a figura do síndico não existe, e ninguém se refere às quadras como condomínios. Para os presentes na reunião, isto parecia se tratar somente de mais uma *exigência burocrática* que precisou ser cumprida. Os moradores chamam de “quadras”, e não possuem os síndicos como referências para resolver problemas coletivos.

Grazia demonstrava insatisfação com a situação e perguntou *Por que não faz uma associação de todo mundo em vez de condomínios? Vocês aceitaram muito fácil essa exigência da caixa de separar em condomínios!* Grazia seguiu com sua

⁴³ As exigências são do programa MCMV, mas meus interlocutores sempre se referem como sendo exigências da Caixa, considerando que é este banco que serve como mediador de todo o processo, e é através dos representantes desta instituição que todo o diálogo é realizado ao longo do processo de contratação e obras.

⁴⁴ Termo sempre utilizado pela Caixa e nunca pelos meus interlocutores.

argumentação afirmando que esta fragmentação dificultaria a organização do grupo depois da inauguração. Três participantes da reunião se manifestaram rapidamente e de forma enfática e simultânea: *associação não!* Na ocasião não houve maiores explicações sobre a rejeição imediata à ideia de associação. Aparentemente a preocupação com o formato de condomínios só preocupava a assistente social Grazia, que considerava isto favorável à desarticulação e desmobilização das pessoas, que em vez de formar um único grupo, seriam agora divididas em diversos condomínios. O assunto não foi desenvolvido e o próximo ponto de pauta surgiu.

Durante a reunião ficava evidente que a preocupação em relação à conjuntura política era principalmente de Jurema, Claudio e Grazia, embora os outros não parecessem discordar. O ponto que preocupava e gerava tensão nos demais presentes era a mesma da reunião anterior: o estabelecimento de uma data para a inauguração de Esperança. Quando a questão da data foi abordada durante a reunião, Jurema disse que pensou em estabelecer a data de primeiro de maio para a inauguração. Rapidamente Fernando, que até então estava calado, se manifestou contrariado, pois considerava a data muito distante: *falta muito ainda!* Jurema respondeu dizendo que ainda havia questões burocráticas para serem resolvidas. Além de pendências da CEDAE e Light, havia a necessidade do plantio das árvores, que era também uma exigência da Caixa que poderia inclusive resultar em *multa para o coletivo* caso não fosse cumprida. José Carlos, neste momento, concordou com Jurema e enfatizou que como as árvores precisam ser plantadas nos terrenos das casas, *vai dar problema se tiver a ocupação antes do plantio, porque tem muitas pessoas que não querem plantar*. Jurema rebate: *quem não plantar as árvores, nós vamos plantar. Tem multa pro coletivo caso as árvores não sejam todas plantadas*. Em meio à discussão onde se questionava a data para a ocupação das casas, Grazia fez questão de se manifestar dizendo: *gente, não é ocupação. É tomar posse*. Marlene acena com a cabeça concordando e em seguida complementa: *tomar posse do que é nosso e ramos muito pra isso!* Marlene comenta também que acha a data de primeiro de maio *muito longe*, e que o pessoal já está impaciente: *cinco anos de mutirão! O povo ainda tá pagando aluguel, a gente precisa se mudar logo*.

Havia durante a reunião uma clara divisão nas prioridades das lideranças da União e a assistente social e os demais presentes (futuros moradores). Os primeiros estavam visivelmente mais preocupados com a questão da conjuntura política, e uma análise mais ampla que envolvia o futuro do movimento, do país e de futuras

cooperativas habitacionais – já que com o *impeachment* e o enfraquecimento do governo petista o diálogo com as instâncias do Estado poderia ficar ainda mais difícil. Esta análise era feita, principalmente por Claudio e Jurema, assim como Grazia. Enquanto isso os futuros moradores estavam principalmente preocupados com a inauguração de Esperança, o que envolvia as questões mais imediatas: como resolver o mais rapidamente as pendências burocráticas para que a inauguração ocorresse o mais rápido possível. O prolongamento das obras trazia uma dificuldade a mais. Como as pessoas ainda não moravam nas casas da cooperativa, precisavam ficar *indo e voltando o tempo todo*, já que havia a necessidade de ter sempre um número grande de pessoas circulando na cooperativa a fim de evitar uma possível invasão/ocupação. Este foi um ponto gerador de muita tensão também.

Embora não tenha sido mencionado durante a reunião que descrevi anteriormente, o risco de uma invasão iminente me foi relatado como um medo que esteve presente entre os futuros moradores. Em conversas com Marlene e Neide, elas relataram que mais de uma vez houve boatos de que as casas seriam ocupadas, o que gerou uma grande tensão. Houve um relato curioso de uma das moradoras, Neide, que me disse que durante o período de execução das obras houve em dado momento um alerta, recebido por *whatsapp*, informando que as casas *estavam sendo invadidas*. Ninguém sabia ao certo a origem da informação, já que não vinha de nenhuma das pessoas que se encontravam fazendo a vigília na cooperativa. Alarmados, os futuros moradores começaram a se contatar e a informação se espalhou. Ela conta que chegou na cooperativa com um grupo de aproximadamente vinte pessoas, todas com pedaços de madeira na mão, dispostas a expulsar os invasores. Avistaram de longe um grupo e foram caminhando na direção deles. Ao chegar perto, notaram que o outro grupo também era composto por futuros moradores da cooperativa. Aparentemente, o boato se espalhou e fez com que dois grupos distintos se organizassem para expulsar os supostos invasores. Ela conta, rindo, que *ainda bem que a gente percebeu que eram do grupo antes de descer o cacete*.

Apesar de o alarme ter sido falso, as pessoas permaneceram com receio de que a invasão pudesse ocorrer em outro momento. A estratégia adotada foi de *reforço da vigília*: aumentaram o número de pessoas que dormiam nas casas em obra a fim de evitar a possível invasão. Isto era também um argumento para negociar a antecipação da inauguração: se todos estivessem morando nas casas se eliminaria este risco. Tínhamos então dois argumentos: de um lado Jurema defende postergar

até que as pendências burocráticas sejam totalmente resolvidas para evitar problemas junto à Caixa, enquanto os futuros moradores desejam antecipar a mudança, resolvendo assim a questão do risco de invasão, eliminando o transtorno de ir e voltar e reduzindo custos para os que pagam aluguel.

Os três meses de pesquisa de campo que antecederam a inauguração – que de fato ocorreu no dia primeiro de maio de 2015 – foram permeados por essas tensões. Assim que saímos da reunião, Jurema disse, com expressão de preocupação, que tinha sido muito pressionada por alguns integrantes do grupo na última assembleia por conta da indefinição da data de inauguração. Apesar das reclamações dos futuros moradores e dos argumentos apresentados, Jurema foi irredutível, e os demais, mesmo contrariados, acabaram acatando. É perceptível que embora os futuros moradores sejam maioria, a autoridade de Jurema como liderança da União e mediadora no que se refere às relações com as diversas instâncias do Estado lhe confere legitimidade para decidir pela não antecipação da inauguração. Não há ninguém ali, além de Jurema, que possua o conhecimento sobre o funcionamento destas instâncias – Light, CEDAE, Caixa – e sobre as consequências de uma inauguração antes da finalização das obras e resolução de pendências referentes à infraestrutura das casas. Assim, apesar das pressões vindas dos moradores, dos desentendimentos e algum mal estar, a decisão de Jurema permaneceu respeitada.

2.8 Tensões, inseguranças e preparativos

Abril de 2015, era um domingo. A maioria de minhas visitas à Esperança aconteceram nos finais de semana, quando ocorriam as reuniões e assembleias, e por isso havia um número maior de pessoas circulando pelas ruas da cooperativa. A maior parte dos integrantes do grupo trabalhavam durante a semana e se dedicavam ao trabalho no mutirão nos finais de semana.

Neste dia, ao chegar no barracão⁴⁵, percebi que o clima estava tenso. Jurema estava visivelmente preocupada. Assim que cheguei ela disse, antes mesmo de me

⁴⁵ O “barracão”, feito de madeira, e com uma enorme mesa central e dois bancos longos, um de cada lado, ficava no centro do terreno da cooperativa. Lá havia uma cozinha, onde todos faziam as refeições durante o mutirão, e lá também ocorriam quase todas as reuniões, assembleias e festas. Quase sempre, quando chegava na cooperativa, ia direto para lá, onde eu encontrava

cumprimentar: *é muito duro se matar pra fazer isso tudo, pra chegar no final e ver nego vendendo*. Jurema, Carol (estudante de mestrado de Geografia que estava acompanhando o grupo para sua pesquisa) e Alexandre (assistente social da Fundação Bento Rubião) conversavam a respeito da possibilidade de venda das casas após o término da construção. A conversa ocorria entre eles num canto do barracão, e em voz baixa. A conversa era sempre interrompida caso outra pessoa se aproximasse. Jurema perguntava: *já pensou esse trabalho todo pra construir e depois ver o povo vendendo?*. A possibilidade de que a casa fosse passada adiante era um dos grandes medos de Jurema. Esta hipótese era vista como uma espécie de “fracasso do projeto”. Alexandre e Carol também pareciam compartilhar desta preocupação.

Alexandre disse que as informações sobre venda estavam no contrato da Caixa, e estava naquele momento com uma cópia do mesmo, examinando. Sentei-me ao lado dele, e observamos no contrato que estava previsto que o repasse das casas poderia se dar mediante autorização da Caixa, repassando assim, a dívida para outra pessoa. A coordenação e os representantes da cooperativa não tinham qualquer poder de decisão sobre isso, uma vez que as propriedades são individuais. Além disso, formalmente não há cooperativa. Como já mencionado anteriormente, de acordo com as regras e diretrizes da Caixa o grupo é registrado como um conjunto de condomínios, não havendo nenhuma representatividade coletiva além dos síndicos dos condomínios. Jurema demonstrou muita preocupação, dizendo que *isto pode acabar com o projeto*. Continuou relembando uma experiência anterior, em uma outra cooperativa na região: *Em Herbert⁴⁶ todo mundo vendeu, saiu... Tem uma mulher que é dona de três casas lá e aluga todas*, disse em evidente tom de reprovação e lamentação. A venda posterior da casa aparece como uma ameaça constante de deslegitimação da “luta política” travada. Esta não é, aparentemente, uma preocupação dos moradores ou futuros moradores das cooperativas, mas sim dos membros da União, pesquisadores e profissionais que compõem a assessoria técnica, que veem nesta ameaça o caráter coletivo e político do trabalho desaparecer.

peças com quem poderia conversar. Quem não estava no barracão, quase sempre estava trabalhando nas obras.

⁴⁶ “Herbert de Souza” é uma cooperativa construída também em Jacarepaguá logo após a construção de Shangri-lá, ainda com financiamento do Fundo Rotativo da Fundação Bento Rubião, mencionado anteriormente neste texto. Frequentemente é mencionada por Jurema como uma experiência de cooperativa que “não deu certo”, justamente por conta de vendas posteriores.

A venda posterior da casa coloca em xeque o argumento da construção dos *laços de solidariedade* e de uma *comunidade* onde todos se conhecem e se ajudam, e é justamente neste argumento que se pauta a lógica do mutirão e da autogestão das cooperativas. Este “medo” parte também do pressuposto de que as pessoas não possuem capacidade para avaliar o que seria mais vantajoso para elas a médio e longo prazo. Sendo assim, há um argumento segundo o qual as pessoas venderiam e possivelmente voltariam a morar em lugares precários e em áreas de risco. Há então o agravante de que após a pessoa ser beneficiária do MCMV, não poderá sê-lo novamente caso queira. Assim, as lideranças e técnicos utilizam como linha argumentação o fato de que caso a pessoa venda a casa e volte a morar de forma precária, não poderá novamente ser incluída em um projeto habitacional por conta da restrição da Caixa, que não permite que a mesma pessoa seja *beneficiada* mais de uma vez. Outra questão é que a venda por um preço maior do que aquele que foi pago pelo morador também deslegitima o princípio da Cooperativa, que é não operar visando lucro individual, e sim o “bem-estar coletivo”. A venda, aparentemente traz à tona a lógica do interesse individual e destrói – segundo os argumentos dos movimentos e coordenadores – o projeto da cooperativa enquanto algo construído coletivamente, e que opera por uma lógica diferente da lógica de mercado.

A narrativa que constrói a cooperativa habitacional como um exemplo virtuoso é justamente baseado na noção de *poder popular* e *autogestão*, operando com o objetivo de garantir o bem estar coletivo, através da mobilização e articulação da sociedade e não visando o benefício material, opondo-se, portanto, à lógica do mercado (RIZEK, BARROS, BERGAMIN, 2003; ROLNIK, 2013; MINEIRO, RODRIGUES, 2012). Considerando que não há forma legal de impedir que as pessoas vendam suas casas após o término da construção, as lideranças da União e os técnicos envolvidos costumam desencorajar, enfatizando a necessidade de valorização da comunidade ali construída. A ideia de que *a casa não são apenas quatro paredes* é uma frase recorrente das lideranças, e principalmente de Jurema, em uma sinalização de que existem valores que estão para além da construção da unidade habitacional. Enfatiza-se, assim, a dimensão de *construção da comunidade*. Na ocasião em que ocorreu a reunião anteriormente mencionada no início deste tópico, Jurema argumenta que não se deve informar as pessoas sobre a possibilidade de venda. Assim, quando surge este assunto, a alternativa, segundo ela, seria fugir

da conversa: *quem já quer saber se pode vender antes de terminar a obra tá mal intencionado.*

Em torno desta questão da venda das casas há um forte ponto de conflito: algumas pessoas que serão moradoras das cooperativas já mencionaram em conversas comigo que desejam ter a liberdade de vender suas casas caso assim decidam. Uma mulher do grupo Guerreiras, que será o foco do próxima parte da tese, me disse durante uma conversa que queria poder vender sua casa quando quisesse, afinal, ela já havia se mudado muitas vezes durante sua vida, e gostaria de se mudar novamente se assim fosse sua vontade: ela afirmava que também não achava justo ter que vender sua casa para o movimento pelo mesmo valor que pagou, porque desta forma, o dinheiro recebido não seria suficiente para comprar uma casa em outro lugar⁴⁷. O privilegiamento da lógica de mercado (MINEIRO, RODRIGUES, 2012) que opera em nossa sociedade em torno da moradia está na base deste conflito: a habitação é compreendida como um ativo financeiro (ROLNIK, 2014) também para as classes populares.

Jurema estava muito tensa neste dia também por um outro motivo: uma cooperada havia *ficado devendo* quinhentas horas no mutirão. Todos os *núcleos familiares* precisavam cumprir determinado número de horas de trabalho. Como esta mulher não havia conseguido cumprir estas horas, agora seria obrigada, por decisão da plenária, a pagar o valor de quatro mil reais à cooperativa por conta desta dívida. Jurema disse que achava o valor muito alto, e entendia que isto seria não só ruim para a família, mas também poderia trazer problemas futuros à cooperativa caso a cooperada *resolverse denunciar*. O valor do financiamento inteiro ficava em torno de quatro mil reais. Como podia então uma pessoa pagar o valor equivalente a outra casa por conta de uma dívida com a própria cooperativa? Carol e eu concordamos com a análise de Jurema, no entanto, não houve nenhuma conclusão sobre uma maneira de solucionar isso. As tensões e conflitos que envolvem a questão financeira são sempre enfrentadas com muita apreensão por Jurema. Para ela, este é um tópico delicado e que pode ser oportunamente utilizado para deslegitimar a atuação da União. Nesta ocasião, ela me disse: *já pensou se essa mulher depois sai por aí dizendo que pagou o dobro pela casa dela? Vão dizer que o movimento enganou, roubou.* Esta é uma

⁴⁷ Esta questão que envolve a possibilidade de venda posterior da casa e a perspectiva de vender a casa para o movimento pelo mesmo valor que foi pago será retomada na última parte da tese onde desenvolverei algumas considerações sobre propriedade individual e propriedade coletiva.

forte tensão: a possibilidade de o movimento ser criminalizado em algum momento. Assim, Jurema se mostra sempre muito cautelosa com assuntos que envolvem dinheiro das pessoas que compõem os grupos.

Houve em seguida a esta conversa uma breve reunião com algumas mulheres que faziam parte da coordenação da cooperativa – Marlene, Neide e Maria. Jurema dizia a elas que *precisavam colher os nomes das madrinhas e padrinhos para o dia da inauguração*, que ocorreria no dia primeiro de maio. A ideia era que todas as famílias escolhessem uma pessoa para lhes entregar o certificado de entrega das casas quando fossem chamadas ao palco. Alguns escolhiam como *padrinhos* ou *madrinhas* pessoas da cooperativa que os indicaram para entrar na cooperativa, outros escolhiam pessoas de fora, quase sempre familiares que deram apoio. Mas um número bastante expressivo de pessoas apontou Jurema como *madrinha*. Durante a reunião Jurema reclamou bastante sobre a *falta de mobilização* das pessoas para ajudar nos preparativos da inauguração. Segundo ela, foi muito difícil que as pessoas se disponibilizassem a ajudar nas tarefas de organização do evento.

Eu perguntei pro grupo: ‘quem pode ajudar com a feijoada?’, ninguém. ‘Quem pode ajudar servindo o refrigerante?’, ninguém. Virei as costas e fui embora da reunião. Aí depois o povo aparece dizendo que pode ajudar. Querem que a gente faça tudo pra eles.

Este tipo de situação era relatada de forma recorrente e sempre causava certa irritação em Jurema: segundo ela as pessoas tentavam escapar das tarefas voltadas para o *coletivo*, o que para ela, revelava certo *egoísmo*. O que me parecia era que as pessoas, apesar de animadas para a inauguração, estavam muito preocupadas em fazer os ajustes finais de suas casas. Neste dia muitos estavam concentrados em acabamentos no exterior das casas, para que estivessem *bonitas* no dia da inauguração. Apesar disso, já se sabia que não haveria tempo para acertar todos os detalhes que faltavam para a data em questão. Acabamentos nas partes externas, principalmente, ainda estavam sendo feitos. Havia muitos tanques na área de serviço por colocar, telhas, grades e portões que ainda não tinham sido instalados, entre outros detalhes.

2.9 A inauguração de Esperança

Era chegado o dia 1 de maio de 2015. Cheguei às 10:30h na Cooperativa Esperança para o evento de *inauguração*. Conforme mencionado anteriormente,

ainda faltavam alguns ajustes nas casas, alguns visíveis, outros nem tanto: grades ainda não haviam sido colocadas no lugar, muros que ainda não estavam terminados, e outros detalhes no interior das casas que alguns moradores haviam me relatado. Mas o dia da *inauguração* tinha, sobretudo, a finalidade de marcar a data em que as pessoas, finalmente, tinham passado a morar nas casas da cooperativa. Os ajustes finais seriam feitos aos poucos, pelos moradores, após as mudanças. Nas semanas que antecederam a inauguração houve muita preocupação dos moradores em deixar tudo *o mais pronto possível*, inclusive no interior das casas. A preocupação principal era com *o pessoal da Caixa*, que de acordo com o que foi me relatado, estaria presente na inauguração e entrariam nas casas para ver o resultado do trabalho do mutirão.

Havia sido informada na semana anterior que inicialmente haveria um culto ecumênico. Quando cheguei, o mesmo já havia terminado. Posteriormente conversando com Carol, perguntei como tinha sido e ela me disse que não assistiu, pois tinha ficado *circulando por aí* durante o culto. Logo em seguida me mostrou um folheto que havia sido distribuído durante o mesmo e me contou que havia sido conduzido somente por um padre. No folheto em questão havia alguns trechos bíblicos e um “pai nosso”.

O evento parecia um sucesso: muitas pessoas circulava pelas ruas. No centro da cooperativa havia um palco montado em cima de um caminhão, com grandes caixas de som e microfones. Estavam presentes diversos atores, dentre eles os que pude identificar foram: representantes de outros movimentos populares – Central de Movimentos Populares (CMP), Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN), além de muitos familiares e amigos convidados dos moradores da Cooperativa Esperança, funcionários da Caixa Econômica Federal, da Secretaria de Patrimônio da União (SPU), Fundação Bento Rubião, representantes do Partido dos Trabalhadores (PT) e Fiocruz. Faixas e bandeiras da União e uma bandeira da CMP estavam expostas no palco montado. Lideranças da União e também membros da coordenação de Esperança usavam a camisa da União neste dia. Além disso, havia também faixas com reivindicações do movimento ao poder público, que geralmente são usadas em atos e manifestações, fixadas nos muros das casas, entre elas uma em evidência com a seguinte frase: *Secretaria de Patrimônio da União: Queremos as terras da União para moradia do povão*.

Havia muitas pessoas fotografando e filmando o evento, pertencentes a diversas organizações não-governamentais, como foi o caso do IBASE (Instituto

Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas). Segundo Alexandre, assistente social da FBR, havia também um grupo de pessoas que estavam filmando para fazer um documentário.

Figura 5 – Faixa fixada no muro da Cooperativa Esperança



Fonte: Foto da autora

Após o “culto ecumênico” e antes do início da cerimônia de entrega dos certificados de conclusão das casas, houve um tempo em que as pessoas estavam circulando, conversando e se cumprimentando. O clima geral era de animação e as pessoas conversavam com entusiasmo. Para muitos presentes aquela era a primeira visita à Esperança, portanto, existia um grande interesse em ver as casas. Percebi pessoas observando as construções. Algumas casas estavam abertas para que o público presente pudesse conhecer o interior das mesmas. Alguns minutos depois a cerimônia de entrega começou e as atenções ficaram todas voltadas para o palco. Cada *família* subiu ao palco, uma de cada vez, para receber as chaves de sua casa e o certificado de participação no mutirão. A maioria dos que subiram ao palco estavam extremamente emocionados. Muitos choros, agradecimentos a Deus, à União, e muito frequentemente à Jurema.

Conforme mencionado anteriormente, todos haviam escolhido previamente um padrinho ou madrinha que iria lhe entregar o certificado no evento. Muitos escolheram Jurema, o que fez com que ela descesse e subisse ao palco diversas vezes. Ela não só parecia muito à vontade com isso, mas também bastante feliz. Alguns moradores subiam ao palco visivelmente envergonhados, falavam pouco e se mantinham com braços cruzados ou encolhidos junto ao corpo, mas para a maioria dos moradores da cooperativa a ocasião parecia ser uma espécie de catarse coletiva. O momento de entrega do certificado e das chaves das casas se deu como um ato ritual, permeado de simbologias e representações (TURNER, 1974), e acompanhado de uma

performance de sofrimento e emoção. Esta performance pode ser analisada, de acordo com Dawsey (2013), sob a noção de *Erlebnis*, elaborada por Turner (1982) – que pode ser interpretada como *experiência* ou *experiência vivida* – como um processo que se divide em algumas etapas, todas observadas durante o ritual da inauguração:

1) algo acontece a nível da percepção, provocando uma aguda sensação de dor ou prazer; 2) imagens de experiências passadas são evocadas; 3) emoções associadas a essas experiências do passado são revividas; 4) um sentido (meaning) é gerado na medida em que conexões se estabelecem, fazendo com que o passado e o presente entrem, conforme uma expressão de Dilthey, em uma “relação musical”; e 5) a experiência se completa através de uma forma de expressão. Daí, a noção de performance.

Assim, quase todos falavam, muito emocionados, sobre as dificuldades e o trabalho duro no mutirão, evocando as experiências passadas e revivendo-as. Muitos choraram durante as falas. O orgulho de *ter conseguido* também ficava bastante evidente. Uma “cooperada”, entusiasmada, entoou o *grito de guerra: com luta, com garra, a casa sai na marra!*⁴⁸ e foi acompanhada por muitos dos que estavam presentes de forma entusiasmada. Em seguida foi bastante aplaudida. Uma mulher, acompanhado do marido e do filho no palco, ao subir no palco, falou e, tom de animação ao microfone: *depois que entrei no projeto casei e tive uma filha. Entre também, vale a pena, você pode casar!* Muitos riram e aplaudiram.

Figura 6 – Palco na inauguração da Cooperativa Esperança



Fonte: Foto da autora

A maioria dos depoimentos estavam permeados de emoção e de orgulho pela “luta bem-sucedida”. Uma mulher, com lágrimas nos olhos, relatou que, *como era solteira*, cumpriu todas as horas do mutirão sozinha.

⁴⁸ Esta frase é comum em atos e manifestações organizadas pela União, tanto em espaços públicos, como em instituições do Estado como Caixa Econômica e Secretaria de Patrimônio da União (SPU).

Eu achei que não ia conseguir, achei que não ia conseguir. Eu falava: mas eu não sei nada de obra. Aí me falaram: mas aprende, você aprende. E eu consegui!

Uma senhora relatou chorando, que não pôde trabalhar na maior parte do tempo mutirão, porque teve dois enfartos durante o período de obras. Ela contou com a ajuda de outros *cooperados* que “doaram horas” para ela – “Agradeço por cada pedrinha que vocês colocaram pra mim.” Foi relatado por Jurema o caso de uma mulher que havia sido excluída do grupo por causa dos critérios do programa Crédito Solidário (que exigia CPF “limpo”), mas que foi *resgatada* quando o grupo migrou para o *MCMV Entidades*.

Coordenadores da União e representantes da FBR e outros movimentos salientaram em suas falas a necessidade de “continuar na luta”, pois “muitos outros companheiros ainda estão sem moradia”. A valorização pelo longo período de luta também apareceu com frequência nos discursos. Valério, representante da FBR, disse quando subiu ao palco: *aqui não é um projeto que a pessoa se inscreve e vai pra casa esperar, essa não é a proposta*. Enfatizando que essa era uma das diferenças entre o MCMV tradicional e o Entidades. A proposta não é se inscrever e esperar, mas sim, participar de todo o processo “lutando” para alcançar seu objetivo: valorização da luta, muito choro, risada, aplausos e emoção. Assim se deu a performance e o rito que ali foram desenhados: todos os núcleos familiares subiram ao palco, e após a entrega das chaves, o evento foi esvaziando aos poucos.

Figura 7 – Inauguração da Cooperativa Esperança



Fonte: Acervo da UMP-RJ

Figura 8 – Casa da Cooperativa Esperança



Figura 9 – Casas da Cooperativa Esperança e vista da rua



Fonte: Fotos da autora

2.10 Tensões e questões pós-inauguração

Era um domingo. Essa era a minha primeira visita à Esperança após o evento de inauguração. Assim que cheguei à cooperativa encontrei Jurema em frente a uma das casas, próxima ao barracão. Ela estava visivelmente chateada, e logo que nos cumprimentamos começou a relatar o motivo. Ela disse que *tinha se estressado numa*

assembleia em Esperança. Contou que um dos moradores tinha sido muito grosseiro com ela: *Eu não aceito nem que meu marido grite comigo*. Ela não me contou as exatas circunstâncias do que aconteceu, mas mencionou que o homem havia sido grosseiro por conta de uma opinião que ela havia dado. Jurema dizia então que sua vontade era *largar de mão*, porque as pessoas *não reconheciam o esforço que ela fazia por eles*. Achavam que ela *se metia demais*: *Já ouvi muito aqui ‘por que ela se mete tanto se não vai pagar a casa pra gente?’*, disse Jurema. Aparentemente as situações de tensão entre Jurema e algumas pessoas de Esperança se intensificaram após a inauguração, já que as pessoas já haviam se mudado para suas casas, e isto parecia implicar numa perda de legitimidade na autoridade de Jurema, que não deveria *mais se meter*. No entanto, uma parte importante da mediação com as instâncias do Estado que Jurema fazia ainda não estava concluída e ela enfatizava isso: *o habite-se da Prefeitura ainda não saiu*. Havia então esta *questão burocrática* pra resolver, e a mesma era fundamental para *garantir a propriedade das casas aos moradores*.

Durante minha conversa com Jurema, chegaram Marlene e Alexandre, e o assunto cessou. Alexandre perguntou se eu queria ir com eles para uma reunião *com o pessoal do Bento Rubião*, eu disse que sim, e seguimos caminhando para o barracão⁴⁹. Jurema não foi. Enquanto caminhávamos, Alexandre nos explicava que a reunião tinha o objetivo de elaborar uma cartilha, que seria publicada pela FBR, para auxiliar na organização e construção de novas cooperativas habitacionais. Chegando ao barracão nos sentamos em um dos bancos de madeira. Em seguida chegaram os demais representantes da FBR que participariam da reunião com membro da: Sandra (arquiteta e coordenadora do projeto Direito à Habitação) e Flavio (arquiteto), que eu não conhecia. Representando a coordenação do grupo Esperança estavam presentes Marlene, Kathleen, Vanda, José Carlos e Luzia. As moradoras Vanilisa e Rosangela também participaram, além de Claudio, que não é morador e nem da União, mas está quase sempre presente nas reuniões auxiliando em questões referentes às obras. É sempre apresentado como “apoio da cooperativa”.

Quando já estavam todos sentados, Flavio deu início à reunião explicando o motivo pelo qual estavam ali: a proposta era elaborar uma “cartilha de gestão de

⁴⁹ Este barracão é uma construção de madeira, que foi utilizada, durante as obras como uma espécie de depósito, e que permanece numa parte do terreno onde há ainda a possibilidade de ser construído um centro comunitário, segundo relatos de moradores e Jurema.

obras” para servir como *auxílio a novos grupos* que fossem realizar construção de casas em regime de mutirão e autogestão. De acordo com a sua fala, o objetivo naquele momento então era conversar sobre a experiência de Esperança em relação ao processo de mutirão para que a partir disso fosse possível elaborar algumas “dicas” para outros grupos.

Flavio entregou um folheto a todos os que estavam presentes. Neste folheto havia, de um lado, um organograma que representava o “histórico do Grupo Esperança”, contendo os seguintes tópicos: “a formação do grupo e a luta pelo terreno”, “a contratação do projeto” e “o início da obra”. No outro lado do folheto havia um espaço para que eles fizessem uma avaliação, destacando pontos positivos e negativos dos seguintes tópicos pré-definidos: “compra de materiais”, “prestação de contas”, “organização do canteiro – mão-de-obra mutirante e contratada e “controle de horas e sistema de pontuação”). Feito isto, Flavio pergunta “O que vocês gostariam de destacar?”. Todos permaneceram em silêncio. Neste momento, Claudio explica novamente tudo o que Flavio já havia dito sobre o objetivo da reunião, aparentemente, supondo que as pessoas não haviam entendido. No entanto, o silêncio permaneceu. Passados alguns minutos, Zé Carlos, que fazia parte da comissão de obras, quebra o silêncio e diz *Eu acho que um dos problemas na obra é que as pessoas se recusavam a fazer o que a gente pedia e também tinha muita dança das cadeiras*. Ele explicou que o que estava chamando de dança das cadeiras dizia respeito à troca de função das pessoas de forma frequente. De acordo com ele, isso atrapalhava muito o andamento do trabalho. Zé Carlos continua sua fala acrescentando que *a parte mais complicada era a cozinha*. Ele explicou dizendo que era difícil fazer uma comida boa com o que tinha, no horário certo e em grande quantidade. No início, eram oito na cozinha, mas havia troca de pessoas de forma frequente. Zé Carlos afirma que a política era: *quem reclamasse da comida, ia pra cozinha*. Todos dão sinais de que concordam com as questões colocadas por Zé Carlos.

A conversa seguiu com alguns comentários que concordavam com Zé Carlos. Em dado momento, Sandra interrompe e pergunta: *quem é quem aqui na coordenação?*. Marlene se apresenta como a responsável por *controlar as horas*, Luzia como *a secretária do grupo*, Kathleen como *a tesoureira*, Vanda como *a segunda coordenadora* (o primeiro é o Fernando, que não estava presente), e Zé Carlos como responsável por *controlar a comissão de obras*. Zé Carlos exercia a profissão de pedreiro, e desta forma, trabalhava no mutirão tanto como “cooperado”,

nos fins de semana, como “pedreiro profissional”, de forma remunerada, durante a semana.

A reunião segue, após a apresentação da coordenação, com outras questões trazidas por Zé Carlos. Ele conta que, com frequência, as pessoas pareciam desanimadas e sem esperança, principalmente antes do início das obras, e ele dizia: *gente, vai acontecer, senão essa mulher não estaria aqui perdendo o tempo dela. Jurema acreditava muito que tudo isso ia acontecer.* Claudio, que também não pertence ao grupo, mas estava sempre presente como “apoio” também foi citado desta forma: *o que também nos dava ânimo pra continuar era o Claudio, porque ele não precisava estar aqui.* Zé Carlos completa dizendo que *lidar com o povo é muito difícil. Muitas vezes dava vontade de desistir.* Claudio concorda e diz: *foi muito difícil de controlar as 17 horas semanais.*

No início o pessoal chegou com sede de obra. ‘Eu quero a minha casa, eu quero a minha casa.’ Depois já ficou ‘ah, eu quero a minha casa, mas não quero trabalhar. O problema é que tinha punição pra quem faltava, mas não tinha punição pra quem viesse, mas ficasse sem trabalhar no mutirão. As pessoas vinham e se escondiam. Desinteresse mesmo. (Zé Carlos)

A partir das questões colocadas, Sandra pergunta ao Zé Carlos em que momento ele começou a perceber a diminuição da participação no mutirão, ao que ele respondeu: *no início era um campo aberto, né? Quando começou a ter paredes, aí que as pessoas tinham como se esconder.* Todos riram. Durante esta conversa as demais pessoas estavam dispersas. Conversavam entre si, entravam e saíam do barracão, e Marlene tentava, sem sucesso, expulsar sua cadela, que a havia seguido até ali. A cadela entrava, ela tentava com gestos guiá-la para fora ou dizendo “sai, sai” baixinho. Não demorava muito a cadela voltava novamente e se escondia embaixo de algum banco. A atenção de Marlene parecia estar concentrada em não deixar a cadela no ambiente, enquanto os demais observavam.

Apesar das tentativas feitas por Sandra e Flavio, somente Zé Carlos havia mencionado as dificuldades que ocorreram durante as obras. As demais pessoas presentes apenas demonstravam concordar com o que ele estava dizendo, mas não acrescentaram outros comentários. Sandra resolveu então passar para outro *ponto de pauta*: o prêmio Melhores Práticas da Caixa Econômica⁵⁰. Ela explicou que o grupo

⁵⁰ O prêmio “Melhores Práticas em Gestão Local” promovido pela Caixa Econômica Federal ocorre a cada dois anos e reconhece 20 práticas com os temas: Habitação, Gestão Ambiental e Saneamento, Gestão Municipal, Desenvolvimento Local e Inclusão Social e Trabalho Social. O

Esperança iria concorrer a este prêmio, e para isto, haveria uma reunião, no mês de junho, com técnicas da Caixa que ajudariam a preencher o formulário de inscrição. A proposta era, que naquele momento, as pessoas presentes relembressem as *datas marcantes da história do grupo, objetivos do projeto (para além da moradia) e as lições aprendidas* para que, na conversa com as técnicas da Caixa, estas informações estivessem *mais organizadas*.

A possibilidade de concorrer ao *prêmio da Caixa* animou um pouco mais a reunião, e as pessoas começaram a falar. Assim, as datas consideradas importantes começaram a ser citadas pelas pessoas presentes de forma desordenada: “14 de fevereiro foi a assinatura do contrato”, “Não, foi dezembro”, “É, dezembro de 2008 foi a assinatura do Crédito Solidário”, “A assinatura do contrato na Colônia foi quando mesmo”, Sandra: “Gente, não se preocupem porque isso a gente vê depois no contrato”, e completa “12 de março de 2011 foi a liberação do terreno para a construção da casa modelo.”, Marlene: “Ah, teve a capacitação na Fiocruz.”, Zé Carlos “A chegada dos materiais. A laje do banheiro e da cozinha. Tinha comemoração cada vez que acabava uma etapa da construção. ‘Acabou o concreto’, ‘acabou a alvenaria’. Cada etapa dessas era muito massacrante.”; Vanilisa: “A escolha das janelas, dos pisos.”. Sandra: “Conclusão da obra em primeiro de maio.” As pessoas se entreolham. Naquele momento ainda havia muito trabalho não finalizado nas obras, principalmente no interior das casas. Sandra reitera: “é porque para a Caixa é essa a data de finalização das obras, gente.” Vanda relembra, saudosa, as “festas de final de ano no barracão”. Marlene completa: “Tudo aconteceu naquele barracão, né? Brigas, encontros, festas, almoços.” Vanda: “Quando tiraram o barracão foi triste, né? Eu fiquei muito triste.” Todos concordaram que a retirada do barracão foi um momento marcante.

Em determinado momento Sandra pergunta a todos: “E o que vocês podem ensinar outros grupos a fazer?” Todos permanecem calados e ela segue respondendo sua própria pergunta: “Tem a vigília noturna, os almoços comunitários, as técnicas de adequação de mão de obra, a utilização do fogão de lenha, a creche pra permitir as mães trabalharem na obra... Os pais também.” Todos permanecem em silêncio. Sandra completa: “Gente, o que é que vocês tem e que lá (fazendo referência ao

prêmio em questão tem o objetivo de dar “visibilidade” a estes projetos, e não consiste num prêmio em dinheiro. Mais informações em http://www1.caixa.gov.br/gov/gov_social/municipal/assistencia_tecnica/melhores_praticas_index.asp (Acessado em 12/04/2018, às 15:42h).

conjunto habitacional ao lado da cooperativa – “MCMV tradicional”) não tem? Todos permanecem em silêncio, se entreolham. Sandra responde: “Ser tolerante com o companheiro... Vocês todos se conhecem. Conhecem todos os seus vizinhos, né?” As pessoas se entreolharam como se não concordassem, mas nada foi dito. Uma das moradoras me olhou como se tivesse achado a fala de Sandra engraçada, mas “segurando o riso”. Interpretei esses olhares como uma reação, à romantização contida na fala da arquiteta, que parecia ignorar os conflitos e insatisfações das pessoas ali, focando em uma ideia utópica de “comunidade harmoniosa”, onde todos se conhecem, são tolerantes e solidários.

Sandra deu continuidade à reunião: “Qual era o objetivo quando vocês entraram neste projeto?”, alguns respondem, em voz baixa, timidamente: “Casa própria”, “Moradia digna”, “sair do aluguel”. Sandra então pergunta: “E quais são os objetivos de vocês que vão além da casa própria? Vocês são diferentes dos outros.”, Marlene pergunta “Somos?”, ao que Sandra responde “Gente, vocês são o “único entidades” do Rio de Janeiro! E eu sei que tem um grupo aqui que está se organizando pra fazer outra coisa”. Vanda diz “Então conta a fofoca porque ninguém aqui tá sabendo de nada não.” Alguns riem. Claudio diz “O grupo se reúne toda terça, está aberto pra todo mundo. Estamos buscando um modo de geração de renda. De repente um grupo de construção civil.” As pessoas se entreolharam, aparentando desconhecer o “grupo” ao qual Claudio se referia e o assunto não se estendeu.

Rosângela, que até então não havia dito nada se manifesta: “Podia botar aí que eu conheci a Dilma também”, as pessoas riem, ao mesmo tempo em que manifestam um tom de desaprovação. Ela imediatamente responde “Ué, pra mim foi marcante”. Sandra explica que ela estava se referindo a uma “entrega simbólica das casas de Esperança que ocorreu em Cosmos, na entrega de um outro conjunto habitacional do MCMV, em que Dilma, então Presidente da República, estava presente. Sandra completa dizendo “Ela não falou nada porque ainda não tinha o habite-se, mas ela viu o material de vocês, viu vocês trabalhando.”

Chegando ao fim da reunião, Sandra pediu que duas pessoas se voluntariassem para acompanhar a elaboração do documento para o prêmio “Melhores práticas”, junto com as técnicas da Caixa. Claudio pergunta: “Quem pode estar aqui na terça às 11 horas?”. Vanilisa e Rosângela levantaram o braço. Claudio pergunta à Sandra o que está faltando para que o grupo consiga o “habite-se da Prefeitura”. Zé Carlos diz: “Não adianta o meu ficar pronto e o do companheiro não

ficar. Enquanto não tiver habite-se isso aqui não é nosso. Atrasar o habite-se pode prejudicar todo mundo.” Sandra responde: “Em cada quadra tem uma casa sem habite-se por conta de diversas pendências. Tem boeiro destampado, replantio que ainda não foi feito. Temos que ver todas essas pendências.”

Na etapa final da reunião mais pessoas foram chegando. Sandra deu por encerrada a reunião, afirmando que as informações recolhidas até então já seriam o suficiente para a elaboração da cartilha. Em seguida perguntou se alguém ainda teria mais *algo para dizer*. Zé Carlos se levanta e fala: “a gente tá tendo problema com uma coisa. As pessoas têm que varrer a frente das suas casas, tem que varrer”. Uma moradora que havia chegado há poucos minutos levanta e começa a falar: “Há muito tempo que eu quero falar isso e agora eu vou falar: as pessoas jogam muito lixo nas ruas. Fica cheio de ponta de cigarro, papel de biscoito, copo de plástico... As pessoas têm higiene na sua casa, tem que ter na rua também. É cocô de cachorro, de cavalo. Tudo sujo, cheio de lixo.” Sandra interrompe e diz: “A questão não é varrer. É preciso criar o hábito de não jogar lixo no chão.” Neste ponto da reunião, que já havia se tornado um momento de “lavar a roupa suja”, o entra e sai de pessoas do local se tornava ainda mais intenso, assim como as conversas paralelas a esta conversa que predominava. Diversas pessoas entraram e permaneciam de pé observando o que estava acontecendo, ou conversando entre elas. Neide, assim que chegou, levantou uma questão, perguntando à Sandra “como ficaria a situação das pessoas que adiantaram o serviço e ainda não tinham recebido o dinheiro da cooperativa”. Pelo que entendi, algumas pessoas, dentre elas a Neide, haviam comprado material para finalizar partes da obra com seu próprio dinheiro, aguardando um reembolso por parte da cooperativa. Marlene, que faz parte da coordenação, disse que essas pessoas deveriam aguardar, mas a cooperativa não tinha condições de ressarcir naquele momento. A resposta deixou Neide visivelmente contrariada, mas o assunto não teve continuidade naquele momento.

A esta altura a maior parte das pessoas já estavam saindo da sala e a reunião foi encerrada em seguida. O desfecho da reunião trouxe à tona algumas questões que estavam colocadas após a mudanças das pessoas para a cooperativa: regras para o convívio que não estavam sendo respeitados e envolviam a questão da limpeza, por exemplo. Aparentemente os representantes da FBR eram vistos como possíveis mediadores para esta situação, e assim, os moradores aproveitaram este espaço para fazer tais reclamações.

2.11 As narrativas das mulheres de Esperança – o engajamento e os impactos da luta pela moradia em suas trajetórias

O grupo Esperança ele tem, mais uma vez se repete a história, 80% desse grupo aqui são mulheres. Muitas delas mães solteiras, não 80% é mãe solteira, né? Mas uma grande, um grande número de mulheres são mães solteiras. Tem várias aqui. Estão batalhando, traz seu filho pra cá, a gente põe na creche pra ela poder trabalhar, pra ter direito a ter uma moradia, né? Então a gente tá trabalhando não só a questão da cidadania dessa mulher, dela estar revendo seus direitos, seus deveres como também já preparando seus filhos pro futuro. [...] Eu acho que esse momento é um momento muito interessante, onde a gente tem várias mulheres aqui que achavam que não poderiam. Elas achavam que elas não eram nada, e elas estão conseguindo provar na prática que são tudo. Quando a gente quer a gente conquista, constrói e faz mesmo acontecer. É o que tá acontecendo hoje com essas mulheres aqui. É muito interessante essa participação delas, porque num primeiro momento quando a gente falou ‘olha, o projeto vai ser em mutirão’, várias disseram ‘então eu tô fora, porque eu não vou conseguir construir’, e a gente falou ‘não saia, permaneça no grupo, porque você vai ver que lá na hora na prática tem várias formas de trabalhar’. Tem mulher na ferragem, tem mulher cavando buraco, tem mulher carregando pedra, tem mulher puxando concreto. Tem mãe e mulheres na creche, tem homem fazendo comida, tem homem lavando banheiro. Há uma troca assim muito interessante que só na prática a gente vai conhecer, saber, no dia-a-dia.⁵¹

O Programa Minha Casa Minha Vida “faixa 1”⁵² – tradicional e Entidades⁵³ – desde o ano de 2011, tem como um de seus princípios oferecer preferencialmente à mulher a titularidade das casas adquiridas através do programa habitacional. Segundo a então Presidente da República Dilma Rousseff, o objetivo seria “reforçar a autonomia” e “empoderar as mulheres mais pobres do nosso país”, seguindo a linha de uma “feminização das políticas públicas de habitação” (LEVY; LATENDRESSE; CARLE-MARSAN, 2013). Assim, em caso de divórcio, a mulher teria meios para garantir o seu direito de permanecer no imóvel. A única exceção possível seria caso o companheiro obtivesse a guarda definitiva dos filhos.

⁵¹ Esta fala de Jurema, liderança da União por Moradia Popular – RJ, foi transcrita de um vídeo gravado durante o mutirão de Esperança. Tive acesso a esse vídeo através de Kathleen, uma das moradoras da cooperativa.

⁵² O “faixa 1” conta com subsídio federal e é voltado para famílias que tenham renda mensal de até R\$1.800,00. Esta modificação foi realizada recentemente. No início da pesquisa a renda máxima era de até R\$1.600,00. Mais informações estão disponíveis em <http://www.minhacasaminhavida.gov.br/sobre-o-programa.html>. Acessado em 15/11/2016, às 19:32h.

⁵³ O Minha Casa Minha Vida é um programa habitacional federal que possui uma modalidade chamada “MCMV Entidades”. No MCMV tradicional, o financiamento é repassado para as empreiteiras, que constroem as habitações e vendem posteriormente. O MCMV Entidades repassa o financiamento para “grupos organizados” construírem suas próprias casas. A UNMP está envolvida na maior parte dos financiamentos do MCMV Entidades em diversas regiões do Brasil. Tratarei em outro ponto da tese.

Assim como em diversas outras grandes cidades, no Rio de Janeiro, as famílias consideradas de “baixa renda” constituem o grupo social mais afetado pela falta de moradia “adequada” – morando em áreas consideradas “de risco”, seja pela possibilidade de enchentes e deslizamentos ou áreas onde os tiroteios fazem parte do cotidiano. Por uma série de razões históricas, ligadas à chamada divisão sexual do trabalho e aos papéis socialmente definidos para as mulheres brasileiras – principalmente mulheres pobres -, as famílias “chefiadas por mulheres” enfrentam condições habitacionais especialmente difíceis. (LEVY, LATENDRESSE, CARLEMARSAN, 2013). Não por acaso os movimentos por moradia – diferente de outros movimentos sociais urbanos – contam evidente protagonismo feminino. Tanto no grupo Esperança quanto em Guerreiras Urbanas a maioria de mulheres é nítida, tanto nas funções de coordenação, quanto no grupo em geral.

Este protagonismo feminino é, diversas vezes, utilizado pelas lideranças da União e da cooperativa, para reforçar a legitimidade das demandas do grupo diante do poder público: maioria de mulheres, muitas “chefes de família”, “mães solteiras”. A “força de vontade” das mulheres também é enfatizada pelas lideranças, ressaltando que elas estão motivadas e participarão ativamente do “mutirão” – *É a mulher que quer a casa, quer acomodar seus filhos, quer a casa arrumadinha*. Jurema, em diversos momentos conta orgulhosa sobre os mutirões anteriormente executados: *teve mulher carregando tijolo, embolsando parede, colocando telha. Elas fizeram tudo*. Em alguns momentos da pesquisa ouvi de minhas interlocutoras e interlocutores uma categoria que me deixou curiosa: a ideia de *mulher guerreira*. A mulher guerreira aparece como alguém que além de desempenhar os papéis socialmente demarcados como femininos – o cuidado da casa e dos filhos – também é responsável financeiramente pela sua casa e ainda executa o *trabalho pesado* nas obras. Segundo Jurema, esta é uma das dificuldades iniciais nos grupos que visam construir cooperativas habitacionais: a maioria é de mulheres, no entanto, elas muitas vezes se sentem incapazes de *trabalhar na obra*.

O divórcio aparece nos relatos das minhas interlocutoras como um momento emblemático, que modifica substancialmente suas trajetórias de vida e acentua a condição de precariedade. As trajetórias das três mulheres que trarei no próximo tópico, tem isso em comum: moravam de aluguel com seus respectivos parceiros, e após a separação, veem-se obrigadas a deixar o local de residência, embora continuem como únicas responsáveis pelos cuidados dos filhos. As formas de moradia a partir disto passam por estratégias como: voltar a morar com a mãe, ou outros familiares, ou alugar

uma residência de menor custo em “área de risco” – em locais com forte presença do “tráfico” e tiroteios constantes. O ingresso no grupo para formar a cooperativa configura uma estratégia para conseguir uma moradia “de qualidade” na região de Jacarepaguá – onde todas já moravam – por um valor acessível para elas.

Durante o período em que acompanhei a finalização das obras de Esperança até a sua inauguração, no dia primeiro de maio de 2015, me aproximei de algumas mulheres que faziam parte da “coordenação”⁵⁴ do grupo. Kathleen e Marlene eram respectivamente secretária e tesoureira de Esperança, e Neide havia sido secretária durante muito tempo, mas já no fim do mutirão havia deixado de fazer parte da coordenação.

Seus relatos são permeados de informações sobre estratégias e virações cotidianas que sempre fizeram parte de suas vidas, inclusive antes de ingressarem na cooperativa. Após a inauguração de Esperança realizei entrevistas nas casas destas três mulheres com o objetivo de conhecer melhor suas trajetórias de vida. As entrevistas foram iniciadas com a pergunta sobre como conheceram e ingressaram na cooperativa. A partir desta informação as conversas fluíram de formas diferentes em cada um dos casos. Fui recebida com muito entusiasmo nas três ocasiões. Falar sobre a vida antes de “entrar para o projeto”, relatar as dificuldades enfrentadas e poder me mostrar a “conquista” – suas casas – alcançada através de suas “lutas” parecia um grande prazer e motivo de orgulho para cada uma delas. Com Kathleen e Marlene eu já tinha tido outras conversas antes ou depois das reuniões do grupo. Com Neide eu nunca tinha conversado individualmente, apesar de tê-la visto muitas vezes e conversado um pouco durante reuniões do grupo.

A seguir trago algumas partes de suas narrativas, associadas a informações que surgiram durante outras conversas informais que tive com essas mulheres ao longo do trabalho de campo. Estas três mulheres são emblemáticas no que se refere ao engajamento e inserção no movimento – não propriamente uma inserção no movimento popular intitulado União por Moradia, mas um forte engajamento na organização da cooperativa, que elas fazem questão de mencionar como determinante para uma série de mudanças positivas em diversos âmbitos de suas vidas.

⁵⁴ O grupo Esperança, assim como Guerreiras Urbanas, possui uma forma de organização através de comissões. Existem as comissões de cozinha, de creche, de obras, a secretaria, tesouraria, entre outros. Todas estas comissões possuem representantes eleitos através de decisões da assembleia – que reúne todos os membros do grupo – e forma a coordenação do grupo. É interessante observar que as mulheres que pertencem à coordenação, apesar de ter relações mais próximas com lideranças da UMP, não se consideram “do movimento”. Tratarei disto em outro ponto deste trabalho

2.11.1 Kathleen

Kathleen tem 34 anos de idade e mora na cooperativa com sua única filha de 18 anos. Sempre morou na região de Jacarepaguá – exceto por um curto período durante a sua infância que passou na cidade de Sapucaia, Minas Gerais. Este é um ponto em comum entre as moradoras da Cooperativa: os deslocamentos e mudanças de residência ao longo da vida geralmente estão em maior parte restritos à própria região de Jacarepaguá – entre lugares “melhores” – como a Taquara, que possui um amplo centro comercial - e “piores” – como a Cidade de Deus, onde há forte presença do tráfico e constantes “operações policiais” e tiroteios. Além desta questão, os lugares “piores” da região também costumam estar associados ao risco de enchentes.

Kathleen engravidou ainda adolescente, aos 16 anos, e se casou nesta mesma época. Seu divórcio ocorreu dez anos depois. Em nossas conversas ela nunca falava sobre o período em que esteve casada. Após o divórcio, conta que ficou “numa situação muito difícil”.

Depois de 10 anos a gente se separou. Conclusão: ele conseguiu comprar o espaço dele, e teve lá os problemas da vida dele. Teve outra mulher. Eu posso falar, não tenho problema nenhum com isso. Pegou outra mulher e botou pra morar nessa casa com ele. E eu, sem ter opção nenhuma, fui pra Cidade de Deus com a minha filha. Cidade de Deus já não é um lugar bom. Fui morar na quadra do karatê, que é o lugar onde tem tráfico, tiro, problema dos garotos subirem em cima da laje e fumar, se drogar.

O momento pós-separação é narrado por ela como um momento crítico de sua vida: morando em “área de risco”, sozinha com sua filha e desempregada. Narra com certo orgulho as estratégias que adotou nesta época para “arranjar algum dinheiro”: “vendia docinho na rua”, “panfletava”. Afirma que às vezes “tinha que comer todo dia arroz e feijão”, mas “o que passou, passou, e hoje não lhe falta nada”.

Kathleen conta que estava “desesperada pra sair da área de risco” e por isso, permaneceu participando das reuniões do grupo Esperança – “apesar da demora”. Muitas vezes não tinha dinheiro para pagar a passagem e ia de bicicleta da Cidade de Deus até Shangri-lá – onde aconteciam as reuniões – o que significava uma hora pedalando. Não tendo com quem deixar a filha, ainda criança na época, diz que a menina ficava sozinha em casa, a quem ela recomendava: “Não fica na janela por causa do tiro. Abaixa, fica ali, a comida tá ali enrolada num paninho pra esquentar”. Kathleen morou por cinco anos na Cidade de Deus, e após este período, quando o “projeto estava quase indo” – se referindo ao início da construção das casas da

cooperativa - recebeu uma proposta de sua ex-sogra para morar com ela, dizendo que “ali não era lugar para ela ficar.” Para Kathleen esta foi uma boa opção para se afastar da “violência da Cidade de Deus”, e também manter sua filha perto de familiares que poderiam “ficar de olho nela” em sua ausência. Por outro lado considerava uma situação desconfortável morar na casa da ex-sogra, principalmente porque ficava “em cima da casa do ex-marido”, que nesta época já tinha formado outra família.

Tava tendo aquela época de invasão. A polícia brigava com o tráfico pra poder manter aquele controle. Monopolizar ali. A polícia virou... Tem aquele nome, né? Agora eu esqueci. Milícia. A polícia tomou conta e os bandidos recuaram, aí ficou melhor. Mas até esse confronto eu tava lá. Aí eu fiquei morando aqui na Taquara, em cima da casa do meu ex-marido. Uma situação muito difícil... Então eu achei que era melhor eu estar aqui morando em cima da casa dele, com a minha ex-sogra, com toda a família da minha filha, do que ficar lá. Aqui ele tava lá, de uma hora ou de outra ele falava ‘Natália, aparece’. Aí a Natália ia lá, olhava, “Ah tá, tá bem”. Então é isso que me deixava mais tranquila. Não deixava ela sozinha.

Ao ser perguntada sobre como ingressou na Cooperativa Esperança, Kathleen me respondeu que foi “uma história tipo telefone sem fio”, onde “alguém da Igreja” da sua cunhada soube que alguém na Taquara “estava dando oportunidade pras pessoas terem um terreno para construir a casa”. Segundo ela, perguntou para muitas pessoas até conseguir obter a informação de que se tratava de uma reunião que acontecia em Shangri-lá e que ela deveria ir até lá “procurar a Jurema”.

A Internacional da Graça de Deus. Alguém de lá era do grupo. E a Jurema deve ter falado com alguém do grupo que tinha vaga disponível. Eu não sei até hoje quem é essa benção. Aí essa pessoa passou pra alguém, pra uma amiga na igreja que tinha vaga. Aí se espalhou, né? Se espalhou a notícia. Aí conclusão: eu descobri onde era a reunião.

Houve um longo período desde que começou a participar das reuniões até o início das obras. Kathleen é sempre muito animada e falante, e diz que foi seu “otimismo” que a fez “continuar acreditando e não desistir.” As narrativas de minhas interlocutoras com frequência passam por ideias como “não perder a fé” – embora ao serem perguntadas a respeito, a maioria delas declare não ter religião - “continuar acreditando”, “persistir” - mesmo quando todos achavam “que era loucura” continuar participando das reuniões durante tantos anos mesmo sem nenhuma certeza sobre o terreno e o financiamento para construção das casas. Kathleen, assim como outras interlocutoras, conta que amigos e familiares achavam “loucura”, afirmavam que elas estavam “sendo enroladas”, e que a casa “não ia sair nunca”. A “fé”, associada ao fato

de que ela não possuía meios de comprar uma casa de outra forma, a fazia permanecer no grupo.

Eu levava muita fé, porque eu sou uma pessoa muito otimista. Eu não consigo aceitar derrota fácil não. Quando eu achava que tava demorando muito o prazo, eu fazia todas as contas. Contabilidade entre o que eu tô gastando até ir na reunião, que era a passagem que eu gastava, e quanto que eu gastaria com uma casa. E se você fizer uma comparação você sabe que uma casa não vai custar o dinheiro da passagem.

Kathleen relata com muito entusiasmo como conseguiu *mudar de vida*, depois que entrou para a cooperativa. Assim que começou a fazer parte da coordenação do grupo, como secretária, conta que fez uma série de cursos, que ajudaram a executar suas tarefas na cooperativa e também possibilitou que ela conseguisse um emprego posteriormente. Desta forma, para ela, a experiência de ingresso na cooperativa passa por um longo período de “sacrifícios” – antes e durante o “mutirão” -, que culminou em grandes recompensas: sua casa e um “bom emprego”. Ela enfatiza que agora pode dar melhores condições de vida para a sua filha, e também já garante que ela poderá cursar uma faculdade.

Onde tinha de graça eu fiz. Na Faetec, Cebrae, tudo disponível na internet. Uns cursos eu ia pessoalmente e outros eu fazia pela internet. Conclusão: tô cheia de cursos, cheia de certificados ali de tudo quanto é coisa. Me formei em contabilidade, sou técnica, e me profissionalizei em algumas profissões também, RH... Porque quando eu era jovem, eu queria oportunidade e as pessoas não davam. Porque olhavam pra mim e me subestimavam. ‘Minha filha, você não sabe fazer isso. Minha filha, você não sabe fazer aquilo.’ Então eu fui fazendo todos esses cursos. Fiz recursos humanos, fiz logística, fiz evento. Fiz um monte de coisa. Tudo pra que eu pudesse melhorar na vida, a cabeça e o modo de pensar. Acho que se cada um tivesse feito isso, teria ajudado na vida de cada um.

Kathleen fala com entusiasmo do emprego recentemente conquistado como “assistente acadêmica” numa faculdade na Freguesia, onde planeja também cursar a graduação em Administração: *Eu pedi muito pra Deus que eu pudesse ter um acesso melhor pra poder ter uma faculdade. Ou seja, eu não vou nem pagar. É bolsa, uma coisa que eu ganho.*

Segundo ela, esta é uma atribuição difícil, porque recebe muitas críticas de outros membros do grupo, e por isso, “ninguém fica”. As críticas ao trabalho executado na secretaria, para Kathleen, acabavam soando como “ofensas”, mesmo sem intenção, “porque as pessoas não sabem trabalhar a fala”, “tem um jeito duro de falar”. Além disso, havia a dificuldade de ter que participar não só da reunião “geral” – a assembleia, aos domingos – mas também da “reunião de coordenação” às sextas-

feiras. A “reunião de coordenação” tinha o intuito de decidir tudo o que seria feito durante o mutirão no final de semana. “*É grade, é muro, é empena. Aí a gente vê quantas pessoas tem na sexta-feira. Aí diz assim: Clarindo vai ficar nessa parte, vai ficar com a equipe da limpeza. As meninas vão varrer rua. É muito cansativo, muito.*” Outra dificuldade Kathleen afirma ter enfrentado na coordenação foi devido à sua idade. Ela diz que “carinha nova ninguém leva a sério”.

Tem que ser uma babá, um babá das pessoas, e ter muita paciência. É muita gente. Fator de idade não significa nada. [...] ‘Ah, garota nova, tá dando moral em que? Quem é essa garota? Eu tenho 54 anos e tá dando lição de moral em mim?’ E não é isso. O fato é você tentar ajudar e a pessoa interpretar diferente.

2.11.2 Marlene

Marlene tem 55 anos, três filhos e sete netos. Um de seus filhos e uma neta moram com ela, e uma outra filha também possui uma casa na cooperativa. Trabalha como auxiliar de serviços gerais num condomínio na Taquara. Marlene é natural da cidade de Miracema. Aos 11 anos começou a *trabalhar em casa de família*, e foi morar em Copacabana, zona sul do Rio de Janeiro, onde permaneceu até os 14 anos: *Eu fui cuidar de uma pequenininha, aí acabei saindo de lá sabendo cozinhar, passar, lavar e arrumar. Saí de lá fazendo tudo.* Aos 16 anos, teve sua primeira filha, e *foi viver sua vida*. Foi quando se mudou para Jacarepaguá. Conta que teve um companheiro, mas que *não deu certo e preferiu não refazer sua vida* e cuidar sozinha dos seus filhos. Ela diz com entusiasmo que se orgulha de ter feito muito bem o *papel de pai e de mãe*.

Eu acho que eu sozinha eu cresci mais do que acompanhada. Eu cresci muito mais, muito mais mesmo. Teve pessoas que falou assim: como você vai criar essa família? Como você vai criar esse garoto? Tantas pessoas que falou isso pra mim e o meu filho hoje tá um homem. Não rouba, não cheira, não bebe, não faz nada. Aí quer dizer, só de eu saber que ele é um cara trabalhador, um cara responsável. Casado, responsável. Isso é tudo.

Marlene fez parte do grupo Esperança “desde o início”, quando ocorreu a primeira reunião em março de 2000. Conta que quando entrou tinha umas 12 ou 13 pessoas, e que ela era a número 8. Marlene relatou um episódio em que estava dentro do ônibus *arrasada*, porque tinha *acabado de se separar do marido, sem dinheiro, morando de aluguel, com filho pequeno*, e um conhecido sentou ao seu lado e puxou

assunto falando sobre uma cooperativa habitacional: *parecia que ele tava lendo o meu pensamento.*

Começamos a conversar e ele falou que tinha esse projeto, que na época era uma verba que não era do Brasil, era uma verba da Misericórdia, não era daqui. A gente começou a conversar, eu perguntei a ele onde é que era, ele perguntou onde eu morava, eu falei... E ele 'Pô, encostado em você e você não sabe?' Eu trabalhava na Freguesia, mas eu morava lá perto da Shangri-lá. Eu sempre escutava falar nas casinhas da Shangri-lá, mas eu nunca me liguei, não associei, nem sabia que tinha. Aí quando foi em janeiro, finalzinho de janeiro, aí eu fui lá. Quando ele me falou... Primeiro eu enrolei bastante. Aí depois eu falei: sabe de uma coisa? Eu não tenho nada a perder, se eu não ganhar, perder também eu não vou. Vou lá. Aí eu fui, cheguei lá, fui recebida pela Jurema. Muito bem recebida por sinal. Mas ela ainda não tava... Ainda tava tentando pegar as pessoas pra montar esse novo projeto.

Marlene, assim como outras interlocutoras, relata certa frustração ao descobrir que a casa não seria conseguida rapidamente: *Eu fui pra adquirir a casa, eu só queria a casa. Achava que ia ser uma coisa mais rápida.* Diante da impossibilidade de comprar uma casa de outra forma, Marlene continuava participando das reuniões: *O que me motivou foi ter uma casa com um valor que eu pudesse pagar. Eu morava de aluguel.* Marlene conta que em diversos momentos achou que *não ia acontecer*, e por isso chegava a faltar uma, duas, e às vezes três reuniões, mas acabava retornando. Ela afirma que além da questão da casa, também *sentia falta do grupo, das reuniões.*

Nos primeiros anos de formação do grupo, as reuniões eram realizadas na rua, somente após algum tempo começaram a ocorrer no centro comunitário de Shangri-lá: *“só tinha um monte de mulher maluca que ficava no meio da rua fazendo reunião”.* Os moradores de Shangri-lá só concordaram em ceder o espaço do centro comunitário para as reuniões após uma negociação de Jurema com eles, assumindo o compromisso de que o grupo pagaria os custos da energia elétrica. Marlene diz que continuou *“naquela doideira de reunião”*, e que durante muito tempo eles não tinham nada: nem terreno, nem verba, *“só as pessoas acreditando que um dia ia acontecer”.* Durante esse período, ela relata que muitas pessoas entravam e saíam do grupo, porque *realmente parecia coisa de doído.*

Aí começamos a lutar, brigar e nada de dinheiro. Até que surgiu essa oportunidade de entrar o governo Lula. Aí a gente... Bom, é do trabalhador, a gente vai ter que batalhar. Aí a Jurema falou: vamos lá, vamos ver o que a gente consegue aí. Teve um que até foi presidente do grupo, Edvaldo. Não sei se você lembra. O Edvaldo era um moreninho, ele era do Rio das Pedras. Ele falava: não, não desisto, não desisto. E nada de chegar terreno, nada de aparecer verba, nada disso. Aí chegou um dia e ele falou assim: olha, Marlene, eu não aguento mais. Eu não vou assistir mais não, não quero mais não. Isso é muita doideira, isso não vai acontecer. Eu falei assim: meu filho,

eu vou continuar. Eu vou ver até onde dá, entendeu? Se eu viver o suficiente pra poder ver as casas em pé, agradeço a Deus. Mas se não viver, meus filhos continuam.

Marlene atuou na coordenação da cooperativa como tesoureira. Ela conta que foi *indicada* em uma das reuniões e que *não queria de jeito nenhum*, porque achava muito complicado ter que lidar “com o dinheiro dos outros”. Devido à insistência de outros membros do grupo acabou aceitando e permaneceu na função durante mais de dez anos, até a conclusão das obras.

Marlene afirma que o trabalho de tesoureira lhe causou muito estresse e preocupações, além do desgaste ocasionado pelo trabalho no mutirão:

Tudo bem, eu tô com a minha saúde um pouco coisa porque é muito estresse. É muita coisa pra você pensar. Você tem que pensar no cimento, você tem que pensar no tijolo, você tem que pensar na fundação desde baixo, entendeu? E a cobrança é muito grande. Você sabe que a cobrança é grande. Assim, como eu posso te dizer? Politicamente falando é complicado. Muitos te apoiam e outros não. Muitos te puxam pra cima, tem outros que te puxam pra baixo. Infelizmente é assim que funciona. Mas, graças a Deus, nós pegamos um povo bem resistente, pegamos um povo bem resistente. E a gente tá aí ainda.

A narrativa de Marlene ressalta também os pontos positivos do processo de mutirão. Ela destaca o aprendizado que houve, tanto no que diz respeito à convivência e crescimento pessoal - *Eu acho que muita gente cresceu como pessoa dentro desse projeto, porque ele não é só uma casa, ensinou muita coisa pra gente* – mas também no aprendizado do trabalho nas obras propriamente dito.

A casa modelo eu embolsei, ajudei a sentar tijolo. Nunca tinha feito. Depois que começou a entrar o dinheiro o trabalho dobrou. Como tesoureira você tem que ter a responsabilidade muito grande, era muito complicado. Mas eu queria estar lá, pra assentar tijolo. Na casa modelo eu coloquei a mão na massa e eu amei. Virava concreto. Foi muito gostoso, gostoso mesmo. Eu acho que todas as mulheres tivessem assim que pegar e ficar achando que não é capaz... Porque tem muitas pessoas que acham assim ‘ah, eu não sou capaz de fazer isso’. Ela subestima ela mesma, entendeu? Porque nós somos capazes, Geisa, de fazer tanta coisa.

Marlene diz, com entusiasmo, que sua maior satisfação é garantir que sua filha e neta terão onde morar: *se eu morrer hoje, morro feliz, porque elas não ficam na rua*. Ela também faz questão de demonstrar sua satisfação em relação ao resultado final da construção das casas, pois eles não tinham dinheiro pra construir tudo do jeito que está.

Nós não tínhamos dinheiro pra construir essa casa do jeito que ela está hoje. Nós não tínhamos dinheiro pra isso. O dinheiro pra gente era só mesmo pra levantar as paredes e pagar o que a gente tinha que pagar, os encargos. A gente não tinha dinheiro pra botar um piso decente, a gente não tinha dinheiro pra botar essas janelas. E com a luta de buscar pesquisa preço, ir atrás... O Claudio fez isso maravilhosamente bem, a Jurema fez um bom tempo também.

2.11.3 Neide

Neide tem 54 anos e mora com seu filho de 16 anos de idade. Atua como agente comunitária de saúde na região, por isso é uma das interlocutoras que conhece com mais detalhes o bairro da Colônia. Neide é falante, mas sempre bem séria. Assim como as outras interlocutoras, Neide menciona o divórcio como o “divisor de águas” em sua trajetória de vida. Quando se separou, voltou a morar na casa de sua mãe, junto com seu filho, porque não tinha condições de arcar com os custos de um aluguel. Foi quando decidiu pedir à sua irmã, Neli, para que lhe “colocasse no esquema para conseguir uma casa”. Neide conheceu a cooperativa Herbert de Souza – criada a partir de uma lista de espera de “Shangri-lá – na inauguração, que foi com sua irmã. Esta cooperativa ficava na rua em que mora a mãe de Neide. Ela sempre passava por ali, mas diz que não “sabia direito como funcionava”, e por isso tinha uma “ideia errada” de que era só alguém “colocá-la no esquema”: “achava que ia ser uma coisa rápida, sabe?”.

Neli, irmã de Neide, atuava na Comunidade Eclesial de Base na região de Jacarepaguá, junto com Jurema. Este contato foi a “porta de entrada” de Neide. Ela conta que mesmo depois de perceber que a casa não seria “tão rápida”, não desistiu, pois não tinha meios financeiros para adquirir uma casa de outra forma.

Na época da CEB eu não entendi qual era a proposta do projeto. Também não me interessava. Eu pagava aluguel, eu era casada, não precisava. Sabe aquela coisa que passa batido?.

Durante as conversas que tive com as moradoras após a construção das casas, quase todas fizeram questão de me mostrar detalhes da construção das casas que elas mesmas haviam feito. Neide era a mais entusiasmada delas. Ela relata, com evidente satisfação, que havia colocado os vidros da janela, não só dela, como de outras casas também. Havia aprendido a fazer isto observando um profissional que

havia sido contratado para colocar um vidro, e me contava muito orgulhosa sua estratégia para fazer isto.

Então a gente contratou um senhor que achou que ia colocar vidro em todas as casas, até eu fotografar, e conversar com ele, ficar batendo papo vendo ele colocar, pra aprender a colocar vidro, e foi assim que aprendi e coloquei em várias casas.

Neide conta que o período de mutirão foi extremamente cansativo, pois ela precisava cumprir a exigência das 17 horas semanais sozinha, considerando que seu filho era novo demais para trabalhar. Sendo assim, Neide precisava se dividir entre mutirão e trabalho, sem nenhum apoio de uma rede familiar.

E aí a gente assinou o contrato, assumiu o terreno logo em seguida, construímos o barracão. Ficamos um ano esperando a Caixa Econômica liberar o recurso. Toda vez que eu lembro eu começo a chorar. É. Foi muita luta pra conseguir aqui, muita. E a gente ficou dormindo no barracão, vindo pra cá trabalhar final de semana, tendo que estar cumprindo 17 horas semanais. No meu caso que sou sozinha... Porque o meu filho hoje tem 15 anos. Mas ele não podia cumprir hora pra mim.

Conseguir passar no concurso de agente comunitária foi muito significativo para ela, pois a partir daí passou a trabalhar perto de casa e ter mais facilidade para conseguir “cumprir as horas” na cooperativa.

Foi muito difícil, foi muito difícil. Entre troca de empregos, eu fui trocando de emprego... Porque se eu pegasse um emprego que trabalhasse sábado ia me complicar a minha vida, né? Eu não ia conseguir cumprir as 17 horas. Então eu fui trocando de emprego, às vezes de turno, cheguei a trabalhar em fábrica à noite pra poder conseguir... Mas aí a gente acha que trabalhar de noite, de dia vai conseguir fazer alguma coisa... Não consegue, né? Tem que descansar em algum momento. Quando eu passei no concurso foi que ficou bem próximo trabalho e obra. Então eu consegui transitar legal pra conseguir manter as horas em dia. Não podia faltar nenhuma noite, deixar de dormir nenhuma noite porque senão acumulava, pra manter tudo em dia direitinho. E de mais aprender a fazer tudo dentro duma obra.

Também na narrativa de Neide está presente a noção de crescimento pessoal, que vai para além da dimensão da casa e da construção da cooperativa. Ela conta que estar na cooperativa a estimulou a tentar o concurso para agente comunitária, pois poderia trabalhar um número reduzido de horas em relação ao seu trabalho anterior, e também trabalharia na Colônia mesmo.

Neide relata com entusiasmo o dia em que escolheu qual a rua em que queria morar:

Entre as subidas e descidas do grupo, chegou a notícia que a empreiteira tinha começado a fazer a urbanização. Então eu calcei um tênis num feriado, porque durante a semana eu trabalhava, botei um short, uma máquina fotográfica na cintura e vim. Sem comentar nada com ninguém, eu não falei nada com ninguém. Cheguei aqui, não falei nada com ninguém também. Tinha alguns trabalhadores, algumas pessoas. Ah, uma louca caminhando. Só que a louca caminhando fotografou a primeira... Uma das primeiras ruas a ser rasgada que foi essa. Então naquele momento eu disse: eu vou morar nessa rua. Porque era uma coisa entre o sonho e o real. A primeira vez que a gente tinha uma coisa assim concreta, que eu tinha uma coisa concreta, real.

As narrativas de Katlheen, Marlene e Neide são emblemáticas no que se refere ao engajamento político em relação à cooperativa para além da atuação da União: elas fizeram parte da coordenação e tiveram papéis fundamentais na construção da cooperativa. Enfatizo isto porque, embora nenhuma delas se identifique como sendo *da União*, participaram ativamente de todo o processo *autogestionário* e de *mutirão*, e isto, portanto, pode ser compreendido como engajamento político. Os três discursos são marcados de um lado pela *narrativa do sacrifício*, que destaca e enfatiza as dificuldades e sofrimentos, e por outro lado pela ideia de gratidão e recompensa: o objetivo da casa foi alcançado, e portanto, esta luta bem sucedida é motivo de orgulho. Durante as três entrevistas cada uma delas fez questão de mostrar e comentar sobre detalhes de suas casas. Todas enfatizavam com orgulho as partes que elas mesmas tinham construído: uma janela que elas haviam colocado, um piso que elas haviam *assentado*, sempre conjugando o *sacrifício do trabalho no mutirão* com o orgulho de *ter conseguido concluir a construção de sua casa*.

3 O GRUPO GUERREIRAS URBANAS: AS INCERTEZAS E AS DIFICULDADES DE UM GRUPO EM FASE DE ORGANIZAÇÃO

Ouvi falar pela primeira vez do grupo Guerreiras Urbanas durante minhas idas à Esperança. Jurema havia me convidado para conhecer o grupo algumas vezes, sempre demonstrando bastante entusiasmo. Segundo ela, eram reuniões que contavam sempre com muitos participantes – em torno de cem pessoas - e a primeira vez que a UMP-RJ seria a própria “entidade organizadora”⁵⁵, sem intermediação da Fundação Bento Rubião. Jurema contava isso com orgulho. Em outra ocasião eu também havia sido convidada para conhecer o grupo Guerreiras por Renato, historiador e pesquisador da área de Jacarepaguá, que conheci através da pesquisadora Sigrid Hoppe. Renato, junto com sua esposa Cida, fazia parte do grupo, e me disse certa vez: *Guerreiras Urbanas é a menina dos olhos da Jurema*.

As reuniões aconteciam mensalmente e sempre aos sábados – *todo primeiro sábado do mês*. Essas são as reuniões *gerais*, também chamadas de assembleias ou plenárias. Participam delas: Jurema, como representante da União, a *coordenação* do grupo e todas as *famílias* que participam do grupo com o intuito de, no futuro, formar a “cooperativa habitacional”. Grazia também participa das reuniões como *assessoria técnica*.⁵⁶ Uma das mulheres da coordenação fica com o “caderno de assinaturas”. Cada família⁵⁷ é identificada por um número, e precisa assinar este caderno para que a presença seja registrada. A presença é critério determinante para que a família tenha o direito de permanecer no grupo. Três faltas consecutivas e não justificadas resultam na *eliminação* desta família. Segundo Jurema, a eliminação é na verdade uma autoeliminação, pois estes critérios foram definidos por todos os participantes, em assembleia geral.

Quando iniciei a pesquisa de campo, em 2015, o grupo já se reunia há aproximadamente sete anos, e existe uma perceptível rotatividade de pessoas. Embora algumas permaneçam comparecendo às reuniões, uma grande parte desiste

⁵⁵ Isto quer dizer que a própria UMP-RJ acessaria diretamente o recurso financeiro do governo federal, em vez de ser intermediado por uma instituição. No caso de Esperança, o recurso foi acessado pela Fundação Bento Rubião, que por sua vez, repassou ao grupo o dinheiro necessário para a execução da obra. Esta mudança é importante para a UMP-RJ por alguns motivos pelos quais tratarei em outro ponto da tese.

⁵⁶ Tratarei de forma detalhada desses atores num ponto posterior da tese.

⁵⁷ Utilizo aqui o termo “família”, pois é o que utilizam os meus interlocutores. Quando há mais de um participante da mesma “família”, somente um representante assina o caderno.

e na mesma medida, pessoas novas passam a acompanhar as reuniões. Não é incomum que as pessoas sejam *eliminadas* por número de faltas, e após algum tempo voltem a participar. Como o objetivo é construir 100 unidades habitacionais, existem duas listas de chamada que dividem os participantes da assembleia em dois grupos fictícios – embora a reunião seja única – que a coordenação chama de *o grupo dos 100* e *o grupo dos 50*. O *grupo dos 100* possui a *vaga garantida*. Isto é, caso o *contrato com a Caixa seja assinado*, e portanto, se consiga acessar o financiamento para a construção das casas, serão enviados os nomes dos que compõem este *grupo dos 100*. O *grupo dos 50* serve como uma lista de espera, assim, quando alguém é eliminado por falta ou desiste de fazer parte da cooperativa, alguém do *grupo dos 50* pode entrar no *grupo dos 100*.

No caso de famílias com mais de um adulto é comum que haja um revezamento, e em cada reunião uma pessoa compareça representando o *núcleo familiar*. Renato e Cida, por exemplo, são casados, e a cada reunião um deles comparece. Cada núcleo familiar é identificado por um número e está *pleiteando uma casa*. Assim, é comum que familiares – irmãos, mães e filhos(as) – compareçam juntos às reuniões, mas componham núcleos familiares distintos no projeto, pois buscam conseguir uma casa para cada núcleo.

O grupo Guerreiras Urbanas também tem a perspectiva de conseguir um terreno para construção da cooperativa na área da Colônia. Em diversas conversas mulheres do grupo falaram pra mim que preferiam que o terreno fosse em outro lugar. É possível perceber que a Colônia possui uma imagem negativa para alguns, por ser *no meio do nada, longe de tudo*, e ainda, por conta dos “reassentamentos” e “comunidades” criadas no interior da Colônia, a região está sendo vista como uma “nova favela” / um “lugar perigoso”. Segue um trecho de uma conversa que tive com algumas mulheres de Guerreiras Urbanas: Falávamos sobre a possibilidade de o grupo conseguir um terreno na Colônia. *Tomara que saia logo, né?*, diz uma das mulheres presentes. Outra reitera: *Tomara. Acho que no início de 2016 a gente deve saber do terreno, né? Eles ficam falando que já tem, mas não tem certeza...* Comentei que tinha ouvido falar que o grupo conseguiria um terreno na Colônia. *Pois é, mas eu não queria não. Preferia que fosse outro lugar. Aquilo ali vai virar uma Cidade de Deus. Outro dia passei lá e tinha uns garotos fumando maconha no meio da rua.* A outra complementa: *mas dizem que a milícia toma conta de lá*, e a resposta surge rapidamente: *toma conta? Mas não estão tomando conta não, os garotos lá fumando*

maconha na rua, sem respeitar ninguém. A conversa termina com a hipótese, com a qual as duas presentes concordam, de que a milícia não tem tomado conta da Colônia porque os moradores têm se recusado a pagar pela segurança, e por isso, a milícia estaria deixando pra lá.

Conforme já mencionado em outro momento desta tese, o grupo Guerreiras se encontra na *etapa de organização*, onde ainda não há nenhuma garantia sobre terreno para a construção ou financiamento. Assim, a busca inicial é pela destinação de um terreno federal por parte da Secretaria de Patrimônio da União, para a posterior assinatura do contrato com a Caixa Econômica afim de garantir o financiamento que viabilize as construções através do MCMV Entidades. É uma etapa onde a configuração do grupo torna-se extremamente fluida, e as dificuldades e desânimos são frequentes nas conversas. Não havendo nenhuma garantia, é comum que as pessoas desistam de participar. Houve uma mudança significativa na composição do grupo Guerreiras Urbanas – que implicou inclusive em uma mudança de nome – em maio de 2018.

No início de maio de 2018 recebi um cartaz pelo grupo de *WhatsApp* do Guerreiras Urbanas sobre uma “plenária de união dos grupos Guerreiras Urbanas e Nova Esperança”. Inicialmente achei que seria somente uma reunião conjunta, como havia acontecido há alguns meses. No entanto, ao chegar em Shangri-lá, conversando com Jurema, Grazia e Claudio, soube que a proposta que seria apresentada seria de uma “unificação” definitiva dos grupos. Em uma conversa com Jurema há alguns meses eu tinha ficado sabendo que Nova Esperança *perdeu o terreno*. Segundo ela, a SPU tinha destinado um terreno para o grupo, no entanto, a *informação vazou* e um grupo que não tinha conexões com a União ou Nova Esperança *havia ocupado o terreno*. Desta forma, o grupo precisava novamente *começar do zero*, pois estava novamente sem terreno definido. Isso resultou num significativo esvaziamento das reuniões mensais – as pessoas, desanimadas e frustradas, tinham parado de frequentar as reuniões por conta disso. Mesmo antes do ocorrido o grupo já *estava desanimado*, segundo Jurema, sem explicar muito os motivos desta análise, e o problema com o terreno teria acentuado ainda mais este desânimo.

Quando comecei a acompanhar as reuniões Marcio era o principal responsável por *conduzir as reuniões*, à frente da plenária. Após poucos meses de pesquisa, Marcio saiu do grupo e, assim, Claudia e Amanda assumiram esta função de serem

responsáveis por *conduzir as reuniões*. Claudia tem 43 anos, e Amanda 37. Ambas são negras, moradoras do Jardim Boiuna – um sub bairro da Taquara – e frequentam a mesma Igreja, a Assembleia de Deus. Embora este não tenha sido um aspecto que foi desenvolvido na tese, notei durante as conversas com interlocutoras do grupo Guerreiras que muitas frequentam esta mesma igreja. A seguir busco fazer uma análise das dinâmicas das reuniões que acompanhei durante a pesquisa de campo com o grupo Guerreiras Urbanas entre setembro de 2015 e maio de 2018. a fim de refletir e analisar as formas de participação, como as reuniões são conduzidas, e os principais pontos geradores de tensões e disputas.

3.1 A primeira reunião de Guerreiras Urbanas

Era setembro de 2015. Cheguei no horário marcado, às 15 horas, e muitos lugares na sala já estavam ocupados. As reuniões aconteciam sempre no segundo andar do centro comunitário da Cooperativa Shangri-lá. É uma sala grande, com uma pequena varanda e grandes janelas. Existem nesta sala aproximadamente cem cadeiras, a maioria delas cadeiras escolares com uma pequena mesa embutida, e outras cadeiras comuns. Como mencionei anteriormente, eu havia frequentado a cooperativa Shangri-lá há alguns anos, quando era estagiária da Fundação Bento Rubião. Não percebi mudanças na estrutura física do lugar. Parecia tudo exatamente como eu me lembrava.

Assim que cheguei me sentei num dos cantos da sala. As pessoas foram chegando aos poucos, se sentando, e cumprimentando umas às outras. Quando a reunião teve início, havia aproximadamente noventa pessoas. Claudia, representante da coordenação perguntou quem “estava ali pela primeira vez”, e algumas pessoas levantaram o braço. Imediatamente ela entregou uma folha a essas pessoas dizendo: “aqui estão algumas informações sobre o grupo. Se tiverem alguma dúvida podem perguntar no final”. A pedido de Claudia, todos ficaram de pé e rezaram o “pai nosso”. Terminada a oração, Claudia diz a todos que pela primeira vez haverá uma sala no andar de baixo que funcionará como creche para as crianças a partir de 3 anos, “para que a reunião possa fluir melhor”. Este ponto gerou alguma tensão. Algumas crianças não queriam descer, algumas mães pareceram não gostar da norma e permaneceram com seus filhos por perto, sem dizer nada. As mulheres que faziam parte da “comissão de creche” ficaram algum tempo tentando convencer crianças e suas mães de que

seria melhor descer, e por fim, restaram poucas crianças maiores de 3 anos na sala de reuniões. Numa conversa posterior, algumas mulheres da comissão de creche comentaram que este procedimento havia sido acordado em assembleia. O objetivo era tentar minimizar o barulho causado pelas brincadeiras das crianças no interior da sala, que “atrapalhavam” o andamento da reunião.

As janelas da sala permanecem abertas, e como o centro comunitário fica no centro da área comum da cooperativa, que é utilizada pelos moradores para conversar, interagir e para as crianças brincarem, o barulho externo com frequência dificulta o andamento da reunião. Muitas vezes torna-se difícil para os que estão mais atrás na sala ouvir o que está sendo dito por aquele que está conduzindo a reunião. Também é comum que as pessoas presentes conversem entre si durante a reunião, o que sempre gera frustração em quem está *na frente falando*. Não é raro que a pessoa da coordenação que está conduzindo a reunião (geralmente isto é feito por uma ou duas pessoas) repreenda aquele que está conversando. Certa vez Amanda disse: *peessoal, vou fazer que nem em escola, vou separar o pessoal que tá conversando*. O clima geral da reunião se parece com um ambiente escolar tradicional, onde prevalece a lógica hierárquica onde professor fala, enquanto os alunos ouvem (ou conversam entre si). Raramente alguém da plenária se pronuncia para todos os presentes durante a reunião.

Neste dia, um dos principais *pontos de pauta* tinha o objetivo de definir as pessoas que fariam parte de cada comissão. Os pontos de pauta são definidos em reunião exclusiva daqueles que fazem parte da coordenação. Então funciona da seguinte forma: há uma reunião mensal – *todo primeiro sábado do mês* -, somente da coordenação, onde se planeja e define como será a reunião da plenária, ou seja, do grupo geral. Tanto nas reuniões de coordenação como da plenária há, na maioria das vezes, participação da liderança da União. Somente a comissão de creche já havia sido definida em reunião anterior. Na ocasião foram definidas as seguintes comissões: Comissão de Cozinha, a CAO (Comissão de Acompanhamento de Obras) e a Comissão de Mobilização. As comissões foram eleitas da seguinte forma: alguém da coordenação falava qual era a comissão a ser formada e perguntava quem ali gostaria de participar. As pessoas interessadas em se voluntariar levantavam a mão. Cada uma das pessoas que se candidatou falava um pouco de si: se apresentavam pelo nome e diziam em seguida porque achavam que podiam contribuir para esta comissão, sempre ressaltando se tinha alguma experiência anterior naquela função

específica. As outras pessoas presentes votavam levantando a mão em quem elas achavam que estava apta a compor a comissão. Quando chegou o momento de eleger a CAO (Comissão de Acompanhamento de Obras), Marcio⁵⁸, o único homem na coordenação, perguntou quem gostaria de participar, e enfatizou: *de preferência homem*. Mesmo diante desta fala, uma das mulheres presentes levantou o braço e disse que tinha experiência em trabalho com obras. Contou que já havia trabalhado de forma profissional nesta área e que tinha conhecimento. Mesmo assim, ela não foi *eleita* pelo grupo, e a CAO ficou composta somente por homens – alguns, inclusive, sem experiência em obras. Não percebi nenhum tipo de incômodo nas pessoas em geral por conta disso. Eu estava sentada em um ponto da sala bem distante da mulher que se candidatou, assim, não pude notar se ela ficou incomodada com a decisão.

Grazia, assistente social, deu início à sua fala mencionando que era preciso *montar uma boa secretaria*, que organizasse os dados e informações importantes para o grupo. Segundo ela, *os outros ficam prejudicados por não ter uma boa secretaria*. As outras pessoas nada comentaram sobre a fala de Grazia e o assunto não foi desenvolvido. Percebo que muitas vezes estas preocupações com dados e documentos é vista como uma formalidade desnecessária, possivelmente porque ainda não há *contrato assinado* e garantia de financiamento.

Após a discussão sobre a formação das comissões, Jurema falou sobre a “organização para o grito dos Excluídos”, que ocorreria em setembro: *esse ano a novidade é que vamos formar a ala do movimento de moradia*. Jurema perguntou quem poderia participar, e poucas pessoas levantaram o braço. Em outro ponto da tese falarei sobre a questão do aparente desinteresse dos participantes do grupo por atos e manifestações, pois este é um ponto que, com frequência, gera conflitos entre representantes do movimento, coordenações dos grupos e participantes.

É relevante ressaltar que a União por Moradia Popular do Rio de Janeiro participa todos os anos do Grito dos Excluídos, que ocorre sempre no dia 7 de setembro, dia da Independência do Brasil, no centro da cidade, acontecendo paralelamente ao tradicional “desfile de 7 setembro”. O Grito dos Excluídos se configura como uma manifestação popular, que surge em 1994, atrelada a movimentos ligados à Igreja Católica, via Pastorais Sociais. A manifestação possui sempre um “lema”, que é criado em consonância ao tema da Campanha da

⁵⁸ Marcio foi o responsável por conduzir a reunião durante as primeiras reuniões das quais participei. Após sua saída do grupo, Aline e Amanda passaram a exercer esta função.

Fraternidade. No ano de 2015 o lema foi “Que País é este, que mata gente, que a mídia mente e nos consome”.⁵⁹

Durante a reunião conheci Vania, que puxou assunto perguntando há quanto tempo eu estava frequentando as reuniões. Conteí que eu não fazia parte do grupo e que estava fazendo uma pesquisa sobre as cooperativas, e continuamos a conversar. Ela contou que já havia ido a uma reunião, anos atrás, mas desistiu porque na época *tinha marido* e estava em uma *situação confortável* na casa dele. Agora, separada e morando com os filhos na casa dos pais, resolveu voltar a participar. Ela disse que seu pai é representante de uma associação de moradores de Jacarepaguá e conhece Jurema há muitos anos, e que por isso, *se quisesse já teria conseguido uma casa no grupo anterior* (se referindo à Cooperativa Esperança). Fui percebendo que este tipo de narrativa é bem comum entre as mulheres que compõem o grupo: o divórcio ou separação é muitas vezes o acontecimento de suas vidas que marca a entrada no grupo, pois se mostra como um momento de maior dificuldade financeira ou instabilidade quanto ao lugar de moradia. Em dado momento, Vania puxou assunto com uma mulher que estava próxima de nós, querendo saber *se era demorado para conseguir entrar no grupo* (começar a frequentar as reuniões não implica ser parte do grupo, garantindo vaga para uma casa. Para isso é preciso que alguém desista) ao que ela responde: *eu vim a três reuniões e já consegui entrar*. Vania pareceu animada diante da resposta e da perspectiva que conseguir *entrar no grupo* rapidamente..

3.2 **Quem está aqui pela primeira vez?**

A pergunta *Quem está aqui pela primeira vez?* foi feita por um dos membros da coordenação do grupo Guerreiras Urbanas em quase todas as reuniões das quais participei. Além do papel com “informações e critérios” para participar do grupo, em diversas ocasiões, Claudia ou Marcio – membros da coordenação – perguntavam à pessoa que dizia estar ali pela primeira vez *quem havia indicado* o grupo para ela. Essa pergunta era algumas vezes respondida de forma objetiva indicando alguém presente na sala e outra vezes respondida de maneira não muito esclarecedora: quase sempre um amigo de um vizinho, ou alguém do qual a pessoa dizia não se lembrar do nome. Eu não entendia muito bem por que esta pergunta era feita, e nem

⁵⁹ As informações sobre o histórico do Grito dos Excluídos estão disponíveis em <http://gritodosexcluidos.org>. Acessado em 01/07/2018, às 14:12h.

porque depois de algumas reuniões, ela parou de ser realizada. Permaneceu durante algum tempo a “entrega do papel” com as informações para os recém-chegados. Na segunda reunião da qual participei pedi à Claudia uma cópia deste papel para que eu pudesse conhecer estes critérios para participar do grupo. O documento havia digitado e foi impresso em uma folha em frente e verso. No topo do documento estava o logo da UMP-RJ e também do grupo Guerreiras Urbanas: “Princípios, direitos e deveres do candidato para ingressar no grupo”. O texto está reproduzido abaixo:

Para ingressar na cooperativa os interessados devem observar que para participar de uma Associação dessa natureza existem Princípios, Critérios e Deveres básicos que devem ser entendidos como requisitos para que, ao entrar, os Princípios sejam respeitados e as famílias estejam dentro dos critérios necessários para a participação na Cooperativa.

Princípios:

- 1) Livre acesso e adesão voluntária: os associados devem estar dispostos a aceitar as responsabilidades inerentes à sua condição de associados, sem discriminação de gênero, raça, classe social, posição política ou religiosa.
- 2) Controle, organização e gestão democrática por parte dos seus membros, na definição de suas políticas e na tomada de decisões. Os associados tem igual direito de voto (uma associação, um voto); sendo que, na ausência do titular, esta pode indicar um suplente maior de idade e que pertença ao seu núcleo familiar e que o suplente esteja acompanhando o andamento e as reuniões do grupo.
- 3) Participação econômica dos seus associados através da contribuição de maneira equitativa e controle de maneira democrática e transparente do capital da cooperativa. Quanto à participação econômica, fica estabelecida a contribuição voluntária mensal de R\$5,00 (cinco reais), e R\$1,00 (um real) para a MPU (Movimento Moradia Popular União), além da contribuição em dinheiro também devem contribuir os cooperados realizando tarefas, ou seja, com força de trabalho. Fica entendido que:
 - 3.1) A contribuição é voluntária e que não significa a aquisição da casa.
 - 3.2) E caso o participante desista do grupo o valor de contribuição realizado ao longo do tempo de participação não será devolvido.
- 4) Autonomia e independência com ajuda mútua, controlada por seus associados e enquanto organização autônoma não tem que se submeter ao Estado ou a outras instituições.
- 5) Educação, capacitação e informação oferecidas aos seus associados e dirigentes, para que contribua eficazmente no desenvolvimento do grupo.
- 6) Cooperação entre as cooperativas, através da integração com outras cooperativas, visando o fortalecimento com outros movimentos sociais de luta pela moradia e se organizando para intervir na luta pela transformação da sociedade.
- 7) Compromisso com a comunidade, trabalhando para o desenvolvimento sustentável, tendo como central, o benefício dos seus sócios ou participantes do grupo, através do exercício da participação, da igualdade e da justiça de toda comunidade.

Critérios para ingressar na Cooperativa:

- 1) Ter uma inserção em atividades de mobilização social na comunidade a que pertence;
- 2) Dar prioridade às famílias com maior número de crianças, adolescentes e idosos; famílias de pais e mães solteiras; e famílias que moram em áreas de

risco e sujeito a remoção ou despejo, e as que o aluguel compromete mais de cinquenta por cento da renda familiar;

2.1) Entende-se por situação de risco áreas sujeitas a enchentes constantes, encostas de morros ou qualquer outra situação que ofereça risco a vida da família do cooperado.

3) Ter renda familiar até R\$1.600,00 (um mil e seiscentos reais);

4) Morar na região de Jacarepaguá.

5) Não ser proprietário de outra moradia, salvo se for localizada em áreas de risco ou se for de qualidade precária e que ofereça risco de vida aos participantes.

6) Garantir a participação do núcleo familiar nas reuniões da cooperativa.

7) Participar no mínimo de 10 assembleias consecutivas, podendo ter cinco faltas alternadas e justificadas por meio de documento que tenha valor legal (receita médica, declaração médica ou de trabalho, ou de alguém que contratou o serviço do cooperado). No caso de declaração de trabalho, o documento deverá ter assinatura e numeração do documento legal (RG, CPF, Telefone) de quem contratou o serviço. Três faltas consecutivas ou cinco faltas intercaladas caracterizam autoeliminação do cooperado das reuniões da cooperativa neste grupo.

Deveres do cooperado a partir do ingresso na cooperativa

1) Zelar pelo patrimônio da cooperativa.

2) Participação do núcleo familiar das atividades da cooperativa.

3) É dever do cooperado integrar uma das comissões em que o grupo se estrutura para executar tarefas ligadas a necessidades de organização e funcionamento do grupo.

4) É dever do cooperado participar de todas as reuniões e assembleias do grupo.

5) É dever do cooperado chegar às reuniões no horário marcado, com no máximo 15 minutos de atraso. A pessoa que chegar após os 15 minutos de tolerância poderá participar da atividade normalmente, mas não poderá assinar o livro de presença. Salvo nos casos em que apresente no ato a justificativa conforme item sete (7) do campo dos critérios.

6) Cumprir as decisões tomadas pelos associados em assembleias e ou dispostos neste documento.

7) Participar em outras atividades que se fizerem necessárias para o grupo.

8) É dever do cooperado tirar representação na plenária, quando houver necessidade de o grupo ser representado em qualquer outro espaço.

Documento construído e aprovado em plenária em 03 de novembro de 2012.

Em conversas posteriores notei que os critérios anunciados no documento nem sempre são encarados de forma rigorosa, como no caso, por exemplo, da exigência de que a pessoa resida na região de Jacarepaguá. Algumas pessoas que acompanham as reuniões moram em outras regiões da cidade, e até mesmo em regiões mais distantes, como a Baixada Fluminense. Em uma conversa com Amanda ela me explicava que há preferência para quem resida em Jacarepaguá por causa do processo de mutirão: *participar de uma reunião por mês é fácil, mas e quando chega o mutirão?* Nesse caso, haveria a dificuldade de ter que se deslocar do local de residência até o local das obras durante todo o processo de mutirão, que é longo – em Esperança, foram cinco anos. Por isso, geralmente se permite que pessoas que

não residam em Jacarepaguá participem do grupo desde que possuam familiares que moram na região, pois isto facilitaria a participação nas obras quando chegado este momento.

Quem deu início a esta primeira reunião da qual participei foi Márcio, um dos membros da coordenação. Ele cumprimentou as pessoas presentes e “convidou” alguém para ajudar na oração, acrescentando que *independente de religiões sempre iniciamos nossas reuniões com uma oração*. Uma senhora se levantou, foi até a frente e disse *vamos todos levantar e fazer a oração que o senhor nos ensinou*, todos rezam juntos o *Pai Nosso*, em seguida houve aplausos. Todos se sentaram novamente. Marcio iniciou a leitura da ata da reunião anterior. O momento de leitura da ata é sempre disperso, poucas pessoas prestam atenção ao que está sendo dito. De fato, é difícil entender o que ocorreu na reunião anterior ouvindo a ata registrada, que geralmente parece estar escrita de maneira confusa. Após a leitura Marcio perguntou: *quem aqui é de primeira vez?* Pediu que as pessoas levantassem a mão, e perguntou um a um o nome da pessoa e o nome de quem o havia indicado para o grupo. A maioria aponta uma pessoa do próprio grupo como o “indicador”. Quem diz o nome de alguém desconhecido por ele, recebe outras perguntas: *é do grupo? Não? De onde é?*, parecendo fazer ali uma rápida investigação sobre como a pessoa chegou até o grupo. As pessoas que estavam ali pela primeira vez receberam o papel contendo os “princípios do grupo”, já mencionados anteriormente, e foram orientadas a permanecer até o fim da reunião para *tirar dúvidas*, caso houvesse. Assim, notei posteriormente que este ritual se repetia: oração, leitura da ata, perguntar se havia alguém ali pela primeira vez e por último, se alguém precisaria sair mais cedo da reunião. Este é um momento que ocorre também em todas as reuniões e sempre gera algum desconforto / constrangimento. Ocorre da seguinte forma: a pessoa que conduz a reunião pergunta se alguém precisa sair mais cedo naquele dia e pede que todos nesta situação se levantem e fiquem de pé à frente de toda a plenária. A pessoa precisa explicar o motivo pelo qual precisa mais cedo, e aguarda que a plenária concorde. Em todas as reuniões que participei as pessoas presentes respondem em voz alta “Sim”, indicando que foi dada a autorização para que a pessoa possa sair mais cedo.

Depois de um ano participando das reuniões do grupo, presenciei uma conversa entre Jurema e alguns membros da coordenação sobre a utilização do documento anteriormente mencionado. Jurema dizia que estava com receio de que

pudessem utilizar a informação sobre a contribuição financeira contra eles: *já pensou se alguém sai falando por aí que o movimento tá pedindo dinheiro pras pessoas participarem das reuniões?*. Nesta ocasião, Claudia, Marcio e Marcia, da coordenação, concordaram em continuar utilizando o papel, mas enfatizar, durante a reunião que a contribuição não era obrigatória, e que não era uma condição para as pessoas participarem das reuniões. No entanto, alguns meses depois este papel deixou de ser utilizado.

3.3 A oração e a leitura da ata

Todas as reuniões do grupo Guerreiras Urbanas em que estive presente, conforme mencionado anteriormente, foram iniciadas com uma oração. É comum também que em reuniões exclusivas para coordenadores da União seja realizada uma oração, mas não sempre. Este parece ser um momento gerador de alguma tensão, provavelmente porque o grupo é bastante heterogêneo no que se refere à religião. Não sei precisar quais são as religiões predominantes no grupo, mas nas conversas que tive em que o assunto surgiu de alguma forma, percebi uma grande quantidade de mulheres que se denominam como *cristãs* e frequentam a Assembleia de Deus, embora já tenha conversado com algumas que se definem como *católicas* e também como *espíritas*. Menciono aqui que o momento da oração parece gerar tensão entre os participantes porque não é raro que as pessoas hesitem em aceitar o convite de ir até a frente fazer a oração – talvez por timidez ou por não se tratar de um grupo coeso no que se refere à religiosidade. Assim, no momento em que se anuncia e se pede que alguém vá à frente de todos *puxar* a oração nota-se um constrangimento que se reflete nos desvios de olhares, que evitam fazer contato visual com aquele que está conduzindo a reunião.

Em uma reunião que aconteceu em setembro de 2016, Claudia, da coordenação, pediu que alguém *se voluntariasse a conduzir a oração*. É comum que demore alguns minutos até que apareça algum voluntário. Neste dia, o tempo foi maior. Claudia pediu novamente que alguém se prontificasse a conduzir a oração. E após mais alguns momentos de silêncio uma mulher negra e alta se levantou e caminhou até a frente da sala. Com um semblante bastante sério, a mulher começou uma fala incisiva que fazia uma crítica à relutância das pessoas em *conduzir* a oração. Ela começou perguntando em voz alta:

Por que as pessoas estão recuando na hora de fazer uma oração? Estão com vergonha de Jesus? Vergonha de Deus? Vejo amigos evangélicos recuando, parece que estão com vergonha de Deus, vergonha de Jesus, e não evangélicos também... Porque somos todos irmãos. Seja macumbeiro, feiticeiro, evangélico. Estamos aqui pra conseguir nossa casa! Mas vai vir de cima, temos que pedir a Deus. Isso para aquele que crê, aquele que não crê, que não tá nem aí – disse batendo as mãos -, eu só lamento.

Pude perceber certo constrangimento entre diversas pessoas, muitos olhares desviavam, mas nada foi dito. Todos permaneceram em silêncio. A mulher deu prosseguimento à oração, que incluía pedidos a Deus para que o objetivo da casa fosse alcançado. Após isto, pediu que todos rezassem um Pai Nosso, e assim foi feito.

Percebo que a depender da configuração de pessoas – considerando que a rotatividade de pessoas no grupo é grande - que está compondo a reunião a reação ao momento da oração é um pouco diferente. Em uma reunião que acompanhei no mês de outubro de 2016, ao ouvir o rotineiro *Alguém quer vir aqui na frente fazer a oração?*, notei um desconforto maior, e mesmo uma certa recusa em participar da oração, de forma que ainda não havia presenciado. Mesmo diante do pedido insistente para que todos se levantassem durante a oração, a grande maioria das pessoas permaneceu sentada. Neste dia, na falta de algum voluntário para conduzir a oração, foi um componente da coordenação que o fez, rezando somente o “Pai Nosso”. A maioria dos presentes não fechou os olhos, como de costume, ou esboçou qualquer participação. No dia desta reunião havia também certa tensão no ar por conta do *cadastro do grupo*: as coordenadoras do grupo haviam solicitado que todos os núcleos familiares levassem os documentos exigidos pela Caixa para que fossem anexados ao cadastro de cada família. No entanto, as pessoas não o fizeram. As coordenadoras haviam feito *um plantão* durante toda a manhã do dia da reunião em vão: estavam visivelmente chateadas por terem ficado esperando e *ninguém ter aparecido*. Tive a sensação de que isso havia gerado um clima de tensão geral que influenciou o momento da oração.

Em outra reunião, em dezembro de 2017, a dinâmica se deu de forma um pouco diferente. Claudia pediu que alguém fosse até a frente fazer a oração, e um homem magro e baixo se levantou imediatamente e foi até lá. Muito entusiasmado ele pediu que todos ficassem de pé, e foi atendido. Ele fechou os olhos, ergueu as mãos e fez uma fala firme em um volume de voz bem alto: *nós vamos conseguir nossa casa no ano de 2018! Nosso Deus vai abrir os caminhos para que as chaves venham para*

a nossa mão! Eu creio que nós vamos conseguir em nome de Jesus! Senhor, cai por terra todos os empecilhos, todas as barreiras. Ao concluir, ele pediu que todos rezassem o “Pai Nosso”, como de costume. O mais comum era que houvesse algum desânimo e resistência na hora de conduzir a oração, e o entusiasmo deste homem se destacou em minha observação. Notei também que a pessoa a conduzir a oração nunca era a mesma. A cada reunião levantava-se uma pessoa diferente para fazê-lo – quase sempre alguém da *plenária*.

3.4 “Ir ou não ir aos atos?” e o caso de Rosemeire

Em uma reunião realizada em outubro de 2015, Jurema *pediu a palavra* para falar sobre o ato que estava sendo programado para o dia 5 de outubro – Dia Mundial do Habitat. As intervenções de Jurema nas assembleias quase sempre são para *dar informes* sobre questões burocráticas – ou seja, estão conectadas com as mediações que ela estabelece com as diversas instâncias do Estado, como já mencionei anteriormente na tese – ou para falar sobre manifestações e atos políticos, sempre com a tentativa de *mobilizar* os participantes da assembleia.

Neste dia, ao perguntar quem poderia participar do ato, que ocorreria numa segunda-feira, e obter apenas alguns poucos voluntários – cinco pessoas levantaram o braço indicando que poderiam participar -, Jurema começou a se mostrar irritada. Ela insistia, afirmando que era necessário um grupo maior para que o ato tivesse sucesso. Um homem, que estava lá pela primeira vez, vai até a frente e faz um discurso *Pessoal, vocês tem que ir. Eu que ainda nem estou no grupo vou fazer de tudo pra ir. Eu pago aluguel há 8 anos. Se eu estivesse no lugar de vocês, que já conseguiram entrar no grupo, com certeza iria.* As pessoas permaneceram sérias e em silêncio. Algumas demonstravam certa irritação com a insistência, e um burburinho aos poucos tomava conta da sala. No meio da multidão uma das mulheres falou baixo, mas de forma que os que estavam mais próximos puderam ouvir: *Quem pode, pode, quem não pode, não pode.*

As convocações para atos e manifestações nas ruas sempre geram desconforto e tensão. Aparentemente as pessoas não se sentem motivadas a participar, e Jurema, que considera esta uma parte essencial para manter o caráter político cooperativa – levar suas reivindicações para o espaço público - sempre demonstra irritação e frustração diante do que ela compreende como *falta de interesse*

do grupo. Um ponto que também gera conflito é a falta de participação nos atos também por parte das pessoas que compõem a coordenação: para Jurema, eles deveriam *dar o exemplo* para a plenária, e por isso deveriam participar. No entanto, para as pessoas da coordenação, eles já executam um trabalho a mais sendo parte da coordenação, portanto, a participação nos atos deveria ser da plenária e não deles. Assim, a tensão parece crescer: durante as reuniões as pessoas da coordenação enfatizam o pedido de Jurema, insistem para que as famílias participem, mas eles próprios não se comprometem com a participação nos atos.

Durante o momento de tensão que perpassava a *chamada para o ato*, uma mulher, que também estava lá pela primeira vez, foi até a frente para falar ao grupo. Extremamente magra, olhos fundos, aparência cansada. Surpreendendo a todos, começou a relatar, emocionada, episódios dramáticos de sua vida: Rosemeire começou dizendo que tinha morado na rua por vários meses deste ano. Ela e seus dois filhos: um menino de cinco anos, fruto de um estupro que sofreu em outro período de sua vida em que morou na rua, e outro menino de quinze anos. Contou que foi para um abrigo da prefeitura, e lá, um funcionário teria, em suas palavras, *praticado pedofilia contra seu filho* mais novo. Ela explicou que seu filho havia sido fotografado nu, durante o banho por este funcionário. Ao levar o ocorrido para a diretora do abrigo, a mesma não teria acreditado. Rosemeire não desistiu de punir o culpado, e foi até a justiça. Recorreu à defensoria. De acordo com seu relato, a diretora, ao saber disso, a chamou em sua sala e foi extremamente agressiva com ela, dizendo: *você não poderia ter feito isso!*. Posteriormente, ela conta que foi expulsa do abrigo e perdeu a guarda de seus dois filhos. Essa última parte era a que relatava com mais comoção: *o meu filho é muito apegado a mim. Ele passou mal quando a gente se separou. Eu tinha preparado ele pra isso, mas mesmo assim ele se desesperou, passou mal*. Segundo ela, os meninos foram separados e levados cada um para um abrigo. Para ela, restou a rua novamente. Movida pela vontade de conseguir de volta a guarda de seus filhos, Rosemeire procurou a ajuda de uma igreja local. Disse que estava morando em uma *quitinete alugada* na Boiuna por quatrocentos reais, pagos pela Igreja. Todo o seu relato foi marcado por muita emoção. Sua fala pareceu emocionar a maioria das pessoas na sala. Eu também fiquei comovida, e não reparei a reação das pessoas durante o relato. Mas percebi diversas pessoas secavam as lágrimas após ela concluir a fala.

Alessandro e Jurema me disseram posteriormente que estavam pensando em indicá-la ao grupo de Gamboa, que ainda teria vagas para a União preencher. No entanto, em uma conversa posterior, Rosemeire relatou que já tinha sido beneficiada pelo MCMV tradicional, e havia recebido um apartamento num bairro da zona oeste. Ela relata que foi expulsa de seu apartamento pela milícia, mas isso a impediria de ser incluída em outro projeto financiado pelo MCMV, uma vez que seu nome consta como beneficiária do programa. Na ocasião, o grupo se organizou para tentar ajudá-la: um dos membros da coordenação indicou um advogado que poderia auxiliá-la na tentativa de obter de volta a guarda de seus filhos, e algumas mulheres fizeram uma lista de itens que ela estivesse precisando e pudessem ser doados. Rosemeire voltou na reunião seguinte, e depois não apareceu mais.

3.5 O que forma uma “família” e quem pode participar da cooperativa?

O caso de Rosemeire, relatado no tópico anterior, suscita algumas questões no que diz respeito às *famílias* que podem compor os grupos de Jacarepaguá. Para Rosemeire, ex-moradora de rua, recém-saída de um abrigo da Prefeitura, foi oferecida inicialmente uma vaga no grupo Quilombo da Gamboa – antes de haver a informação de que ele não poderia ser *beneficiária* por conta das *regras da Caixa*. Este grupo, segundo Jurema havia me informado em conversa anterior, *tem de tudo: viciado, sapatão, catador de papelão, ex-morador de rua, pessoal de ocupação*. Por isso, para ela, *é um grupo mais complicado*, e inclusive em sua análise, haveria grandes chances de que as casas fossem posteriormente vendidas. Isto porque, de acordo com ela, *são pessoas muito pobres mesmo e podem ficar tentadas a vender para ter o dinheiro na mão*. Além disso, Jurema destaca que por ser um grupo onde *tem de tudo* os conflitos são mais frequentes – sem especificar quais conflitos seriam esses. Não foi cogitada a hipótese de conseguir uma vaga no grupo Guerreiras Urbanas para Rosemeire, mesmo ela sendo, naquele momento, uma moradora da região de Jacarepaguá.

Rosemeire aparentemente não tinha as mesmas características que as demais *famílias* que compõem a *plenária*. Além da condição de extrema pobreza em que ela relatou estar - morava e se alimentava através da *ajuda da Igreja, não possuindo*

*nenhuma outra rede de apoio*⁶⁰-, tinha acabado de *sair das ruas e estava sem a guarda dos seus filhos*. Através da observação deste episódio fica implícita a existência da necessidade de um determinado perfil das famílias pobres, que vai de encontro à compreensão de que a família se constitui enquanto uma ordem moral (SARTI, 1994), que não se refere apenas às hierarquias no interior da mesma, mas também a como ela é percebida socialmente. À Rosemeire, apesar de não ter sido oferecida uma vaga no grupo, foram oferecidas outras formas de apoio, baseadas, no entanto, na lógica filantrópica: doações de roupas, móveis e alimentos foram feitas pelas pessoas da plenária e da coordenação. As pessoas do grupo não ficaram indiferentes ao relato emocionado sobre sua condição de precariedade e seus problemas, no entanto, a forma de apoio oferecida estava baseada na lógica da caridade.

É facilmente observável que as *famílias* que fazem parte do grupo não se encontram em uma situação emergencial que precisa ser solucionada em curto prazo. Considerando que há um longo tempo de *organização* até que as casas sejam construídas, fica evidente que caso a *família* se encontre em uma situação insustentável, provavelmente precisará buscar outras formas de resolver o problema da falta de moradia. A maioria das pessoas que compõem o grupo relatam morar precariamente – em áreas consideradas de risco ou violentas – *morar de favor na casa de algum familiar ou passar por dificuldades para conseguir pagar o aluguel*. Não há ninguém em situação mais extrema, como morando na rua, por exemplo.

Apesar de existirem outros arranjos familiares, é perceptível que o mais comum no grupo é o formado por uma mulher e filho(s), que se constitui como um arranjo familiar considerado, de acordo com a nomenclatura utilizada nas políticas públicas, como em *situação de vulnerabilidade*⁶¹, tais como: idosos, crianças e mulheres *chefes de família* de camadas pobres da população. Ser morador de área de risco também seria determinante para estar incluído nesta categoria de vulnerabilidade social, que está permeada pela noção de risco. No entanto, também podemos compreender o perfil das famílias como em situação de precariedade, considerando que diferente da

⁶⁰ Sobre a importância das redes de apoio para famílias pobres ver Sarti (1994).

⁶¹ A categoria “vulnerabilidade”, conforme aponta Carmo e Guizardi (2018) não possui uma definição fechada, mas poderia ser compreendida como “condicionada à ausência ou precariedade no acesso à renda, mas atrelada também às fragilidades de vínculos afetivo-relacionais e desigualdade de acesso a bens e serviços públicos” (CARMO; GUIZARDI, 2018, p.2).

noção de vulnerabilidade (que remete à vitimização) a precariedade permite uma dimensão de positivação (FERNANDES, 2014).

A precariedade não atuaria apenas no registro da vitimização, da submissão ou da cordialidade - como veremos. Mas consistiria numa estratégia para contornar os mecanismos de usurpação e violência que atravessam essa cena. Também como uma maneira de se contrapor aos mecanismos que tentam inscrevê-la como “vítima” ou “necessitada”, revalidando formas de dominação/ disciplinarização que lhes são direcionadas ou, ainda, procuram eliminar ou eliminam efetivamente essa camada de baixa renda (transformando-a em homo sacer/ vida matável) (FERNANDES, 2014, p. 6).

Destaco, no entanto, que a precariedade à qual Fernandes se refere, ao pesquisar as ocupações urbanas no centro do Rio de Janeiro, não é a mesma que aparece no meu campo. Aliás, a fala de Jurema que transcrevi no início deste tópico sobre o grupo de Gamboa parece revelar que o *peçoal de ocupação* é visto por ela, e por outras pessoas da União, como mais *complicados* justamente por ocuparem um outro lugar na precariedade – com outras formas de viração e circulação na cidade (FERNANDES, 2014).

Em uma das reuniões do grupo Guerreiras Urbanas, onde estavam sendo rediscutidos os *critérios* para ingressar e permanecer no grupo esta questão gerou algumas tensões. Estes critérios constam no regulamento que era distribuído para as pessoas que estavam participando da reunião do grupo pela primeira vez, conforme consta no tópico 4.2 da tese. A discussão se deu com ênfase neste tópico:

- 2) Dar prioridade às famílias com maior número de crianças, adolescentes e idosos; famílias de pais e mães solteiras; e famílias que moram em áreas de risco e sujeito a remoção ou despejo, e as que o aluguel compromete mais de cinquenta por cento da renda familiar;
- 2.1) Entende-se por situação de risco áreas sujeitas a enchentes constantes, encostas de morros ou qualquer outra situação que ofereça risco a vida da família do cooperado.

Há algumas mulheres solteiras e sem filhos que se manifestaram durante a reunião afirmando que se sentiam *em desvantagem*. Marlene, uma mulher negra com mais ou menos quarenta anos, solteira e sem filhos, que compõe a plenária, se encaixa neste perfil, e estava indignada: *Então eu não tenho prioridade, mesmo participando sempre?*, e continuava *Então quem tem mais filhos tem prioridade mesmo se não participar de todas as reuniões?* A prioridade de acordo com o número de crianças na família causou algum desconforto também naquelas que tinham apenas um filho. Uma mulher, disse em voz baixa, de forma que só quem estava

próximo a ela pôde ouvir: *Ué, a pessoa quis ter um monte de filho e ganha prioridade por isso? Não tá certo não.* Houve desdobramento no sentido de estabelecer uma espécie de hierarquia das prioridades: a prioridade das famílias com maior número de crianças prevaleceria sobre a prioridade dos idosos?⁶² A família que morasse em área de maior risco, com apenas uma criança, teria prioridade comparada a uma família com maior número de filhos que morasse em área não considerada de risco? Muitas perguntas foram feitas, mas não houve conclusão. Grazia, assistente social, interferiu na discussão e disse: *Gente, não precisamos definir esses critérios agora. Do jeito que vocês estão falando parece que tá com uma fila lá fora pra participar do grupo. A gente tá na luta pra conseguir fechar o grupo, nem tem gente suficiente.* A fala de Grazia não pôs fim à discussão, mas a tornou visivelmente menos acalorada. As pessoas ainda comentavam o tópico, sem a mesma indignação de antes. Em uma conversa posterior com Grazia e Jurema, me foi dito que esses critérios só são de fato colocados em prática quando o grupo está *fechado*, ou seja, *com o contrato assinado com a Caixa*. Durante a etapa de organização, na qual se encontra o grupo Guerreiras, não há ainda essa preocupação, já que a rotatividade é grande e o *perfil do grupo muda o tempo todo*.

3.6 O Cadastro do grupo Guerreiras Urbanas

No dia 21 de novembro de 2015 foi realizado o cadastro das famílias que compõem o grupo Guerreiras Urbanas. Este cadastro consistia no preenchimento de formulários previamente elaborados e também na apresentação de documentos pessoais de todos os membros do *núcleo familiar*. O formulário foi elaborado por um grupo de pesquisadores associados ao IPPUR/UFRJ, que realizaram também uma *capacitação* com alguns membros da coordenação do grupo para que eles próprios pudessem aplicar o formulário. Fui informada de que o objetivo da parceria com o IPPUR era de que houvesse um formulário único a ser preenchido por todos os grupos. Durante uma reunião realizada anteriormente, Jurema perguntou se eu poderia *ajudar no cadastro*, e eu disse que sim. Segundo ela, poucas pessoas do grupo tinham habilidade para *mexer em computador*, então eu poderia ajudar nessa

⁶² Esta discussão ocorreu em uma das últimas reuniões que acompanhei, já no fim de 2018, quando houve a fusão dos grupos Guerreiras Urbanas e Nova Esperança, sobre a qual discorrerei mais detalhadamente ao final desta parte da tese.

parte. Cheguei por volta de nove e meia, chovia muito. As pessoas se atrasaram e o cadastro só foi iniciado às onze horas aproximadamente.

O cadastro, de fato, não era simples de ser feito. As questões eram muito numerosas e elaboradas de forma que facilitasse a tabulação posterior dos dados. Isto é, havia uma numeração, um código, para cada resposta, e somente este código deveria ser preenchido tanto no formulário em papel, quanto no digital, que estava em formato de planilha. Nos organizamos em duplas para preencher os cadastros: uma pessoa fazia as perguntas ao representante do núcleo familiar, enquanto a outra preenchia a planilha no computador. Apesar da confusão inicial causada pelos atrasos e também pelo desconhecimento da maior parte do grupo em relação aos formulários, conseguimos realizar os cadastros das pessoas que compareceram. Muitas pessoas não foram fazer o cadastro, e um número grande compareceu para o cadastro sem todos os documentos necessários. Nestes casos, o cadastro foi realizado e ficou registrada pelas representantes da coordenação a *pendência* de algum documento. Os formulários eram organizados da seguinte forma:

Bloco 1: Identificação do(a) titular, contendo dados como nome completo, endereço, telefones, data de nascimento, estado civil, identidade, CPF e a data em que “iniciou no grupo”.

Bloco 2: Levantamento Socioeconômico. Perguntas sobre quem indicou para o grupo, religião, se recebe algum benefício do governo ou grupo religioso, tempo de deslocamento casa-trabalho, remuneração do trabalho e outras rendas.

Bloco 3: Características da moradia atual. Havia perguntas como “quantas famílias moram na mesma casa?”, “há quanto tempo a família mora neste imóvel?”, “como teve acesso ao seu domicílio atual?”, “desenvolve atividade comercial ou serviço dentro da moradia atual?”, “seu domicílio está localizado em área de risco?”.

Bloco 4: Interesses e participação política da família. Havia perguntas como “Você ou alguém família tem interesse em fazer cursos de capacitação?”, “Em integrar uma cooperativa?”, “Em fazer parte de atividades culturais?”, “O núcleo familiar participa ou já participou de algum movimento ou frente de luta popular ou organização comunitária?”, “Você e sua família estão conscientes que o projeto vai precisar de sua participação nas comissões de trabalho, no mutirão?”, “Em quais dessas comissões você teria mais interesse de participar?”: as respostas possíveis eram cozinha, creche, informática, comunicação, obra, mobilização, cultural, meio ambiente, socioeducativo, juventude e outras.

O trabalho de preencher os cadastros ia além de coletar informações e passar para o papel ou para a planilha. Algumas estratégias são utilizadas, principalmente no quesito “renda”, para que pessoas não sejam *cortadas pela análise da Caixa* posteriormente.

Gamboa teve quatorze famílias que foram recusadas agora pela Caixa porque tinham renda acima de 1.600. Isso é falta de orientação. O Alexandre, da FBR não orienta eles direito. Sabe o que ele fez? Deu os formulários pras pessoas preencherem sozinhas! – (Fala de Jurema durante o cadastro)

No caso de famílias compostas por homem, mulher e filhos, havia a possibilidade de *esconder o homem* no cadastro, para que não *somasse a renda*. A estratégia só era possível no caso de pessoas que não fossem casadas formalmente. Assim, se na documentação da mulher constasse “casada”, necessariamente seria preciso incluir os dados do marido, inclusive sua renda. Houve uma situação na qual a mulher alegou que permanecia casada, mas o marido havia *sumido há muitos anos* e não sabia como encontrá-lo. O caso ficou sem solução. Ela foi orientada a fornecer sua documentação e tentar *explicar a situação na Caixa* quando o momento chegasse. Outra situação que pode ser contornada é quando o homem ou a mulher *não trabalha de carteira assinada*, e assim se abre a possibilidade de alegar que a pessoa não possui renda, mesmo havendo renda informal.

Em um dos cadastros que realizei a família era formada por cinco pessoas, mas apenas o nome de uma mulher constou no cadastro para que *não juntasse a renda* dos outros familiares. Grande parte das pessoas declaram *renda informal*, por não possuírem vínculo empregatício, e frequentemente declaram espontaneamente uma renda acima do permitido – R\$1.600,00. Dona Sebastiana, que estava ao meu lado durante o cadastro disse: *tem gente que acha que declarando renda alta vai ser melhor, vai ter mais chance de conseguir o financiamento, porque não conhece as regras do programa*. A abordagem das pessoas que estavam realizando o cadastro era de orientar a *declarar a renda pra baixo*.

Uma questão que aparece diz respeito à preocupação dos membros do grupo em “dar as respostas certas”. Mesmo nas perguntas menos relevantes como por exemplo *Você tem interesse em atividades culturais?*, frequentemente a resposta era outra pergunta: *É bom colocar que sim?*. Por outro lado, era muito comum que a resposta para *Quer integrar uma cooperativa?* fosse simplesmente *Não*. Diante da negativa, a orientação de Jurema era de que os aplicadores do cadastro explicassem

que o projeto buscava a formação de uma cooperativa habitacional, por isto a resposta mais adequada seria a positiva.

O comprovante de residência é um empecilho complicado de contornar para aqueles que não possuem moradia fixa ou moram *de favor* na casa de alguém. Uma das participantes respondeu de forma impaciente: *Como assim eu tô no projeto por que não tenho casa e tenho que ter comprovante de residência?* Muitas pessoas não compareceram a este cadastro, e isto gerou desconfiança por parte de algumas pessoas da coordenação. O não comparecimento ou a não entrega dos documentos solicitados levantava a desconfiança de que a pessoa talvez não se enquadrasse nos critérios para participar do projeto. Na fala de uma das mulheres da coordenação que participavam da realização do cadastro: *Tem gente que vem nas reuniões, mas não precisa, tem casa. Na hora do cadastro é que a gente vê. O pessoal acha que vai passar, mas chega lá na Caixa e eles não deixam não.* A falta do comprovante de residência, por exemplo, levantava suspeitas de que a pessoa tivesse uma *casa própria* e estivesse tentando esconder esta informação. Segundo Jurema, *tem gente que entra pra fazer especulação imobiliária, vender mais caro depois ou alugar.*

3.7 Tensões e desconfianças em relação à coordenação

Setembro de 2016. Claudia deu início à reunião neste dia, e começou justificando a ausência de Marcio, da coordenação, que segundo ela, *estava com problemas de saúde.* Jurema também não estava presente na reunião, pois havia viajado para a Paraíba para participar de um encontro da UNMP.

Após o momento da oração, Claudia disse que precisavam resolver um problema que havia surgido na reunião anterior. Segundo ela, no mês anterior *as pessoas da comissão de limpeza que deveriam ter ficado para limpar foram embora sem realizar as tarefas que foram determinadas.* Pelo que entendi havia um grupo que formava a comissão de limpeza, e havia um revezamento. Assim, em cada reunião seria determinado quem eram os membros da comissão de limpeza que ficariam após o fim da reunião do mês seguinte para realizar a limpeza do espaço utilizado. Claudia citou os números das famílias que deveriam ter feito a limpeza no mês anterior, sem citar os nomes, e logo emendou em outro assunto, dizendo que neste dia a reunião seria mais curta, pois não *havia muito pra falar.* Neste momento alguns dos presentes sorriram e se entreolharam demonstrando satisfação diante da ideia de uma reunião

mais curta. Alguns cartazes novos dispostos nas paredes da sala me chamaram a minha atenção. Um deles dizia trazia as seguintes frases: *Fora Temer! Governo golpista não!*

Terminada a fala de Claudia, Amanda foi até a frente da sala para falar sobre as *pendências cadastrais: algumas famílias estavam devendo documentos*. Algumas não haviam ido realizar o cadastro, e outras foram, mas não levaram todos os documentos necessários para serem encaminhados à Caixa Econômica. Amanda alertou sobre a urgência de entregar todos os documentos, pois a conjuntura política estava desfavorável, e *pra quem é pobre, vai ficar ainda mais crítico*. Dito isto, Jaqueline informou, visivelmente entusiasmada, que *já está quase tudo certo em relação ao terreno* e que *em breve teremos boas notícias*. Sorrindo e levantando o braço direito, disse em voz alta: *Não tem Temer, não tem ninguém, nós vamos conseguir e pronto!* Sua empolgação pareceu animar os presentes. Todos aplaudiram bastante.

Notei que a fala de Jaqueline, afirmando que já estava quase tudo certo em relação ao terreno, gerou também um clima de tensão. Um burburinho tomava conta da sala. Apesar da animação diante da possível boa notícia, parecia ter se instalado um mal estar diante da informação ocultada: qual seria o terreno? Como ela sabia que estava prestes a sair? Por que a informação não podia ser compartilhada com todos? A falta de informações concretas e completas parecia incomodar muitas pessoas. Em momentos anteriores eu já havia participado de conversas onde havia reclamações deste tipo: *o pessoal da coordenação sabe das coisas e não conta pra gente*, dizia uma pessoa da plenária. E até mesmo a desconfiança de que não passava de *enrolação* aparecia de forma evidente. Neste dia, após a reunião, uma mulher me falou: *será que tem terreno mesmo? Eles falam isso só pra gente não desanimar, ficam enrolando a gente*. A desconfiança de que estão sendo enganados e usados aparece em diversos momentos e de diversas formas diferentes.

Em um momento posterior da reunião criou-se um clima de tensão quando uma das participantes questionou porque não estava mais sendo fixado na parede os cupons/notas fiscais referentes aos gastos do grupo, conforme o Renan (antigo integrante da coordenação e da comissão da tesouraria que saiu antes de eu iniciar a pesquisa de campo) fazia. A participante, incisiva, mas ao mesmo tempo cuidadosa em sua fala, fez questão de dizer que ela está perguntando, mas é uma dúvida de diversas outras pessoas ali presentes: *só que as pessoas falam por aí, falam no*

corredor, mas não perguntam nada aqui. Interpretei esta sua fala como uma tentativa de provocar ou mesmo estimular outras pessoas a se colocarem também, buscando apoio. No entanto, todos os outros permaneceram em silêncio. Amanda responde visivelmente incomodada que *não estão fazendo desta forma no momento por falta de espaço no mural.* Ela argumenta que o mural estava precisando ser reorganizado, e que além disso, Jurema havia pedido que *não fixassem nada na parede agora porque a sala onde ocorre a reunião entraria em reforma em breve.*

Após a justificativa de Amanda notou-se uma agitação na sala, pessoas fazendo comentários umas com as outras. Não era possível afirmar se o mal estar havia sido gerado pela reclamação da participante ou pela justificativa da Amanda. As outras pessoas que, segundo ela, compartilhavam desta dúvida / desconfiança não se manifestaram. Elmo, um homem de meia idade, que já é participante do grupo há alguns anos se levantou e se manifestou relativamente exaltado, direcionando sua fala para Amanda: *Eu acho isso aí que falaram um absurdo! Eu confio em vocês. Eu não tenho nenhuma dúvida em relação a vocês.* A mulher que levantou a questão, neste momento, volta a se defender, repetindo que não era *uma dúvida só dela*, e que *está tendo burburinho lá fora*, e completou: *eu tô dando minha cara pra bater, mas é a dúvida de um monte de gente!* Amanda tenta apaziguar a situação, dizendo de forma calma que é *importante garantir a transparência* e que *se tinham dúvidas era legítimo colocar ali.* Renato, da plenária, se levanta e diz, também em uma aparente tentativa de amenizar a tensão: *Gente, nós que estamos no grupo há muito tempo temos confiança na coordenação. Mas nem todo mundo é obrigado a ter a confiança que a gente tem. O pessoal que tá chegando agora não conhece bem o grupo. Ninguém é obrigado a confiar.* Elmo volta a se manifestar e diz em voz alta e impaciente: *na hora que abre uma vaga na coordenação ninguém quer, ninguém quer trabalhar de graça pro grupo. Agora fica levantando desconfiança do pessoal da coordenação? Vai lá e assume uma função na coordenação então!* O clima permaneceu confuso, com muitas pessoas falando ao mesmo tempo, e logo em seguida a reunião foi encerrada. Em uma conversa posterior com Claudia e Amanda sobre o ocorrido elas enfatizaram suas frustrações diante do não reconhecimento do trabalho da coordenação:

Você tá ali se desgastando, e as pessoas acham que você não faz mais do que a sua obrigação. Entendeu? E não é. É uma coisa que nós estamos, e que qualquer um poderia estar. Mas também ninguém quer vir pra esse lugar e tomar a responsabilidade que a gente tenta ter. (Claudia)

Mas que é um trabalho é. A gente vir pra cá... A falta de reconhecimento da plenária... Achar que a gente não faz parte do grupo, que a coordenação é um corpo separado do conjunto. Achar que a gente que tem que tomar a decisão, a gente tem que resolver e trazer tudo mastigado pra eles. Ninguém quer ter trabalho, tipo... A gente tentou várias vezes fazer algum tipo de... O que vocês acham, sugerem pra fazer uma reunião mais produtiva? Mais... Sei lá, motivadora... Ninguém nunca se propôs a ter uma visão diferente, ou sugerir algo diferente. Ou então se a gente faz uma dinâmica de grupo, o grupo fica muito no comodismo, entendeu? (Amanda)

Estas reclamações por parte da coordenação eram frequentes: o trabalho não reconhecido, a falta de engajamento/participação da plenária e o ar de desconfiança eram os motivos mais comuns.

3.8 O desânimo e a vontade de desistir

Na reunião de outubro de 2016 cheguei exatamente no horário da reunião e a mesma ainda não havia começado. A sala já estava quase completamente cheia. Sentei-me próxima à porta em uma das poucas cadeiras que ainda restavam. Cumprimentei Vania e Claudia que estavam ao meu lado. Ao lado delas estavam Cleusa e Telma, que conversavam: *Eu tô quase desistindo, tô no meu limite. Elas [aparentemente se referindo às mulheres da coordenação] falam como se fosse fácil, mas eu tenho que trocar sempre a minha folga pra vir pra cá, é sempre um problema. É só uma vez por mês? É só uma vez por mês, mas é muito sacrificante. Enche o saco.* As outras, ao redor, sinalizam afirmativamente com a cabeça parecendo concordar, mas não dão continuidade ao assunto. Uma delas apenas menciona: *Pois é, eu já tô há quatro anos*, ao que ela responde: *Eu também, quatro anos.*

Neste dia estava marcado um *cadastro do grupo*, do qual não participei. O cadastro serviria para as pessoas que estavam com *documentos pendentes* levarem os mesmos até as pessoas que compõem as comissões de mobilização e a coordenação. O horário de entrega dos documentos estava marcado para as quatro horas que antecederiam o início da reunião: entre 10h e 14h. Assim que cheguei havia um grupo de mulheres da comissão de mobilização aparentemente bastante chateadas. Sentei-me próxima a elas e perguntei se as pessoas haviam levado os documentos que estavam faltando, ao que Claudia prontamente respondeu: *Que nada! Apareceu ninguém!*. Depois soube que algumas poucas pessoas apareceram, mas a grande maioria não. As mulheres da comissão diziam, impacientes: *tem que tirar esse povo que não quer trazer os documentos e botar quem tá na lista de espera.*

A outra completou: *eu não venho mais pra cadastro. Tô aqui desde 10 pras 10 da manhã e o povo não aparece.* O não comparecimento ao cadastro, e principalmente, a não entrega da documentação solicitada, era vista como falta de respeito com as pessoas que estavam ali desde cedo para recebê-los, e além disso, gerava desconfiança, como já mencionei em outro ponto desta tese. Não entregar os documentos pedidos suscita a desconfiança de que a pessoa *não precise realmente, e/ou já tenha outra casa.* Este dia estava marcado por um desânimo nítido também por parte da coordenação: parecia haver uma grande frustração diante do não cumprimento das exigências do cadastro pelas *famílias.*

Claudia prossegue conduzindo a reunião: *Gente, precisamos falar hoje sobre os voluntários. Vamos precisar de voluntários para o seminário. Precisamos que vocês abram o coração.* Silêncio total. Ninguém se manifestou. Algumas pessoas aparentam não saber do que se trata, embora o assunto do seminário tenha sido mencionado em todas as reuniões dos meses anteriores. Havia ficado acordado que a União e o grupo realizariam um seminário sobre “moradia e autogestão”, para o qual seriam convidados participantes de outros grupos do Rio de Janeiro, vinculados à União, e também de outros estados. Claudia diz, visivelmente impaciente: *Todo mundo concordou com o seminário, não foi?.* Silêncio novamente. Claudia repete, mais alto: *Todo mundo concordou com o seminário! Não concordou?* Algumas poucas pessoas respondem um enfático “*Siiiiim*”. Claudia dá continuidade à sua fala: *o seminário não é só pra gente. Vai ter gente de outros grupos, vai ter gente de outros estados. Vamos precisar mostrar que somos organizados.* Algumas pessoas foram aos poucos se manifestando e se disponibilizando para atuar como *voluntários no seminário,* auxiliando na organização em diferentes funções.

O assunto do seminário rendeu alguns episódios conflituosos. Em dado momento uma das participantes da reunião disse que a coordenação não havia feito uma explicação clara para o grupo e que *Nem todo mundo sabe o que é seminário, nem todo mundo sabe o que isso quer dizer,* e em seguida foi feita uma explicação do que seria um seminário. Mais tarde, próximo ao fim da reunião, diante do fato de que o seminário seria o dia inteiro – começando de manhã e terminando no final da tarde um participante perguntou, visivelmente espantado e insatisfeito diante do horário do seminário, que estava planejado para acontecer durante um dia inteiro: *mas vão ser 12 horas de reunião no mês que vem?!* Claudia ficou bastante nervosa, saiu da sala dizendo alto *Jurema, pelo amor de Deus, vem aqui explicar, vem. A gente tá há meses*

explicando, falando, agora chega o cara e pergunta se vão ser 12 horas de reunião no mês que vem? Não vai ser reunião, vai ser seminário!

O clima hostil e tenso entre coordenação e plenária era comum desde que iniciei a pesquisa. Nos momentos em que as pessoas começavam a conversar entre si durante a reunião, por exemplo, era frequente que a pessoa que estivesse conduzindo a reunião desse uma bronca mais constrangedora.

Em uma conversa com Claudia, após esta reunião, ela fez o seguinte relato:

Você fala, fala e as pessoas não entendem. Você se torna repetitivo. E às vezes você quando está do lado de cá você olha pra lá e as pessoas não estão nem aí. Tem gente cutilando a unha, tem gente mexendo no celular. Eu fico com a sensação de que as pessoas estão fazendo pouco caso. Eu já pensei em sair várias vezes. Mas cada vez que eu penso em sair Deus diz assim: Não, eu te coloquei e você vai levar até o final. É o que me mantém. Do fundo do meu coração. Eu só estou porque Deus diz que eu tenho que me manter. Pela minha vontade, na coordenação eu não estaria mais.

O clima de hostilidade pareceu ficar ainda mais acentuado após o episódio do *golpe* em abril de 2016. O *golpe* que resultou no *impeachment* da presidente Dilma Rousseff e no início do governo Temer, trouxe muita insatisfação para Jurema e para as pessoas que faziam parte da coordenação, que compreendiam este novo governo como mais *difícil de dialogar*, e portanto, isso diminuiria as chances de que o grupo conseguisse acessar o financiamento do MCMV Entidades. Começaram a ocorrer também tentativas por parte de Jurema e Grazia, assistente social, de fazer discussões *sobre política* – aqui compreendida como política partidária – e isto deixava as pessoas visivelmente incomodadas, conforme desenvolverei no próximo ponto desta tese.

3.9 “**A gente precisa entender o que está acontecendo no país!**”

Ao longo dos meses após o golpe de 2016, houve tentativas, como mencionei anteriormente, de realizar nas reuniões momentos em que se discutisse com a plenária a *conjuntura política brasileira*. Durante alguns destes meses eu fiquei afastada do campo por conta do final da gravidez – em que eu não conseguia ir às reuniões por conta das escadas que precisaria subir para chegar à sala de reuniões – e após o nascimento da minha filha também fiquei alguns meses sem comparecer. Esta reunião que aqui descrevo foi, portanto, a minha retomada na pesquisa de campo depois de aproximadamente sete meses sem participar das reuniões. Ainda assim,

durante o período em que estive afastada pude acompanhar um pouco da movimentação e do campo de tensões que estava se desenhando após o golpe através do grupo de *Whatsapp* das Guerreiras Urbanas. Neste grupo ocorreram alguns desentendimentos, principalmente devido ao não interesse das pessoas de participarem de atos e manifestações, que é comum, conforme já mencionei em outro ponto da tese. A tensão por parte da Jurema em relação a esta falta de participação ficou ainda mais latente após o golpe. Para ela, parecia ser incompreensível que as pessoas não estivessem dispostas a se mobilizar em defesa da presidente Dilma. Estava claro que para Jurema, defender o governo do PT era também defender o MCMV Entidades, portanto, significava garantir os interesses do próprio grupo. Grande parte das famílias da plenária, no entanto, não concordavam com esta análise, e consideravam o PT um partido corrupto, e que deveria *sair do poder*, conforme já me foi dito durante algumas conversas.

Um dos momentos mais tensos no grupo de *Whatsapp* ocorreu exatamente por conta da não adesão das pessoas ao ato que ocorreria em breve. Em uma reunião anterior havia sido mencionada a “Jornada de lutas dos movimentos de moradia” – “Temer, devolve Minha Casa e Minha Vida”. Jurema informara que diversos movimentos de moradia participariam destas manifestações e que era muito importante que o grupo se *mobilizasse* para ir também. É possível notar que quando se trata de um ato que envolve também outros movimentos de moradia, como o MNLM, CONAM e CMP, Jurema fica ainda mais apreensiva para conseguir um bom número de participantes. Como ela mesma já me disse: *a gente mede a força do movimento com a quantidade de gente que ele coloca na rua*. Logo, não conseguir levar um bom número de pessoas para o ato, diante dos outros movimentos, colocaria a União em uma posição de fraqueza ou ineficiência. Na reunião diversas pessoas se dispuseram a participar, e por isso um ônibus foi alugado para levar *as famílias* até o local do ato. Como em outras vezes, *em cima da hora* as pessoas voltaram atrás na decisão de participar e afirmaram não poder ir. Geralmente o que ocorre é que nas reuniões, diante de uma certa pressão para que as pessoas participem, algumas se disponibilizam e depois, por telefone, desmarcam. Isso costuma deixar as lideranças do movimento muito chateadas. Diante da desistência das pessoas neste dia, Jurema enviou um áudio para o grupo de *WhatsApp*, que transcrevo abaixo:

Boa noite, companheiros. É lamentável esse quadro aí que a Marcia nos apresenta. Mas assim, é... Eu coloquei na última reunião a minha posição em

relação à questão da permanência da União coordenando esse projeto. E aí assim, eu não falei da boca pra fora. Eu não sou mulher de falar da boca pra fora. Quando eu falo, eu faço. Então assim, quando ela apresenta um número de vinte e tantas pessoas pra sexta e pra quinta e mais vinte de não sei quantas pra sexta... Aí chega em cima da hora e a gente tem três pessoas pra ir no ônibus? Simplesmente assim... Eu acho que as pessoas estão levando a coisa na brincadeira. A todo momento eu sempre disse e vou repetir: a União de Moradia é um movimento e movimento se faz com pessoas. Então quem estiver acreditando, estiver pensando que nós vamos fazer a luta sozinhos, que nós vamos conseguir liberar projeto... Tá muito enganado. Eu fico acho que as pessoas pensam que eu fico contando história. Eu não tenho tempo pra contar história. [...] Agora assim, é muito complicado quando a gente já tem a nossa casa e a gente resolve abrir mão de sua vida pra militar, pra ajudar companheiros que não tem. Agora quando os companheiros fazem questão de estar presente, abrem mão de algumas coisas pra estar presente, eu acho que é até válida a luta. Agora quando ficam em casa, não querem ir... Porque todo mundo sempre tem alguém. Já que não posso ir, vou pedir pra alguém ir.... A gente não vê esse esforço de ninguém. Então assim, é muito triste o quadro que tá. E falei com a Marcia: eu não tenho condição de desmarcar o ônibus. [...] É muito difícil, é muito chato, é muito complicado.... E eu não vou carregar grupo nas costas como eu carreguei outros. Essa é uma posição minha e posição da coordenação da União. Quem quer, quer, e quem não quer, a gente simplesmente não pode fazer nada. Lamentável que o grupo esteja ainda pensando desta forma. Então assim, eu vi vários nomes de pessoas que deram o nome pra ir... Eu posso ler na lista aqui os nomes das pessoas, que eu recebi aqui pela mensagem que a Marcia mandou. Se tiver alguém fora que se coloque. De 25 nomes nós temos 11 aqui que provavelmente irão ou não, porque ela diz que não confirmaram. [ela lista os nomes] Esses são os nomes que eu consegui pegar agora aqui pelo *Whatsapp*. Então assim... Eu simplesmente eu não vou cancelar essa ida por conta que eu já me comprometi com o ônibus, e por conta que o grupo de Nova Esperança tem 15 pessoas inscritas aqui. É triste. Eu não sou de abandonar barco, mas dessa vez eu vou ter que abandonar se a gente não conseguir tomar um rumo, não tomar uma decisão. Porque o que parece é assim 'ah, eu já tô contribuindo com 8,50 mesmo, então não tem problema se o ônibus for batendo cadeira ou não'. Então vai essa mensagem pra vocês pensarem o que vocês querem da vida, porque o que eu quero eu já decidi. O que eu não quero é carregar grupo nas costas, o que eu quero é lutar junto com vocês. Boa noite.

Ninguém se manifestou no grupo após a mensagem de Jurema e o episódio não foi comentado em outras ocasiões.

Na reunião que aconteceu após esta tensão, em novembro de 2017, Grazia fez uma longa fala sobre a *conjuntura política do país*. Ela começou afirmando a importância de *saber o que está acontecendo no país* e exibiu um vídeo que explicava o que é “austeridade fiscal” para explicar o “corte nas políticas sociais” que estava sendo feito, e que, segundo ela, estaria impactando diretamente o *projeto das cooperativas*. Grazia disse:

Pessoal, eu vou mostrar um vídeo pra vocês, mas não é enrolação não. No final eu vou falar do projeto de vocês. A gente precisa entender o que tá acontecendo no país pra poder entender a resposta que a Caixa deu, ok?.

Grazia buscava explicar a dificuldade em conseguir assinar o contrato com a Caixa através de uma análise política que nitidamente não interessava a maioria das pessoas presente. Ninguém verbalizou o descontentamento, mas se percebia o desinteresse, os desvios de olhar, e em alguns momentos, o burburinho com comentários descontentes. Aparentemente a fala de Grazia afirmando que *não era enrolação*, se deu justamente porque ela sabia que as pessoas perceberiam sua fala e o vídeo como enrolação. Aliás, esta era uma reclamação que cheguei a ouvir em alguns momentos de pessoas da plenária: *eles [coordenação, Grazia e Jurema] falam, falam, mas não dizem quando vai sair a nossa casa*. A sensação de que estavam sendo *enrolados* parecia ser frequente.

Após o vídeo que explicava o que é austeridade fiscal, Grazia mostrou no data show uma tabela que trazia os números da diminuição no orçamento de cada política social para o ano seguinte, 2018. Mostrava então o corte de verbas em todas as áreas, inclusive na habitação. Uma senhora que estava sentada logo na frente diz em voz alta: *eu já perdi a esperança!* Grazia retruca: *Pessoal, eu estou falando isso mas não é pra ninguém desanimar! A gente precisa entender o que está acontecendo. Mas é o contrário. A gente precisa lutar*. Jurema pede a fala e reafirma:

Agora a gente precisa se unir e lutar! Eles querem que a gente desanime, mas a gente não vai desanimar não. A Grazia já tem a casa dela, eu já tenho a minha casa e a gente tá aqui. Se alguém tivesse que desanimar seríamos nós. Mas a gente tá aqui porque a gente acredita e sabe como é importante lutar pelos que ainda não tem sua casa, ainda precisam.

A fala de Jurema pareceu ter o intuito de amenizar o desânimo que foi causado pelas questões trazidas por Grazia. Ao enumerar os cortes de verbas, Grazia evidenciava que estava cada vez mais difícil conseguir o financiamento para a construção das casas de Guerreiras Urbanas. Depois da reunião Jurema fez comigo o seguinte comentário: *tem que ter muito cuidado pra falar essas coisas de política e conjuntura pro povo, porque senão desanima todo mundo*. Jurema comentou também que o outro grupo de Jacarepaguá, Nova Esperança, estava passando por um grande esvaziamento por conta do desânimo das pessoas: *a gente aqui ainda tá conseguindo segurar as pessoas, mas em Nova Esperança as reuniões estão ficando cada vez mais vazias*, e completou: *you sabe o que aconteceu com o pessoal de Nova*

Esperança? Ocuparam o terreno deles. Agora a gente tá movendo uma ação contra a SPU.

O grupo Nova Esperança, que eu não acompanhei durante a pesquisa de campo, também se reúne mensalmente durante no mesmo local em Shangri-lá, e tinha mais ou menos o mesmo tempo em *fase de organização* que o grupo Guerreiras Urbanas – aproximadamente oito anos. No entanto, após a liberação do terreno pela SPU, o mesmo foi ocupado pela milícia. Assim, o grupo voltava ao ponto inicial: sem terreno e sem financiamento. O desânimo provocado nas famílias levou ao quase total esvaziamento do grupo e à decisão de fazer uma fusão entre os grupos de Jacarepaguá: Guerreiras Urbanas e Nova Esperança.

3.10 A unificação dos grupos: Guerreiras da Esperança

Março de 2018. Cheguei à Shangri-lá às 10 horas da manhã. Cumprimentei algumas pessoas na parte de baixo – Sandra, Amanda e Sandra da coordenação. Sandra me ofereceu café e disse que a reunião ainda não havia começado, mas que *o pessoal já estava lá em cima*. Subi e me deparei com mais ou menos trinta pessoas – que para os padrões das reuniões anteriores, era um número bem baixo. Cumprimentei Grazia e Claudio. Estavam presentes outros representantes da União que se apresentaram posteriormente. As pessoas presentes pareciam descontentes com o atraso. Claudio então propôs que as pessoas comesçassem a se apresentar. Grazia tenta impedi-lo, dizendo que já havia um momento na reunião para isso. Mas mesmo assim as pessoas levantaram e começaram a se apresentar. Todos os participantes que eram membros da coordenação da União se apresentaram – dos grupos Guerreiras Urbanas, Nova Esperança, Quilombo da Gamboa e Ocupação Vito Gianotti. Pelo que entendi havia duas reuniões no mesmo dia: durante a manhã haveria a reunião com coordenadores da União e de outros grupos, não apenas de Jacarepaguá; e posteriormente durante a tarde haveria a reunião geral – *a plenária* – com todas as famílias de Guerreiras Urbanas e de Nova Esperança, assim como as respectivas coordenações. Nesta reunião da plenária os coordenadores da União e de outros não estariam presentes.

Claudio, coordenador nacional da União, junto com Jurema, também se apresentou. Jurema chegou no meio das apresentações e disse para Claudio, em tom de crítica, que as apresentações *eram ponto de pauta*. Sentou-se ao meu lado e pediu

que eu e Grazia também nos apresentássemos. Fui primeiro e me apresentei como pesquisadora e mencionei que estava realizando um trabalho sobre os grupos de Jacarepaguá. Grazia se levantou logo depois e se apresentou como *assessoria técnica do grupo Guerreiras*. Jurema iniciou a sua fala:

Como todo mundo aqui sabe, a gente falou várias vezes... Nova Esperança perdeu o terreno. Então a gente tá achando que é hora de os grupos de Jacarepaguá somarem forças. A nossa proposta aqui hoje é a unificação dos grupos. Já que vamos unificar, vamos começar a partir de hoje já fazendo uma lista de presença⁶³ só para todo mundo.

Jurema em seguida leu a pauta que havia sido elaborada previamente pelas coordenações para aquele dia: *apresentação da coordenação da União, que já aconteceu, análise de conjuntura com Grazia e por último, a aprovação do regimento interno, que é o momento mais polêmico*. Ela completa dizendo que à tarde tem *um assunto urgente da reunião para tratar*. Desta forma, ficou acordado que os representantes da União participariam da reunião com todos até o almoço. Após o almoço, a União se reuniria em outra sala e a *assembleia do grupo unificado* continuaria ocorrendo com coordenadores dos grupos. No momento da “aprovação do regimento interno” também seria definido o novo nome do grupo e estabelecido o dia em que ocorreriam as reuniões mensais. Jurema pergunta *Quantas pessoas tem na lista?*, Amanda responde: *Trinta e nove*, Jurema retruca: *Pois é. Se a gente tá falando de unificação de dois grupos teria que ter pelo menos cento e vinte pessoas. A gente tá com uma defasagem muito grande*. Em seguida pediu à Grazia que desse continuidade à reunião.

Grazia começa sua fala propondo uma *análise de conjuntura*. Desta vez seu foco estava em tratar sobre a ditadura militar brasileira, já que as eleições presidenciais seriam naquele ano e a possibilidade de eleger o candidato Jair Bolsonaro se colocava como um risco e um grande medo para ela, assim como para Jurema e os demais coordenadores da União⁶⁴. Grazia inicia então a sua fala:

Todo mundo sabe o que é conjuntura? A gente vive falando essa palavra... Falar de conjuntura é falar como está o país hoje, como está a cidade. Alguém aí já ouviu falar que no período da ditadura era melhor? Mas na ditadura a

⁶³ A lista de presença é controlada por um membro da coordenação para que se contabilize presenças e faltas dos *núcleos familiares*.

⁶⁴ Em outro ponto da tese trato desta questão que gerou muitos conflitos: muitas famílias e pessoas da coordenação do grupo Guerreiras Urbanas apoiaram o referido candidato, enquanto Jurema, Grazia e algumas pessoas da plenária buscavam enfatizar que a eleição dele poderia dificultar o acesso ao MCMV Entidades, assim como prejudicar outros *direitos do povo*.

gente não tinha liberdade, tinha censura na mídia, não tinha eleições, a gente não podia votar. Na época da ditadura eu estava Na faculdade. Minha turma de Serviço Social era formada só por mulheres e um homem. Depois a gente foi descobrir que esse homem era do DOPS. Ele estava ali pra anotar tudo o que a gente falava. Era assim nessa época. Uma reunião dessas aqui não poderia estar acontecendo de jeito nenhum.” Na ditadura... Quem é velho aqui que nem eu vai lembrar... A gente falava assim: O Brasil vai bem, mas o povo vai mal. A gente falava isso porque se dizia que havia um milagre econômico. A economia ia muito bem, mas o povo estava na pior.

Neste momento, Claudio a interrompe e diz: *dá um exemplo aí das obras superfaturadas que teve na ditadura*, Grazia responde: *fala aí que eu não me lembro*, Claudio completa: *ferrovia do aço, transamazônica, ponte Rio-Niterói. Tudo obra superfaturada. E ninguém podia falar nada, não podia reclamar, porque senão...* E faz um gesto com o dedo indicador passando pelo pescoço, indicando que *quem reclamasse* poderia morrer. Grabas, um dos coordenadores de Nova Esperança, acrescenta em seguida: *criaram o FGTS no período da ditadura, mas era só um jeito de fazer o próprio trabalhador pagar por aquilo que ele tá reivindicando.*

Grazia, após concluir as questões que levantou sobre a ditadura militar, iniciou uma fala específica sobre habitação, afirmando que diante dos *cortes de verbas*, era preciso *se organizar mais do que nunca*:

Nós temos que nos organizar mais na questão habitacional. Estão fazendo de tudo pra gente dizer Chega, não queremos mais. Mas a gente tem que fazer o contrário. Estão tirando recursos do faixa 1. A gente tem que se organizar, se fortalecer nessa conjuntura. Aqui a gente tem que lutar pela terra. A gente tem mais inimigo do que amigo. O inimigo não é só o Estado, tem milícia, tem tráfico. A gente tem que lutar pra ser contratado.

Um dos participantes se manifesta após a fala de Grazia dizendo: *é com a nossa presença na rua que a gente vai conseguir isso. Não é ficando em casa no ar condicionado não. Quando falar pra ir pra Caixa, vamos pra Caixa.* Como havia muitas pessoas da União e de diferentes grupos nesta reunião houve bastante demonstração de interesse e participação durante a fala de Grazia. No geral, a *plenária* não costuma se mostrar interessada nessas discussões sobre *conjuntura política*.

Durante a reunião da tarde, com as plenárias de Guerreiras Urbanas e Nova Esperança, as pessoas foram informadas de que a partir deste dia ambos os grupos passariam a ser um só. Algumas pessoas ainda não sabiam desta mudança, que segundo Jurema, foi uma decisão *coletiva*, envolvendo as coordenações de ambos os grupos e a União. A decisão, segundo ela, havia sido de *unir forças*, considerando que ambos os grupos estão na mesma fase de organização, e o Nova Esperança sofreu

um significativo esvaziamento. A escolha do novo nome se deu através do voto: alguns nomes foram propostos pela coordenação e escritos no quadro negro. O mais votado foi Guerreiras da Esperança, em uma junção dos nomes de ambos os grupos. A data das reuniões também foi determinada através de votação, embora a coordenação já tenha chegado com a proposta de que a mesma fosse realizada sempre no segundo sábado do mês: à plenária restou o papel de aprovar a decisão que havia sido previamente estabelecida.

A reunião de unificação estava esvaziada – pelo que soube através de Jurema, muitas pessoas não haviam entendido a proposta e acharam que aquela reunião não era obrigatória, ou seja, que a presença ou a falta não seriam contabilizadas como nos dias de reuniões mensais. A unificação dos grupos me parece bastante emblemática do momento difícil que se consolidava no ano de 2018: a possibilidade de conseguir um terreno federal para a construção da cooperativa e conseguir acessar o financiamento público para as obras se tornava algo cada vez mais longínquo. O grupo Guerreiras da Esperança surge da união destes dois grupos – Guerreiras Urbanas e Nova Esperança – e também de uma certa desesperança.

4 AFINAL, QUEM É O MOVIMENTO? UM EMARANHADO SOBRE SOCIEDADE CIVIL, IGREJA E UNIÃO POR MORADIA POPULAR

Durante a pesquisa de campo acompanhei não apenas as reuniões dos grupos Esperança e Guerreiras Urbanas, que são chamadas *assembleias* ou *plenárias*, como também participei de reuniões mais restritas, voltadas apenas para a União e coordenações dos grupos, conforme mencionei no decorrer da tese. Neste tópico trago alguns episódios do campo onde os atores principais são as pessoas vinculadas à União. Assim, o intuito é trazer aqui algumas reflexões sobre o posicionamento político do movimento, suas formas de atuação e os entrelaçamentos com atores de outros setores da sociedade. Desde o início da pesquisa de campo, em 2015, até sua conclusão, no fim de 2018, diversos acontecimentos políticos marcaram o país e impactaram profundamente as lideranças da União: o *golpe de 2016*, que retira do poder a presidente Dilma Rousseff e as eleições presidenciais de 2018, onde o resultado foi a derrota do candidato apoiado pela União.

Esta quinta parte da tese não segue uma ordem cronológica, ou seja, os episódios aqui descritos não acontecem posteriormente aos que foram descritos nas outras partes, mas sim, simultaneamente. Optei por separar estas questões do restante por serem estas mais discutidas no âmbito do *movimento* – a União. Assim, nesta parte se encontram acontecimentos e diálogos que ocorreram durante todo o período de pesquisa de campo – 2015 a 2018.

4.1 União por Moradia Popular: *Estado, Igreja e sociedade civil*

A União Nacional por Moradia Popular (UNMP) é um dos movimentos populares de luta por moradia que *mais contratou projetos* através do programa Minha Casa Minha Vida Entidades em todo o país, o que possivelmente se deu devido à inserção deste movimento em relevantes espaços institucionais, tais como o Conselho Nacional das Cidades (ConCidades) e no Conselho Gestor do Fundo de Habitação de Interesse Social. Ao lado de outros movimentos populares como o Movimento Nacional de Luta de Luta por Moradia (MNLN), a Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM) e a Central de Movimentos Populares (CMP), a UNMP “possui assento no Conselho Nacional das Cidades”.

Mesmo críticos ao caráter apenas consultivo dos conselhos e lutando para torná-los deliberativos, tais movimentos reconhecem neles certo poder de influência sobre as políticas urbanas (conquanto ínfimo rente do poder de lobby do grande capital). Além disso – o que talvez seja mais fundamental -, as entidades que participam dos conselhos e conferências veem neles, de um lado, uma porta de acesso a múltiplas esferas do poder estatal e, de outro, um importante espaço de formação política de seus quadros que precisa ser protegido contra as forças que o querem extinguir, bem ilustradas na reação ao recente decreto presidencial N 8.243/2014 que cria o Sistema Nacional de Participação Social. (PANDOLFI; SANTO, 2014, p. 159)

A UNMP surge entre a segunda metade da década de 80 e o início dos anos 90, que constituiu um momento histórico marcado pelo processo de redemocratização, dado o fim da ditadura militar brasileira. Foi neste período que houve a emergência dos “novos movimentos sociais”, do “novo sindicalismo” e a formação do partido dos Trabalhadores (PT). Desta forma, se consolidou, segundo a análise de Doimo (1995) um novo campo movimentista e começavam a ser construídas novas identidades coletivas (SCHERER-WARREN, 1996). São os anos 90, que segundo Dagnino (2002), serão caracterizados por uma “revitalização da sociedade civil”, e é neste momento que a UNMP se consolida e se expande aos poucos e em diferentes momentos em dezenove estados do Brasil, sendo os primeiros São Paulo, Minas Gerais e Paraná. De acordo com a narrativa da própria UNMP, o movimento se consolidou “a partir do processo de coletas de assinaturas para o primeiro Projeto de Lei de Iniciativa Popular que criou o Sistema, o Fundo e o Conselho Nacional por Moradia Popular no Brasil (Lei 11.124/05).”⁶⁵ É possível identificar um entrelaçamento do movimento, desde o seu surgimento, com a esfera do Estado, assim como com a Igreja Católica, influenciados pelas Pastorais de Favelas e Comunidades Eclesiais de Base, guiados pela perspectiva marxista de transformação social da Teologia da Libertação. Segue abaixo trecho também retirado do site da UNMP:

Passados 19 anos, a atuação do movimento com essas propostas estão localizadas em 19 Estados brasileiros. Sua forma de organização tem uma forte influência da metodologia das Comunidades Eclesiais de Base, de onde se originam grande parte de suas lideranças. Trabalha-se com grupos de base nas regiões metropolitanas e se articulam regionalmente nos principais pólos dos estados. Os estados são representados na instância nacional.

A UNMP surge então como um movimento que dialoga com o poder público, ocupando espaços institucionais, em uma dinâmica de “luta por dentro do Estado”

⁶⁵ Informações retiradas do site da UNMP. Disponível em: <http://www.unmp.org.br>. Acessado em: 10/07/2018, às 11:45h.

(TATAGIBA, 2011, p.234). Esta é uma característica marcante dos movimentos sociais que surgem neste mesmo período histórico: um forte entrelaçamento entre Estado e sociedade civil, fundamentado na noção de negociação e atuação conjunta. Em função disto, muitas discussões sobre a autonomia⁶⁶ destes movimentos foram levantadas na bibliografia sobre o tema, buscando compreender as fronteiras entre “sociedade civil” e “sociedade política” de forma mais fluida (DAGNINO, 2002; DAGNINO, OLVERA e PANFICHI, 2006).

Cabe destacar que nem todos os movimentos populares de luta por moradia possuem este mesmo caráter, como analisa Tatagiba (2011). Há uma rede ampla e heterogênea que forma os movimentos de moradia no Brasil, com diversos alinhamentos e divergências, que resultam em constantes novas organizações, dificultando um trabalho de “definir as fronteiras do campo movimentalista na área de moradia” (TATAGIBA, 2011, p. 239). As divergências mais comuns giram em torno das formas de atuação dos movimentos: a estratégia de ocupar prédios e terrenos ociosos (ou de não ocupar) e os limites e possibilidades colocados pelos diálogos com as diversas instâncias do Estado.

A União defende a atuação “por dentro do Estado” (TATAGIBA, 2011), privilegiando a atuação no campo legislativo, visando formulação de políticas públicas, através da participação em espaços institucionais, como o Conselho das Cidades. Além disso, a pressão direta é uma estratégia utilizada pela União: ocupações breves (geralmente em prédios das instâncias do Estado com as quais se quer *negociar*, como a Caixa e SPU), atos e manifestações. Estas estratégias e formas de ação “por dentro do Estado” são duramente criticadas por outros movimentos de moradia que se veem como mais “combativos” e defendem a importância e a centralidade da estratégia da ocupação como forma de luta pela moradia, em oposição às denominadas “conversas de gabinete” (TATAGIBA, 2011, p. 239).

Durante minha pesquisa de campo pude notar duas consequências deste modo de operar, por parte do movimento em questão: se de um lado, a participação nos espaços institucionais e o entrelaçamento com partidos políticos, por exemplo, confere

⁶⁶ Compreendo aqui o conceito de autonomia sob a perspectiva de Tatagiba (2011), como “a capacidade de terminado ator de estabelecer relações com outros atores (aliados, apoiadores e antagonistas) a partir de uma liberdade ou independência moral que lhe permita codefinir as formas, as regras e os objetivos da interação, a partir dos seus interesses e valores”. Assim, de acordo com a análise da autora, a autonomia dos movimentos não pressupõe uma não-relação com o Estado, mas sim um distanciamento crítico que permita colocar “a própria relação como objeto de reflexão” (TATAGIBA, 2011, p. 236).

às lideranças um certo poder, pois possuem informações tidas como privilegiadas às quais os “grupos” não têm acesso; de outro lado estas mesmas conexões e relações levam à desconfiança em relação ao movimento e às lideranças, associada à uma sensação de que as pessoas que compõem os grupos estão sendo usadas para fins políticos que desconhecem. Esta desconfiança é parte intrínseca a este processo do movimento aqui pesquisado com sua “base social”. Jurema, diversas vezes, relata, muito insatisfeita episódios em que as pessoas que faziam parte dos grupos Esperança e Guerreiras Urbanas demonstravam achar que *o movimento tem dinheiro* ou que ela possui algum interesse pessoal no projeto e *se dá bem* de alguma forma.

A década de 90 é marcada, portanto, pelo paradigma da “participação da sociedade civil”, não se tratando, desta forma, de uma visão monolítica do Estado perverso em oposição aos movimentos sociais, compreendidos como “polos da virtude” (DAGNINO, 2002) como nas décadas anteriores. Esta década fica marcada também por uma intensa política neoliberal no Brasil, que gera tensões e dificuldades na consolidação deste modelo “democratizante e participativo”. É este panorama que Dagnino (2002) denomina como a “confluência perversa” entre projetos políticos antagônicos. Outras análises apontarão para um momento de “refluxo” dos movimentos sociais neste período, embora alguns pesquisadores enfatizem uma considerável vitalidade de movimentos sociais no cenário da ação coletiva, havendo no entanto certo ocultamento da temática em grande parte da literatura (GURZALAVALLE; CASTELLO; BICHIR, 2004).

Para as lideranças da União por Moradia Popular, a eleição de Lula, em 2003, é um marco importante: é quando finalmente se consegue *eleger um governo popular*, como me disse Jurema. A vitória nesta eleição significava, portanto, um novo horizonte no que diz respeito aos diálogos e parcerias com o Estado, possibilitando, enfim, a criação de políticas públicas e financiamentos que dessem respostas às principais demandas da União: a possibilidade de construir moradia popular com autogestão através da organização do próprio movimento de moradia. A partir deste contexto surgem as novas possibilidades de financiamento para moradia popular construída através de autogestão: Crédito Solidário, e posteriormente, o MCMV Entidades – ambos já mencionados na primeira parte desta tese.

4.2 Afinal, quem “é movimento”?

Existe uma cobrança muito forte em relação ao movimento... Como se a gente não fizesse parte do movimento (Membro da UMP-RJ).

[...] às vezes vocês fazem essa separação. Ah, a Jurema é da União. O movimento somos nós. São vocês. Se a União tá aqui trabalhando junto com vocês, vocês são de onde? (Jurema, durante reunião do grupo Guerreiras Urbanas em 2017).

Durante a pesquisa de campo, nas diversas reuniões de Esperança e Guerreiras Urbanas, assim como em reuniões específicas do movimento, um ponto aparece de forma recorrente: a maior parte dos participantes dos grupos não se identifica como sendo parte da União. Em muitas conversas percebi que isso parecia gerar insatisfação nas lideranças do movimento, que se sentem realizando um trabalho que não recebe o reconhecimento necessário, além de haver a sensação de que se está *carregando o grupo nas costas*, conforme apareceu em uma fala da Jurema anteriormente transcrita nesta tese. Outra questão que se coloca a partir disso é um certo *fracasso político*: o não engajamento da maior parte dos grupos nas questões políticas que movem a União é interpretada, por vezes, como uma falha na *formação política* que o movimento vem promovendo.

A dificuldade de formação e engajamento políticos se configura como uma questão contemporânea que vem sendo colocada não apenas nos movimentos de moradia: faltaria formação política para angariar mais pessoas dispostas a *lutar* nos moldes propostos pela União? A fala de Jurema transcrita no início deste tópico me parece bastante simbólica: compreendo que embora as pessoas não se identifiquem como parte do movimento, estão, em certa medida, *fazendo o movimento*. O engajamento das coordenações em organizar reuniões, buscar soluções para os conflitos, e a persistência de todas as famílias que compõem os grupos neste processo de luta por moradia são condições indispensáveis para que o movimento se dê. Assim, há um duplo entendimento para *o movimento* nesta tese: de um lado, é compreendido, muitas vezes, pelos interlocutores como exclusivamente o trabalho da União. Desta forma, o movimento seria exclusivamente a União, estando personificado na figura de Jurema. No entanto, em diversos momentos é possível compreender o movimento de forma mais ampla – envolvendo mesmo aqueles que não se reconhecem como parte dele. As narrativas das mulheres de Esperança que aparecem na terceira parte desta tese remontam a isto: nenhuma delas se reconhece como parte da União. A frase *eu não sou da União* aparece nos relatos destas

mulheres com frequência. No entanto, o engajamento delas aparece de forma muito contundente no processo de construção da cooperativa Esperança. Este engajamento produz efeitos coletivos que se refletem na própria cooperativa, e também, efeitos na dimensão individual, que fica evidente quando elas destacam as melhorias na vida.

Durante as reuniões com representantes da União em que estive presente esta questão era frequentemente colocada: há uma interpretação aparentemente consensual entre as lideranças da União de que é preciso repensar as *formas de mobilização e de formação política*. A questão que era apresentada pelos coordenadores da União era de que as famílias – o *povo* – não se interessava pelo debate político e/ou não compreendia o que estava acontecendo. Por vezes havia o interesse pelo tema da política, mas o posicionamento era divergente ao da União, como foi o caso do *impeachment*, em 2016, apoiado por muitas famílias, assim como a candidatura do presidente Jair Bolsonaro. Com frequência as lideranças da União e assessoria técnica, na figura de Grazia, buscavam fazer considerações sobre os motivos pelos quais o *povo* não estava se identificando com o posicionamento da União – um posicionamento *de esquerda*: primeiro, destacavam o papel de manipulação das pessoas exercido pela mídia de massa, em especial pela emissora de televisão Rede Globo, e em segundo lugar, identificavam também como manipulação o convencimento que era feito por pastores de igrejas evangélicas.

Muitas vezes se colocava diante dos grupos, como foi o caso que presenciei em uma reunião de Guerreiras Urbanas, *que todos são movimento*. A fala de Felipe, coordenador da União, transcrita no início deste tópico, na reunião parecia buscar fazer com que todos se sentissem parte do movimento, enfatizando que *a luta pela moradia era de todos*.

4.3 A propriedade coletiva e a propriedade individual

Há uma discussão que é feita somente entre lideranças da União, sobretudo no diálogo com pesquisadores acadêmicos da área de habitação e diz respeito ao modelo de propriedade – coletiva ou individual⁶⁷. Esta discussão surge pautada no

⁶⁷ De acordo com o modelo de cooperativismo uruguaio a propriedade coletiva funcionaria da seguinte forma: sendo a cooperativa uma propriedade coletiva, não é possível que um morador venda sua casa livremente, pois queira fazê-lo, deverá vender para a própria cooperativa, pelo mesmo preço que pagou. Desta forma, o modelo se sustentaria ao longo do tempo, pois não opera pela lógica de mercado – da “especulação imobiliária”. A legislação uruguaia reconhece e estabelece este tipo de propriedade.

modelo de cooperativismo habitacional do Uruguai, que é citado por representantes da União como a *principal inspiração para o movimento no Brasil*, e tido como um modelo a ser seguido. Como já citei em outro ponto deste trabalho, as lideranças da União mencionam que foi um intercâmbio com o Uruguai na década de 90 que os fez organizar o movimento no país, sendo uma das principais influências para a construção das casas da cooperativa Shangri-lá. No Brasil, no entanto, não há respaldo jurídico para o reconhecimento da propriedade coletiva e tampouco para o cooperativismo habitacional. Mesmo o MCMV Entidades, pensado para a construção de habitações por movimentos populares, não prevê esta possibilidade, se restringindo à lógica da propriedade individual. Segundo Jurema, há inclusive, um julgamento moral que é feito pelos técnicos da caixa, que afirmam que *cooperativa é coisa de pilantra*.

O cooperativismo habitacional no Uruguai é uma modalidade de produção de moradias regulamentada desde os anos 60 através da Lei Nacional de Moradia, que contém um capítulo específico para tratar desta questão – instituindo os três eixos fundamentais para a consolidação deste modelo de cooperativismo uruguaio: “concessão de personalidade jurídica, terra e financiamento”⁶⁸ (GHILARDI, 2017, p. 114). Segundo dados levantados por Perazza (1978), entre o fim da década de 60 e o fim da década de 70 este modelo de produção habitacional passa a ser implementado no país em grande escala – embora o apoio estatal tenha diminuído drasticamente no período em que ocorreu o golpe militar no Uruguai. Uma das características centrais do modelo de cooperativismo habitacional uruguaio é a propriedade coletiva. Segundo representante da FUCVAM, é exatamente esta característica que permite que o modelo se “sustente ao longo do tempo”. Para as lideranças da União, a propriedade coletiva daria ao movimento a segurança de que as pessoas não venderão suas casas posteriormente. A possibilidade de venda das casas é vista como um fortalecimento da *lógica de mercado*.

No Brasil, esta questão tem sido discutida no interior dos movimentos de moradia e entre membros de assessoria técnica, mas durante a pesquisa de campo notei que esta questão raramente aparece no diálogo com as famílias que compõem os grupos, e quando surge, provoca conflitos. Em uma conversa com uma mulher que compõe a coordenação do grupo Guerreiras da Esperança ela relatou uma reunião

⁶⁸ Para maiores detalhes sobre o modelo de cooperativismo uruguaio e as aproximações com a experiência autogestionária no Brasil ver Ghilardi (2017).

na qual foi dito por uma pessoa da União que *as casas não iriam para elas, mas sim para o movimento*. Ao mencionarem a possibilidade de transformar a cooperativa em uma propriedade coletiva, ela compreendeu que desta forma, a sua casa não lhe pertenceria, mas sim pertenceria ao movimento, provocando nela a nítida sensação de que estava sendo enganada.

Falaram que as casas não seriam nossas de fato, que se eu quisesse vender a casa a gente teria que vender para o movimento, e o movimento pagaria o mesmo valor que a gente pagou. [...] Mas não é isso que eu quero pra mim, fica presa num lugar. Aí eles falaram assim: poxa, mas se a gente for pensar nas outras pessoas... Se a pessoa perde o subsídio do governo agora pra comprar uma casa, pra ter a casa, depois ela não vai ter de novo pra comprar outra. E se ela vender pro movimento pelo valor que ela ta pagando... E como é que ela fica? E se ela muda de estado como é que ela fica? Ela perde a chance da casa própria. [...] Eu não to aqui esse tempo todo me dando, assistindo reunião, pra depois me dizer que se eu daqui a dez anos eu quero vender a minha casa eu tenho que vender pro movimento. Ela é minha. Ela é minha.

Claudia mencionou que *seu coração só relaxou* quando uma outra pessoa da União disse que eles até *queriam fazer desta forma, mas que a lei não dá respaldo para isso*. A lógica da propriedade coletiva é vista pela maioria das pessoas com quem conversei como uma forma de *enganação: para que a casa seja considerada sua é preciso que se tenha o direito de vendê-la para quem quiser e pelo valor de mercado*.

Como afirmei anteriormente, a discussão sobre a possibilidade da propriedade coletiva é feita em reuniões mais restritas, como foi o caso de um seminário, realizado na sede da CUT em 2015, onde se encontravam além de lideranças da União, membros de coordenações de vários grupos vinculados à União e pesquisadores da UFF e do IPPUR. Na ocasião, Luciana Lago, pesquisadora do IPPUR, falou longamente sobre a necessidade do privilegiamento do valor de uso em detrimento do valor de troca. Esta me parece ser a raiz do conflito entre os modelos de propriedade: as famílias querem ter a opção de vender suas casas pelo preço que quiserem, caso assim desejem, e esta venda é vista pela União e por pesquisadores como algo negativo, conforme explicitarei em outro ponto da tese.

4.4 Por que as pessoas *não se mobilizam* (da maneira esperada pela União)?

As pessoas dizem que a única forma de mudar é pelas urnas. Mas ultimamente a gente tem se decepcionado. A gente não quer mais ir nas urnas, a gente não quer mais os políticos, a gente não quer mais as eleições. Eu acho que a forma de mudar é pela organização. A gente tem que fazer

isso pra mais pessoas. As pessoas não entendem o que é a autogestão. As pessoas não acreditam que pode dar certo. (Nilde, Quilombo da Gamboa, Julho de 2015)

Esta fala da Nilde durante a reunião foi muito aplaudida pelos demais presentes. Tratava-se de um seminário, realizado na sede da CUT, onde estavam presentes coordenadores de diversos grupos vinculados à União – Quilombo da Gamboa, Esperança, Nova Esperança, Ipiiba, Guerreiras Urbanas e João Cândido. Além destes, estavam presentes também pesquisadores do IPPUR e da UFF, assim como os coordenadores da União.

Como já mencionei em outro ponto da tese há, por parte principalmente dos coordenadores da União, uma reclamação constante quanto ao não engajamento *do povo* em atos e manifestações que são organizadas pelo movimento para reivindicar o direito à moradia do poder público. Além disso, há o desinteresse em discutir questões referentes à conjuntura política, o que leva as lideranças a acreditarem em uma falta ou uma falha na formação política da *base*, que seria composta pelas *famílias* que compõem a *plenária*. Em uma conversa com Claudio, coordenador da União, assim como Jurema, ele fez uma pergunta que me marcou: *Geisa, o que tá acontecendo? Por que a gente não consegue mais falar para o nosso povo? O que você acha?* Claudio tem um histórico de atuação em sindicatos e tem aproximadamente 60 anos. Estávamos às vésperas do *impeachment* da presidente Dilma, em 2016. Primeiro me impactou a possibilidade de ele achar que eu tinha alguma resposta. Eu só tinha perguntas. Respondi que não sabia, e engatamos numa conversa sobre as chances do *impeachment* se concretizar ou não. A pergunta de Claudio ecoou na minha cabeça justamente por ser uma pergunta que me foi feita de formas indiretas no decorrer da pesquisa: a dificuldade de diálogo e a hostilidade entre coordenações, União e as *famílias* parecia indicar esta dificuldade de comunicação. Em um momento posterior Claudio me deu a seguinte resposta para a pergunta que ele mesmo formulara: *é muito difícil falar para o povo hoje porque a gente tem que disputar com a Igreja (evangélica), a gente tem que disputar com a Globo. Eles manipulam e o pessoal acredita. É muito difícil.*

Será este descrédito dos “políticos” uma possível explicação para o pouco interesse nos atos e manifestações? Reivindicar do Estado, seria nesta visão, reivindicar dos “políticos” e de um sistema política cada vez mais desacreditado pelas pessoas? Nesta mesma ocasião, após a fala de Nilde, Sandra, do grupo João Cândido

complementou: *nós não podemos contar com os governantes. A gente tem que ir nos políticos e obrigar eles a fazer o que é direito nosso.* A fala indica mais uma vez a descrença na atuação dos políticos: *só fariam algo pelo povo se fossem obrigados a isto.*

O poder dos movimentos, conforme aponta Melucci (2001, 2002) é medido pela sua inserção na vida cotidiana e suas relações com as *bases sociais*. Assim, o fato de não conseguir *mobilizar* as pessoas para que participassem de atos organizados pelo movimento era visto como uma fragilidade, um problema a ser solucionado: como podemos conscientizar as pessoas sobre a questão política? Como fazer formações políticas nos grupos sem serem acusados de *doutrinação*? Como disputar a narrativa política com os líderes religiosos evangélicos e com as emissoras de TV? Essas questões eram colocadas com frequência em reuniões de coordenadores da União. A questão da *doutrinação* aparecia no sentido de não poder *obrigar* as pessoas a concordar com os posicionamentos políticos da União. Em algum momento foi colocado em pauta por uma liderança da União a possibilidade de atrelar a obrigatoriedade de participação em atos e manifestações para as famílias que compõem os grupos. Rapidamente a ideia foi descartada por se enquadrar em uma noção de obrigação, e portanto, *doutrinação*. As pessoas não poderiam assim serem forçadas a participar de manifestações políticas, seria preciso oferecer a base de formação política que as fizesse compreender a importância de tal participação.

Estive presente em muitas reuniões do grupo Guerreiras Urbanas onde Jurema, e alguns membros da coordenação, insistiram durante horas para que aparecessem alguns poucos “voluntários” dispostos a participar de um ato na Caixa Econômica ou alguma outra manifestação, quase sempre no centro da cidade. A tensão era evidente na sala quando estes momentos chegavam. Rostos sérios, justificativas como “não posso, tenho que trabalhar” por todos os cantos. Geralmente algumas respostas mais impacientes e irritadas surgiam, mas eram sussurradas no meio da sala, sem chegar à Jurema ou outras pessoas que estivessem à frente da reunião. Em uma das reuniões Jurema, antes de solicitar os “voluntários” para participar de um ato na Caixa, perguntou: *quem aqui trabalha de carteira assinada?* Alguns poucos levantaram o braço. Em seguida ela perguntou: *quem aqui trabalha por conta própria? É trabalhador informal?* A grande maioria levantou o braço. Ela seguiu dizendo: *bom, quem trabalha informal faz o seu horário, né? Não tem patrão.*

Então pode participar dos atos se quiser. Não adianta vir com essa de não posso, tenho que trabalhar. Ninguém se manifestou.

4.5 O ato do Dia internacional do habitat

Os atos e manifestações no espaço público e nos prédios da Caixa e SPU – instâncias do Estado com as quais os movimentos de moradia dialogam mais frequentemente – são vistas pelas lideranças como parte importante do engajamento *político*. Este ato que descrevo a seguir ocorreu em outubro do ano de 2015.

Na reunião anterior do grupo Guerreiras Urbanas um pequeno grupo de pessoas havia se disponibilizado para participar desse ato, que ocorreria numa segunda-feira. O ponto de encontro informado havia sido o metrô da Carioca, e de lá o grupo caminharia para o prédio onde funciona a Secretaria de Patrimônio da União. Cheguei por volta das 9 horas e não encontrei ninguém no local onde estava marcada a concentração. Por volta das 10 horas vi Claudio chegar acompanhado de algumas pessoas com a camisa do CMP que eu não conhecia. Ele disse que Jurema, junto com “os grupos de Jacarepaguá” estavam a caminho, mas iam chegar atrasados. Foi um dia chuvoso e de muitas complicações no trânsito. O trem operava de maneira irregular e as pessoas relataram engarrafamentos em diversos pontos da cidade, o que é comum em dias chuvosos no Rio de Janeiro. As pessoas foram chegando aos poucos, com camisas e bandeiras de diversos movimentos – MNLM, CMP, UMP-RJ, MLB e CONAM - e acabamos saindo do ponto de encontro por volta das 11 horas. Antes de sairmos, todo o grupo reunido na saída do metrô ouviu a leitura de uma carta elaborada em conjunto pelos movimentos que estavam presentes neste ato. Um rapaz do MNLM leu a seguinte carta, integralmente e em voz alta:

Nós, movimentos e entidades urbanas populares, Central dos Movimentos Populares (CMP), Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM), Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLM), Movimentos de Luta dos Bairros e Favelas (MLB) e União por Moradia Popular (UNMP), convocamos esta Jornada Nacional de Luta pelo direito à moradia e à cidade, no dia 5 de outubro de 2015, Dia Mundial dos Sem Teto e Dia Mundial do Habitat.

Estamos nas ruas, na maioria das capitais brasileiras, em defesa do Direito à moradia digna e à cidade para as pessoas e não como mercadoria. Entendemos que neste momento é de fundamental importância que ocupemos as ruas com a pauta das mudanças estruturais, como: Reforma tributária com taxação de grandes fortunas, reforma política, reforma nos meios de comunicação, reforma agrária e da consolidação das políticas públicas, frente tanto ao retrocesso pregado pelas forças conservadoras,

quanto pelo projeto de ajuste fiscal e corte de investimentos sociais propostos pelo governo. Somos contra a atual política econômica e entendemos que a crise só será superada com o enfrentamento das questões estruturais que perpetuam a desigualdade em nosso país. Fora Levy e seu projeto neoliberal! Nossa Jornada também é parte da Campanha em Defesa da Função Social da cidade e da propriedade, da Campanha Internacional Despejo Zero e da organização popular rumo ao Habitat 3.

Exigimos:

- Lançamento imediato do programa Minha Casa Minha Vida 3, com as melhorias propostos pelos movimentos sócias, tais como:
- Melhor localização e qualidade dos empreendimentos e maior controle social do programa;
- 300 mil unidades para o MCMV Entidades;
- Modalidade para Entidades no programa Faixa 1 FGTS;
- Início imediato das contratações no MCMV Entidades e MCMV Rural;
- Reformulação dos normativos que travam as obras e a organização popular (propriedade coletiva, retirada do limite de 4% da parcela, retomada da segunda antecipação, equipamentos comunitários e áreas comerciais, recursos para equipamentos públicos, dentro outros);
- Retomada dos pagamentos das obras e projetos em andamento, sem atraso nas liberações;
- Destinação de imóveis públicos federais e do INSS para moradia popular para que, enfim, cumpram sua função social e retirada da MP 691/2015, que privatiza o patrimônio público;
- Construção do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano, como estratégia de romper com a fragmentação das políticas em nossas cidades e estabelecer o controle social; incorporando nela a política de mobilidade urbana, de saneamento ambiental, de planejamento territorial e de habitação;
- Fim dos despejos e remoções das famílias de favelas e de ocupações;
- Em defesa do projeto de emenda constitucional 285/2008, a PEC da moradia.

Nossa mobilização é para que possamos seguir no caminho das mudanças e transformações, não admitiremos retrocessos na construção de um Brasil mais justo. A cidade e a propriedade tem que cumprir a sua função social.

Estavam todos em forma de roda ouvindo a leitura da carta, em silêncio. Após a leitura, todos aplaudiram. Fomos caminhando - aproximadamente trinta ou quarenta pessoas - em direção à SPU. Jurema disse: *Nós vamos hoje pra SPU! Não vamos fazer ato na caixa hoje, porque já fomos lá muitas vezes.* Para chegar até a SPU passamos em frente à sede da Caixa Econômica, na rua Almirante Barroso. Os seguranças que ficam na portaria principal do prédio, ao avistar o grupo rapidamente fecharam as portas. Todos riram. Cláudio, chegou a simular uma tentativa de abrir a porta pelo lado de fora, falando alto: *deixa eu entrar, deixa eu entrar!*, com ar de riso. Do lado de dentro, dois seguranças tensos e engravatados faziam força para segurar a porta. Todos riram e seguimos caminhando até o prédio da SPU.

Antes de entrarmos no prédio, Claudio da União, e Vinicius do MNLM, pediram que as pessoas se dividissem para que o grupo não chamasse a atenção dos seguranças no momento da entrada. Assim, ficamos divididos em duplas ou trios e

nos separamos. As camisas dos movimentos também foram escondidas com casacos, e faixas e cartazes foram dobradas na tentativa de que não fossem notadas no momento da entrada. Mesmo assim, chegando ao prédio da SPU rapidamente foi possível notar os olhares desconfiados de seguranças. Eu caminhava ao lado de Jurema e Sandra. Entramos caminhando em direção ao interior do prédio, fingindo não notar que um dos seguranças já nos seguia. “Onde vocês vão?”, perguntou o segurança. Continuamos caminhando. Ele insistiu: “Senhora?”, disse olhando para Jurema. O segurança caminhou mais rápido, entrou na nossa frente para impedir que continuássemos a caminhar e perguntou: “Em que setor vocês vão? Preciso saber para encaminhar vocês para o setor responsável”. Jurema respondeu, séria, que íamos falar com um representante da SPU. O segurança então pediu que fôssemos apresentar nossos documentos às recepcionistas, pois era necessário fazer um cadastro antes de entrar no prédio.

Quando nos dirigimos até a recepção fomos informados de que não podíamos subir, pois o “grupo era muito grande”. Neste momento teve início um longo período de negociação para que conseguíssemos entrar no prédio. Alguns representantes dos movimentos que estavam presentes desenrolaram as faixas, que até então não estavam visíveis, e formaram uma espécie de cordão humano, bloqueando a passagem e impossibilitando a entrada ou saída de qualquer pessoa. Enquanto isso, outras lideranças presentes tentavam negociar com os seguranças a nossa entrada.

Figura 10 – Bandeiras dos movimentos no ato no prédio da Caixa Econômica



Fonte: Foto da autora

Em determinados momentos os seguranças diziam que poderíamos subir, as pessoas se dirigiam até a recepção para que assim pegassem o cartão que permitiria passar pela catraca. Logo em seguida os seguranças voltavam atrás na decisão e diziam que ninguém poderia subir. Isto aconteceu algumas vezes. As recepcionistas disseram que não poderiam fazer as identificações pois haviam recebido ordens de que ninguém daquele grupo poderia subir. Ao serem perguntadas o motivo desta ordem, elas informaram que “o problema era que o grupo era muito grande”. Assim, os seguranças se aproximaram e disseram que poderia autorizar a subida de apenas três representantes do grupo. Claudio, da União, perguntou em voz alta “Pessoal, eles estão dizendo que podem subir apenas três pessoas. É isso que a gente quer? Ou a gente quer subir todo mundo?”. A maioria do grupo se pronunciou, reafirmando a postura de Claudio e dizendo “Não! A gente quer que suba todo mundo!”. Alguns seguranças, aparentemente já impacientes, continuavam a conversar com as lideranças. Enquanto isso, outros seguranças tentavam desencorajar as lideranças a permanecerem bloqueando a passagem. Pedia que deixasse as pessoas passarem, pois havia funcionários do prédio que precisavam circular. Ao que foi respondido: “Já que a gente não entra, ninguém entra”.

A negociação se estendeu durante quase duas horas. Percebemos que em dado momento alguns carros da polícia chegaram e se posicionaram em frente à entrada do prédio. Um dos seguranças se aproximou de nós e disse que poderíamos subir “de vinte em vinte”. Assim, fomos novamente até a recepção fazer a identificação. Logo em seguida voltaram atrás na decisão, e disseram que ninguém poderia subir. Foi neste momento que alguns manifestantes foram até a porta do prédio e a fecharam, impedindo assim totalmente a entrada e saída de pessoas, já que mesmo com o cordão humano que havia sido feito, algumas pessoas ainda conseguiam acessar o prédio. Os seguranças se mostraram muito nervosos diante desta atitude, e afirmaram que o grupo estava “depredando o patrimônio”. As pessoas só haviam fechado a porta, não havia margem para que se afirmasse que havia ocorrido ali uma “depredação”. Os seguranças insistiram muito para que as portas ficassem abertas, e os manifestantes acabaram cedendo. As portas permaneceram abertas.

Figura 11 – Ato no prédio da Caixa no dia internacional do Habitat



Fonte: Foto da autora

Em dado momento, durante a negociação, Marcelo, da CMP, se dirigindo ao grupo: *vamos mandar vir mais pessoas! As pessoas disseram que estavam chegando e eu disse que não precisava mais. Mas agora vou pedir pro pessoal vir pra dar um reforço.* Rapidamente os seguranças fecharam as portas do prédio. Tratava-se de uma estratégia, que aparentemente era muito usada. Ao fim da manifestação Jurema me contou, rindo, que certa vez, durante a negociação do terreno de Esperança ela utilizou este mesmo recurso para amedrontar os seguranças: *eu estava aqui sozinha. Falei assim ‘então tá bom, peraí’. Ela contou que começou a simular uma conversa no telefone dizendo: ‘não, não. Segura os ônibus aí porque acho que a gente vai chegar num acordo. Não precisava mandar o pessoal vir não.* E assim, rapidamente teria conseguido o acordo pretendido com o *pessoal da Caixa.*

No fim, quase às 13:30h, os seguranças acabaram cedendo e todos pegaram os elevadores e subiram à sala, onde fomos recebidos pelo superintendente da SPU. Hinos dos movimentos foram entoados, palavras de ordem, palmas, discursos dos representantes dos três movimentos: CMP, UMP e MNLN. Os grupos foram subindo aos poucos, já que não havia possibilidade de subirem todos ao mesmo tempo pelos elevadores. Muitas fotos e palmas a cada grupo que entrava na sala. Quando todos estavam presentes, houve a entrega da carta anteriormente mencionada ao superintendente. Vinicius, do MNLN fez a leitura da carta, e após isso Jurema disse ao superintendente: “Nós nunca fomos tão mal recebidos aqui na SPU. Isso é um absurdo. Tinha senhoras e senhores lá embaixo com medo de apanhar de segurança.”

Figura 12 – Leitura da carta dos movimentos na Caixa Econômica



Fonte: Foto da autora

O superintendente, cumprimentou todos os presentes, recebeu a carta, e assim, nos preparamos para descer. Jurema sugeriu que em vez de usar os elevadores, descêssemos pelas escadas, cantando e levando as bandeiras. Foi quando Alexandre, funcionário da SPU, se aproximou e disse, visivelmente preocupado: *Jurema, pelo amor de deus não desce pela escada!* Jurema disse para o grupo que então desceríamos pelos elevadores, se voltou para Alexandre e disse sorrindo: *Viu? Estou te ajudando*. Havia na fala de Jurema certo tom de cumplicidade. Ela parecia aproveitar o contexto para fortalecer esta relação com o funcionário, enfatizando que o estava *ajudando*. Assim, em outros momentos ela poderia também ser ajudada por ele. Quase sempre noto uma relação de pessoalidade entre Jurema e os representantes da Caixa e da SPU, que os conhece pelo nome e sabe onde encontrá-los.

Durante todo o ato e a negociação anteriormente citada havia o funcionário da SPU, Alexandre, acima citado, que tentava conversar com as lideranças e com os seguranças, se mostrando tenso e incomodado com a situação. Alexandre, assistente social da FBR, comentou comigo: *ele não tá entendendo nada, porque ele tem uma boa relação com Jurema e Claudio*. Alexandre completou dizendo que como *ele era novo na SPU, ainda não sabe o que é o movimento*. De acordo com Alexandre *uma coisa é lidar com eles isoladamente e outra é lidar com eles enquanto movimento*. Quando o movimento tem que fazer algo, tem que fazer. Observei que antes de irmos embora, Jurema abraçou Alexandre da SPU, e ambos sorriram, embora ele ainda parecesse um pouco tenso.

Sáimos do prédio e o grupo se dispersou. Fui caminhando com um grupo de mais ou menos seis pessoas até a estação de metrô mais próxima. Durante a conversa Jurema comentou que considerava a manifestação de hoje positiva e completou dizendo: *as pessoas não entendem que causar aquele tumulto ali é necessário, tem que fazer isso mesmo. Chegar e subir é muito fácil. Tem que causar um tumulto, chamar a atenção, senão não adianta.* Aparentemente algumas pessoas do grupo *que não estavam acostumadas* com atos e manifestações, teriam achado o *tumulto desnecessário.*

Este episódio é bastante emblemático no que se refere à performance e a uma determinada dimensão de ritual (TURNER, 1996) que se faz presente nestes atos: é preciso entrar com discrição – para evitar que a entrada seja impedida-, mas depois torna-se necessário chamar a atenção, como enfatiza Jurema. Há em jogo uma performance que, por vezes, simula um conflito entre o *povo* e os representantes do Estado. É por isto que Jurema afirma que é preciso *causar aquele tumulto.* As bandeiras, faixas e camisas dos movimentos também são simbólicas e fundamentais para que os movimentos sejam reconhecidos, tanto pelos representantes do Estado, quanto uns pelos outros. Assim, segundo Jurema, é importante que os outros movimentos vejam que a União *colocou o povo na rua.* É um momento importante para que *o movimento mostre sua força.*

4.6 “Não vai ter golpe” – Frustração e o significado do *golpe de 2016* para a União

Neste ponto da tese, e também no que se encontra a seguir, tratarei de dois momentos emblemáticos no que se refere à conjuntura política do país durante o período em que realizei a pesquisa de campo, e que impactaram muito as lideranças da União. O primeiro ocorreu em 2016, quando a presidente Dilma Rousseff sofreu um *golpe*, e teve início o governo do vice presidente Michel Temer, que trouxe, segundo Jurema, *muitas dificuldades de diálogo* com os movimentos populares de moradia.

Trago a seguir um relato de campo. Gostaria de destacar que demorei bastante para fazer estas anotações de campo, e por isso, muitos detalhes talvez tenham escapado à minha análise. Isto porque, a ida à Brasília para acompanhar a votação que resultou no *impeachment* foi para mim não somente uma experiência de pesquisa.

Tratava-se de uma experiência pessoal, em que o meu papel de pesquisadora / observadora era frequentemente ofuscado pelo meu envolvimento pessoal e emocional. Evidentemente estes envolvimento estão sempre em jogo em uma etnografia, no entanto, sinto que neste momento específico da pesquisa estive mais pessoalmente envolvida nas cenas. Ainda assim, considere pertinente incluir este relato, considerando que durante toda a pesquisa este *golpe* foi citado como um marco negativo. Na análise de Claudio e Jurema, foi a partir deste episódio que os movimentos de moradia começaram a perder força e legitimidade no diálogo com as diversas instâncias do Estado, e a falta de perspectiva no que se refere ao acesso aos financiamentos para construção de moradias populares passa a tomar conta das conversas e análises das lideranças da União. Assim, o golpe de 2016 é tido por meus interlocutores da União como o momento de declínio no que se refere a um governo comprometido com as causas populares, e portanto, com a questão da moradia.

Era abril de 2016. Em uma reunião do Guerreiras Urbanas, logo que comecei a acompanhar o grupo, havia sido feito o convite para quem quisesse ir à Brasília para a “votação” referente ao possível *impeachment* da presidente Dilma Rousseff. Eu havia sido incluída há pouco tempo no grupo de *whatsapp* deles e foi através de uma mensagem que me disponibilizei a ir com eles à Brasília. Eu tinha participado somente de duas reuniões mensais e por isso, ingenuamente, acreditei que várias pessoas do grupo iriam e eu teria oportunidade de passar mais tempo com elas, possibilitando uma aproximação produtiva para a pesquisa. No entanto, as poucas pessoas do grupo que se disponibilizaram a ir desmarcaram em cima da hora, deixando Jurema e Claudio, extremamente chateados. O ônibus saiu de Campo Grande, numa noite de sexta-feira, e fez algumas paradas em outros bairros. Dentre eles, o bairro de Madureira, que sendo próximo à minha casa, foi o que escolhi como ponto de encontro para me juntar ao grupo. Marcia e Marcio, que participavam da coordenação do grupo Guerreiras me encontraram em Madureira, e ficaram me fazendo companhia até que o ônibus chegasse, por volta das oito horas noite, mas eu era a única pessoa ligada ao grupo que não havia desistido da viagem no último momento. Assim que o ônibus chegou, eu entrei e eles seguiram para suas casas.

Havia aproximadamente vinte e três pessoas no ônibus, entre participantes do grupo de Campo Grande e Santa Cruz, que tem como principal liderança Claudio. Foram aproximadamente vinte e duas horas de viagem na ida e também na volta. Na ida, muita animação. As pessoas conversavam muito e riam bastante. Maria, uma

senhora muito animada e moradora de Campo Grande, dominava a conversa: falava alto, ria e contava muitas piadas. No início todos pareciam se divertir, mas após algum tempo algumas reclamações surgiram: um senhor começou a reclamar que ela falava muito alto e ele queria dormir.

Claudio havia me apresentado aos demais como *assistente social* e mencionou que *me conhecia há muitos anos*. Ele se sentou ao meu lado durante a viagem e falou bastante sobre a *dificuldade de mobilizar as pessoas* para atos, manifestações e de *conscientizá-los politicamente*. Ele relatou com tristeza que muitos integrantes dos grupos de cooperativas da União atacam o governo Dilma e *compram o discurso da Globo*. Apesar disso, ele se dizia confiante na *vitória*: sua impressão naquele momento era de que o *impeachment* não iria se concretizar, e que aquela era somente uma estratégia *deles* para *abalar* o governo Dilma e tentar *minar sua credibilidade*.

Nas diversas paradas que o ônibus fez durante as vinte e duas horas de viagem havia também um clima de muita tensão. Junto conosco, havia diversos outros ônibus com “apoiadores do governo Dilma”, em comboio, mas também havia os ônibus com pessoas que estavam indo à Brasília apoiar o *impeachment* da presidente. Quando percebíamos algum grupo com camisas verde e amarela ou bandeiras do Brasil, alguém do nosso grupo imediatamente comentava: *olha os coxinhas!* Jurema e Claudio haviam alertado para que ninguém *caísse em provocação*, orientando para que caso *eles* falassem algo, saíssemos de perto. Com frequência, alguém nos avisava que havia um grupo de *coxinhas* em algum local e recomendava que evitássemos passar por lá para evitar problemas. No entanto, pequenos tumultos aconteceram: trocas de insultos e pequenas discussões. Parecia estar em jogo ali também uma performance (TURNER, 1996): os momentos de “encontro” com os que estavam defendendo o lado oposto, não poderiam se dar sem algum tipo de enfrentamento. Assim, os olhares e pequenas provocações pareciam ser parte de um ritual onde se demarcava as fronteiras entre ambos os grupos. Claudio brincou comigo dizendo: *Você pode dar uma passada lá perto dos coxinhas pra ver o que eles estão falando, loirinha assim, vão achar que você é coxinha também*. Até onde pude observar, não houve nenhum tipo de agressão, e a chegada até Brasília se deu sem grandes problemas para ambos os grupos.

Durante a viagem de ida conversei bastante com Rafael e Juliana – um jovem casal – e dona Ilda, mãe de Juliana. Eram moradores de Santa Cruz e participavam de um grupo neste bairro, onde Claudio era a principal liderança. Eles me contaram

um pouco sobre o grupo de Santa Cruz, do qual fazem parte há pouco tempo, e ficaram se mostraram curiosos em relação ao motivo pelo qual eu acompanhava os grupos em Jacarepaguá. O tema do *impeachment* também apareceu em nossas conversas, e ao contrário do que eu imaginei, eles pareciam não ter uma opinião formada a respeito. O rapaz chegou a afirmar que *não sabia se seria melhor ter impeachment ou não*. A ida para Brasília parecia ser também para alguns uma oportunidade de viajar, e não necessariamente este interesse estava ligado às questões políticas envolvidas.

Chegamos à Brasília no final da tarde. Seguimos para o acampamento onde estavam pessoas de diversos movimentos sociais: movimentos de mulheres, movimentos de estudantes universitários, movimentos de moradia urbanos e movimentos rurais. Muitas barracas, colchonetes, instrumentos musicais. Assim que cheguei observei um grupo de mulheres jovens que entoavam bem alto e com animação: *Se cuida, seu machista, a América Latina vai ser toda feminista!*. Notei que algumas pessoas pareciam desconfortáveis, e olhá-las com certo ar de reprovação. Os movimentos montavam suas barracas e as pessoas se acomodavam com colchonetes, e organizavam mochilas nas laterais. O clima geral era animado: pessoas rindo, conversando, conhecidos se reencontrando. Todos vestindo camisa de algum movimento e muitos com bandeiras.

Não havíamos levado barraca e colchonete, e a ideia era que dormíssemos no próprio ônibus, e assim fizemos. O primeiro ato *contra o golpe* aconteceria no dia seguinte logo cedo. O ato contou com um número grande de pessoas. Caminhamos da Esplanada dos Ministérios em direção ao Congresso Nacional, onde aconteceria a votação.

Figura 13 – Manifestantes na Esplanada em Brasília



Fonte: Foto da autora.

Figura 14 - Ato contra o impeachment



Fonte: G1

Todos os movimentos sociais presentes estavam com suas bandeiras e faixas. O grito durante a caminhada até a esplanada era um só: *Não vai ter golpe!*. Era um dia muito quente e seco. Algumas pessoas se sentiram mal durante a caminhada e precisaram parar para descansar. Um pouco antes de o ato começar Jurema me deu uma camisa da União – que é amarela, com letras vermelhas - e pediu que eu usasse. Segundo ela, era importante para nossa segurança que todos estivessem com camisas do movimento. Assim, era mais fácil nos identificar de longe. Outra medida de segurança era evitar circular sozinho.

Chegando ao Congresso Nacional nos sentamos na grama e aguardamos o início da votação, que acompanhamos através de um telão que foi instalado. Os grupos que se manifestavam a favor do impeachment e contra assistiram à votação em espaços separados no Congresso, como demonstra a imagem a seguir. O processo de votação durou algumas horas, e no decorrer dele, a animação das pessoas com quem eu estava se esvaía. Foram muitos os xingamentos em coro direcionados ao telão a cada voto favorável ao *impeachment* da presidente. Aos poucos os xingamentos davam lugar a silêncio e desânimo. Assim que a votação acabou, voltamos caminhando até a esplanada, e o ônibus seguiu de volta para o Rio de Janeiro pouco tempo depois.

A volta foi particularmente marcante e angustiante. Muita decepção, frustração e medo do futuro. Para Claudio, Jurema e outras lideranças presentes o *impeachment já era certo*, pois a esperança de que *não passasse no senado* era quase inexistente – o que de fato, posteriormente, se concretizou. O medo ia para além do golpe em curso e se estendia ao futuro do Partido dos Trabalhadores e ao destino de Lula.

Claudio dizia com ar de muita preocupação: *Agora eles vão prender o Lula!* O clima era de muita decepção. No ônibus, todos tristes, calados. Um clima completamente oposto àquele que se deu na ida – de alegria e conversação. *Mas não podemos desistir, temos que resistir, continuar lutando*, dizia Claudio.

4.7 As eleições presidenciais de 2018 – “apunhalada pelas costas”

As eleições presidenciais de 2018 marcaram minhas últimas idas a campo. Este foi um assunto gerador de muita tensão por parte das coordenações dos grupos e das lideranças da União. Conversando sobre o resultado das eleições presidenciais de 2018, Jurema conta que *se sentiu apunhalada pelas costas*, principalmente por parte da coordenação do grupo Guerreiras. Muitos votaram no Bolsonaro, e ela conta, com um discreto sorriso, que acha que alguns já estão arrependidos: *tá arrependido agora? Agora não adianta mais!*

Jurema atribui a vitória do novo presidente aos pastores das igrejas evangélicas na região. Segundo ela, em diversas igrejas os fiéis saíam após o culto para fazer campanha. Houve discussão sobre eleição na semana que antecedeu o segundo turno, e ela conta que as pessoas levantavam a questão do “kit gay”. Mesmo tentando convencer as pessoas de que isso não era verdade, ela conta que muitas não ficaram convencidas. Claudia, que é evangélica e faz parte da coordenação, havia dito nesta ocasião que *muita gente diz que é mentira, mas que o filho dela chegou com um kit gay da escola*. Grazia pediu então que ela levasse o tal kit para que todos pudessem ver. Jurema me olha por cima dos óculos e diz: *Você trouxe? Não*. Ironizando o fato de que Claudia falou, mas não levou a tal cartilha. Esse é um ponto que causa muito desconforto e *desânimo em Jurema: os próprios membros da coordenação não compreendem a dimensão política que está envolvida na proposta da cooperativa*.

No grupo de *WhatsApp* também houve muitos conflitos e tensões por conta das eleições. Grabas, que é parte da coordenação do grupo Guerreiras da Esperança mandava diversas mensagens falando sobre as propostas que o candidato Fernando Haddad tinha para a área da habitação, e em outras vezes ressaltava que o candidato Jair Bolsonaro não tinha propostas para esta área, portanto, sua eleição prejudicaria o grupo. Este posicionamento gerou conflitos. Amanda considerava que no grupo não deveriam tratar sobre *assuntos de política* e costumava chamar a atenção de quem fazia isto no grupo de *Whatsapp*. Grabas retrucava dizendo que estava falando de política, mas especificamente voltado para o tema da habitação, que era de *interesse*

de todo o grupo. Esta tensão se acirrou às vésperas do segundo turno das eleições: Sandra, Grazia e Grabas, principalmente, enviavam constantemente mensagens e notícias que traziam críticas ao candidato Jair Bolsonaro. Além disso, também mensagens e notícias promovendo a candidatura de Fernando Haddad. Isto ocasionou algumas discussões, e inclusive a saída de algumas pessoas do grupo de *WhatsApp*.

É interessante mencionar que, embora este processo de veiculação de notícias que produzem determinadas informações e “visões ou versões” (BONELLI, 1996) sobre os processos políticos que envolvem as eleições, não seja algo novo, há um elemento que parece ser característico da contemporaneidade nestas eleições de 2018. As notícias veiculadas eram, com frequência identificadas como *fake news*⁶⁹, ou seja, notícias falsas – propagadas não apenas pela imprensa e mídias tradicionais, mas também difundidas pelas redes sociais, sem que se soubesse a origem da informação. Isto gerou bastante debate no interior do grupo, pois Grabas, Grazia, Sandra e Jurema, assim como outros participantes que apoiavam o candidato Fernando Haddad, se mostravam extremamente irritados diante da veiculação de notícias consideradas falsas – como era o caso do *kit gay*, utilizado como argumento por Claudia para não votar no candidato do PT.

Entre as lideranças da União o clima pós-eleições também não era dos mais favoráveis. Segundo Jurema, desde o *golpe de 2016*, todos estavam desanimados, pois com Temer no poder os Conselhos ficaram enfraquecidos e o diálogo com as diversas instâncias do Estado, cada vez mais complicado. Para ela, a eleição de 2018 sedimenta um projeto iniciado com a chegada de Temer à presidência, e que envolve o enfraquecimento dos movimentos populares: *agora não vai sair nada de financiamento público não. Se a gente já estava difícil, agora vai piorar e muito. A leitura de Jurema e de outras lideranças da União, como Claudio, é de que é preciso colocar o povo na rua e pressionar, mas também é preciso buscar outras formas de construir moradia popular, já que Shangri-lá, como Jurema sempre lembra, não foi feito com participação do poder público.*

⁶⁹ Embora ainda seja um fenômeno recente, e por isso me parece não haver publicações científicas consistentes sobre isto, algumas reportagens recentes contextualizam o significado das *fake news* para a política brasileira. El país: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/26/politica/1537997311_859341.html; Época: <https://epoca.globo.com/cristina-tardaguila/dez-noticias-falsas-com-865-mil-compartilhamentos-lixo-digital-do-1-turno-23129808>. Acesso em 25 de março de 2019.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No momento em que escolhi escrever esta tese sobre cooperativas habitacionais, tema com o qual tive contato pela primeira vez como estagiária na época da graduação em 2007, minha ideia era tratar especificamente do caso da cooperativa Esperança. Para mim, esta seria a oportunidade de retomar o caso desta cooperativa, que conheci em outro momento e unir as memórias que eu tinha da fase de organização desta cooperativa com a pesquisa de campo sobre a construção e a inauguração, que consolidou esta história como uma narrativa da vitória – *a luta bem-sucedida*. A história de Esperança tem a duração de dezesseis anos, e envolve um intenso caminho de lutas, entraves, tensões e culmina na inauguração de setenta casas construídas em regime de mutirão e autogestão, com atuação do movimento de moradia e financiamento do poder público. Trata-se de um caso emblemático. A entrada no campo, no entanto, ditou outros caminhos e se mostrou necessário seguir as múltiplas questões que se apresentavam.

A minha entrada no campo, que se constituiu como um regresso, visto que eu já havia estado inserida neste campo anos atrás, associada à maior aproximação com Jurema e a União me levou por outros rumos: logo percebi a importância da narrativa mítica de Shangri-lá, e o quanto ela necessitava ser analisada nos entrelaçamentos com este campo. Além disso, os entrelaçamentos são inevitáveis e não podem ser ignorados: a ideia de que um grupo surge a partir do outro, por exemplo, é muito presente: *Esperança surge a partir da lista de espera de Shangri-lá*.

Outro caminho que se apresentou foi o de acompanhar um grupo *em fase de organização*, como era o caso de Guerreiras Urbanas – que se transformou em Guerreiras da Esperança. A princípio, me movia a ideia de acompanhar a fase de organização, na expectativa de que ao fim da pesquisa de campo, o grupo estivesse mais próximo de conseguir seu objetivo. No entanto, ocorre justamente o oposto, e assim, a narrativa do grupo Guerreiras Urbanas é emblemática de um momento político extremamente complicado, que tem impactado negativamente as possibilidades de financiamento, políticas públicas das mais variadas áreas e os diálogos com movimentos populares. Desta forma, são três histórias entrelaçadas, que não podem ser compreendidas isoladamente. Por isso, apesar das divisões das partes da tese, ocasionalmente há um entrecruzamento das narrativas.

Shangri-lá, como uma narrativa mítica, e Esperança, como a narrativa da luta bem-sucedida foram mais fáceis de compreender ao longo da pesquisa. O grupo

Guerreiras, no entanto, se mostrou como um desafio: fluido, tenso e permeado por dificuldades. Ainda assim, ele pode ser percebido como o mais simbólico deste período em que a etnografia foi realizada, entre 2015 e 2018, pois sofre diretamente os impactos de uma conjuntura política complexa que se desenha no país. A mudança na composição do grupo, que ocasiona também a mudança de nome é marcada pela tensão da perda do terreno por uma ocupação da milícia, em um momento em que as dificuldades de diálogo com as instâncias do Estado ficam ainda mais difíceis. No caso de Guerreiras as tensões entre União, coordenações e a plenária ficam também constantemente em evidência. A desconfiança de uns em relações aos outros aparece de diversas formas: a plenária desconfia que está sendo usada e de que há informações não reveladas a eles pela União e pela coordenação; as coordenações algumas vezes acreditam estar sendo usadas pela União e se sentem pouco valorizados pela plenária; a coordenação também eventualmente manifesta a desconfiança de que a União pode ter vantagens e interesses próprios em jogo. Além disso, há a dificuldade de manter minimamente coeso um grupo que não possui garantias de que a cooperativa será construída, e em um contexto político que sugere cada vez menos esperanças de que este plano se concretize. Assim, para a plenária, há constantemente a sensação de que estão sendo *enrolados* pela coordenação e pela União. O objetivo principal da plenária, que é conseguir uma casa própria, parece ficar em segundo plano, em meio às discussões *políticas, burocráticas* e sobre as *regras* da cooperativa.

Shangri-lá, Esperança e Guerreiras Urbanas se constituem, desta forma, como experiências completamente diferentes entre si, mas são unidas pela organização da União por Moradia Popular que perpassa todas elas. Além do protagonismo do movimento, cabe enfatizar o protagonismo da principal liderança da União que, muito mais do que uma informante ou interlocutora privilegiada se colocou como o fio condutor da pesquisa realizada. Por isso mesmo, fiz questão de esmiuçar em um tópico os entrelaçamentos da narrativa individual de Jurema com as memórias da construção de Shangri-lá, que segue servindo de referência para a memória coletiva do movimento.

A União, como um movimento popular que surge em uma relação próxima com a Igreja Católica, mas que se consolida ao longo dos anos através de uma *luta por dentro do Estado é profundamente impactada por estes tempos: o desânimo* e a necessidade de buscar outras formas de atuar foram questões levantadas por Jurema em minhas últimas idas a campo. A expectativa em torno do financiamento do MCMV

Entidades, para as lideranças da União, é quase nula. Assim, a tese é perpassada por momentos diferentes de conjuntura política que irão suscitar arranjos e formas de diálogo também diferentes por parte da União. Em conversas e reuniões da União, já no fim da pesquisa de campo, tem se colocado a necessidade de repensar as formas de atuação, e buscar outros aliados – Igreja e organizações não-governamentais -, que não sejam o poder público. Embora estas relações para além das instâncias do Estado nunca tenham sido completamente deixadas de lado pela União – e eu compreenda que estas instâncias não estão rigorosamente separadas, mas sim entrelaçadas -, conforme aponto no decorrer do texto, percebo que o momento desfavorável faz com que o movimento deixe de ver o Estado como possível aliado, o que acontecia com frequência durante os governos do PT, e acredite que outras parcerias são necessárias para a própria sobrevivência do movimento.

Em certa medida, o *início da história das outras cooperativas*, Shangri-lá, volta a indicar novos caminhos, de acordo com as lideranças do movimento: diante de um Estado cada vez *menos parceiro dos movimentos* e a redução drástica de políticas públicas e sociais (não somente, mas também na área de habitação) a possível solução seria a busca das antigas parcerias associadas à organizações da sociedade civil e vinculadas à Igreja, por exemplo.

O caminho político percorrido evidencia a tortuosidade e se afasta de qualquer lógica linear, onde o movimento avançaria e ganharia força gradualmente. Se em Shangri-lá, o movimento se mostra muito mais entrelaçado com a Igreja católica, percebe-se um afastamento da dimensão religiosa e uma aproximação com as parcerias do poder público em Esperança.

As lutas por dentro do Estado da UNMP se tornam cada vez mais complicadas: o movimento perde espaço e possibilidade de diálogo com o governo em 2016, e isto se agrava com o resultado das eleições de 2018. Por fim, Guerreiras Urbanas – ou Guerreiras da Esperança – enfatizam no decorrer desta tese justamente o grande desafio que está posto: (re)construir o movimento, (re)fazer alianças e buscar alternativas para o que o movimento compreende como a mobilização *do povo*. Para as lideranças da União dois desafios estão colocados: de um lado, manter ativo o movimento sem parcerias do poder público, e de outro lado, buscar as bases necessárias para que seja possível *eleger um governo popular* novamente.

REFERÊNCIAS

AMARANTE, Paulo. Novos sujeitos, novos direitos: o debate em torno da reforma psiquiátrica. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.11, n.3,1995.

AMORE, Caio S.; SHIMBO, Lúcia Z.; RUFINO, Maria Beatriz (org). Minha casa... E a cidade? Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros, *Letra Capital*, Rio de Janeiro, 2015.

ANTAS, Edenilse da Silva. *O caráter educativo dos processos de participação nas organizações econômicas populares: a experiência da Shangri-lá*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense, 2000.

ARANTES, Pedro. O país precisa de uma profunda reforma urbana. *Caros Amigos*, ano XVI, n. 58, set.2012.

BARAVELLI, José Eduardo. *O cooperativismo uruguaio na habitação social de São Paulo: Das cooperativas FUCVAM à Associação de Moradia Unidos de Vila Nova Cachoeirinha*. Dissertação (Mestrado) - FAU/USP, 2006.

BELLAH, Robert et. al. *Habitsofheart: individualismo andcommitment in American life*. Berkeley: University of California Press, 1985.

BIRMAN, Patricia. Ocupações: territórios em disputa, gêneros e a construção de espaços comuns. In: BIRMAN, P.; LEITE, M.; MACHADO, C.; CARNEIRO, S. (org.). *Dispositivos urbanos e a trama dos viventes: ordens e resistências*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

BIRMAN, Patricia. Favela é comunidade? In: SILVA, Luiz Antonio Machado da (org.). *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

BIRMAN, Patricia; FERNANDES, Adriana; PIEROBON, Camila. Um emaranhado de casos: tráfico de drogas, estado e precariedade em moradias populares. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 3 dez. 2014.

BONELLI, Marco Antonio Gusmão. O retrato da política: cobertura jornalística e eleições. In: PALMEIRA, Moacir; GOLDMAN, Marcio (org.). *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1996.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria executiva. *Colônia Juliano Moreira: ações conclusivas do processo de municipalização e redefinição de área: relatório final*. Brasília: Ministério da saúde, 2001.

CAMARGO, Camila Moreno de. Minha Casa Minha Vida Entidades: entre os direitos, as urgências e os negócios. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2016.

CANO, Ignacio; DUARTE, Thais (coord.). *“No sapatinho”*: a evolução das milícias no Rio de Janeiro (2008-2011). Kryssia Ettel e Fernanda Novaes Cruz (pesquisadoras). Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2012.

CARDOSO, Adauto Lucio. *O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais*. Rio de Janeiro : Letra Capital , 2013.

CARMO, Michelly Eustáquia; GUIZARDI, Francine. O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. *Cad. Saúde Pública*, v. 34, n. 3, p. e00101417, 2018.

CARVALHO, Caio Santo Amore de. *Lupa e telescópio*: o mutirão em foco. São Paulo, anos 90 e atualidade. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da cidade de São Paulo, 2004.

COMERFORD, John Cunha. *Fazendo a luta*: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 1999. (Coleção Antropologia da política; 5)

CONCEIÇÃO, Wellington da Silva. Lembra aquele dia que a milícia passou por aqui?: traficantes, milicianos e suas representações contrastivas na violência urbana carioca. *Idéias – Rev. Inst. Filos. Ciênc. Hum.*, v.6, n. 2, p.195-224, jul/dez. 2015

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil. In: DAGNINO, Evelina. *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra : Unicamp, 2002.

DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto; PANFICHI, Aldo (orgs.). *A disputa pela construção democrática na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, Unicamp, 2006.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. El estado y sus márgenes. *Etnografías comparadas. Cuadernos de Antropología Social*, Buenos Aires, n. 27, 2008, p. 19-52, 2008.

DAS, Veena. The signature of the State. The paradox of illegibility. In: DAS, Veena; POOLE, Deborah (eds.). *Anthropology in the margins of the State*. New Mexico: School of American Research Press. pp. 225-252, 2004.

DAS, Veena. *Critical Events: An Anthropological Perspective on Contemporary India*. Oxford: Oxford University Press, 1995.

DAWSEY, John C. Tonantzin: Victor Turner, Walter Benjamin e antropologia da experiência. *Sociologia e Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 03, n. 06, p. 379. nov. 2013.

DELGADO, Pedro Gabriel Godinho; VENANCIO, Ana Teresa A. Morar no asilo: perspectivas de análise da ‘Comunidade Interna’ da Colônia Juliano Moreira. *Cadernos do NUPSO: Núcleo de Pesquisas em Psiquiatria Social*, Rio de Janeiro, ano 2, n. 3, jan.-ju./1989.

DOIMO, Ana Maria. A vez e a voz do popular: movimentos sociais e a participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1995.

ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho. Os jogos da memória. *Ilha*, Florianópolis, n.1, dez. 2000.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. *Os estabelecidos e os Outsiders*: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ENNE, Ana Lucia. “Nós”, “os outros” e “os outros dos outros”: dilemas e conflitos no mapeamento de sujeitos, redes e instituições. In: CASTILHO, Sergio; LIMA, Antonio Carlos de Souza; TEIXEIRA, Carla (org.). *Antropologia das práticas de poder*: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações. Rio de Janeiro: Contra Capa, Faperj, 2014.

FELTRAN, Gabriel. Periferias, direito e diferença: notas de uma etnografia urbana. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, v. 53, n. 2, 2010.

FERNANDES, Adriana. Dois agenciamentos e uma ocupação. In: BIRMAN, P.; LEITE, P. M.; MACHADO, C.; CARNEIRO, S. Sá. *Dispositivos urbanos e trama dos viventes: ordens e resistências*. 1 ed. Rio de Janeiro: FGV/FAPERJ, 2015. p. 271-302.

FERNANDES, Adriana. Imagens da precariedade e figurações do Estado em ocupações de moradia no Rio de Janeiro. In: Encontro Anual da ANPOCS, 38., 2014, Caxambu. *Anais...* Caxambu: 2014.

FERREIRA, Regina Fátima Cordeiro Fonseca. *Autogestão e habitação*: entre a utopia e o mercado. Tese (Doutorado) - IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, 2014.

FERREIRA, Regina Fátima Cordeiro Fonseca. *A autogestão habitacional no Brasil a partir do Governo Lula*: produção e agentes. Disponível em: <http://autogestao.unmp.org.br/artigos-e-teses/a-autogestao-habitacional-no-brasil-a-partir-do-governo-lula-producao-e-agentes/>. Acesso em: 20 de março de 2019.

GHILARDI, Flavio. Cinco décadas de cooperativismo de moradia no Uruguai. *Revista E-metropolis*, ano 8, n. 30, set. 2017.

GHILARDI, Flavio. *Cooperativismo de moradia em Montevideu e autogestão habitacional no Rio de Janeiro*: as bases sociais, políticas e econômicas da produção social do habitat na América Latina. Tese (Doutorado) - IPPU/UFRJ, 2017.

GIFALLI, Samantha de Andrade. *A produção do espaço entre os muros da Colônia Juliano Moreira*: a construção de um bairro na Baixada de Jacarepaguá. Dissertação (Mestrado) – IFCS, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

GURZA LAVALLE, A. G.; CASTELLO, G.; BICHIR, R. M. *Quando novos atores saem de cena: continuidades e mudanças na centralidade dos movimentos sociais*. *Palestra no Seminário Nacional*: Movimentos sociais, participação e democracia,

UFSC, 2004. Disponível em: <http://www2.ids.ac.uk/gdr/cfs/pdfs/Quando%20novos%20atores2004.pdf>. Acesso em 30 de setembro de 2018.

HADDAD, Sérgio. Paulo Freire e o papel das agências de cooperação europeias no apoio à educação popular no Brasil. *Pro-Posições*, Campinas, v. 25, n. 3, Sept./Dec. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-7307201407507>. Acesso em: 10 de março de 2019.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2013.

HARVEY, David. The right to the city. *New left review*, v. 52, Sep.-Oct. 2008.

HOPPE, Sigrid. Religião, política e música: a dinâmica de uma comunidade eclesial de base em Jacarepaguá. Tese (Doutorado) - PPCIS/Uerj, Rio de Janeiro, 2017.

POTENGY, Gisélia Franco; HOPPE, Sigrid. Identidade e apropriações do espaço no bairro Colônia. In: VENANCIO, Ana Teresa; POTENGY, Gisélia Franco (org.). *O asilo e a cidade: histórias da Colônia Juliano Moreira*. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

HUGUENIN, João Paulo Oliveira. O território do homem comum: constituição e apropriação cotidiana do espaço em cooperativas habitacionais. Dissertação de mestrado, UFRJ/FAU, 2012.

JACQUES, Ramana Rodrigues Oliveira. *A conquista da moradia, um ponto de partida*: Cooperativa Habitacional Shangri-lá. Dissertação (Mestrado) - Ippur/UFRJ, 2013.

LAGO, Luciana. O associativismo produtivo na periferia urbana: novos conflitos em pauta. In: LAGO, Luciana. *Autogestão habitacional no Brasil: utopias e contradições*. Rio de Janeiro: Letra Capital, Observatório das Metrópoles, 2012.

LAGO, Luciana. Autogestão na superação da periferia urbana: conflitos e avanços. *Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais*, n. 05, ano 02, jun. 2011.

LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, [1968], 2008.

LEITE, Marcia. Novas relações entre Identidade Religiosa e Participação Política no Rio de Janeiro hoje: o caso do Movimento Popular de Favelas. In: BIRMAN, Patricia. (org.). *Religião e Espaço Público*. São Paulo: Attar Editorial, 2003. (Coleção de Antropologia: Movimentos religiosos no mundo contemporâneo).

LIMA, Lucas Marinho; ARAÚJO, Mayara. *Notas sobre o direito à moradia digna*, 2010. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2010/docs_pdf/eixo_9/abep2010_2072.pdf. Acesso em: 04/10/2016.

LÖWY, Michael. *Marxismo e Teologia da Libertação*. São Paulo: Cortez, 1991.

MARICATO, Erminia. *Para entender a crise urbana*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARICATO, Erminia. Autoconstrução, a arquitetura possível. In: MARICATO, Erminia (org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. Editora Alfa Ômega, 1982.

MELUCCI, Alberto. *Acción colectiva, vida cotidiana y democracia*. México: El Colegio de México, Centro de Estudios Sociológicos, 2002.

MIAGUSKO, Edson. Mutirão autogestionário e o contexto da experiência democrática revisitado, *Cad. CRH*, Salvador, v. 24, n. 61, jan./apr. 2011

MILANO, Joana Zattoni. Aluguel social no Brasil: algumas reflexões sobre a ideologia da casa própria. Anais: Encontros Nacionais da ANPUR, 2013.

MINEIRO, Edilson; RODRIGUES, Evaniza. Do Crédito Solidário ao MCMV Entidades: uma história em construção. In: LAGO, Luciana (org.). *Autogestão habitacional no Brasil: utopias e contradições*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012.

PANDOLFI, Dulce; ESPÍRITO SANTO; Wecisley Ribeiro do. Movimentos sociais urbanos e esfera pública: questões para o debate. In: LOPES, José Sergio Leite; HEREDIA, Beatriz Maria Alasia de (org.). *Movimentos Sociais e Esfera Pública*. Rio de Janeiro: CBAE, 2014.

PATERNIANI, Stella Zagatto. Movimento é movimento, governo é governo?: a luta por moradia e a política habitacional em São Paulo. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE DOUTORANDOS/AS DO CES, 4., 6-7 dez. 2013, Coimbra. *Anais...* Coimbra, 2013.

PERAZZA, Nelson. *Cooperativismo en el Uruguay*. Montevideu: División Publicaciones de la Biblioteca del Poder Legislativo, 1978. (Serie de Temas Nacionales, 6).

RIZEK, Cibele; BARROS, Joana da Silva. Mutirões autogeridos: construindo e desconstruindo sociabilidades. In: FRÚGOLI JR., H.; ANDRADE, L.; PEIXOTO, F. (org.). *As cidades e seus agentes: práticas e representações*. Belo Horizonte, PUC Minas / Edusp, 2006.

RIZEK, Cibele; BERGAMIM, M.; BARROS, J. A política de produção habitacional por mutirões autogestionários: construindo algumas questões. In: Encontros Nacional da Anpur, 10., 2003, Belo Horizonte. *Encruzilhadas do Planejamento: Repensando Teoria e Prática*. Belo Horizonte, 2003.

RIZEK, Cibele. O Programa Minha Casa Minha Vida Entidades: provisão de moradia no avesso da cidade? *Revista Cidades*, v. 11, n. 19, 2014.

ROLNIK, Raquel. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo, 2015.

TRINDADE, Thiago Aparecido. *Direitos e cidadania: reflexões sobre o direito à cidade*. São Paulo: Lua Nova, 2012.

ROLNIK, Raquel et al. O Programa Minha Casa Minha Vida nas regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas: aspectos socioespaciais e segregação. *Cad. Metrop.*, São Paulo, v. 17, n. 33, pp. 127-154, maio 2015 Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2015-3306>. Acesso em 12 de março de 2019.

SANCHIS, P. As Ciências Sociais da Religião no Brasil. *Debates do NER*, Porto Alegre, V. 8, n.11, p. 7-20, jan./jul., 2007.

SANTO AMORE, Caio; RIZEK, Cibele. A inserção urbana através da produção do MCMV-Entidades no Estado de São Paulo: uma abordagem etnográfica de casos selecionados. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO, 3., 2014, São Paulo. *Arquitetura, cidade e projeto: uma construção coletiva*. São Paulo, 2014.

SARTI, Cynthia. A família como ordem moral. *Cad. Pesq.*, São Paulo, n. 91, p. 46-53, nov. 1994.

SCHERER-WARREN, I. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Loyola. 1996.

SILVA, Vania Regina Jorge da. O bairro de Santa Cruz, RJ: uma configuração socioespacial construída no decorrer do tempo. In: MARAFON, Glaucio José; RIBEIRO, Miguel Angelo (org.). *Revisitando o território fluminense*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2017.

TATAGIBA, Luciana. Relação entre movimentos sociais e instituições políticas na cidade de São Paulo: o caso do movimento de moradia. In: KOWARICK, Lúcio; MARQUES, Eduardo (org.). *São Paulo: novos percursos e atores*. Sociedade, cultura e política. São Paulo: Centro de Estudos da Metrópole, 2011.

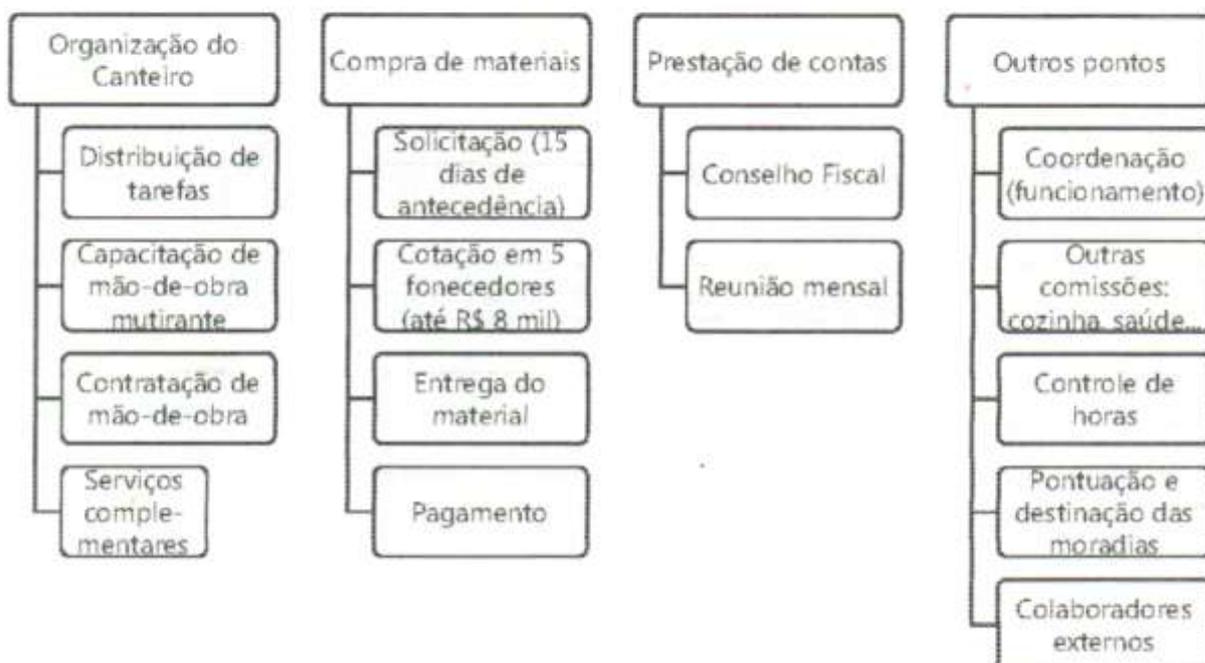
TRINDADE, Thiago Aparecido. Direitos e cidadania: reflexões sobre o direito à cidade. *Rev. Lua Nova*, São Paulo, n. 87, 2012.

TURNER, Victor. *O processo ritual estrutura e antiestrutura*. São Paulo: Vozes, 1974.

TURNER, Victor. Introduction. In: TURNER, Victor. *From ritual to theatre: the human seriousness of play*. Nova York: PAJ Publications, 1982. p. 7-19

VIANNA, Adriana. Tempos, dores e corpos: considerações sobre a 'espera' entre familiares de vítimas de violência policial no Rio de Janeiro. In: BIRMAN, P.; LEITE, M.; MACHADO, C.; CARNEIRO, S. (org.). *Dispositivos urbanos e a trama dos viventes: ordens e resistências*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

ANEXO A – Folheto elaborado pela FBR

HISTÓRICO DO GRUPO ESPERANÇA**A formação do grupo e a luta pelo terreno****A contratação do projeto****Início da obra**

PONTOS PARA AVALIAÇÃO (recomendações para a cartilha)

Compra de Materiais	
Positivo	Negativo
Prestação de Contas	
Positivo	Negativo
Organização do Canteiro (mão-de-obra mutirante e contratada)	
Positivo	Negativo
Controle de Horas e Sistema de Pontuação	
Positivo	Negativo

ANEXO B – Formulário para cadastro do grupo Guerreiras Urbanas

Guerreiras Urbanas



Nº do Cadastro _____

Rio de Janeiro, ___/___/201__

IDENTIFICAÇÃO DO(A) TITULAR		
Nome completo:		Iniciou no grupo em: ___/___/___
Logradouro Completo (rua, avenida/ número e complemento/ favela, loteamento)		
Bairro:	Município/UF:	CEP:
Telefone Fixo:	Celular:	Whatsapp:
Email:		NIS:
Data de nascimento: ___/___/___	Município de nascimento:	Estado de Nascimento:
Certidão de nascimento <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Certidão de casamento <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	CPF:
Nº identidade:	Data de emissão: ___/___/___	Órgão emissor/ UF:
LEVANTAMENTO SOCIOECONÔMICO		
Quem te indicou para o grupo?		Religião:
Recebe algum benefício de governo ou de grupo religioso? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		
Caso sim, qual(ais)?		Qual o valor do(s) benefício(s)? R\$
Tempo de deslocamento (casa-trabalho) (colocar código):	Remuneração do trabalho R\$	Renda de pensão alimentícia (sua) R\$
Meio(s) de transporte (colocar códigos):	Renda de aposentadoria/pensão (sua): R\$	Outra: R\$
CARACTERÍSTICAS DA MORADIA ATUAL		
Há quanto tempo a família/você está morando nesse imóvel? Ano(s) e mês(es):		Como teve acesso ao seu domicílio atual? (colocar código):
Quantas famílias moram na mesma casa?	Quantas pessoas?	Quantos filhos?
Desenvolve atividade comercial ou serviço dentro da moradia atual? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		Qual (is)? _____
Seu domicílio está localizado em área de risco? <input type="checkbox"/> 2. Não <input type="checkbox"/> 3. Violência urbana <input type="checkbox"/> 4. Encosta <input type="checkbox"/> 5. Torre de energia <input type="checkbox"/> 6. Rua que alaga <input type="checkbox"/> 7. Beira de rio/lagoa <input type="checkbox"/> 8. Outros: _____		
INTERESSES E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DA FAMÍLIA		
Você ou alguém da família tem interesse em: Fazer cursos de capacitação? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Qual(ais)? _____		E em fazer parte de atividades esportivas? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Qual? _____
E em integrar uma cooperativa? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não De que? _____		E em fazer parte de atividades culturais? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Qual? _____
O núcleo familiar participa ou já participou de algum movimento ou frente de luta popular ou organização comunitária? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Qual? _____		E de outras atividades? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Qual(ais)? _____
Você e sua família estão conscientes que o projeto vai precisar da sua participação nas comissões de trabalho, no mutirão, etc.? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		
Em qual(is) dessas comissões você teria mais interesse de participar? <input type="checkbox"/> 3. Cozinha <input type="checkbox"/> 4. Creche <input type="checkbox"/> 5. Informática <input type="checkbox"/> 6. Comunicação <input type="checkbox"/> 7. Obra <input type="checkbox"/> 8. Mobilização <input type="checkbox"/> 9. Cultural <input type="checkbox"/> 10. Meio Ambiente <input type="checkbox"/> 11. Socioeducativo <input type="checkbox"/> 12. Juventude <input type="checkbox"/> 13. Outra _____		

Guerreiras Urbanas

DADOS SOCIOECONÔMICOS DA FAMÍLIA

	Primeiro Nome	Posição familiar	Sexo(M/F)	Ano de nascimento	Estado Civil	Etnia	Pessoa com Deficiência	Doenças	Grau de Escolaridade	Estuda Atualmente?	Profissão	Ocupação (Principal atividade)	Trabalhos (experiências) anteriores	Situação de trabalho	Recebe bolsa de governo	Renda Mensal (R\$)	Bairro onde exerce a ocupação ou estudo
1																	
2																	
3																	
4																	
5																	
6																	
7																	
8																	

Legenda (códigos para o questionário)

1. Sim 2. Não 99. Não se aplica

00. Não sabe

Posição Familiar	Estado Civil	Etnia	Pessoa portadora de deficiência	Doenças	Grau de Escolaridade	Situação de Trabalho	Bolsa do Governo	Tempo de deslocamento	Meio de transporte	Acesso ao Domicílio atual
3. Responsável 4. Cônjuge 5. Filho(a) 6. Enteadado 7. Neto 8. Pai/Mãe 9. Sogro(a) 10. Irmão 11. Outro 12. Agregado	3. solteiro(a) 4. vive junto 5. separação judicial 6. união estável 7. viuvez(a) 8. divorciado(a) 9. casado(a) 10. casado mas o marido foi embora	3. Branca 4. Negra 5. Indígena 6. Amarela	2. Não 3. Motora 4. Cadeirante 5. Visual 6. Auditivo 7. Mudez 8. Mental 9. Múltipla	3. Cardíacas 4. Hipertensão 5. Respiratórias 6. Problemas de coluna 7. Diabetes 8. Depressão 9. Alergias 10. Diarreia 11. Verminose 12. Outras: _____ Qual? _____	3. Creche 4. Pré-escola 5. Ensino Fundamental (1ª a 8ª série) 6. Ensino Fundamental incompleto 7. Ensino fundamental completo 8. Ensino Médio (1ª ao 3ª série) incompleto 9. Ensino Médio completo 10. Superior incompleto 11. Superior completo 12. Pós-graduação 13. Nenhum	3. Assalariado com carteira 4. Contrato temporário 5. Funcionário público 6. Cargo de confiança 7. Empreendedor 8. Autônomo c/ contribuição INSS 9. Autônomo s/ contribuição INSS 10. Trabalho eventual(bico) 11. Desempregado 12. Aposentado/pensionista 13. Dona de casa 14. Estagiário ou bolsista 15. Cooperado 16. Peçuto 17. Não trabalha	3. Bolsa Família 4. Renda Melhor 5. Outra _____	3- Até 5 minutos 4- De 6 a 15 minutos 5- de 16 a 30 minutos 6- entre meia e uma hora 7- entre 1 e 2 horas 8- mais de 2 horas	3. Ônibus 4. BRT 5. Van/ Kombi (R\$ _____) 6. Trem 7. Metrô 8. VLT 9. Carro/moto 10. A pé 11. Bicicleta 12. outros _____	3. Comprou o terreno e construiu 4. Comprou o domicílio 5. Ocupou o terreno e construiu o domicílio 6. Alugou o domicílio Valor do aluguel: _____ 7. O domicílio foi emprestado temporariamente pelo proprietário 8. O domicílio foi cedido definitivamente pelo proprietário (ou herdadado) 9. Aluguel social 10. Terreno ou laje cedida 11. Outra forma. Qual? _____

Assinatura: _____